

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

EDVALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO

**DELMIRO GOUVEIA E O PROCESSO EDUCACIONAL DESENVOLVIDO NO NÚCLEO
FABRIL DA PEDRA, NO SERTÃO DE ALAGOAS.
(1902 – 1926).**

**MACEIÓ AL
2012**

EDVALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO

DELMIRO GOUVEIA E O PROCESSO EDUCACIONAL
DESENVOLVIDO NO NÚCLEO FABRIL DA PEDRA, NO SERTÃO DE ALAGOAS.
(1902 – 1926).

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação Brasileira do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Elcio de Gusmão Verçosa.

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale

N244p Nascimento, Edvaldo Francisco do.
Delmiro Gouveia e o processo educacional desenvolvido no núcleo fabril da pedra, no sertão de Alagoas: (1902 – 1926) / Edvaldo Francisco do Nascimento. – 2012.
197 f. : il.

Orientador: Elcio de Gusmão Verçosa.
Dissertação (mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2012.

Bibliografia: f. 175-185.
Anexos: f. 186-197.

1. Gouveia, Delmiro, 1863-1917. 2. Alagoas – Educação – História. 3. Processo civilizatório. 4. Sertão alagoano. 5. República. I. Título.

CDU: 37(813.5)(091)

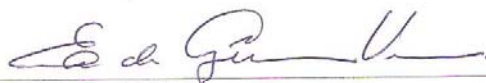
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Delmiro Gouveia e o Processo Educacional Desenvolvido no Núcleo Fabril da Pedra,
no Sertão de Alagoas (1902 – 1926).

EDVALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO

Dissertação submetida a banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 26 de março de 2012.

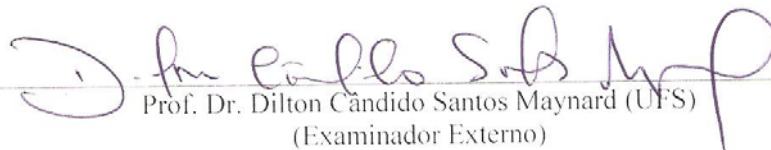
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Elcio de Gusmão Verçosa (CEDU-UFAL)
(Orientador)



Profa. Dra. Telma de Barros Correia (USP)
(Examinadora Externa)



Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (UFS)
(Examinador Externo)

Antes de mais nada, ao povo do Sertão de todas as latitudes e longitudes deste imenso país, razão principal deste estudo, sobretudo porque, historicamente, tem tido seu acesso cerceado ou limitado à educação formal e, também, porque faço parte dessa gente.

À Idnelma Rocha,
à Professora Dr^a. Graça Loiola
e ao Professor Dr. Elcio de Gusmão Verçosa,
meu orientador,
pelo que representam na minha caminhada
como pesquisador no espaço da Academia e
fora dele.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Muitos foram os que me estenderam as mãos para que levantasse sempre que tropeçava e caía. Muitos foram os que tiraram as vendas que impediam que eu enxergasse o mundo com a capacidade de refletir, decidir e opinar. Muitos foram os que me mostraram os caminhos para que pudesse escolher aquele a seguir.

Ao longo de minha caminhada, muitos daqueles nos quais me espelhava, partiram. Outros seguiram novos caminhos, mas todos deixaram em mim um pouco de si.

Agora, se, com muito orgulho, sigo em frente, cumpre-me, antes de mais nada, agradecer, especialmente à minha mãe, Maria Cícera, ao meu pai, José Francisco e aos meus irmãos Evaldo, Edson, Ednaldo e Erivelton, Jackson, Franclérison e Franciara.

Agradeço, igualmente a Idnelma e Edilene, mães exemplares que se dedicam, nas minhas ausências, a cuidar – mais do que habitualmente cuidam - de Dandara e Eloísa, minhas jóias preciosas, pelas quais nutro imenso e inesgotável amor.

Ao Padre Eraldo Cordeiro, a Oberman Alves Silva, a Marconi Freire, a Alaíde Leal, a Alba Correia,

a Estevão Oliveira, a Amaro Hélio Leite, a Gilberto Geraldo Ferreira, a Luis Abílio de Souza Neto (in memoriam), a Marcelo da Silva Lima, a Antonio Leal Rocha (in memoriam), a Elizeu Gomes, a Tairone Feitosa,

a Sônia Lucena, a Fernando Aldo (in memoriam), a Ambrósio Queiroz (in memoriam), a Maria Helena Gouveia (in memoriam), a Michael e Bruna Gouveia, a Jayme Lustosa de Altavila, a Alba e Abel Barreto, a Sérgio Xavier, a Sérgio Moreira, Moisés Aguiar, Márcio Pinto, Ronaldo Melo, a Edileuza Patriota, a Alderiva Santana, a Liciane Peixoto,

A Adair Nunes, a Dorival Oliveira, a David Roberto Bandeira da Silva, a Enio Lins, a Maikel Marques, Fernando José da Silva, a João Paulo Maranhão Aguiar, companheiros de caminhada, agradeço, igualmente, pela prestimosa colaboração.

A Frederico Pernambucano de Melo, a Moacir Medeiros de Santana,

à Professora Dr^a. Telma de Barros Correia e ao Professor Dr. Dilton Cândido Santos Maynard, que foram minha inspiração para que procurasse conhecer sempre mais Delmiro e sua trajetória no sertão de Alagoas.

Por fim, propositalmente, a minha imensa gratidão pela oportunidade e pela presteza que tive do meu orientador, Professor Elcio de Gusmão Verçosa, ser humano de muitas qualidades, mas, principalmente, capaz e fraterno. Ele e eu sempre compartilhamos com Elcio Verçosa Filho e Ivanilda Verçosa, os nossos momentos de reflexão e aprendizado.

RESUMO

Este texto constitui o relatório de uma pesquisa cujo tema central é a trajetória de Delmiro Gouveia como industrial e “civilizador”, no núcleo fabril de Pedra, situado no alto sertão de Alagoas. Considerando o período que vai de 1902 a 1926, em que Gouveia e, depois, seus descendentes, atuaram, primeiro no beneficiamento e comércio de peles, e depois na montagem de uma usina hidrelétrica e uma fábrica de linhas de coser, o estudo analisa, de modo particular, o processo de socialização de trabalhadores rurais do sertão de Alagoas e dos Estados circunvizinhos para a vida urbana e fabril. Esse processo de incorporação de massas rurais à indústria, denominado, frequentemente, por muitos, como “processo civilizatório”, por conta de ser tomado como modelo desejável de mentalidade e conduta para o operariado, aquele adotado pela indústria europeia e estadunidense, e que eu designo aqui como “educacional”, é considerado levando-se em conta as políticas educativas desenvolvidas na Pedra, as quais são vistas à luz das ciências sociais e da pedagogia, tematizadas e postas em prática no Brasil no mesmo período. Delmiro Gouveia é olhado aqui como aquele que, com a construção de um núcleo fabril, iniciou um ciclo de desenvolvimento industrial e de urbanização de curta duração, mas, que ainda hoje é descrito como modelo de capitalismo progressista e civilizado por visitantes da Pedra, e tomado por intelectuais, jornalistas, políticos e escritores de várias vertentes ideológicas como exemplo de experiência desenvolvida no sertão, digna de ser admirada e seguida em todo o Brasil, na Primeira República, como nos dias atuais. É feita, nesse trabalho, a análise de princípios e práticas escolares, a par da consideração da imposição de novos hábitos e os modos de torná-los efetivos, buscando entender seus efeitos sobre o próprio sertão e seus habitantes, no contexto da República Velha, enquanto são problematizados os ideários educacionais republicanos, os conceitos vigentes sobre o sertanejo e o sertão e o processo de escolarização desenvolvido no sertão de Alagoas, nas primeiras décadas do Século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Delmiro Gouveia. República. Processo civilizatório.

Educação. Sertão alagoano.

ABSTRACT

This text is the final report of a research effort on Delmiro Gouveia as industry chief and “civilizing” agent for the Vila da Pedra, in the Alagoas Hinterland. Covering the period from 1902 through 1926, when Gouveia and, after him, his descendants, were active first in the skin trade and then in the building of a hydroelectric plant and the incorporation of a thread factory, this study analyses the process of urbanization and factorization of the rural workers of the Sertão of Alagoas and the neighboring states. This process of transplanting the rural masses into the industrial way of life, lauded by many as a “civilizing process” for attending to the mind-frame of the European and American proletariat taken as a model, and which I’d rather call “educational”, is viewed from the perspective of the educational policies effectively implanted at Pedra, which in their turn are viewed in the light of the social sciences and the pedagogy then thought and practiced in Brazil. Delmiro Gouveia is thus viewed as one who, by building up an industrial complex, was responsible for kick starting a short-lived cycle of industrial development and urbanization which is, nevertheless, described up until now by visitors and students of the phenomenon (intellectuals, journalists, politicians and authors of almost every ideological bent) as a model of progressive and civilized (humane) capitalism worthy of admiration and imitation all over Brazil then and now. This study pursues these goals through the analysis of School principles and practices as well as the imposition of new habits and of the ways of making them effective, trying to understand their effects on the Hinterland and its inhabitants in the Old Republic against the backdrop of the republican educational ideals, the prevailing concepts regarding the hinterland man and country and the processes of schooling in Alagoas in the first decades of the 20th Century.

Key-Words: Delmiro Gouveia. Republic. Civilization process. Education. Alagoas Hinterland

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – I Leonila Gouveia e José Vicente Meira – Delmiro, 4 anos de idade..	39
Figura 2 – Delmiro Gouveia com, aproximadamente, 10 anos de idade.....	40
Figura 3 – Vila Anunciada – o palacete de Apipucos.....	43
Figura 4 – Delmiro Gouveia aos vinte e dois anos de idade.....	45
Figura 5 – Mercado Coelho Cintra, conhecido como Mercado do Derby.....	47
Figura 6 – Grande Hotel Internacional do Recife.....	48
Figura 7 – Francisco de Assis Rosa e Silva, Chefe de uma das Oligarquias de Pernambuco.....	50
Figura 8 – Usina Beltrão.....	53
Figura 9 – Delmiro Gouveia com Carmela Eulina do Amaral Gusmão.....	58
Figura 10 – Mapa montado indicando a situação geopolítica do Núcleo Fabril da Pedra – atual Delmiro Gouveia.....	59
Figura 11 – Açude construído por Delmiro na Pedra.....	60
Figura 12 – Rua 13 de maio – uma rua da vila operária da Pedra.....	63
Figura 13 – Usina Hidrelétrica de Angiquinho, Cachoeira de Paulo Afonso.....	65
Figura 14 – Governador Euclides Vieira Malta.....	82
Figura 15 – Comitiva do Governador Costa Rego em visita à Pedra.....	86
Figura 16 – Coronel Ulysses Vieira Araújo Luna.....	92
Figura 17 – Vista panorâmica do Núcleo fabril da Pedra.....	119
Figura 18 - Fábrica de Linhas da Pedra, da Cia. Agro Fabril Mercantil.....	120

Figura 19 – Fábrica de Linhas da Pedra, com seus operários à frente.....	121
Figura 20 – Operários/as da Fábrica de Linhas da Pedra.....	123
Figura 21 – Vista da Rua 13 de Maio, no Núcleo Fabril da Pedra, na década de 20.....	124
Figura 22 – Cachoeira de Paulo Afonso.....	125
Figura 23 – Delmiro, com acompanhante, em visita ao Angiquinho.....	125
Figura 24 – Governador de Pernambuco, Manoel Borba, no núcleo fabril da Pedra.....	126
Figura 25 – Adolpho Santos, gerente da Fábrica da Pedra e inspetor de ensino..	143
Figura 26 – Cine Pedra inaugurado em 1915, também funcionava como escola	144
Figura 27 – Residência de Delmiro Gouveia “Dentro do arame”.....	146
Figura 28 – Prédio e alunos do Grupo Escolar Delmiro Gouveia.....	152
Figura 29 – Quadro de Horário da Fábrica de Linhas da Pedra.....	158
Figura 30 – Banda de música da fábrica de linhas da Pedra.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de escolas públicas em Alagoas período 1900 – 1919.....	109
Tabela 2 – Dados referentes às escolas, professores e alunos, classes, conceitos nas escolas no Núcleo Fabril da Pedra em 1924.....	147
Tabela 3 – Escolas existentes no sertão de Alagoas em 1921.....	163

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População de Alagoas e número de alagoanos frequentando as escolas públicas – 1901 – 1926.....	110
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FUNDEG	Fundação Delmiro Gouveia
IHGAL	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
SINTEAL	Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 A TRAJETÓRIA NADA ORTODOXA DE UM INDUSTRIAL SERTANEJO.....	36
1.1 Os Primeiros Passos.....	37
1.2 Os Primeiros Empregos.....	41
1.3 O “Rei das Peles” e suas várias “Peles”	44
1.4 O Regresso Forçado ao Sertão.....	57
1.5 O Sertão de Delmiro e o Sertão do Conselheiro e Padre Cícero.....	68
2 EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA DOS CORONÉIS.....	74
2.1 O Novo Sistema e as Velhas Estruturas nas Alagoas.....	77
2.2 Aos Amigos os Favores da L153ei! Aos Inimigos, os Rigores da Lei!..	86
2.3 A República dos Coronéis no Sertão do São Francisco.....	90
2.4 A Educação na República: pensada para muitos, assegurada a poucos ⁹³	
2.5 Educação em Alagoas da Primeira República.....	98
3 “CIVILIZAÇÃO” E EDUCAÇÃO NA PEDRA.....	114
3.1 O Núcleo Fabril da Pedra.....	117
3.2 A Educação e Escolarização na Pedra.....	139
3.3 Prêmios, Castigos e Multas para “Educar e Civilizar”.....	153
3.4 O Lazer Regrado como Expressão de uma Vida Honesta.....	160

3.5 Pedra no Cenário Educacional do Sertão Alagoano.....	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS.....	175
ANEXOS.....	186

INTRODUÇÃO

**Lições da pedra (de fora para dentro,
cartilha muda), para quem soletrá-la.**

João Cabral de Melo Neto
(Educação pela pedra e outros poemas)

Este estudo teve como origem mais imediata, minha trajetória de educador nas redes estadual e municipal de ensino, atuando no município de Delmiro Gouveia, Alagoas. Investigar a região do sertão alagoano, em seus aspectos de ordem histórica, política, social e educacional sempre se apresentou a mim como uma necessidade desde que iniciei o exercício do magistério, vez que jamais me limitei a atuar profissionalmente apenas no espaço das quatro paredes de uma sala de aula e, muito menos, me restringi ao mundo que se encontra encerrado nos livros didáticos, por mais que eu reconheça a importância pedagógica do lugar e dos objetos aludidos.

Atuando inicialmente como professor-atividade (da 1^a à 4^a série do Ensino Fundamental) e, posteriormente, com a disciplina História, nos níveis fundamental e médio, procurei sempre proporcionar aos meus alunos e às minhas alunas lições contextualizadas da cultura e da história do povo sertanejo, ora trazendo os temas regionais para o contexto das aulas, ora excursionando por museus, cidades, eventos e lugares de referência na formação social do interior brasileiro e, particularmente, do Estado de Alagoas.

Assim, temas como o cangaço, a comunidade de Canudos, o Rio São Francisco, o povo ribeirinho e sua formação cultural, as cidades históricas sertanejas, a Estrada de Ferro Piranhas–Jatobá, a indústria e o núcleo operário da Pedra, antes povoado de Água Branca e depois município autônomo, a usina hidrelétrica de Angiquinho, nas quedas do São Francisco, os engenhos de açúcar em Água Branca, os povos indígenas que viveram e continuam a viver no sertão, o vaqueiro e sua lida com o gado, as manifestações da cultura popular típicas do sertão nordestino, enfim, tudo o que proporcionasse conhecer melhor a alma da região sertaneja motivava a minha procura para reencontrar os fatos, coisas e lugares da região onde nasci, em que tive minha primeira socialização e na qual vivo

por mais de vinte anos - o sertão – vêm sendo objeto de interesse nas salas de aula em que tenho atuado como professor.

Neste trajeto de vida, tive a oportunidade de conhecer ex-cangaceiros e integrantes de volantes, convivendo com os descendentes de Lampião, Corisco, Luís Gonzaga e do próprio Delmiro Gouveia, de modo a perceber, cada vez com maior intensidade, a riqueza histórico-cultural dos sertões nordestinos.

Sendo testemunha e vítima da forma como as autoridades sempre trataram as expressões mais legítimas do viver do povo sertanejo, enquanto via a preocupação com a preservação das manifestações culturais da região se expressar, apenas, pela ação de um ou outro estudioso vindo de realidades diversas, mais do que do próprio sertão, logo me lancei a uma espécie de militância cultural, procurando, por todos os modos, mecanismos de defesa, resgate e preservação das manifestações que representam e caracterizam a identidade cultural do povo do sertão do São Francisco. Com este propósito é que envidei todos os meus esforços para que fosse realizada a primeira Semana de Cultura Delmiro Gouveia, em outubro 1997, na sede do município homônimo, para homenagear Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, na passagem dos 80 anos de sua morte. Coordenei o referido evento, por meio do qual procurei estabelecer uma relação estreita entre a história e a cultura do Sertão, utilizando-as como instrumentos de formação educativa escolar e não escolar. A I Semana Delmiro Gouveia foi o embrião do que logo viria a ser a Fundação do mesmo nome, que passaria a ser mais conhecida pela sigla FUNDEG (Fundação Delmiro Gouveia), que teria sua sede na cidade homônima, e a qual eu viria a presidir.

Um dos resultados desse evento foi uma interação bastante viva da comunidade escolar e de parte da população com especialistas e pesquisadores de questões sociais, históricas e educacionais referentes a fatos que influenciaram a formação histórica sertaneja.

Neste ano de 2011, a Semana Cultural Delmiro Gouveia, consolidado evento anual de caráter histórico e cultural, prosseguiu suas ações voltadas a toda a população, sendo parte das atividades dirigidas a estudantes e professores do município de Delmiro Gouveia e da região sertaneja. Foi durante as primeiras

edições dessa semana de cultura que tive contato com a literatura existente sobre a história das cidades de Água Branca e Delmiro Gouveia, estando o desenvolvimento e a consolidação desta última, relacionados com a chegada do industrial Delmiro Augusto da Cruz Gouveia ao sertão alagoano, em 1902, para o município de Água Branca, onde se estabeleceu. Nesta época, existia nas proximidades da sede da cidade um vilarejo chamada de “Pedra”– na verdade um povoado - uma estação da estrada de ferro Paulo Afonso, sendo tudo domínio político-administrativo do município de Água Branca.

Foi em razão do curtume, das construções da Usina hidrelétrica de Angiquinho, da Fábrica de Linhas fundadas por Delmiro Gouveia e da estação de trem que lá já existia quando da chegada do cearense ao lugar, que o núcleo fabril da Pedra transformou-se, muito rapidamente, num lugar que atrairia sempre mais gente de todos os lugares¹, desde a primeira década do Século XX.

Sendo eu filho de barrageiro, meu pai, como muitos brasileiros, trabalhou nas usinas hidrelétricas de Paulo Afonso, no leito do Rio São Francisco, nas décadas de 1970 e 1980, vindo eu a ser natural do sertão baiano, já que nasci na capital da energia, nas proximidades da cachoeira de Paulo Afonso, confluência dos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, como se pode ver no mapa apresentado a seguir, que mostra muito claramente a situação geopolítica privilegiada da Pedra, hoje cidade de Delmiro Gouveia, no sertão do Rio São Francisco.

Ter nascido no sertão e aí haver vivido a maior parte de minha vida, faz-me um sertanejo que jamais deixou de se envolver com as coisas e os fatos ocorridos nos sertões onde nasci. Assim, uma vez estabelecido na Pedra, como quase tudo na cidade girava em torno da fábrica têxtil e da memória do seu fundador, Delmiro Gouveia, fui levado por minha curiosidade a conhecer a história do lugar e de um dos seus principais personagens. Desde o início dessa aventura, o que mais chamava minha atenção eram as inúmeras histórias que ouvia de pessoas que foram contemporâneas de Delmiro Gouveia, sobre a vida do homem que deu nome

¹ Mesmo com todo o incremento populacional e de recursos, porém, a Pedra somente seria elevada à categoria de município em 1954, passando a sede à condição de cidade, por meio da Lei Estadual nº. 1628 de 16 de Junho de 1952. Esta Lei, de autoria do Deputado Estadual Mário de Siqueira Torres, foi sancionada pelo então governador Arnon de Mello.

ao lugar e que, segundo eles, desbravou os sertões. Na Pedra/Delmiro², a memória coletiva existente ainda no final dos anos de 1980, sobre o fundador do núcleo, quando lá fui viver, era muito forte. Isso se fazia patente nas histórias recorrentes contadas pelos moradores. Ouvia-se de ex-operários e dos habitantes mais antigos da Pedra, falas do tipo “foi graças a Delmiro que hoje esta região é desenvolvida”.

Se, no plano oral, era viva a presença de Delmiro e muitos de seus feitos entre os delmirenses, de outra parte, encontrava-se pouco material bibliográfico na cidade sobre a trajetória daquele que praticamente a fundara. O que existia estava disperso nos acervos particulares, o que dificultava o conhecimento por meio de documentação materializada em objetos, imagens ou simplesmente por meio de escritos. Assim, nos primórdios de minha trajetória de investigador, sem a menor noção da quantidade de publicações existentes sobre Delmiro Gouveia e sua experiência como mentor de tudo o que se fez na Pedra nas quase duas décadas iniciais do Século XX, só foi possível ter ideia do que existia produzido sobre ele, quando saí a pesquisar em outros lugares. Alguns poucos objetos e documentos de que dispunha encontram-se, hoje, no Museu Regional que leva o nome do Delmiro e que se localiza na antiga estação de trem da Pedra, uma das paradas da ferrovia Paulo Afonso, mantida pela Great Western e que fazia o trajeto de Piranhas, em Alagoas, a Jatobá/Tacaratu³, em Pernambuco, e resume-se a algumas máquinas da antiga Fábrica de Linhas e outros de uso pessoal de Delmiro (algumas cartas e um birô do escritório da fábrica), e objetos da própria estação, como telégrafo, sino de aviso das chegadas e partidas dos trens, etc.

Foi, pois, incursionando pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), no Recife, pelo Arquivo Público de Alagoas (APAL) e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), em Maceió, que primeiro localizei um considerável acervo documental, iconográfico e textual, sobre o sertão alagoano e um de seus principais personagens da Primeira República. Enquanto isso, continuava eu a presenciar o desprezo dos agentes públicos em relação aos acervos localizados na

² Daqui para frente, toda vez que me referir aos tempos mais antigos, em que somente existia o núcleo fabril da Pedra, juntamente com os tempos mais recentes, quando o núcleo passou a ser a cidade de Delmiro Gouveia, utilizarei a expressão **Pedra/Delmiro** para indicar realidade impossível de situar num ou noutro lugar, porque simultaneamente presente em ambos.

³ Jatobá na época de Delmiro Gouveia era uma vila do município de Tacaratu / PE, onde ficava a última estação do ramal do Trem Paulo Afonso. Hoje, município emancipado de Tacaratu.

região sertaneja do Estado de Alagoas e na própria capital, Maceió, a exemplo dos arquivos judiciais e paroquiais que até hoje vêm se decompondo por falta de cuidado. Além de inexistir, ainda hoje, na própria região, uma instituição pública que recolha e salvasse o disperso, inacessível e deteriorado acervo documental sobre o sertão alagoano, causa indignação a falta de apoio dos governos às instituições que têm esta finalidade e estão sediadas em sua maioria na capital do Estado, tendo em vista que estas poderiam recuperar e guardar o pouco que resta de documentos e da memória sertaneja⁴. Aos poucos, vão-se perdendo documentos essenciais para futuros trabalhos de pesquisas e para cada vez mais conhecermos a nossa história.

Foi, portanto, em meio a essa realidade que iniciei um movimento articulado de artistas, profissionais liberais, líderes comunitários e professores, no intuito de conhecer a história da Pedra/Delmiro e do seu fundador, no qual teve papel fundamental, a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e alguns de seus dirigentes.

Foi dessa mobilização que resultou, em última instância, a criação da Fundação Delmiro Gouveia (FUNDEG), que passou a realizar cooperação com fins de pesquisa e difusão cultural com o “Centro de Documentação” da Fundação Joaquim Nabuco que, inclusive, funciona no palacete em que Delmiro residiu no auge de sua permanência na cidade do Recife, no bairro de Apipucos.

Estes foram os primeiros passos de um longo processo de pesquisa sobre a trajetória de um homem que, desde o início, percebi ser controverso, polêmico e temido por uns, enquanto por outros, admirado, respeitado e frequentemente idolatrado. Desse modo, se para muitos Delmiro Gouveia foi apenas um astuto e pragmático coronel da República Velha, com as marcas fortes da exploração, da trapaça e da violência em seu agir, para outros tantos, admiradores de sua obra, ele foi responsável por um processo de industrialização no sertão brasileiro ainda hoje tido como referencial de progresso e de civilização. Foi, pois, a partir, sobretudo, da articulação com a FUNDAJ e desse olhar controvertido sobre Delmiro, que me senti

⁴ A bem da verdade, é preciso reconhecer que, ao menos no plano da organização administrativa, o Arquivo Público de Alagoas sofreu, nos últimos anos, uma intervenção governamental, por conta da pressão de historiadores alagoanos, tendo à frente a AMPUH/AL. Isso abriu as portas do APA aos interessados por fontes documentais para a produção de um conhecimento mais fundamentado sobre Alagoas. Os resultados dessas mudanças, porém, por conta da natureza do Arquivo – inclusive do prédio em que se encontra abrigado -, ainda levarão algum tempo para serem sentidas plenamente.

estimulado a realizar novas pesquisas sobre a trajetória de vida daquele de quem muito se falava, mas pouco se conhecia com profundidade, pelo menos na cidade que ele praticamente fundou e da qual é patrono.

Enquanto isso, ao longo dos últimos 14 anos, em que fui curador da Semana Delmiro Gouveia, conheci e entrevistei contemporâneos do personagem, ao mesmo tempo em que, paulatinamente, ia tendo acesso a uma literatura para mim surpreendente e que existia em várias partes do Brasil sobre a experiência ocorrida a partir do núcleo fabril da Pedra e sobre seu mentor, principalmente no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Fortaleza, em Recife e mesmo em Maceió. Levantado o primeiro véu, logo fui me deparando com reportagens, depoimentos, biografias, dissertações, teses, roteiro de peças de teatro e de filmes, letras de músicas, artigos de jornais, crônicas, livros e até filmes sobre a vida e a obra de Delmiro Gouveia, compondo uma vasta produção sobre a sua experiência de industrial no sertão alagoano e mesmo antes, quando ele ainda vivia em Recife. Em meio às inúmeras descobertas num balanço feito para avaliar em que pé se encontrava a temática aqui referida⁵, merecem registro, por ordem cronológica de divulgação, o que foi produzido por Assis Chateaubriand (1917), Oliveira Lima (1917), Plínio Cavalcante (1917), Adolpho Santos (1947), Gylberto Freire (1959), Mauro Mota (1961), Octávio Brandão (1962), Pedro Motta Lima (1962), Tadeu Rocha (1963), seguidos por Felix Lima Júnior (1963), Olympio de Menezes (1963), Alencar Araripe (1965), Caio Mário Meira de Vasconcelos (1974), Graciliano Ramos (1977)⁶, Francisco Magalhães Martins (1979), Luiz Nunes Alves (1979), Jorge Oliveira (1984), Adalberon Cavalcanti Lins (1988), Hidelbrando Menezes (1991), Moacir Medeiros de Santana (1996), Frederico Pernambucano de Mello (1998), até chegar às teses de Telma de Barros Correia (1998) e de Dilton Cândido Santos Maynard (2008), sem se deixar de ter em conta o que escreveu Geraldo Sarno (2006), autor e diretor do único longa-metragem feito até hoje sobre Delmiro e ainda Vingt-Un Rosado (2001), David

⁵ Neste trabalho, ao levantar em que pé se encontram os estudos sobre Delmiro, prefiro a expressão “balanço da temática” em referência ao levantamento do que existe produzido sobre o tema, já que considero a expressão “estado da arte” uma tradução literal do inglês “*state of the art*”, que, em nossa língua, diz praticamente coisa nenhuma.

⁶ Embora alguns desses trabalhos - como os de Graciliano Ramos e de Mário de Andrade, por exemplo - tenham sido escritos e publicados muito antes das datas aqui citadas, faço as referências com a indicação das datas mais recentes da publicação dos escritos porque, infelizmente, foi a estes que tive acesso. A primeira edição de *Viventes das Alagoas* é de 1962, e a de *Os Filhos da Candinha* de Mário de Andrade de 1943.

Roberto Bandeira da Silva (2007), Jacques Marcovitch (2008), Mário de Andrade (2008), Alberto Cosme Gonçalves (2010) e Gilmar Teixeira (2011).

Minhas pesquisas empíricas levaram-me a perceber que eram cada vez mais abundantes os trabalhos de término de curso sobre a região e inúmeras dessas produções acadêmicas voltadas a compreender o pioneirismo de Delmiro Gouveia ao construir, no alto-sertão alagoano, uma usina hidrelétrica e uma fábrica de linhas, com habitações operárias dotadas dos mais atualizados equipamentos urbanos de saneamento básico, escolas, e equipamentos de lazer, ainda nos primeiros anos de 1900. O balanço dessa questão pela academia, por exemplo, revelou-me um conjunto de produções que abordam várias dimensões da vida social verificada na Pedra, tais como a urbanística, a arquitetônica, a econômica e a histórica, no seu sentido mais amplo.

Nesses escritos, sem exceção, logo me chamou a atenção o que quase todos mencionam como importante, que foi o processo de socialização de trabalhadores rurais para a vida urbana e fabril – denominado frequentemente por muitos como “processo civilizatório” – e ao qual eu vou chamar amiudadamente, como “educacional”.

O termo “civilizatório” aqui utilizado, como, às vezes, tem suas raízes na discussão travada desde o iluminismo e muito bem sistematizada em Norbert Elias (1993), quando este busca entender a civilização ocidental a partir dos modos de perceber e se conduzir na chamada “sociedade civilizada”. No que pese o caráter eurocêntrico desse conceito tematizado por Elias, ele se apresenta como operativo para o que me proponho a estudar, sobretudo porque o que quero entender é um fenômeno modelado a partir da matriz europeia de civilização, primeiro urbana e, em seguida, industrial que exigiu outro tipo de indivíduo com valores e comportamentos indispensáveis aos novos tipos de convivência que se impunham. Mesmo assim, pela natureza deste trabalho e porque é necessário, usarei, sempre que possível, educação e socialização do modo como se deu na Pedra, como sinônimos do que Elias chama de “processo civilizador”, inclusive no que tange à escolarização formal.

Refiro-me, aqui, evidentemente, ao que foi desenvolvido no sertão de Alagoas, mais especificamente, de 1913 a 1917, sob as ordens de Delmiro Gouveia

e, mesmo depois, até 1926, enquanto tinham poder de decisão os que o sucederam, os quais parecem não ter infringido qualquer ruptura significativa, ao menos no que diz respeito aos objetivos, ao projeto urbanístico e industrial implantado por Delmiro.

Trata-se de um período que começa quando Gouveia, refugiando-se no sertão alagoano, iniciou um ciclo de desenvolvimento industrial e de urbanização ainda hoje descrito como modelo de capitalismo progressista e civilizado por alguns visitantes da Pedra, e tomado por intelectuais, jornalistas, políticos e escritores de várias vertentes ideológicas como exemplo de experiência a ser seguida em todo o Brasil, na Primeira República, e mesmo depois desta⁷.

Analisar esta experiência com um olhar especificamente focado no processo educacional seria algo que, segundo pensei, poderia contribuir para uma certa sistematização, com uma possível releitura de aspectos da atuação de Delmiro Gouveia na Pedra e seus efeitos sobre o próprio sertão e seus habitantes no contexto da República Velha. Além do que, em assim procedendo, acreditei que poderia atrair para a atuação de Delmiro na Pedra o olhar dos educadores, já que o trabalho, desde seu título, tem uma marca fortemente educacional.

Foi, então, que procurei unir o útil ao agradável: dando continuidade a minha vida acadêmica, logo que possível busquei realizar o Mestrado em Educação Brasileira, no Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), dentro do Grupo de Pesquisa “Caminhos da Educação em Alagoas”, da linha de investigação “História e Política da Educação Brasileira”.

Para a construção do projeto da pesquisa cujos resultados são aqui apresentados, foi preponderante perceber que, mesmo havendo já inúmeras referências ao papel da educação no projeto industrial implantado por Delmiro Gouveia no núcleo fabril de Pedra, faltava um enfoque mais detido – mais formalizado, quero dizer - que, não somente se referisse à educação escolar implantada no núcleo fabril, mas que, sobretudo, fizesse um levantamento e uma análise mais detida e, se possível, até mais aprofundada dos processos

⁷ Para uma mais aprofundada compreensão desse modo frequentemente mitificado de se interpretar a ação de Delmiro na Pedra, vale a leitura da tese de doutorado de Dilton Candido Santos Maynard, intitulado “O Senhor da Pedra”, defendido na UFPE, em 2008.

educacionais não escolares tidos por admiradores do chamado “Senhor da Pedra,⁸” como verdadeira “cruzada civilizatória” empreendida sistematicamente naquela porção do sertão alagoano.

Para tanto, impunha-se uma análise mais apurada sobre o que se quer dizer por “*processo civilizatório*” e como se deu o processo educacional liderado por Delmiro, bem como a inserção do sertanejo nele, enquanto era desenvolvida a empreitada industrial da Pedra. E foi a partir dessa preocupação que passei a desenvolver a pesquisa que resultou nessa dissertação, tomando como elemento-guia do estudo essa estreita relação entre o que se convencionou chamar de “*moldes civilizados*” e “*processo educacional*” introduzidos no sertão alagoano, bem como o lugar do sertão no contexto da vida política regional e nacional.

Neste estudo, a minha contribuição, segundo penso, encontra-se na abordagem mais focada nos aspectos da educação na Pedra, que foi utilizada por Delmiro Gouveia como instrumento de divulgação das suas ações no sertão alagoano e enfatizada por seus observadores e visitantes como algo novo a ser exibido para todo o Brasil que ainda se debatia no dilema de se manter atrasado ou tornar-se moderno como requeriam os ideais da República recém-implantada no país. Desta forma, pensar a educação desenvolvida na Pedra em processo de industrialização, em confronto com o que se tinha como educação naqueles tempos, tanto no país, quanto, sobretudo, nos sertões, parece, além do mais, ser uma contribuição para se conhecer os caminhos da educação escolarizada na região em que Delmiro desenvolveu seu projeto econômico e social dos últimos anos de sua vida, – o sertão alagoano – e mesmo no Brasil, inclusive nos núcleos fabris que se multiplicavam àquela altura.

De fato, historicamente limitada à consideração do acesso à escolarização, a educação na região sertaneja, em razão da base cultural hegemônica dos estudos desenvolvidos pelos interessados pelo tema, centrados nos padrões europeus dominantes no pensamento da intelectualidade nacional, teve que ser, nesse

⁸ Este é um termo cunhado por Dilton Candido Santos Maynard para se referir a Delmiro Gouveia em várias passagens da tese escrita sobre este em 2008 e defendida na UFPE. É assim, inclusive, que o autor se refere com muita propriedade a Delmiro em várias passagens de seu trabalho, evitando, com essa estratégia, sempre que possível, o epíteto de “coronel” frequentemente utilizado para se referir ao todo-poderoso da Pedra.

estudo, ressignificada, assim como o próprio conceito de sertão e de sertanejo e até de República, de modo a se perceber a chamada “ação civilizatória” empreendida por Delmiro Gouveia nos seus devidos termos, o que, segundo penso, representa, também, outro aspecto relevante frente à maioria dos escritos divulgados até hoje sobre a temática educacional.

Assim, para chegar a perceber com maior clareza como os sertanejos e as sertanejas se converteram de trabalhadores rurais e artesãos, em operários fabris da Fábrica de Linhas da Pedra e o que Delmiro almejava com suas ações de “civilizador de terras, águas e gentes” (MOTA, 1961), foi necessário, rastrear, dentro da moldura construída por décadas para enquadrar o homem, o industrial, seu projeto - este, sobretudo – e o cotidiano dos sertanejos.

Para tanto, impôs-se a mim, igualmente, numa esfera mais ampla, uma releitura das realidades mais gerais em que se encontrava inserido o projeto industrial da Pedra, como o de República nascente embalada num discurso de modernidade e progresso, segundo se anunciava, à contraluz do coronelismo que vicejou em todo o período considerado (1902–1926)⁹ bem como do sertão e do sertanejo por se tratar do *locus* onde iria ser implantado, sob a liderança de Gouveia, o seu empório industrial, frente à política dos governadores, já que, para o sucesso de seu empreendimento industrial tornar-se-ia necessário trazer ao ideário dos sertanejos a importância e a prática dos chamados “*modos civilizados*”, tudo isso vinculado a uma nova perspectiva de desenvolvimento social e cultural. Esta foi, evidentemente, a formulação central que guiou minha pesquisa. E, para desenvolvê-la, tomei como referências as seguintes questões que serviram de guia para as minhas investigações:

- Se a educação escolar ou extraescolar, na sociedade capitalista industrial nascente – como no capitalismo de hoje - representa ferramenta fundamental na formação de um novo sujeito – no nosso caso, de um novo sertanejo, até

⁹ Embora, às vezes, refira-me ao período 1914-1917 como aquele que abarca a ação industrial de Delmiro na Pedra - e assim o faço por ser nele que a dimensão industrial de sua ação efetivamente se desenvolveu -, no entanto, considerando-se que a Fábrica de Linhas teve um processo de maturação que remontou não somente à construção da usina Hidroelétrica do Angiquinho e mesmo a um período anterior de montagem da sua infraestrutura, antecipo bem mais o período a ser considerado, recuando-o para o ano da chegada de Delmiro Gouveia ao sertão das Alagoas.

que ponto ela contribuiu para o projeto de industrialização ocorrido no sertão de Alagoas no início do século XX?

- Segundo parece ser possível se conjecturar, com base nos estudos produzidos sobre Delmiro Gouveia e sua ação, sobretudo na implantação da Fábrica da Pedra, o industrial não teria introduzido no seio da sociedade sertaneja em que atuou um novo processo de organização social como “fenômeno social total”¹⁰, desconhecido em Alagoas e pelo país afora nos moldes em que foi empreendido, que serviu como modelo de desenvolvimento social e econômico até depois de sua morte, e que foi motivo de espanto a tantos “viajantes” que tiveram oportunidade de conhecer a experiência e avaliá-la pela imprensa?
- A República, instalada no Brasil, a partir de 1889, teria trazido uma nova perspectiva política, econômica, social e educacional, capaz de romper com um modelo social e político arcaico, ou teria dificultado ainda mais a fixação das “*novas ideias civilizadas*” na mente e no agir dos que viviam no meio rural, sendo a ação de Delmiro um ato ditado, em boa parte, pelo seu modo de perceber o sertão, o sertanejo, a República e mesmo a Nação brasileira frente a seus projetos de industrial ali naquele lugar e no tempo em que se deu?
- O desenvolvimento de uma mentalidade calcada em “moldes civilizados” não teria sido, portanto, um desafio enfrentado por Delmiro Gouveia na materialização e no êxito do seu projeto social por conta da primazia do perfil de homem pragmático que teria orientado sua ação enquanto industrial e bem antes como negociante experiente e obstinado pelo sucesso?

¹⁰ A expressão tem por referência a categoria cunhada por Marcel Mauss (1974), até porque, como veremos, ao isolamento já provocado pela localização geográfica do empreendimento de Delmiro, juntar-se-ia o isolamento físico por meio de uma cerca, no interior da qual o industrial tinha inteiro controle de tudo o que era feito. Abordando a experiência desse modo, penso ter proveitos já que pretendo compreender o fenômeno da socialização empreendida por Delmiro Gouveia na Pedra, conforme nos ensina Maria da Graça Jacintho Setton (2012) ao definir o fato social total, como “uma prática social vivida por uma dinâmica processual, fundada na troca de bens e mensagens simbólicos entre instâncias socializadoras e agentes sociais, prática que envolve simultaneamente a todos, em todas as dimensões da vida dos agentes e tem como tarefa manter o contrato e o funcionamento de um consenso social na unidade da ação individual.”Essa forma de abordar parece-me adequada, sobretudo, pelo isolamento que fazia com que as relações se dessem como pensada por Mauss em relação aos grupos de organização simples que estudou.

- Por último, mas não sem uma importância igual às questões anteriores, a decisão de Delmiro em empreender um negócio moderno e de natureza urbana nos confins das Alagoas teria representado um ato heroico de um visionário, como muitos dos que tratam do tema parecem entender, ou representou a ação calculada de quem, sendo, simultaneamente, sertanejo e “civilizado”, sabia exatamente o que estava fazendo?

Trabalhar com essas questões obrigou-me a rastrear, antes de tudo, o que sobre o homem diziam seus biógrafos (principalmente SANTOS, 1947; ROCHA, 1963; MARTINS, 1979; MENEZES, 1991), atentando para a personalidade, o comportamento pessoal, o modo de empreender e de conduzir de Delmiro Gouveia, sem o que sempre me pareceu impossível captar o cerne de sua ação como educador.

Se a opção em privilegiar as fontes acima referidas para a construção da vida de Delmiro assentou-se no fato de que aqueles biógrafos com ele conviveram, como foi o caso de Santos (1947), ou tiveram acesso a testemunhos e à uma ampla documentação pessoal deixada pelo biografado, como Rocha (1963), Martins (1979) e Menezes (1991), a consideração de Delmiro como um educador, por sua vez, prende-se ao conceito cunhado por Durkheim (1955), quando este define o ato de educar como referido a processos sociais que atuam como ação homogeneizadora e, também, diferenciadora, ambas indispensáveis à vida social.

Assim, busquei refazer a trajetória de vida de Delmiro desde a infância - obscura em muitos pontos, diga-se de passagem - até sua ascensão social, quando já era tido como um dos homens mais ricos do Nordeste, seguindo seus passos até sua mudança para o sertão alagoano.

Com vistas à melhor compreensão do contexto social brasileiro, na época em que Delmiro atuou no sertão alagoano, possibilitando um panorama mais geral do país e ampliando nossa visão sobre a realidade social, política, econômica e suas influências na vida das pessoas, foi fundamental entender o sertão como uma importante categoria de análise, até porque “os operários de Pedra eram, na sua quase totalidade, originários do próprio sertão. A maioria compunha-se de flagelados da seca de 1915”. (CORREIA, 1998, p. 229).

Como o sertão é caracterizado, quase sempre, por seus estudiosos, como região inóspita, infértil, seca, carente de tudo e o seu habitante rude, violento, incivilizado e até bárbaro, foi indispensável para mim, perceber como Delmiro via a região e seus nativos. Afinal, quando ele chegou a Água Branca, em novembro de 1902, Pedra era uma povoação com pouco mais que uma estação ferroviária, a 20 km das quedas de Paulo Afonso, no rio São Francisco, vindo Delmiro a transformá-la num centro industrial tido como um dos mais impressionantes e significativos do Brasil, a se considerarem os indicadores de população, produção e dos testemunhos de inúmeros visitantes e mesmo colaboradores e operários que viveram a experiência juntamente com Delmiro.

O sertão foi, durante séculos, para os letrados do Brasil e do estrangeiro, até mesmo em pleno século XX, reiteradamente apresentado como um meio hostil e imerso no atraso, afastado do litoral pela distância geográfica e, mais ainda, pelo grau de civilização (CORREIA, 1998). Analisando como se formou a concepção do sertão na nação brasileira, por sua vez, percebe-se que os conceitos predominantes de nação, até fins da República Velha, relacionavam-se com as categorias de raça e meio, sendo a nação, segundo interpretações francamente hegemônicas, “prejudicada” por grupos populacionais que a impediam de ser civilizada. Os discursos tradicionais sobre o sertão e seus habitantes foram reiterados de um modo tal que “os paradigmas centrais desses discursos se reproduzem na categoria do jagunço, concebido como o sertanejo por excelência” (BARTELT, 2009, p 22). Segundo este estudioso da região em que se desenvolve meu objeto de estudo, a consciência que a nação brasileira teve do sertão se intensificou e somente se transformou após a guerra de Canudos, quando a barbárie cometida pela própria civilização se tornou patente, sendo os sertanejos deslocados do “exterior nacional” para seu âmbito interior. Por isso, a leitura de Bartelt sobre o sertão foi muito utilizada por mim, ajudando-me a desmistificar a concepção predominante e difundida pela elite brasileira ainda hoje - mesmo que não mais de modo hegemônico - de que o sertão é lugar onde a modernidade é impossível.

Parti, assim, como um dos marcos iniciais deste estudo, da posição de que a visão predominante sobre o sertão, além de ter sido construída no estrangeiro, ignorava a diversidade cultural existente, o que tornou indispensável identificar as

possibilidades e particularidades de uma região composta de especificidades geográficas no clima, solo, vegetação, sendo, inclusive, composto de algumas regiões de solo fértil e apropriado para toda espécie de cultivo, desde que dispondo de água suficiente.

Como o vilarejo da Pedra, apropriado por Delmiro, estava localizado no sertão alagoano, tendo representado o seu ideário de organização social o trabalho intensivo de transformação de matérias primas - primeiro pela pecuária e o beneficiamento do couro e depois por meio da industrialização -, incorporando, por mais de uma década quase todo o contingente de trabalhadores que o procuravam na vida econômica da região sertaneja, importava a mim entender como esta parcela de sertão se situava no projeto de civilização idealizado por setores da elite brasileira, e, sobretudo, por um grupo de republicanos, na I República. Afinal, foi, especialmente, por estar localizada no sertão, que o núcleo fabril da Pedra passou a ser difundido com todo o entusiasmo por apóstolos do progresso e da modernização do Brasil, em meio a um misto de susto e espanto, como sociedade modelo de civilização para o resto do Brasil.

A experiência industrial da Pedra foi, de fato, utilizada como propaganda do regime republicano, marcado, no Brasil, por contradições e divergências de ordem política e ideológica, por ter os primeiros passos do regime inaugurado em 1889, resultado da paradoxal convergência de interesses diversos de militares e fazendeiros do café, duas forças sociais empenhadas na luta pela consolidação desse regime político: enquanto os militares defendiam um federalismo moderado e a centralização do poder nas mãos da União, os senhores latifundiários defendiam a autonomia dos Estados e o favorecimento do núcleo agrário exportador em detrimento de setores ligados ao mercado interno. Assim, neste trabalho, a compreensão de que a República estava em jogo quando se apresentava o exemplo da Pedra fez-se, igualmente, central, impondo-se, portanto, a construção teórica e instrumental de uma concepção de Estado, para o que lancei mão das reflexões de Faoro (1975); Carvalho (1987); Cardoso et al. (2004), Verçosa (2006); e Tenório (2009), por sustentarem em suas leituras - tanto no plano nacional, quanto no plano regional - que a mudança de regime político não representou a mudança proclamada, tendo o povo continuado inteiramente excluído da vida política nacional,

ao menos por toda a República Velha. Segundo os autores aqui considerados, ao contrário de um discurso frequentemente trazido à luz, no Estado republicano implantado no Brasil, houve o fortalecimento do poder exercido pelos coronéis, tornando-se, no sertão, república e coronelismo como sinônimos perfeitos, determinando que as relações de poder a partir dos municípios do interior do Brasil viessem a ter um peso jamais visto, mesmo no império.

Para uma compreensão mais exata do fenômeno específico do coronelismo, que reforçou ainda mais a histórica indissociabilidade entre público e privado na vida nacional - e no cotidiano sertanejo, em particular - vali-me, especialmente das considerações de Vitor Nunes Leal (1997) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (2004). É que o entendimento do que significava efetivamente esse potentado político no mundo sertanejo da Velha República tornou-se essencial para mim, nessa pesquisa, vez que Delmiro foi assim considerado por muitos que o estudaram, em contraposição aos que o tiveram como expressão da modernidade que da República se esperava. Para essa compreensão, fez-se indispensável, por sua vez, entender a estrutura agrária do interior brasileiro, já que era ela que fornecia a base de sustentação das manifestações do poder privado no interior do Brasil.

Segundo Bartelt (2009), conforme já assinalai, foi em consequência da Guerra de Canudos que a nação brasileira passou a considerar o sertão como uma de suas regiões e, conseqüentemente, como espaço possível de ser integrado à civilização. E é justamente no rastro desse debate sobre o mestiço-sertanejo como incapaz de se alinhar ao progresso e à modernidade que se impunha à nação brasileira, que surge, toma corpo e é apresentada como exemplo a experiência liderada por Delmiro no núcleo fabril da Pedra. Importa, pois, captar as particularidades desses discursos, até porque eles não foram, em muitos aspectos, homogêneos, tendo sido um produzido com base na “raça” e outro a partir do “meio”.

Neste trabalho, para melhor análise do processo denominado de “civilização” que se empreendeu no núcleo fabril da Pedra, sob a liderança de Delmiro Gouveia, tive, como já referido, que ampliar o conceito de educação, de modo a que esse fenômeno ultrapassasse os muros escolares, tendo em vista que é particularmente forte e inclusivo o registro de uma pedagogia total aplicada por Delmiro na Pedra, por meio de novos padrões de sociabilidade que ia até ao mundo do trabalho, sem

negligenciar as relações de sociabilidade que se davam no dia-a-dia. Assim, parti da compreensão de que a educação, como prática social e histórica, consiste em processos de socialização formais e não formais, podendo, esses, inclusive, serem sempre mais formalizados, quanto mais restrito e controlado o grupo social a eles submetido. Nesse particular, vali-me das reflexões feitas por Durkheim (1955) e Mauss (1979), o que me obrigou, na busca de entender o “*processo civilizatório*” desenvolvido por Delmiro Gouveia no alto sertão alagoano, a caminhar pelo interior da vida social e cultural da sociedade sertaneja, rastreando a ação quotidiana de Delmiro Gouveia considerado como educador social. Evidentemente que, nem por isso, deixei de problematizar os processos e modelos de educação escolar do final do Império e principalmente da Primeira República, fundado nos ideais de civilização e progresso instaurados pelo regime republicano e bastante tematizados por Nagle (1976); Saviani (2006); Decca (1991), Aguiar (1997) e Gondra (2004; 2008).

Especificamente, quanto aos aspectos educacionais que predominaram na Primeira República, por ter sido este o marco do processo educacional e “civilizatório” realizado no sertão de Alagoas e que será especificamente objeto de análise desta dissertação, tomei em conta os referenciais teóricos produzidos por Craveiro Costa (1983; 2011), e Verçosa (2006). Esta foi a chave para compreender o tipo de educação já existente no sertão alagoano e como foram introduzidos, na sociedade sertaneja, hábitos e valores ainda desconhecidos pela maioria dos viventes nessa região do país, buscando captar até que ponto as dimensões escolar e não escolar desse processo se relacionam com o projeto de progresso industrial, desenvolvido numa região marcada por características rurais e coronelísticas e estigmatizadas, como já assinalei, como impermeáveis ao progresso e à modernidade.

Junto ao passo preliminar que consistiu no levantamento da bibliografia existente sobre a temática, nesta pesquisa foi fundamental a observação histórica do período em que se deu o fenômeno, tendo eu o cuidado de não ignorar testemunhos não escritos, para o que precisei recorrer a uma multiplicidade de documentos e técnicas. Assim, para rastrear a trajetória educacional do sertão de Alagoas foi fundamental, igualmente, o acesso ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), em que se encontram os relatórios de Presidentes da Província de

Alagoas, relatórios dos diretores da Instrução Pública, dos Governadores do Estado, bem como almanaques que registraram indicadores do período, além de uma série de documentos oficiais e não oficiais sobre a educação da fase histórica analisada.

Sendo os dados presentes nos documentos referidos, em sua maioria, genéricos, com poucas informações sobre a região sertaneja estudada, foi-me indispensável proceder a novas pesquisas em outras instituições. Neste caminho, analisei documentos oficiais públicos e privados, a legislação educacional nacional e estadual, bem como recolhi depoimentos de operários da fábrica, contemporâneos de Delmiro de sertanejos e sertanejas descendentes de moradores da Pedra, buscando analisar o funcionamento das escolas criadas no núcleo fabril, a sua função e um conjunto de normas de comportamentos e valores impostos por Delmiro aos moradores e frequentadores de seu núcleo fabril, assim como o modo como essas normas e valores eram recebidos pelos sertanejos.

Na busca de elementos capazes de informar adequadamente um fenômeno que teve lugar há um século, mais ou menos, foi fundamental localizar muitos exemplares do Jornal “Correio da Pedra”, por permitir este o levantamento do cotidiano da Pedra no período que vai de 1918 a 1930. Ainda que esse jornal não tenha sido contemporâneo à ação direta de Delmiro até seu assassinato, ele se reveste de importância para esta pesquisa, vez que foi criado e circulou logo após o desaparecimento do “senhor da Pedra”, em meio a uma realidade que, sob a direção de sócios e herdeiros de Delmiro, não sofreu, quanto aos objetivos, grandes alterações. No “Correio da Pedra”¹¹ encontrei inúmeros artigos, matérias e notas sobre a educação ali desenvolvida. Com o acervo existente na hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) foi possível identificar o número de escolas existentes e entender a sua função na educação das crianças e dos adultos da Pedra, bem como identificar onde eram ministradas as aulas, a relação nominal de alunos e professores, calendário escolar, além da vida social de todos os habitantes do núcleo e, principalmente, dos operários e operárias da Fábrica de Linhas Estrela, bem como o monitoramento exercido pela Companhia Agro Fabril Mercantil sobre todos.

¹¹ Mesmo tempo iniciado a circular em 1918, este jornal foi projetado por Delmiro e traz muitas informações e memórias sobre o período de Delmiro Gouveia à frente do núcleo fabril da Pedra.

Aos depoimentos colhidos de ex-operários e moradores da Pedra, vieram se juntar depoimentos encontrados em livros, artigos, e entrevistas de visitantes deste núcleo fabril no período em que Delmiro Gouveia ainda estava vivo, e mesmo depois de sua morte, destacando-se o artigo escrito por Assis Chateaubriand, intitulado “Uma Resposta a Canudos”, publicado em 1917 e reeditado em 1990. Este foi resultado da visita que o jornalista fez à Pedra quando Delmiro ainda era vivo e que passou a ser um dos marcos referenciais para o modo como foi construída a imagem de “civilização” para o empreendimento industrial sertanejo criado por Delmiro e que permaneceu em funcionamento por vários anos após o assassinato de Gouveia.

Seja para compreender o que na Pedra foi apresentado como exemplo de conduta civilizada, e por que assim foi por décadas, fez-se necessário, igualmente, analisar os personagens que participaram da experiência, bem como suas ideias e seus contextos de vida. Outros documentos que também permitiram reconstruir o fenômeno e suas representações foram os encontrados no arquivo do Museu Regional Delmiro Gouveia, onde está, por exemplo, o registro de despesas com educação dos herdeiros de Delmiro Gouveia, no Rio de Janeiro e na Inglaterra, no período que vai de 1918 a 1923, pelo que expressam em termos do valor conferido à educação escolar e ao modelo europeu que representava paradigma de vida civilizada para Delmiro e os que o sucederam. No arquivo da Fábrica da Pedra outros importantes documentos permitiram interpretar partes significativas do cotidiano dos operários da indústria de linhas.

No acervo da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), localizei imagens do núcleo fabril da Pedra, entre as quais a do Grupo Escolar Delmiro Gouveia, possivelmente do final da década de 1920 e o depoimento manuscrito pelo ex-operário da Fábrica de Linhas (no período de 1914 a 1917), Lauro Góes, intitulado “Recordações de um passado relativamente bem vivido, mas que jamais desejaríamos revivê-lo (1962)”, que me ajudou entender como era o funcionamento da fábrica, o dia a dia do seu escritório, bem como o cotidiano dos rapazes e moças solteiras e, até, o temperamento de Delmiro Gouveia.

Ao adotar, neste estudo, a postura crítica assumida pela Nova História, cumpre-me evidenciar a minha compreensão da história como História-problema,

que procura captar caracteres gerais das instituições sociais e das mentalidades (LE GOFF, 2007). Esse é um enfoque que possibilita captar fenômenos de longa duração entranhados nas estruturas da vida social e da cultura (BLOC 1957; BRAUDEL, 1966 apud VERÇOSA, 2006, p. 21) que é do que se trata, quando penso captar modos de pensar e de sentir dos habitantes de determinada porção do sertão alagoano.

Foi também por sua capacidade de apontar para a historicidade dos processos de constituições das relações sociais que ancorei meu estudo numa modalidade da chamada História Social: por sua exigência de determinação mais rigorosa do lugar de fala dos discursos constituídos pelo historiador como documentos, pelo relevo dado à escola na constituição das referidas relações; pelo alargamento da concepção de fontes e recurso a novos procedimentos de análise, presentes especialmente nos seus estudos de história oral, pela maneira com que põe em evidência a interpretação necessária entre estudos históricos da educação e contribuições de campos como antropologia, a psicologia, a linguística e a filosofia, etc. Creio ter, assim, encontrado, nessa forma de abordar a História, uma ferramenta fundamental para compreender os fenômenos que me propus estudar.

Essa minha escolha leva em consideração que a história passou por importantes transformações desde a segunda metade do Século XIX, sobretudo quanto ao uso de novas categorias de análise e de aportes teóricos e metodológicos. Desde a emergência do pensamento de Karl Marx, porém, a obra de Marc Bloch, em parceria com Lucien Fèbvre, foi aquela que, na primeira metade dos anos de 1930, tornou-se marcante e despontou como uma nova possibilidade para os estudos históricos do mundo ocidental. Bloch, um dos fundadores da “Escola dos Annales” revolucionária, de fato, a História, afirmando que esta disciplina, a partir de suas proposições, não seria mais entendida como a ciência do passado, uma vez que, segundo ele, “passado não é objeto de ciência”. Ao contrário, era no jogo entre a importância do presente para a compreensão do passado e vice-versa que a partida era, de fato, jogada. Este é um caminho da história que busca “novos problemas, novos caminhos, novos objetos”, ou seja, uma história ampliada e verticalizada. Essa concepção representou, na verdade, uma ruptura tal que, segundo Peter Burke (1992), poderia ser denominada uma verdadeira “revolução

francesa” na historiografia. É, pois, essa perspectiva da história que busquei assumir na aproximação do meu objeto nesta pesquisa.

Feita a pesquisa, estruturei a exposição deste trabalho em cinco partes, assim dispostas:

A primeira parte, que é a Introdução, já devidamente apresentada, situa o estudo, seus objetivos, sua justificativa, seus problemas, as referências teóricas mobilizadas, bem como a metodologia adotada, elegendo e explicitando as categorias-chave instrumentais à leitura da ação educativa – ou civilizatória, como querem alguns - de Delmiro Gouveia no núcleo fabril da Pedra.

A segunda parte, denominada “A trajetória nada ortodoxa de um industrial sertanejo”, apresenta a vida e a obra do “*self-made man*” que veio para o sertão e nele construiu o principal empreendimento de sua vida, não tão longa assim, e com características apresentadas por muitos como modelares para os empreendedores do Brasil da Primeira República. Também discorre sobre o contexto histórico e político nacional e do sertão, com destaque para as relações de poder dominantes, trazendo elementos conceituais sobre “Sertão”, capazes de explicar a trajetória e os feitos de Delmiro Gouveia no sertão de Alagoas e, quem sabe, as características centrais do modo de agir desse industrial sertanejo.

A terceira parte, intitulada de “Educação na República dos Coronéis” apresenta um quadro da realidade socioeducacional na sociedade brasileira e alagoana contemporânea à atuação de Delmiro na Pedra.

A quarta parte, chamada “Civilização e educação na Pedra”, apresenta uma leitura do cotidiano da comunidade da Pedra enquanto busca empreender uma análise sobre os “moldes educacionais e civilizatórios” implantados no perímetro do núcleo fabril da Pedra, ao tempo em que traço um perfil do processo educacional escolar instituído na Pedra e, conseqüentemente, no sertão alagoano na gestão de Delmiro Gouveia e no período imediatamente posterior à sua morte, até 1926 quando assumem o comando do núcleo fabril sertanejo industriais pernambucanos que redirecionam o projeto da Pedra, encerrando o ciclo de comando iniciado por Delmiro Gouveia.

Na quinta e última parte, chamada de CONSIDERAÇÕES FINAIS, busco fazer uma síntese de todos os elementos considerados, abrindo, mais que fechando, questões para estudos que possam vir a ser desenvolvidos sobre a educação no sertão alagoano, nordestino e mesmo brasileiro. Dessa forma, espero vir a contribuir para uma leitura dos caminhos percorridos pela educação em nossa sociedade, para o que me imponho o prosseguimento de uma jornada que, espero, seja também percorrida pelos leitores aos quais o tema venha a interessar.

1 A TRAJETÓRIA NADA ORTODOXA DE UM INDUSTRIAL SERTANEJO.

Quem se dispuser a escrever uma biografia de Delmiro Gouveia menos ascética e enumerativa, voltada para dentro do homem e não apenas para suas reações exteriores, há de sentir que ele já utilizava o primeiro emprego, de modesto ferroviário, como um aprendizado de liderança e contacto com os problemas econômico-sociais de sua época.

Mauro Mota (A “Estrela” de Pedra: Delmiro Gouveia, civilizador de terras, águas e gentes)

A trajetória de Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, a seguir delineada, desde o seu nascimento, passando por sua ascensão na sociedade pernambucana até o início de suas atividades empresariais no sertão de Alagoas, no começo do Século XX, buscou como referências básicas os textos escritos pelos biógrafos que considero terem procurado acompanhar a trajetória do Delmiro em todas as suas fases. Suas narrativas parecem ser a expressão da fala e dos sentimentos de pessoas que tiveram estreitos vínculos com o empresário e sua obra, bem como com os seus descendentes. Ainda que todas essas biografias tragam em suas narrativas opiniões e sentimentos de admiradores do cearense nascido na cidade de Ipu, foram elas, a meu ver, as que buscaram percorrer os meandros da conturbada vida deste comerciante-industrial sertanejo.

Assim, quatro obras biográficas foram fundamentais para o conhecimento da trajetória pouco linear de Delmiro, a saber: o escrito “Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo bibliográfico”, da autoria de Adolpho Santos (SANTOS, 1947), a obra “Delmiro Gouveia: O pioneiro de Paulo Afonso”, escrita por Tadeu Rocha, (ROCHA, 1963), “Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista”, de Francisco Magalhães Martins, (MARTINS, 1979), e “Delmiro Gouveia: Vida e Morte”, de Hidelbrando Menezes (MENEZES, 1991). Isso não significa que outros trabalhos sobre o pioneiro não tenham sido utilizados, pelo contrário, utilizamos todos os que consideramos contribuir de alguma forma com o levantamento da trajetória que realizamos. No entanto, a base maior foram os trabalhos acima referidos: a de Adolpho Santos, porque ele trabalhou na Pedra por quase dezenove anos, lá chegando em 15 de Novembro de 1908 e só saindo em Fevereiro de 1927 por divergências com os herdeiros de Delmiro Gouveia, tendo sido gerente da Fábrica da Pedra no início de seu funcionamento, em Junho de 1914, e editor do Jornal Correio da Pedra, além de ter se casado com Laura Gouveia, sobrinha de Delmiro; a

biografia escrita por Tadeu Rocha foi fundamental porque, tendo ele nascido em Santana do Ipanema, sertão de Alagoas, era filho do Coronel Manoel Rodrigues da Rocha, chefe político deste município e amigo de Delmiro Gouveia, a quem recebia no seu sobrado, quando da passagem deste por Santana do Ipanema, em viagem para Garanhuns, em Pernambuco, ou Palmeira dos Índios, Quebrangulo e Maceió, em Alagoas, tendo o autor, desde criança, conhecido o biografado; já as de Francisco Magalhães Martins e de Hidelbrando Menezes me serviram também de base porque são aquelas que se apoiam em fontes primárias, muitas das quais de propriedade dos familiares de Delmiro Gouveia.

Do ponto de vista de documentos e fatos relacionados à trajetória de Gouveia, apesar de ser considerável a quantidade de textos escritos, percebe-se uma recorrência destes trabalhos sobre praticamente tudo o que tem sido produzido sobre a sua vida. Poucos têm sido os autores e pesquisadores que ousaram analisar a trajetória de Delmiro para além do que esses biógrafos produziram. Assim, apesar de algumas biografias serem apresentadas como originais, quando examinadas detidamente reproduzem o que já foi dito e pouco acrescenta no que concerne a sua trajetória.

1.1 Os Primeiros Passos

Somente a partir da inauguração das usinas hidrelétricas de Paulo Afonso na década de 1950, com o propósito de produzir energia para o Nordeste, é que se inicia o processo de recuperação sistemática da memória e da trajetória de Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, pioneiro na utilização das águas do São Francisco na produção de energia. Também contribuiu para este fato a determinação oficial de se celebrar, na década de 1960, o centenário de seu nascimento, com a realização de eventos comemorativos como seminários e a publicação de várias biografias. Isso ocorreu simultaneamente em Alagoas e Pernambuco e envolveu jornalistas, empresários, políticos, estudantes e intelectuais como Mauro Mota, Gilberto Freyre, Félix Lima Junior, Tadeu Rocha, para citar apenas alguns. (MAYNARD, 2008) Com a publicação de diversas biografias sobre o pioneiro da Hidroeletricidade no Norte do Brasil passam então a ser conhecidos diversos aspectos da trajetória nada ortodoxa e polêmica de Delmiro Gouveia.

Já no anúncio da data de celebração do centenário do seu nascimento (06 de junho de 1961), surge a primeira celeuma entre biógrafos e o Governo de Alagoas, tendo em vista haver divergências sobre a data e o local em que Delmiro teria nascido. Após requerimento feito ao Bispo de Sobral, por Tadeu Rocha, este recebeu uma certidão do Padre Francisco Sadock de Araújo, escrivão da Câmara Eclesiástica da Secretaria do Bispado da referida diocese (ROCHA, 1963, p. 141) tendo também o Governo de Alagoas consultado o Bispo de Sobral sobre a data de nascimento de Delmiro. Para ambas as consultas, foi reafirmada, pela diocese de Sobral, a data já referida. De ordem do Bispo, o Padre Sadock, estudioso de história, realizou pesquisa para localizar o batistério de Delmiro Gouveia nos livros de assentamento da igreja de Santa Quitéria, que se encontram no arquivo da sede diocesana. Como resultado das investigações, em resposta ao Governo de Alagoas e ao pesquisador Tadeu Rocha, informaria o Bispo de Sobral, à vista de certidão lavrada pelo Padre Francisco Manoel de Lima e Albuquerque, o que segue:

Delmiro B. filho natural de Leonila Flora da Cruz Gouveia, nasceu a cinco de junho e a trinta do mesmo mez e anno de mil oitocentos e sessenta e três foi batizado solenemente e com os santos óleos em desobriga de licença minha pelo Rdo. Choadjuntor Bernardino d'Oliveira Memória: foram PP Capm. Elmiro de Sousa e Oliveira e D. Anna Rodrigues Veras. Do que para constar fiz este assento que assino. O Vigr.^o Francisco Manoel de Lima e Albuquerque. (MARTINS, 1979, p. 13)

Finda a dúvida, ficaria esclarecido que Delmiro Gouveia, como chegaria a ser conhecido, tinha nascido na fazenda Boa Vista, região da serra da Ibiapaba, município de Ipu, no Estado do Ceará, em 05 de junho de 1863. Embora na certidão de batismo somente conste o nome da mãe, por ter ele nascido fora de um casamento formal, era filho do cavalariano Delmiro Porfírio de Farias, promovido a Major e morto em dezembro de 1867, na Guerra do Paraguai.

Sua mãe, Leonila Flora da Cruz Gouveia, “apelidada de Curica nos sertões de Ipu”, era uma moça de família influente na Paraíba e em Pernambuco. Moça de educação fina, tocava piano e foi professora. Fugiu com o “Belo de Farias” do Recife para região de Santa Quitéria, nas proximidades do Ipu - Ceará. Leonila, apaixonada, foge com o pai de Delmiro, como ousavam fazer os enamorados que, por alguma razão, eram impedidos de casar, indo para o sítio São Paulo, próximo de onde Delmiro pai já tinha uma residência na qual morava com a esposa legítima, Francisca Mesquita de Farias, e cinco filhos. Delmiro de Farias, procurado pela

família de Leonila e pressionado por parentes, não encontraria outra saída a não ser alistar-se para servir no corpo de voluntários na Guerra do Paraguai, para onde partiria para não mais voltar. Morto em combate, deixaria desamparada Leonila, com duas crianças: a filha mais velha, Maria Augusta Gouveia, com seis anos de idade, e o menino Delmiro, com quatro anos, o que obrigou mãe e filhos a retornar a Pernambuco.

A mãe do menino Delmiro era filha do Comendador Ismael Cruz Gouveia, senhor de engenho em Itabaiana-PB, e deputado por Pernambuco. Tendo regressado a Pernambuco logo após a notícia da morte do companheiro, ela iria, primeiro para a cidade pernambucana de Goiana e, depois, para o Recife. Filha de uma relação conjugal extraoficial, Leonila, com a morte do pai, assim que retornara a Pernambuco, não entraria no testamento, ficando desamparada e sem posses (ROCHA, 1963, p. 143), o que a obrigaria, já no Recife, para sobreviver e criar o casal de filhos, a ter que ir trabalhar como empregada doméstica na casa do promotor e advogado, Dr. José Vicente Meira de Vasconcelos, que era um importante líder socialista em Pernambuco.

Figura 1 – Leonila Gouveia e Meira de Vasconcelos com Delmiro, aos 4 anos de idade.



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

Após alguns anos trabalhando na residência do advogado, passaria Leonila a manter uma relação conjugal com o Dr. Meira, situação que duraria pouco tempo, pois, tendo adoecido gravemente do coração, ela viria a falecer, tendo, porém, antes se casado *in extremis*. De fato, na manhã do dia seguinte, aos 7 de outubro de 1877, morreria a mãe de Delmiro. (MARTINS, 1979, p. 31)

Depois do falecimento de Leonila Flora, Meira de Vasconcelos continuou a amparar os enteados, como fizera em vida daquela e, então, como padrasto. Como, seis meses antes da morte da mãe, a jovem Maria Augusta tinha deixado o lar do padrasto, a fim de construir o seu, Delmiro, já um rapazinho com 15 anos de idade, mas, bastante desenvolvido para a idade e senhor de si, deixaria também a casa do padrasto para enfrentar, sozinho, a vida.

Figura 2 – Delmiro Gouveia com aproximadamente 10 anos de idade.



Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Vê-se, por esse ato de Delmiro, que a independência era um traço de seu caráter. Em vez de acomodar-se à situação de enteado aceito e mantido pelo

padrasto, podendo, inclusive, completar seus estudos formais numa cidade que punha à disposição de quem quisesse e pudesse até o ensino superior, preferiu aventurar-se na vida por conta própria, com uma escolaridade cujos pormenores são praticamente deixados à margem pela maioria dos seus biógrafos. De qualquer modo, Rocha (1963, p. 34) nos conta que, segundo depoimento de Arsênio Meira de Vasconcelos, filho de José Vicente Meira de Vasconcelos, foi o pai deste quem botou nas mãos de Delmiro a cartilha do ABC, tendo o mesmo na escola aprendido as quatro operações aritméticas e a escrever carta com boa letra, logo abandonando a educação escolar para iniciar-se no mundo do trabalho, como vimos, ainda bem cedo.

1.2 Os Primeiros Empregos

Assim, órfão de pai e mãe, Delmiro Gouveia, após deixar a casa do padrasto, vai iniciar-se na vida profissional para sobreviver. Assim, seu primeiro emprego foi o de bilheteiro de estação de trem na Maxabomba, como era chamado a Brazilian Street Railways Company¹², concessionária de um sistema de transporte ferroviário urbano, que fazia a ligação do Recife com Apipucos, com ramais estendidos posteriormente a outros bairros. Aplicado ao que fazia, não demorou muito para chegar a chefe de estação. Em busca de novas oportunidades, em seguida, iria trabalhar como despachante de barcaças no cais de Ramos, no Recife, sendo neste emprego que Delmiro iniciaria a comercializar a serviço de outros algodão e peles de animais, negócios bastante prósperos na época.

Ao enxergar a importância desses negócios – do último, sobretudo -, ele logo iniciaria suas viagens pelo interior para entrar em contato com negociantes e produtores, no intuito de comprar algodão e, posteriormente, peles de animais, primeiro na qualidade de empregado e, depois, como corretor das firmas que então incrementavam muito o comércio de couinhos no Nordeste, com armazéns e escritórios no Recife. É nesta época que Delmiro conhece Herman Lundgren¹³,

¹² Os trens da “Brazilian Street Railway Company” e da “Companhia de Trilhos Urbanos do Recife e Olinda” ficaram conhecidos por este nome de “maxabomba”, abasileiramento das palavras inglesas “machine pump”, dando ao Recife a glória de possuir o primeiro serviço de trens urbanos de toda a América Latina.

¹³ Sueco radicado no Recife, era comprador e exportador de peles, tendo financiado Delmiro nas primeiras incursões pelo interior de Pernambuco na compra de peles que eram exportadas para a Europa. Foi um dos principais industriais pernambucanos.

Clement Levy¹⁴, Lionello Iona¹⁵ e Guido Ferrário¹⁶, com os quais iria estreitar relações pessoais e de negócio, como veremos adiante.

Percorrendo constantemente o interior de Pernambuco para a compra de peles de animais, Delmiro constituiria um núcleo dos seus negócios na cidade de Pesqueira, por ser um ponto estratégico do sertão pernambucano com os mercados fornecedores. Nesta cidade, recebeu sempre o apoio de Antonio Severiano de Melo Falcão, tabelião respeitado, e de sua esposa, Cândida Campelo Falcão. E foi nestas incursões por Pesqueira e frequentando a residência do tabelião que Delmiro conheceria e se apaixonaria pela filha do casal. Assim, com vinte anos de idade, Delmiro Gouveia casa-se, no dia 28 de agosto de 1883, na cidade de Pesqueira, com Anunciada Cândida de Melo Falcão. Aqui estava já em franca ascensão o capitalista, cuja fortuna seria construída e mais e mais ampliada com base no comércio.

Delmiro e “Iaiá”, como Anunciada era chamada, foram morar no Recife. (MARTINS, 1979, p. 147) Ele adquiriu e reconstruiu, mais tarde, um palacete a que deu o nome de “Vila Anunciada” em homenagem a sua esposa.

Segundo relato de seus biógrafos, o palacete de Apipucos¹⁷ tinha luxuosos salões e paredes decoradas por artista francês e os banquetes ali oferecidos ficaram famosos pela excelência das comidas e pela gentileza dos anfitriões. Por esses e outros dados da biografia de Delmiro pode-se facilmente perceber o refinamento urbano de um homem oriundo de situação familiar bastante acidentada que fizera sua trajetória de trabalhador em meio às classes populares, rurais, na maior parte do tempo. Poucas ou nenhuma são as explicações a justificar a construção desse perfil

¹⁴ Inglês que constituiu sociedade com Delmiro Gouveia, na firma Levy & Delmiro, tendo o contrato social registrado na Junta Comercial de Pernambuco no dia 30 de Julho de 1891. Essa sociedade foi desfeita em abril de 1893, tendo ele se mudado para o Ceará.

¹⁵ Italiano, casado com a pernambucana Marieta, foi uma espécie de testa-de-ferro de Delmiro. Na Pedra, exerceu a função de auditor, encarregado de relatar contratos e documentos, traduzir papéis em línguas estrangeiras, tendo sido consultor financeiro de Delmiro. Após a morte de Delmiro, ocupou sua vaga na direção dos negócios na Pedra. Afastado no final de 1924 pelos herdeiros de Delmiro da condução dos negócios da Cia. Agro Fabril Mercantil retornaria para Recife e tempos depois para a Itália.

¹⁶ Italiano, radicou-se no Brasil, onde morreu em 1923, de modo estranho, sob suspeita de envenenamento. Era o gerente de Iona & Cia., em Maceió-AL, falava seis idiomas e possuía grande prática bancária-comercial, pois fora empregado do River Plate Bank, tendo servido até na Grécia. Era homem da confiança de Delmiro, de quem tinha carta branca para resolver todos os negócios.

¹⁷ O prédio, ainda hoje existente no subúrbio homônimo da cidade do Recife, é atualmente a sede do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco.

de “homem civilizado” – de *dandy*¹⁸ muitas vezes – em meio à rudeza da trajetória do homem de negócios, cujos obstáculos, segundo seus biógrafos, tinham sua transposição buscada até a pauladas, como veremos a seguir.

Figura 3 – Vila Anunciada – O Palacete de Apipucos.



Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Os modos refinados de Delmiro iriam levá-lo, inclusive, a patrocinar espetáculos teatrais e musicais e a frequentá-los – evidentemente quase sempre com os olhos voltados para uma ou outra atriz das companhias -, fazendo com que, não somente tornasse amplamente conhecidas suas relações extraconjugais, como caísse na tentação até de levar uma ou outra para sua própria mansão em Apipucos, por ocasião das festas que promovia para a “nata” da sociedade pernambucana.

Já rico, Delmiro, com pouca escolaridade, mas bem articulado no mundo dos negócios, sobretudo com o mercado externo, gozaria da amizade de personalidades da alta sociedade recifense, como os intelectuais Faelante da Câmara, Gonçalves

¹⁸ Termo inglês corrente na língua portuguesa para homens elegantes e galantes que não eram oriundos da nobreza. No caso de Delmiro, tendo-se em vista que o termo costuma ser tomado pejorativamente para quem é, inclusive, estroina e fútil, trata-se de um qualificativo aplicável apenas no que ele significa de elegância física, gostos refinados, modos galanteadores e, de preferência, quando não agindo na qualidade de empresário.

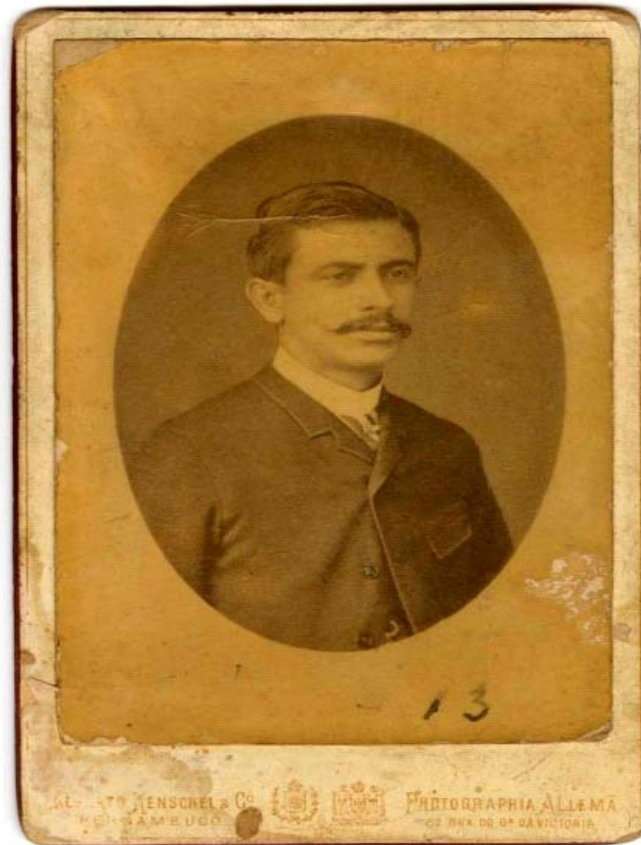
Maia, Martins Júnior e Balthazar Pereira, sempre presentes nos eventos realizados no palacete do “Rei das Peles”, que é como Delmiro é denominado por muitos de seus biógrafos por ter sido ele um dos principais exportadores de peles de animais do Brasil para a América do Norte no período das duas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. O seu palacete era frequentado, igualmente, por músicos, pintores e artistas. Foi numa época em que Delmiro ditou moda, a ponto de ter batizado com seu nome o famoso “colarinho Delmiro Gouveia”, pois, frequentando a alta sociedade recifense, sempre bem vestido, utilizava um tipo de colarinho alto, engomado e branco, o qual passou a ser conhecido por seu nome.

Nesse período, devido aos casos amorosos que viria a manter, sobretudo com artistas cujos espetáculos patrocinava no Teatro Santa Isabel, Delmiro provocaria muito ciúme em Anunciada que, humilhada pela publicidade dos romances do marido e cobrada por não lhe proporcionar nenhum herdeiro, terminaria por se separar dele, retornando à casa dos pais no município de Pesqueira, onde faleceria, muitos anos depois, em 1937.

1.3 O “rei das peles” e suas “várias peles”

Delmiro, ainda bem jovem, mas já conhecido como o “rei das peles”, continuaria revelando suas várias “peles”. Nessa trajetória, percorreria o interior nordestino por conta de Herman Lundgren, comprando peles que eram exportadas para Europa, Ásia e África. Posteriormente, vindo a ser fornecedor do curtume norte-americano Keen Sutterly & Co., de Filadelfia, em 1892, Delmiro passaria a ser gerente da filial dessa firma em Pernambuco. Em 1896, fundaria a firma Delmiro Gouveia & Cia., tratando logo, para consolidar seus negócios, de eliminar os concorrentes, o que o levou a encampar os negócios da Ernest Kant, aproveitando Lionello Iona, Guido Ferrário e Luiz Bahia, que eram os mais experientes funcionários da firma encampada.

Figura 4 – Delmiro Gouveia aos vinte e dois anos de idade.



Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Foi pela intensificação de suas incursões pelas cidades do interior de vários Estados brasileiros e por meio dos intermediários de compra de peles de animais que ele conhecia que, em breve espaço de tempo, Delmiro Gouveia constituiu-se efetivamente como “o rei das peles”, pelo controle que mantinha nesse ramo do comércio, tornando-se um dos homens mais ricos do Norte brasileiro, o que lhe abria ainda mais as portas da alta sociedade do Recife, para frequentar os ricos e famosos e ser por eles frequentado. Com o dinheiro ganho no comércio de exportação de peles, Delmiro dava andamento a novos empreendimentos no Recife. Segundo Adolpho Santos:

As compras de peles se estendiam por uma vastíssima zona de operações, que abrangiam o interior de Pernambuco até as fronteiras da Paraíba e Ceará, inclusive ao Norte; Sergipe e Bahia, ao Sul, e mais o Estado de Alagoas (SANTOS, 1947, p. 27).

E era com movimentos de audácia, argúcia e habilidade comercial que, ainda de acordo com Santos (1947, p. 27), Delmiro conseguia ganhar muito dinheiro,

possibilitando-o realizar investimentos em outras atividades, inclusive, no campo industrial.

Na verdade, Delmiro fez fortuna neste ramo comercial em boa medida porque as peles eram vendidas para a América do Norte pelo peso, tendo Delmiro criado um processo que duplicava, segundo Hidelbrando Menezes(1991, p. 58), o peso de cada uma. O fenômeno se dava da seguinte forma: para as compras, Delmiro classificava as peles em três categorias: “especiais, de primeira e de segunda classe, sendo as especiais as que pesavam um quilograma ou mais; de primeira, as que pesavam de 700 a 900 gramas; de segunda, as de 400 a 600 gramas e de terceira, as de peso menor” (MENEZES, 1991, p. 58). Mas, conforme Hidelbrando, que residiu no núcleo fabril da Pedra, de posse da mercadoria, Delmiro mandava imergir as peles em salmoura preparada com diversos produtos químicos, o que ocasionava um grande aumento no peso das peles quando de sua venda, de tal forma que as de terceira categoria se transformavam em especiais e as especiais e de segunda em extra. O fato é que, depois de imersão das peles por 48 horas “não ficava indício nenhum do processo pelo qual haviam passado.” (MENEZES, 1991, p. 59). Com o lucro ganho no comércio empreendido dessa forma, Delmiro Gouveia partiria para novos empreendimentos na capital pernambucana. Vê-se, por esse exemplo, o quanto Delmiro Gouveia era astuto nos negócios, não medindo esforços e artimanhas quando a questão era aumentar sua fortuna, fazendo crescer seus negócios. Nesse aspecto, pode-se dizer que o nosso biografado era um capitalista modelar.

Com os olhos sempre voltados para o exterior, após viagem a Chicago, nos Estados Unidos, já rico e depois de adquirir, em 1898, os terrenos do antigo Derby Clube, que se situava às margens do rio Capibaribe, Delmiro firmaria contrato com o então prefeito do Recife, Dr. José Cupertino Coelho Cintra, para realização de melhoramentos, mediante o privilégio da isenção de impostos municipais, durante 25 anos, findos os quais passaria o que fosse construído ao município.

Fechado o acordo, o Mercado Coelho Cintra, erguido por Delmiro, no Derby, teve a sua primeira seção inaugurada em 13 de maio de 1899, tendo sido todo ele entregue ao público, em 7 de setembro do mesmo ano. Segundo Martins (1979, p. 56) “a sua área media 129 m de comprimento, por 28 de largura, tendo 18 portões e

112 janelas e venezianas. No centro, erguia-se um pavilhão superior, de onde se observava todo o movimento”.

Figura 5 – Mercado Coelho Cintra, também conhecido como Mercado do Derby.



Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Estava o mercado dividido em muitas seções, possuindo 264 boxes com balcão de mármore, dispostos em alas paralelas. As cobertas laterais dos dois lances principais eram suspensas por quatro linhas e várias colunas de ferro, e a cobertura central, sobre tesouras, tinha poços de ventilação, dando luz à parte interna. Chafarizes e torneiras distribuía água por todo o prédio, servido por perfeito sistema de esgoto. Em frente à fachada principal, havia uma área ajardinada, e em todo o pátio, um velódromo, com a extensão de quatrocentos metros. Existiam dependências, ao lado, destinadas a uma luxuosa hospedaria – que seria Grande Hotel Internacional do Recife - e a vários jogos, bares, divertimentos. Delmiro denominou o estabelecimento de Mercado Coelho Cintra, em homenagem ao prefeito do Recife que lhe outorgara a concessão para a construção do estabelecimento. Na boca do povo, porém, popularizou-se como “Mercado do Derby”.

Figura 6 – Grande Hotel Internacional do Recife.



Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

No Recife, quando a iluminação elétrica ainda era ignorada, esta já se espalhava profusamente pelo mercado e grande parte do pátio. Havia uma linha de bondes puxados por burros, vinda do centro do Recife, com a indicação do Mercado, ficando a parada em sua frente. No Derby, até altas horas da noite, se expunham e comercializavam mercadorias nacionais e estrangeiras, muitas desconhecidas do comércio comum. Para lá ia gente das diversas camadas sociais, principalmente à noite, para fazer compras ou participar das diversões lá instaladas, como carrosséis, barracas de prendas, teatro, regatas, além do velódromo para ciclismo, que estava em moda, tudo acompanhado por retretas. Delmiro, que testemunhara o efeito da modernização procedida no exterior e seus efeitos benéficos na prosperidade dos negócios, não medira esforços para implantar as novidades no Recife, ao tempo em que fazia funcionar as leis do mercado – sobretudo a da livre concorrência -, baixando os preços, para ganhar em escala o que seus concorrentes queriam ganhar pela elevação dos preços.

Nesse novo empreendimento do Derby, inteiramente voltado para o ramo comercial, que Delmiro dominava como ninguém, os gêneros alimentícios e de primeira necessidade eram comercializados durante o dia, abastecendo a população, sobretudo as classes populares, que para lá se dirigia em vista dos preços que eram inferiores aos dos demais mercados. Essa nova forma de fazer comércio em um meio ainda atrasado – no dizer de Mauro Mota – “inspiraria o ódio a grosso e a granel de alguns donos de armazéns e eles içam na praça a bandeira negra de guerra e morte”. (MOTA, 1961, p. 12) Por conta disso, dificuldades foram

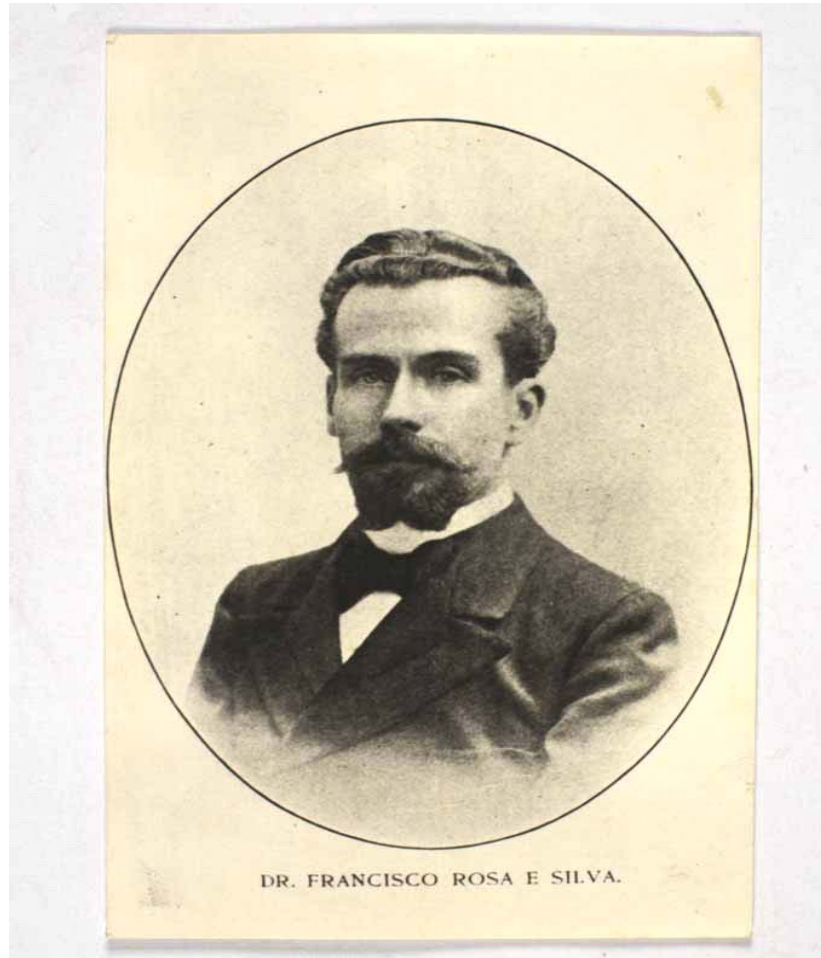
criadas ao tráfego dos gêneros, tendo os agentes das repartições fiscais ordens para embargá-lo, alegando o não cumprimento de leis. Escreve a tal respeito Tadeu Rocha:

A pretexto de fiscalização, várias diligências policiais foram feitas no estabelecimento do Déربي(sic) e até mercadorias da empresa foram mandadas apreender pelo prefeito Esmeraldino Bandeira, quando aguardavam embarque nas estações ferroviárias. (ROCHA, 1963, p. 49)

O fato é que essa situação cada vez mais acirraria a relação de Delmiro com as autoridades pernambucanas, especialmente com Esmeraldino Bandeira e Sigismundo Gonçalves, poderosos que eram ligados a Rosa e Silva, grande oligarca pernambucano da época. A fim de remover óbices criados aos seus negócios, foi Delmiro ao Rio de Janeiro, em 1899, entender-se com o Conselheiro Rosa e Silva, então Vice-Presidente da República (período 1898 – 1902), e que ocupou interinamente o lugar do presidente Campos Sales em outubro e novembro de 1899. Com a interferência de um amigo comum, Deputado Cornélio da Fonseca, conseguiu audiência na própria casa do Conselheiro, que, mal o ouvira, tendo exigido sua intervenção apaziguadora na campanha dos jornais oposicionistas movida contra o prefeito Esmeraldino Bandeira, pessoa que ele muito elogiou. (MARTINS, 1979, p. 57-58). Delmiro, atendendo apelo do Conselheiro Rosa e Silva, telegrafou, pedindo uma trégua a seus amigos jornalistas, Baltazar Pereira, Gonçalves Maia e José Mariano - e, para provar as suas medidas, mandou a Rosa e Silva cópia dos despachos. Mas, logo depois, sabendo que acabava de chegar do Recife um pistoleiro conhecido por João Sabe-Tudo, com a missão de assassiná-lo, solicitou, mas não conseguiu novo entendimento com o poderoso chefe político, a fim de convencê-lo de suas razões e responsabilizá-lo pelo que viesse a sofrer. (MARTINS, 1979, p. 58).

De qualquer modo, depois de tentar as negociações acima referidas, tendo se encontrado com Rosa e Silva em hora de grande movimento na Rua do Ouvidor, importante artéria do Rio de Janeiro naquela época, ao solicitar que o ouvisse e ao ser repellido com termos ofensivos pelo Conselheiro, Delmiro, ali mesmo, naquele sábado à tarde, dia 17 de junho de 1899, agrediu o oligarca pernambucano com a bengala, bem em frente à Chapelaria Inglesa de Artur Watson, na qual Rosa e Silva entrou para abrigar-se, “perseguido aos muxicões” (MARTINS, 1979, p. 58).

Figura 7 – Francisco de Assis Rosa e Silva, Chefe de uma das Oligarquias de Pernambuco.



Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Pelo que se pode concluir, frente a uma ameaça aos interesses de seus negócios e ao conceito de respeito de que se achava merecedor, Delmiro, uma vez malogradas as negociações, não titubeara em lançar mão até da força física para buscar alcançar seus intentos, ainda que seu antagonista fosse um todo-poderoso da dimensão de um Rosa e Silva¹⁹.

No caso específico aqui em consideração, a conduta de Delmiro frente ao grande oligarca pernambucano que era, simultaneamente, Presidente do Senado e Vice-Presidente da República, gerou um escândalo de tal proporção, que logo repercutiu no Recife, levando à instauração de um inquérito. Nele depuseram Rosa e Silva e Delmiro, bem como Esmeraldino Bandeira e Nilo Peçanha. Defendido pelos advogados Martins Júnior e Baltazar Pereira, Delmiro concedeu entrevistas e

¹⁹ Para conhecer mais sobre este todo poderoso chefe de uma das oligarquias pernambucanas ler: Os Tempos de Rosa e Silva. (PORTO, 1970).

escreveu nos jornais, explicando as origens do ocorrido e exibindo autêntica e comprometedor carta de Esmeraldino, por meio da qual apresentava o marginal Sabe-Tudo ao chefe de polícia Sampaio Ferraz, como homem trabalhador e honesto. Como bem se pode imaginar, a grave ocorrência havia de provocar revide por parte dos correligionários do Vice-Presidente agredido. E assim foi que um contingente de policiais realizaram a incumbência de, na noite de 1º para dois de janeiro de 1900, atearem fogo ao Mercado do Derby, já que o inquérito terminaria sendo arquivado.

Assim, num ambiente do vale tudo, o troco dos adversários de Delmiro foi fazê-lo ver o Derby em chamas, além de levá-lo e Napoleão Duarte, seu sócio no empreendimento do Derby, presos incomunicáveis para averiguações. Frente a esse episódio, com apoio da Associação Comercial, que representava o lado menos conservador daquela sociedade de senhores de terras, o comércio do Recife fechou as suas portas, sendo nomeada uma comissão da classe para entender-se com o Governador Sigismundo Gonçalves, levando o protesto contra a sua prisão. A essa altura, a insegurança reinava na cidade, correndo boatos de que Delmiro iria ser morto. Naquele dia não circularam os jornais “Gazeta da Tarde” e “Jornal Pequeno”, e, na manhã seguinte, não apareceram nem “A Província”, nem “A Concentração”. No dia 3, porém, perante *habeas-corpus*, impetrado pelo Dr. José Vicente Meira de Vasconcelos que, mais adiante, funcionará outra vez como seu defensor perante a Justiça, os dois seriam postos em liberdade. (MARTINS, 1979, p. 58-59).

Um testemunho sobre o incêndio do Derby está inscrito nas “Memórias de um Cavalcanti”, livro incorporado às obras de Gilberto Freyre, que traz a memória do cotidiano na capital pernambucana e que registrou o episódio do incêndio:

Amanheceu o dia 2 de janeiro de 1900, no Recife, sob a mais dolorosa impressão, causada pelo incêndio do Dérbi, tendo sido lançado o fogo ainda a horas mortas da noite de 1º de janeiro. Ao incêndio seguiu-se a prisão do proprietário daquele estabelecimento, o coronel Delmiro Gouveia. Esta prisão foi executada com todo o aparato, por um verdadeiro exército [...]. Trancaram o preso em um quartel, deixando-o incomunicável. Segundo a voz pública, iam matá-lo envenenado. A notícia da prisão espalhou-se pelo Recife, criando indignação entre muita gente. O comércio fechou em sinal de protesto. (FREYRE, 1959, p. 121)

O impacto causado pelo incêndio e pela prisão de Delmiro Gouveia terminaria sendo fartamente noticiado pela imprensa pernambucana, pois o episódio mobilizou

aliados e adversários em fervorosos debates sobre o incidente. A grandiosidade do Derby²⁰ e as inovações promovidas pelo empreendimento foram marcantes, não só no aspecto urbanístico do Recife. Se a região onde foi construído o empreendimento era ainda subúrbio naqueles tempos, por ser pioneiro na introdução de um novo conceito de empreendimento comercial, representava um marco de modernização que não poderia causar indiferença à população. Cavalcanti, nas suas memórias, deixa claro o sentimento provocado pelo novo mercado:

O que era o Mercado do Dérbi? Um monumento. Certo Alemão, indo visitá-lo, disse que o Brasil não estava em condições de possuir obra daquele porte. Qual o empenho do Coronel Delmiro em empreender tão importante obra? Abrilhantar a cidade, proporcionar cômodos a mais de 100 famílias, melhorar a vida do pobre, vendendo gêneros de primeiras necessidades mais barato. Além disso, era um centro de divertimento. Qual o empenho do Governador em acabar com o Dérbi? Agradar a Rosa e Silva, inimigo de Delmiro. (FREYRE, 1959, p.122)

A construção do mercado expressaria, assim, duas características de Delmiro – o urbanista que buscava modificar as feições do Recife com construções modernas e a marca de sua característica empresarial que funcionava no comércio de peles e que, transportada para todas as suas atividades empresariais, consistia em alijar a concorrência.

Após o incêndio do Derby, resolveu Delmiro afastar-se daquele ambiente e acabar, inclusive, com a antiga firma que levava seu nome, criando outra sob a razão Silva, Cordeiro & Cia. Passou procuração para um dos sócios e chefe do escritório da nova empresa Luís Bahia e, juntando a estas razões a recente separação de Anunciada Cândida, partiu para a Europa, atraído pela matriz da civilização ocidental, com seu glamour e seus modos refinados.

No mês de setembro de 1900, encontrando-se Delmiro ainda na Europa, soube ele, em Nápoles, da grave crise financeira no Brasil, quando o Banco da República, suspendendo os pagamentos, abalou o comércio do país inteiro, correndo ele perigo de execução, portanto, de suas dívidas bancárias em montante superior a 1.700 contos de réis. Daí ter telegrafado a seu procurador, autorizando hipotecar o patrimônio do Derby, para garantir esses créditos – do Banco de

²⁰ Delmiro é considerado o primeiro supermercadista do Brasil, tendo os supermercados modernos surgido no Brasil só a partir de 1953. Sobre isto, ler “Cinqüenta anos de supermercado no Brasil”, 2002.

Pernambuco, London Bank, River Plate, Banco Popular e do Recife. (MARTINS, 1979, p. 65- 66)

Incursionando por outro ramo do capitalismo, até então não intentado por ele, Delmiro tornar-se-ia proprietário da usina de açúcar Beltrão, sendo este último um dos poucos fracassos no jogo dos negócios que marcariam a sua trajetória econômica até então, já que a destruição do Derby tinha se dado pelo uso da força, justamente em reação ao sucesso empresarial alcançado por Delmiro.

Entre Recife e Olinda estava localizada a Usina Beltrão, que, conforme Martins:

Não era propriamente “usina” e, sim, refinaria, destinada a trabalhar com açúcar bruto dos engenhos e bangüês, segundo processo de dupla cristalização, a vácuo, isto é, preparava o açúcar refinado, á moda da Europa. Delmiro acabava de vir de lá, com a cabeça cheia de planos. A Usina parara e entrara em leilão. Empreendedor, amante do progresso e da técnica, desejando melhorar a qualidade do açúcar, principal indústria e esteio econômico da região, ele se interessou em entrar no negócio. Convidou para sócio José Maria Carneiro da Cunha, com quem constituiria a firma Cunha & Gouveia. Arrematando em hasta pública a chamada Usina Beltrão, tornou-se proprietário da “maior refinação de açúcar da América do Sul”, segundo registro consignado na *Enciclopédia e Dicionário Internacional*, da Jackson. MARTINS, 1979, p. 63)

Figura 8 – Usina Beltrão.



Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

A Usina Beltrão tinha instalações para ser a maior refinaria de açúcar da América do Sul. No entanto, o povo nordestino, naquela época de crise, carente de

poder aquisitivo, só consumia açúcar bruto, tipo mascavo. Mas, Delmiro, como de hábito, estava pensando no mercado externo - europeu e norte-americano -, sendo o refino uma forte agregação de valor ao açúcar semielaborado, com perspectiva de grandes lucros. O que o projeto futurista de Delmiro não veio a considerar foi o peso das oligarquias, das quais faziam parte inextrincável os senhores de engenho que deveriam fornecer a matéria prima para a indústria de refino de açúcar. Assim, o seu desentendimento com o Prefeito Esmeraldino Bandeira, que resultara no incêndio do Mercado do Derby, tinha tornado Delmiro, nos anos de 1900, incompatibilizado com os usineiros e senhores de engenho que, por bem ou por mal, viviam submetidos à chefia de Rosa e Silva, a quem Delmiro devia as bengaladas. Muita gente temia represálias no caso de fornecer a matéria-prima à Usina Beltrão para refinar, como se pode ver a seguir:

A empresa, fundada com o “propósito de encontrar solução definitiva para o caso da refinação do açúcar pernambucano” e “com capacidade para beneficiar toda produção açucareira do Estado – segundo expressões de José Bonifácio de Souza – continuava apresentando déficit, “não só à vista do elevado custo das instalações, como também porque não apareceu a produção que se esperava para o seu funcionamento Full Power (MARTINS,1979,p. 64).

Como a Usina Beltrão estava situada ao lado do canal de Tacaruna, que vem do Derby, houve quem dissesse que a sua falência decorreu de não ser permitido o uso da água desse canal, ou para que este não recebesse os rejeitos da usina. O fato concreto é que, frente ao olhar de capitalista de Delmiro, que via no refino do açúcar a agregação de valor à matéria quase bruta do açúcar mascavo, prevaleceu o interesse dos oligarcas que temiam o poder potencialmente concorrente de um empresário que já demonstrara sua popularidade no caso do Mercado do Derby. De qualquer modo, com esse boicote das oligarquias, o olhar modernizante de Delmiro parecia não contar, tendo sido esse o seu primeiro fracasso nos negócios e justamente no ramo industrial.

Nesta época – fins dos anos 1800 e início dos anos de 1900 - era intensa a ligação de Delmiro com outra grande empresa americana – J.H. Rossbach, Brothers, de Nova Iorque, para a qual, mediante apoio financeiro, trabalha Delmiro, comprando e exportando peles de cabra e ovelhas e couros de boi. A ligação entre eles ia ser por toda vida, acabando por se traduzir não apenas em interesses comerciais, mas, transformando-se em verdadeira amizade e confiança mútua. O

apoio financeiro, largo e ilimitado, proporcionava à firma de Delmiro meios de abrir postos e entrepostos de compras do sertão da Bahia ao interior do Ceará e Rio Grande do Norte e “distribuir dinheiro aos criadores, sem papéis em cartório, sem comércio de juros, inovação com que espantava os sócios [...]” (MARTINS, 1979, p. 47).

Em novembro de 1900, tendo recebido em Paris notícias alarmantes enviadas por Luís Bahia, resolveu viajar, chegando inesperadamente ao Recife a 21 de dezembro. Logo procurou Napoleão Duarte, vindo a desentender-se, realizando disparo de revólver por baixo da mesa em que discutiam, ferindo o interlocutor sem gravidade. Daquela discussão resultaria a ruptura da sociedade Gouveia & Cia., oficializada em 31 de janeiro de 1901.

Em 17 de fevereiro de 1901, o Rei das Peles tornava a embarcar para o Velho Mundo, tendo, na véspera, registrado contrato da sua nova sociedade - Iona & Krauser - da qual era árbitro único, a cuja decisão os sócios teriam de submeter-se durante a vigência. Igualmente, já lhe era assegurada essa atribuição de “árbitro” pelo contrato de Silva, Cordeiro & Cia. (MARTINS, 1979, p. 66). Dessa segunda vez, Delmiro iria demorar na Europa também por quase um ano, a espairecer pelas principais cidades, na fase esplendorosa da *Belle Époque*, chegando de volta definitiva ao Recife somente a 7 de fevereiro de 1902. Entretanto, seus inimigos não o esqueceram, continuando a insistir pela liquidação de suas empresas, como meio de destruí-lo. (MARTINS, 1979).

Para piorar a situação de Delmiro – então com 39 anos de idade – este se envolveria num relacionamento amoroso com a menor Carmélia Eulina do Amaral Gusmão, uma jovem de 16 anos de idade, filha de Ana do Amaral Gusmão, chamada Doninha, que era amante de Sigismundo Gonçalves, então Governador de Pernambuco, seu mais feroz inimigo e, segundo alguns biógrafos, pai de Carmélia Eulina, a qual, segundo comentários, namorava Esmeraldino Bandeira, prefeito do Recife, amigo e aliado do Governador pernambucano e então entre os maiores inimigos de Delmiro. (CAVALCANTI, 2008, p. 143) Este episódio provocou a ira do Governador Sigismundo Gonçalves que se utilizou do cargo e do prestígio - como, aliás, era de praxe - para que fosse decretada a prisão de Delmiro Gouveia.

Determinada a prisão pela justiça, Sigismundo Gonçalves colocaria a polícia na captura de Gouveia, sendo procurado até na chaminé da usina Beltrão.

Dias após, encontrada a moça noutra local e entregue a um tutor, ficando comprovada a culpa de Delmiro, foi contra ele expedida ordem de prisão pelo suplente do Juiz de Direito do 5º Distrito Criminal de Pernambuco que, no dia 24 de novembro, informou a pronúncia do réu por rapto e defloramento da menor.

O fato teve grande repercussão na sociedade recifense contra Delmiro que, procurado pela polícia e sob a ameaça de prisão, viu-se obrigado a deixar Pernambuco. Delmiro instituiu como advogado de defesa neste processo, mais uma vez, seu padrastrô, o Dr. José Vicente Meira de Vasconcelos, que, baseado na Constituição Federal de 1891, art. 72, § 22, impetrou *Habeas Corpus*, o que foi negado em primeira instância pelo juiz, sendo necessário recorrer ao Superior Tribunal Federal.

A decretação da prisão de Delmiro Gouveia em razão de ter sido pronunciado, seguido de ato de despacho de prisão com efeito imediato, em consequência de um inquérito policial no qual, segundo Vasconcelos (1974, p. 34) as provas foram forjadas, provocou entre o Dr. Meira de Vasconcelos e a justiça de Pernambuco um ferrenho debate jurídico, deixando claro na argumentação do advogado a favor do seu cliente o fato de que a justiça pernambucana e a polícia agiam por interesses pessoais e políticos dos mandatários, passando a justiça por cima da legislação vigente. As razões de Meira de Vasconcelos levaram o Superior Tribunal Federal a conceder a Delmiro o *Habeas Corpus*, ainda que ele já não estivesse mais em Recife.

É importante para compreender a trajetória comercial e industrial e até os insucessos de Delmiro Gouveia, tanto no período em que viveu em Pernambuco, como no período em que viveu em Alagoas, analisar como estes episódios estavam ligados a fatos políticos e econômicos destes Estados e do Brasil. Na época, o país estava sob o regime republicano e o Governo de Campos Sales nada mudara a ordem das coisas; ao contrário, a fim de poder sustentar-se, mais havia fortificado as oligarquias estaduais. Com isso, “convertia-se a Federação em vasto agrupamento de feudos, grandes e pequenos, muito mais atentos aos interesses regionais do que

aos de ordem geral da nação”. (MARTINS, 1979, p. 62). E Pernambuco não estava imune a esta situação. “A decadência econômica do açúcar, reduzido aos modestos mercados internos, arruinava os senhores de engenho do Nordeste, tão fracos, aliás, de iniciativas”, (MARTINS, 1979), diferentemente do comportamento ativo e agressivo de Delmiro que, talvez por isso, tivesse ainda mais reforçada a oposição que lhe era feita, inclusive pela popularidade e pela repercussão positiva de seus empreendimentos junto à população.

1.4 O Regresso Forçado ao Sertão

Alagoas, no início dos anos de 1900 - na verdade, de 1900 a 1912 - vivia sob o poder da oligarquia Malta, que consistia no comando do Governo do Estado por Euclides Vieira Malta, o qual se fazia auxiliar e, até, alternar por Joaquim Paulo Vieira Malta, seu irmão. Em 1902, enquanto Delmiro se transferia para Alagoas, ele iria se esforçar para evitar o processo falimentar de suas empresas. Com a saída de John Krause de suas organizações, ele logo fundou a Iona & Cia., com sede no bairro de Jaraguá, em Maceió.

Chegado ao sertão alagoano, em novembro de 1902, Delmiro instalou-se em Água Branca, situada no alto de uma serra e que, no tempo do Império, tinha sido sede de um baronato. Lá, por recomendação expressa de Euclides Vieira Malta, foi recebido justamente pelas famílias Torres e Luna, que descendiam dos barões de Água Branca, vindo a ser seus amigos mais próximos Dr. Miguel Torres, juiz de direito, o engenheiro Luiz Torres e o Dr. Antonio Torres. A recomendação do Governador Euclides Vieira Malta foi feita diretamente ao Coronel e Senador Estadual Ulisses Vieira de Araújo Luna²¹, sendo Delmiro seu hóspede na fazenda “Cobra”, localizada próxima da sede do município, para onde veio posteriormente lhe fazer companhia Carmélia Eulina do Amaral Gusmão.

²¹ Na República Velha, o sistema legislativo alagoano era bicameral, tendo Câmara e Senado, sendo Luna integrante deste último.

Figura 9 – Delmiro Gouveia com Carmélia Eulina do Amaral Gusmão.



Fonte:Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Com Eulina, Delmiro teve os filhos que não conseguiu ter com Anunciada. Da união nasceram Noêmia, Noé, e Maria Augusta. (SANTOS, 1947, p. 20).

Decidido a se estabelecer no sertão de Alagoas, em março de 1903, Delmiro comprou uma fazenda que denominou Rio Branco, perto da Pedra, um pequeno povoado pertencente ao município de Água Branca, às margens da Ferrovia Paulo Afonso²², construída por ordem do Imperador D. Pedro II, após sua viagem pela província de Alagoas, quando visitou, em 1859, a cachoeira de Paulo Afonso, no Rio São Francisco. A construção desta linha de trem tinha os objetivos de gerar emprego para uma grande massa de sertanejos atingidos pelas secas, principalmente a de 1877, enquanto ligava o baixo ao médio São Francisco, no trecho onde se localizava a Cachoeira, o que impossibilitava a navegação da parte baixa à parte alta do rio. Esta estrada de ferro possibilitou a Delmiro a retomada de seus negócios de compra e exportação de peles de animais, tendo em vista que a confluência dos Estados de Bahia, Sergipe, Pernambuco e Alagoas favoreciam a

²² A linha de trem Piranhas – Jatobá foi inaugurada no dia 02 de agosto de 1883, com um total de 115 km de extensão e as seguintes estações: Piranhas, Olho D'água, Talhado, Pedra, Sinimbu, Moxotó, Quixaba e Jatobá. Para saber mais sobre esta Estrada de Trem ler "Estrada de Ferro Paulo Afonso 1882 – 1964", de Luiz Rubem F. Alcântara Bonfim.

chegada das peles até a Pedra, donde podiam seguir para o mundo pelo leito do Rio São Francisco.

Figura 10 – Mapa montado indicando a situação geopolítica do Núcleo Fabril da Pedra – atual Delmiro Gouveia.



Fonte: Gonçalves, 2010.

Com a chegada e permanência de Delmiro no vilarejo da Pedra, a compra e a exportação de peles fizeram com que o lugar tivesse um grande movimento, pois, era um comércio que se estendia pelo interior de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Sergipe e Bahia. Os comboios de animais chegando e saindo eram diários. E para o serviço de transporte mantinha a organização uma tropa de mais de duzentos burros e um grupo de almocreves. Como essa estrutura própria não era suficiente, tamanho o volume de peles a serem transportadas para a Pedra, Delmiro ainda se utilizava de comboios fretados. Segundo Santos, o volume de peles compradas *chegou a um milhão e meio de peles em média por ano*. (SANTOS, 1947, p. 27-28) Após passar por processo de tratamento, elas eram organizadas em fardos e levadas de trem até Piranhas, onde eram embarcadas em vapores de carga até o porto de Jaraguá, em Maceió, sendo então despachadas de navio para os Estados Unidos.

Na extremidade da fazenda próxima ao povoado e à ferrovia, construiu Delmiro currais, açude, uma residência e prédios para abrigar um curtume.

Figura 11 – Açude construído por Delmiro na Pedra.



Fonte: Acervo Museu Regional Delmiro Gouveia.

Delmiro, em 1909, já tinha retomado o monopólio do comércio de peles no Nordeste brasileiro. Com o acúmulo de capitais e a ajuda de sócios brasileiros e estrangeiros, preparou-se para novos empreendimentos. Instalado definitivamente na Pedra e já refeita a sua fortuna, depois dos desastres do Recife – um político e outro industrial, mas, ambos com fortes repercussões financeiras -, Delmiro Gouveia recebeu uma missão americana chefiada por Mr. Moore, capitalista que realizava entendimentos com o chefe da Pedra, para a produção de energia hidrelétrica e a criação de uma grande empresa agrícola e industrial. (SANTOS, 1947, p. 30)

Os detalhes desta visita não foram tornados públicos, segundo Adolpho Santos (SANTOS, 1947, p. 31), em razão de necessitar Delmiro, para realizar tais empreendimentos, de adquirir terras nas proximidades da Cachoeira de Paulo Afonso e adjacências. A publicidade iria provocar especulações por parte dos proprietários de terra na região, criando obstáculos as suas pretensões. Acompanhou a comitiva o engenheiro Stewart, que levou equipamentos de precisão que o ajudassem a fazer um relatório sobre a viabilidade dos empreendimentos pretendidos, principalmente após estudos do Rio São Francisco, desde Piranhas até Jatobá, em ambas as margens. (SANTOS, 1947, p. 30-31). Ao final da visita foi firmado entre Delmiro e Mr. Moore “contrato de opções de compra da cachoeira de

Paulo Afonso (sic) e terrenos marginais com todas (sic) as cláusulas acauteladoras dos recíprocos direitos, deveres e obrigações” (MENEZES, 1991, p. 63)²³.

O local escolhido por Delmiro para instalação da usina hidrelétrica foi a cachoeira de Paulo Afonso, entre os Estados da Bahia e de Alagoas. O grande volume de águas e as várias quedas da cachoeira impressionavam todos os visitantes, inclusive o Imperador Dom Pedro II, que lá esteve em 20 de outubro de 1859:

Tentar descrever a cachoeira em poucas páginas, e cabalmente, seria impossível, e sinto que o tempo só me permitisse tirar esboços muito imperfeitos. O terreno é todo pedregoso e se muito se tem exagerado a respeito desta cachoeira, não sou eu exagerado dizendo que há verdadeiro perigo em percorrer todos os pontos de vista da cachoeira e principalmente descer à fuma dos morcegos, como eu fiz, dando contudo três quedas nesta última exploração, felizmente sem me machucar. (PEDRO II, 2003, p. 136).

Delmiro foi, aos poucos e sem demonstrar grande interesse, comprando as terras marginais à cachoeira. Em 1910, Delmiro tenta entendimento com o Governador de Pernambuco, General Dantas Barreto, para obtenção de autorização para passar com fios e redes de energia pelo Estado Pernambucano, levando energia que iria produzir na Usina Hidrelétrica de Angiquinho até o Recife, acreditando que não teria dificuldade em conseguir tal autorização, tendo em vista não mais comandarem o Estado os aliados de seu adversário Rosa e Silva. Embora tivesse o próprio Delmiro participado da campanha ao Governo de Dantas Barreto, recebeu do Governador Pernambucano um taxativo não às suas intenções. Este episódio marcou a sua trajetória, pois, sem o apoio deste Estado os sócios americanos desistiram dos negócios com Delmiro. (SANTOS, 1947)

Apesar da negativa do Governador de Pernambuco, Delmiro Gouveia dá prosseguimento aos planos de produzir energia utilizando-se das forças das águas da cachoeira de Paulo Afonso. Para isso, consegue de Euclides Malta, Governador

²³ Hidelbrando Menezes salienta que antes destes estudos encomendados por Delmiro sobre o vale do São Francisco, especificamente da cachoeira de Paulo Afonso, já tinham sido feitos estudos de viabilidade econômica por Halfeld, Liais, Saint-Clair, propondo desviar a água para os Estados onde essa era escassa. Segundo ele, “não se deram conta, estes, de que para transformar o grande vale sanfranciscano, sáfaro, mas de terras úberes, num grande produtor de riqueza, falta apenas a água. Seu destino agro-industrial depende apenas da água (MENEZES, 1991, p. 63).

de Alagoas, a publicação do Decreto Nº. 520, de 12 de Agosto de 1911²⁴, cujo *fac-simile* encontra-se no Anexo 1 deste texto e cujo teor é, na íntegra, o que segue:

Concede a Iona & C. ou Empreza que organizarem o direito de se utilizarem, pelo praso de noventa (90) annos, da força hydraulica que possuem em terrenos de sua propriedade situados em margens fluviais e ribeirinhas dos Municipios de Agua Branca e Piranhas, neste Estado, para transformarem-n'á em energia electrica que poderão conduzir em fios ou cabos de alta e baixa tensão, para qualquer parte do território alagoano aproveitando-a em todas as industrias e fornecendo-a, como força motora, a todas as fabricas existentes e as que de futuro possam ser creadas, quer nesta capital quer na zona do S. Francisco ou em outra qualquer do Estado, bem como o direito de construírem casas para estações de transformadores á margem da faixa de terras por onde passarem os fios ou cabos conductores e fazerem tudo o mais que necessário for á segurança dos seus machinismos e aparelhos para o que lhes concede o direito de desapropriação por utilidade publica sobre os terrenos necessários á passagem dos referidos cabos e fios e ao alevantamento das mencionadas estações, e comprometendo-se a encaminhar os pedidos de iguais isenções dos impostos federaes respectivos, na forma das leis em vigor. (ALAGOAS, 1911).

Não tendo desanimado com a negativa do Governador pernambucano e a perda dos sócios, ele, que sempre fora criador de oportunidades em meio às crises por que passara, resolveu buscar outros sócios para tocar o empreendimento hidrelétrico. Iniciada em 1911 a construção da usina, foi inaugurada em 26 de janeiro de 1913. (ROCHA, 1963, p. 106)

Assim descreve Menezes a inauguração da Usina de Angiquinho:

[...] Delmiro reuniu os sócios, técnicos de serviço e funcionários de mais alta categoria. À mesa, aguardavam todos a ligação, o que ocorreu sem nenhum contratempo, em meio a grandes manifestações de júbilo, que se estenderam a todo vilarejo. (MENEZES, 1991, p. 76)

Como ramificação da usina, projetara Delmiro a construção de uma fábrica de linhas, para o que realiza os preparativos no intuito de implantar o núcleo fabril, que incorporou às primeiras edificações, enquanto constituía, em 1912, a Cia. Agro-Fabril Mercantil com sede em Recife.

²⁴ Como as casas legislativas de Alagoas somente funcionavam dois meses por ano, estas concediam ao Governador permissão, por lei, de estabelecer concessões ou, então, quando nas reuniões da legislatura seguinte, referendavam os decretos do chefe do executivo, sendo este o caso.

Figura 12 – Rua 13 de maio – uma das sete ruas integrantes da vila operária da Pedra e a única com casas dos dois lados.



Fonte: Acervo Museu Regional Delmiro Gouveia.

Delmiro, mais uma vez, voltava ao campo industrial, depois das tentativas feitas com a Usina Beltrão. Afinal, se não era viável a venda de eletricidade, permanecendo ele no campo comercial, que dominava como ninguém,urgia encontrar um emprego rentável para a usina que acabara de construir no leito do rio São Francisco.

Tratava-se de uma sociedade anônima para garantir o funcionamento da fábrica projetada. Esta empresa incorporou, com os seus sócios, a firma Iona & Cia., bem como seus principais auxiliares. (MENEZES, 1991, p. 67) Todos eles tinham participação na organização e foi destinado certo número de ações para cada sócio. Conforme Art. 4º do Estatuto da recém criada empresa, a Cia. tinha por finalidade:

Explorar nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia o commercio de gado vaccum, cavallar, cabrum e ovino, plantio de algodão, irrigação de terras seccas, fôrça elétrica e suas aplicações e industria fabril [...].(GOUVEIA, [1912], p. 2)

Para tanto, Delmiro já havia obtido, também, do Governo do Estado de Alagoas o decreto Nº. 499 de 20 de setembro de 1910 (*fac-simile* no Anexo 2), nos seguintes termos:

concede a firma Iona & Cia. Ou empresa que organizasse, as terras devolutas autoadas entre os logares denominados “Vai e Vem” “Fazenda Burnil”, “Riacho do Talhado” e “ Buraco”, município de Água Branca, afim de serem aproveitadas no cultivo de algodão, cereais e forragens por meio de serviços de irrigação montados pelos sistemas mais aperfeiçoados, e isenta dos impostos municipais e estaduais os machinismos e matérias importados, e concede uma bonificação aos produtos agrícolas obtidos nas mesmas terras (ALAGOAS,1910a).

Também recebeu Delmiro, por meio do Decreto Nº. 503, de 30 de Novembro de 1910 (fac-símile no Anexo 3) a

concessão através da Iona & Cia. isenção por dez anos, de impostos estaduais para a importação dos maquinismos necessários á fundação de uma fábrica destinada á confecção de redes, linhas simples ou em carretel ou novelos que pretendem montar neste Estado, bem como os de exportação dos produtos da mesma fabrica a contar da data de sua instalação. (ALAGOAS,1910b).

De fato, dessas concessões públicas, que representavam condição indispensável para maior lucratividade dos empreendimentos, junto à garantia de que as iniciativas não viessem a sofrer obstáculos no futuro, encontram-se referências registradas no livro de Ata de registro da sociedade, nos seguintes termos:

[...] utilizar-se-á dos direitos e concessões feitas pelo Govêrno do Estado de Alagoas aos incorporadores ou organizadores da companhia, os Snrs. Iona & Cia., conforme os decretos Nº 499 de 29 de setembro de 1910; Nº 503 de 30 de novembro de 1910; Nº 520 de 12 de agosto de 1911, que concedeu o direito de aproveitamento das terras seccas e devolutas no município de Água Branca naquelle Estado, a isenção de impostos para exploração de uma fábrica de linhas, e o aproveitamento da fôrça hydro-eletrica e sua transmissão em todo Estado, concessões e direitos estes que entram para composição da Companhia no valor arbitrado pelos peritos. (GOUVEIA, [1912], p. 2)

Como se pode ver, Delmiro tinha se cercado de todas as garantias e benefícios do Poder Público, inclusive desfrutando de concessões legalmente inadmissíveis, como a de uso do Rio São Francisco e de suas margens, que faziam parte do domínio da União. Mas, era para isso que, na República dos Coronéis, valiam as relações estabelecidas – no caso de Delmiro, desde que chegara a Alagoas – com o Governo Estadual e as oligarquias locais, contra os quais a frágil oposição política existente quase nada podia fazer.

Com os novos empreendimentos a todo vapor, todo o lucro obtido no comércio de peles era consumido, sendo necessário solicitar adiantamentos à firma

Rosbach Company. Delmiro, para conseguir tais empréstimos, se utilizava de alguns artifícios. Um deles consistia em fazer com que os comprovantes de remessas de peles à firma estrangeira fossem sempre superiores à mercadoria efetivamente despachada. Segundo Menezes (1991), isso foi feito até que a empresa americana ficasse ciente do artifício e suspendesse as remessas de dinheiro a Delmiro. Mas, então, ele já tinha recebido vultosas somas de recursos, capazes de viabilizar os seus empreendimentos. (MENEZES, 1991, p. 72)

Figura 13 – Usina Hidrelétrica de Angiquinho, na Cachoeira de Paulo Afonso.



Fonte – Acervo Particular de Edvaldo Nascimento.

A conclusão das instalações da primeira turbina de Angiquinho e de uma bomba de 150 HP, que deu início ao abastecimento de água na Pedra, foi celebrada pela população, chefes da empresa, técnicos, chefes de serviços e operários. (MENEZES, 1991, p. 73) Pedra ficava distante da cachoeira 24 quilômetros e Delmiro tinha mandado construir uma estrada carroçável ligando as duas localidades. Assim:

Em 1913, o edifício da fábrica estava concluído e o trabalho das instalações da maquinaria prosseguia ativamente, sob rigorosa fiscalização de Delmiro. Técnicos eram substituídos a qualquer demonstração de incapacidade. Também os operários que se mostravam indolentes, vagarosos ou indisciplinados eram prontamente afastados. Todos teriam que produzir o máximo e atender as suas exigências. (MENEZES, 1991, p. 74)

Com a fábrica pronta, Delmiro reuniu-se com os sócios para organizarem os orçamentos necessários para aquisição de matéria prima e insumos, como algodão de fibra longa e os carretéis. O algodão viria do Rio Grande do Norte e da Paraíba e

os carretéis eram comprados da concorrente escocesa. E, por unanimidade, os sócios definem o nome na linha, que se chamaria “Estrela”.

Foi, então, no dia 05 de junho de 1914, inaugurada a fábrica de linhas da Pedra, fato que, segundo Menezes (1991, p.76), foi comemorado festivamente, ao tempo em que se ouvia o som da sirene como que anunciando à população a notícia do feito sertanejo.

A concretização dos acontecimentos referidos acima, segundo Adolfo Santos, que foi testemunha dos episódios, deu-se da seguinte forma:

É agradável lembrar o dia em que chegou o primeiro jato d’água e acendeu-se a primeira lâmpada; toda a população da Pedra estava fora de casa assistindo o(sic) espetáculo maravilhoso da transformação que se operava na localidade sendo contagiante a alegria geral. Delmiro exultava vivamente emocionado. (SANTOS, 1947, p. 35).

A fábrica passou a funcionar em fase de experiência, com jornada de trabalho de oito horas diárias, produzindo o tipo de linhas glacê, linhas de bordar e de crochet macramê. Os operários principiantes e técnicos procuravam regular as máquinas e estudar a resistência do produto fabricado, tendo as primeiras linhas vendidas causado má impressão, ocasionando a demissão de vários técnicos.

Segundo Santos, “o corpo de operários chegou a atingir, na quadra do movimento máximo, dois mil indivíduos de ambos os sexos que trabalhavam dia e noite, de segunda a sábado” (SANTOS, 1947, p. 34). Ainda consoante o que ele relata:

A maioria do operariado era brasileiro, recrutado na **população bronca do sertão bravo**, o qual, **recebendo os ensinamentos do chefe e dos profissionais contratados para amestrá-lo**, tornara-se dentro de pouco tempo hábil no manejo de todos os aparelhos e de toda a maquinaria e, ainda hoje, **são esses nativos** que Delmiro **instruiu e mandou instruir**, os mesmos que executam as mais difíceis tarefas concernentes ao serviço elétrico e fabril que se desenvolvem na Pedra nesta sua segunda fase (SANTOS, 1947, p. 36)

Os grifos na última citação, que são de minha autoria, tornam bem patentes a perspectiva educativa assumida por Delmiro e seus auxiliares mais diretos que se encontravam à frente do empreendimento fabril e da usina de Angiquinho: havia que civilizar a **“população bronca do sertão bravo”** (sic), para **“tornar-se, dentro de pouco tempo, hábil no manejo de todos os aparelhos e de toda a maquinaria”**,

tarefa que, segundo Santos, exigia **“amestrar os nativos”** (sic). Afinal, a mão de obra empregada na fábrica, à exceção dos técnicos qualificados que vinham de fora e até do exterior, era inteiramente proveniente do próprio sertão. (SANTOS, 1947)

Segundo afirmou Lauro Góes em depoimento sobre o período que trabalhou na fábrica da Pedra:

Na seca de 1915, Delmiro atendeu toda uma multidão de famintos que chegaram à Pedra à procura de trabalhos e alimentos. Vários - a maioria - ficavam na localidade como operários da Fábrica e outros seguiram a sua caminhada, mas ajudados pela direção da empresa, com uma pequena ajuda para a viagem. Nessa época o número de operários elevou-se a quinhentas pessoas. (GÓES, 1962, p. 26).

Para prevenir-se das secas periódicas, Delmiro manda erguer silos para encher de milho e feijão, produtos obrigatórios na culinária do sertanejo. Abastecido, Delmiro pôde atender os sertanejos que, segundo Menezes:

Tangidos pelas secas de seus pobres lares, chegavam à Pedra, às dezenas, diariamente, infelizes vítimas do flagelo, procedentes do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, de todos os Estados nordestinos enfim, à procura de alimento. Eram, sem exagero, frangalhos humanos, tão esgotados e maltrapilhos chegavam (MENEZES, 1991, p. 78).

Para justificar as enérgicas ações de Delmiro junto aos operários, é comum se argumentar que o operariado não tinha ainda habilidade no manuseio das máquinas, produzindo pouco e uma linha defeituosa, o que levaria Delmiro a adotar medidas enérgicas para melhorar a produção. Essas providências, segundo Menezes, eram “muitas vezes ásperas, que escandalizavam os sertanejos, habituados a uma vida trabalhosa, mas de liberdade e de revolta contra imposições”. (MENEZES, 1991, p. 79) De qualquer modo, montada e posta a fábrica em funcionamento, Delmiro iria, como vimos, voltar-se inteiramente à preparação e monitoramento da mão de obra para que o empreendimento tivesse êxito. Para tanto, poria em movimento um projeto de clara configuração educativa, tanto se utilizando das escolas que passaram a funcionar em residências do núcleo fabril, como pelo conjunto de normas por ele estabelecidas no perímetro do núcleo fabril, voltando às atividades escolares tanto as crianças, quanto os jovens e adultos trabalhadores, num projeto articulado que será analisado detidamente no último capítulo deste estudo.

1.5 O Sertão de Delmiro e o Sertão do Conselheiro e Padre Cícero

Segundo Bartelt (2009), o episódio da Guerra de Canudos (1893-1897) foi mais que um acontecimento militar, tendo em vista que ganhou significado central para a República brasileira recém-proclamada. O sertão até então representava o *hinterland*²⁵ da Nação Brasileira e é a partir daquele acontecimento no interior da Bahia que o sertão passaria a ser visto pelo Brasil como parte dele, mesmo sendo concebido ainda como espaço de barbárie, resistente ao moderno, afastado do poder público, em contraponto ao litoral, lugar do moderno e da civilização (MAYNARD, 2008, p 17).

Se, por um lado, parece estranha a relação entre Canudos e a República nesta discussão que envolve Delmiro Gouveia e seus projetos econômicos e sociais, sua centralidade apresenta-se crucial quando se discute o lugar desse empreendedor no cenário geopolítico do recém-proclamado regime político, a partir do momento em que o resultado da disputa no interior dos grupos republicanos – jacobinos positivistas e liberais oligárquicos da burguesia cafeeira de São Paulo – que mediram forças contra os seguidores do beato de Belo Monte, viria a determinar as relações que enquadrariam as ações levadas a efeito no núcleo fabril da Pedra, no interior alagoano, pelo industrial do sertão. Afinal, sabe-se, pela história brasileira, que, nos sertões, por conta das forças que viriam a se tornar hegemônicas na I República – também conhecida como República Velha - exerceria função destacada a figura do coronel, originária do período imperial, mas, que ganha ainda mais força política nos albores da República.

É em meio ao poder avassalador dos coronéis que o núcleo fabril da Pedra seria ampliada em pleno sertão alagoano e tornar-se-ia o centro econômico e social de vasta região sertaneja que ultrapassaria as fronteiras do Estado. Como a maioria dos trabalhos sobre a Pedra e seu fundador relegaram a segundo plano as

²⁵ O termo alemão *hinterland* – literalmente, “terra de trás, traseira”, ou também “terra do além” -, tomado de Dawid Bartelt (2009), condensa a perspectiva de uma teoria da modernização, que estabelece como norma de desenvolvimento o modelo de Estado representado pelo que estaria vigente no centro que precisava ser estendido à periferia, à “terra do além”, ou também “terra de trás, traseira”. O termo comporta, assim, uma perspectiva de superioridade territorial e cronológica dos grandes centros do litoral – em oposição ao que é percebido como espaço afastado e atrasado, subdesenvolvido e que, segundo entendo, tem um forte potencial explicativo para se entender a I República e muita coisa do que nela ocorreu, inclusive a experiência da Pedra, com seu projeto educativo.

conjunturas políticas nacional e regionais, assim como as estruturas socioeconômicas brasileiras do período em que ali se deu a atuação de Delmiro, entendo ser fundamental, para análise da experiência de uma nova configuração do urbano, do industrial e do educacional no sertão alagoano na Primeira República, a explicitação da categoria “sertão”, até porque identifiquei nela o mesmo alcance explicativo que Bartelt (2009) enxergou quando tentou e, a meu ver, conseguiu explicar com toda clareza o conflito de Canudos. Foi desta forma que vi a possibilidade de entender porque “o núcleo fabril da Pedra” foi transformada em “Pedra de Delmiro”, e quais as razões que levaram esta comunidade a ser apontada por liberais modernizadores na Velha República como síntese viva e concreta do ideário de sociedade a ser emulada e o trabalho do seu “dono” de transformar “bárbaros” sertanejos em seres “civilizados” como exemplo a ser seguido. Afinal, não foi por acaso que a Pedra foi transformada em “símbolo de civilidade” no sertão que se contrapunha a Canudos e Juazeiro.

Com efeito, se Pedra foi vista por muitos dos seus estudiosos como uma ação isolada, ou seja, o resultado de um projeto individual, feito um levantamento da conjuntura política nacional e regional que permite um olhar mais largo sobre a experiência em foco, percebe-se que ela esteve diretamente relacionada e articulada à conjuntura mais geral da sociedade brasileira. E isso não significa que eu não esteja considerando a influência do local e do regional no fato aqui estudado; pelo contrário, considero que a dinâmica sociohistórica do sertão alagoano e circunvizinho torna patente o quanto o local influencia o nacional e é por este influenciado.

A imagem do sertão difundida na literatura brasileira tem sido bastante divergente, sendo o enfoque negativo questionado por intelectuais como Graciliano Ramos, que atribuía aos escritores ficcionistas do final do século XIX a imagem até então difundida sobre o sertão (MAYNARD, 2008, p. 40). A ideia do sertão como um espaço de miséria e atraso econômico provocou reação de inúmeros letrados. Em geral, a natureza no sertão é tratada como uma natureza sem vida, cruel e ameaçadora, caracterizada como região infértil, seca e de onde surgem os sertanejos - seus habitantes - rudes, violentos, incivilizados, prisioneiros de credices e superstições e, até mesmo, bárbaros. Na verdade, a região

caracterizada como sertão costuma englobar diferentes áreas com distintos índices de aridez, indo desde locais com balanço hídrico negativo, onde se desenvolve a caatinga característica de lugares secos (caatinga hiperxerófila), até regiões com balanço hídrico positivo, que resulta em solos bem desenvolvidos. Apesar dessas variações extremas, porém, toda a área está sujeita a secas anômalas com periodicidade frequente. (GONÇALVES, 2010, p. 30)

Na verdade, a seca não tem correlação com a quantidade de chuvas que costuma cair no sertão: a média anual é superior à quantidade de chuva que cai no continente europeu, por exemplo. A seca, segundo Gonçalves (GONÇALVES, 2010) está diretamente relacionada com a péssima distribuição temporal e espacial das precipitações. Outro fator importante para ser considerado é a flutuação pluviométrica, que alterna estiagens acentuadas com períodos de chuvas intensas. Tudo isso, mais o excessivo calor que provoca aumento na denominada evapotranspiração, faz com que a água que cai se dissipe frequentemente, antes mesmo de encontrar o solo quente. (GONÇALVES, 2010) O fato é que, com o passar dos anos, essas características tornaram-se uma marca registrada dos sertões, que viria a influenciar a política, a economia e a sociedade brasileira como um todo. O que importa das constatações acima registradas é que esses estereótipos de sertão vão contribuir para a construção da imagem de um sertão inóspito, de constante falta de água, solo quente e seco e com uma crônica falta de alimentos. Enquanto isso se estabelece como senso comum, Bartelt (2009), referindo-se às proximidades de Canudos, conclui que o sertão sempre possuiu significativo potencial econômico, tendo em muitos lugares solo fértil em que:

[...] a maioria da população conseguia tirar [...] o que precisava para viver: dispunham de madeira, barro e folhas de icó ou telhas para construir e cobrir casas. Teciam suas redes de dormir e fabricavam suas panelas e caçarolas. Em tempos de chuva regular, o plantio e a criação de gado garantiam uma alimentação rica e preciosa, complementadas por alimentos obtidos na colheita e na caça. Em tempo de escassez de água, os sertanejos eram obrigados a se alimentar sobretudo de seus estoques. O clima seco favorecia o armazenamento de alimentos não-perecíveis: a farinha de mandioca, o feijão e a carne seca, base da alimentação e, durante a seca, praticamente os únicos alimentos no sertão. (BARTELT, 2009, p. 59)

Nesse contexto, pelo que se pode perceber, o que caracteriza os sertões do norte brasileiro não é apenas a curta ou inexistente estação das chuvas, mas,

principalmente, uma política incapaz de criar sistemas de irrigação no sentido de diminuir a dependência do clima. (BALTELT, 2009).

É sabido que o sertão foi fartamente retratado na literatura brasileira mesmo antes do episódio da Guerra de Canudos, mas foi a obra referencial “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, publicada em 1902, ou seja, cinco anos após o final da guerra, que mais influenciou a formação da imagem sobre o sertão e o sertanejo. É inegável que a obra euclidiana representa uma das mais completas leituras sobre os aspectos sociológicos, antropológicos, biológicos e geográficos do sertão. No entanto, outras leituras também existentes não foram ou não costumam ser levadas em conta quando se quer pensar esta região do Brasil. Outros clássicos da nossa literatura que ajudaram a construção de uma imagem do sertão e do sertanejo foram “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos (2000); “Grande Sertão Veredas”, de João Guimarães Rosa (1986); e Viajando o sertão (2009), de Luís da Câmara Cascudo.

O sertão alagoano, lugar onde ocorreu um processo de industrialização levado a efeito por Delmiro Gouveia, até então pioneiro no interior do Nordeste brasileiro, não difere muito das características sociais, políticas e geográficas aqui levantadas e referidas na nossa ficção; na verdade, uma dessas obras – a de Graciliano Ramos – é ambientada no próprio sertão alagoano, trazendo à cena personagens que são a corporificação do que se imagina ser o sertão brasileiro.

Um dos motivos de maior admiração de importantes personalidades brasileiras e estrangeiras pela obra de Delmiro é justamente de ter sido esta realizada no sertão brasileiro, lugar que, segundo Andrade (1963, p. 25), é “[...] quente, porém, seco, e não só seco, como sujeito, desde a época colonial, a secas periódicas que matam a vegetação, destroçam os animais e forçam os homens à migração”.

Apesar de estar localizada no sertão alagoano, é verdade que Água Branca, onde estava o núcleo fabril da Pedra, ainda que situada numa serra e bem próxima do caudaloso Rio São Francisco, guardava as características gerais do sertão. Segundo Marroquim (2000), do ponto de vista fitogeográfico, Alagoas se dividia em duas faixas caracterizadas: central ou da caatinga, e a oriental ou da mata -, sendo a primeira composta por caatinga, exceto nos municípios de Água Branca e Mata

Grande, que representavam “*verdadeiros oásis no seio daquela aridez, taes o aspecto e a exuberancia de sua vegetação florestal*” (MARROQUIM, 2000, p. 1-2). Nas primeiras décadas dos anos de 1900, o sertão alagoano era formado pelos municípios de Água Branca, Pão de Açúcar, Paulo Afonso (atual município de Mata Grande), Piranhas e Santana do Ipanema, compreendendo o alto sertão: Paulo Afonso, Piranhas e Água Branca e, estando Pedra localizada neste município, a região em que se situava o núcleo fabril da Pedra era cercada pela catingueira, pela macambira e por diversas cactáceas, como o chic-chic, o mandacaru, o facheiro, a coroa de frade e o quipapá. É que o município de Água Branca era composto de solo ondulado, estendendo-se ao longo de caatingas nuas e pedregosas, tendo ao centro a Serra de Água Branca, de natureza idêntica à das matas, onde se situava a sede municipal.

Na perspectiva de reconstruir a experiência do processo educacional da Pedra, torna-se essencial conhecer a terra e quem nela vive, em suas particularidades físicas e sociais como elementos que contribuirão para um olhar apurado da dimensão humana e social do lugar sertão. Nesse sentido, pode-se dizer que ali existia uma população cuja esmagadora maioria era mantida praticamente sem instrução escolar, vivendo num sistema de poder de origem privada que apenas sugeria a presença do poder do Estado. Era um povo que desconhecia os conceitos de Estado e de formas de governo, assim como devia carecer de uma ideia concreta e comparativa do tamanho e da forma de seu país – o Brasil. Sobre eles vale dizer, como Bartelt, referindo-se à população da região de Belo Monte, que “certamente sabiam que eram brasileiros, entretanto, é questionável se se sentiam, no sentido de Anderson, como parte de uma comunidade imaginada chamada nação brasileira” (BARTELT, 2009, p. 48).

Tratando-se do regime republicano que intentava se firmar em fins do Século XIX e inícios do Século XX, se os sertanejos esperassem com muita expectativa por vantagens da parte do novo sistema – o que não era o caso – logo iriam se decepcionar, pois, com a República ali nada mudou para melhor. Na verdade, com a República,

As instituições políticas no sertão não ganharam maior estabilidade, os amplos poderes dos coronéis, resultantes da instabilidade institucional, não foram limitados e as possibilidades de participação formal na vida política

não aumentaram. Revogar o censo no direito eleitoral praticamente não mudava essa situação enquanto o direito de voto fosse vetado às mulheres e continuasse dependendo da capacidade de ler e escrever (BARTELT, 2009, p. 48).

De que maneira, então, o sertão alagoano se constituiu historicamente na primeira República? É possível afirmar que a experiência industrial da Pedra foi o ideal de sociedade republicana e exemplo para a nação brasileira? Como e por que o discurso de intelectuais, políticos e industriais de várias matrizes ideológicas reproduziam a experiência da Pedra como um marco na civilização do povo sertanejo?

Pedra, Canudos e Juazeiro foram e ainda servem de comparação como experiências opostas, onde a primeira representaria o modelo de civilização e as outras de barbárie. Ao difundir a imagem do sertão como de uma região de solo infértil, seco, quente, atrasada, incivilizada e habitada por uma sub-raça (os sertanejos, jagunços), que, além de inferiores, tinham vocação para o messianismo e a violência – a elite brasileira usou Canudos para reforçar sua concepção de sertão fundamentada em teorias produzidas por intelectuais, como Nina Rodrigues, ao mesmo tempo em que tentava consolidar seu projeto de República, enquanto uma plêiade de intelectuais adeptos da modernidade, à frente Assis Chateaubriand, Manuel de Oliveira Lima e Plínio Cavalcante, alçaram a experiência industrial de Delmiro na Pedra como a condição efetiva de possibilidade de um outro sertão civilizado e moderno, sobressaindo-se a educação escolar, segundo eles, como o principal instrumento para se conseguir esse feito.

2 EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA DOS CORONÉIS

Pensar a educação supõe inscrever em nosso horizonte os interesses que esse tipo de prática aciona e mobiliza.

José Gonçalves Gondra

(Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro)

O fim do Império e o início da República foi um período povoado por ideias trazidas da Europa, com o positivismo, o socialismo e o anarquismo tomados e difundidos muitas vezes equivocadamente. Neste caldeirão de ideias que se confrontavam com um liberalismo construído sob diversas formas, de modo a se adequar às necessidades de um capitalismo que vinha se conformando desde o período colonial, o que é certo é que a mudança de regime do Império à República, em 15 novembro de 1889, não alterou substancialmente as relações sociais na sociedade brasileira. Se os modos de convivência social não permaneceram intocados na Primeira República (1889–1930), boa parte do que a Constituição de 1891 alterou nas estruturas sociopolíticas permaneceu intocada, quando não foi reforçado no que tinha de mais arcaico.

Para Bartelt (2009), a chegada da notícia sobre a mudança de regime no sertão nordestino deve ter sido recebida como algo sem sentido por agricultores, vaqueiros, pequenos comerciantes e feirantes. (BARTELT, 2009, p. 47) É possível afirmar isso porque até no Rio de Janeiro, onde o regime foi proclamado, a maioria da população ignorou o que estava ocorrendo, quando não ficou bestializada com o que teria sido um grande feito, segundo nos diz Carvalho (1987). Por isso, a Primeira República foi um “período de insegurança jurídica e de carência de leis administrativas” (BARTELT, 2009, p. 40), tendo se caracterizado por contradições e divergências de ordem política e ideológica, até porque, nos seus primeiros passos, tenha resultado na convergência entre militares e fazendeiros do café, duas forças sociais com interesses diversos. Neste confronto de projetos terminou vitoriosa a burguesia agrária dos grandes Estados, de modo que a República seria caracterizada como um “sistema político cujo foco se localiza nos Estados, sob a hegemonia dos economicamente mais fortes, liberal na sua forma, oligárquico quanto ao seu funcionamento” (CAMPELO DE SOUZA, 1976, p.166).

Foi, assim que se edificou a força política dos coronéis em nível municipal e das oligarquias nos planos estaduais e federal. A primeira Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1891) seguiu de perto, do ponto de vista formal, a Constituição norte-americana, baseando-se nos seguintes princípios: federalismo, um sistema presidencialista com um parlamento bicameral com competências maiores; o fortalecimento dos Estados; um amplo catálogo de direitos fundamentais e direitos eleitorais restringidos foi, na prática, o que se impôs. Assim, ganhava corpo o modelo formalmente liberal, mas fundamentalmente autoritário nas suas práticas, residindo aí uma das razões para o fortalecimento do coronelismo como sistema político e sua importância para a manutenção dos interesses da sociedade agrária, em que o coronel exercia uma ampla autoridade sobre seus dependentes, estando o seu poder assentado no latifúndio que vinha constituindo a forma de organização geopolítica brasileira desde os primórdios da colonização.

Outro aspecto importante para se pensar a dinâmica política da Primeira República foi levantado por Bóris Fausto:

a concentração das atividades econômicas em áreas geográficas definidas propiciou a formação, no país, de uma estrutura regional de classes. As oposições de áreas geográficas, no interior da classe dominante, ganharam maior importância do que as divisões setoriais (burguesia agrária, comercial, industrial). (FAUSTO, 1973, p.5).

Dessa forma, para José Murilo de Carvalho, (2004, p. 43), “consolidou-se entre nós uma república embebida de uma ideologia liberal pré-democrática, darwinista, reforçadora do poder oligárquico”. Se, na constituição do poder anterior à República, votavam apenas os cidadãos de posses que, de acordo com a última lei eleitoral do Império, precisavam justificar uma renda anual mínima de 200 mil réis -, quantia elevada na época, segundo Queiroz (2004, p. 160) -, com a Constituição Republicana de 1891 outorgando a todo brasileiro ou naturalizado o direito ao voto, desde que fosse alfabetizado, o que se viu, com a instauração do novo regime, apesar da ampliação das bases eleitorais, foi o controle ainda maior, por parte dos chefes políticos locais, na eleição de Deputados, Senadores e Presidentes/Governadores dos Estados, que continuariam sendo os seus parentes, aliados e/ou prepostos. Como, apesar da passagem do Império à República, a estrutura econômica baseada no latifúndio permaneceria a mesma, o poder não somente foi mantido nas mãos dos Coronéis, como passou até a ser reforçado pelo

controle do voto agora teoricamente universal. (QUEIROZ, 2004, p. 160) Temos aqui uma suprema ironia: a extensão do voto a todos os alfabetizados, que representava uma conquista republicana, em lugar de implantar um sistema de escolha livre do eleitorado, que, com sua base alargada, votaria nos candidatos que lhes parecessem os mais adequados, ampliou o antigo sistema em que o voto sempre fora um bem de troca. Se na eleição de tipo censitária o indivíduo dava o seu voto²⁶ porque já recebera um benefício, ou porque esperava ainda recebê-lo, no voto formalmente universal, a troca do voto permanecia, quando este não era simplesmente atribuído a quem aquele que tinha ascendência sobre o eleitor pobre e fragilizado determinava como destinatário do sufrágio. Adicione-se a isso o fato de que, tal qual no Império, também na República ficaram excluídos do direito ao voto os pobres, os mendigos, as mulheres, os menores de idade, os membros de ordem religiosa, os praças, ou seja, a grande maioria da população. Para Queiroz (2004, p. 155)

[...] verificou-se desde logo que a extensão do direito de voto a todo cidadão alfabetizado não fez mais do que aumentar o número de eleitores rurais ou citadinos, que continuaram obedecendo aos mandões políticos já existentes.

A tudo isso se acrescia a ação muito frequente de falsear os resultados das eleições se assim fosse conveniente a quem, tendo poder, controlasse a máquina oficial: para Carvalho (1987, p. 89) “o cidadão republicano era o marginal mancomunado com os políticos; os verdadeiros cidadãos mantinham-se afastados da participação no governo da cidade e do país”, de modo que votavam defuntos, ausentes e as atas das seções eleitorais eram forjadas para garantir a eleição dos chefes políticos que mantinham o poder ou aqueles que eram por eles apoiados.

Na consolidação do regime republicano, pois, a base seria o poder dos governadores, apoiada num sistema de compromisso em que o aliciamento eleitoral do coronelismo dava estabilidade àquele. Sendo essa prática denominada pelos estudiosos de “política dos governadores”, ela era tecida numa malha de relações que, vindo do poder central, passava pelos chefes dos executivos estaduais e tinha o poder constituído pelo voto, mediante a capacidade dos senhores locais de

²⁶ Durante o Império, havia uma série de exigências de idade e de fortuna para que o indivíduo fosse considerado eleitor - a qualificação de eleitor era dada por “mesas” ou por “conselhos”, compostos de pessoas influentes que tinham, assim, poderes para eliminar das listas a quem quisessem. Para maiores informações sobre o tema, ver Maria Isaura Pereira de Queiroz, 2004.

arregimentar adeptos ou fraudar resultados eleitorais, em troca de poder para agir no lugar do Estado, preenchendo a ausência de partidos políticos ou impedindo o surgimento destes. Nessa perspectiva, tem-se, por toda a República Velha, sobretudo nas duas primeiras décadas que inauguram o século XX, um sistema de poder político em que

os governadores garantiam a eleição do governo federal e dos candidatos apresentados pelo governo e, em contrapartida, adquiriam liberdade de ação no próprio Estado e apoio federal, em caso de conflitos em seus Estados. O mesmo princípio determinava também a relação entre governo estadual e coronéis nos municípios (BARTELT, 2009, p. 50).

Enquanto perdurou essa forma de organizar a vida política brasileira, inexistiu uma política voltada para a economia e a infraestrutura do sertão por parte do Estado Nacional. E, enquanto na capital da República o sertão era considerado espaço homogêneo e, conseqüentemente, “Estado nacional republicano”, onde a República deveria se impor, no sertão a “República” era sinônimo de “coronelismo”, sendo este “promovido ativamente pelo governo republicano, por interesses políticos próprios, e era elemento integrante e funcional do sistema político”. (BARTELT, 2009, p. 89).

2.1 O Novo Sistema e as Velhas Estruturas nas Alagoas

Essas características coronelistas e oligárquicas com profundos traços de violência vão, assim, como não poderia deixar de ser, pela natureza fundiária e de formação social da região, marcar a primeira República em Alagoas. Há por parte dos principais estudiosos do período (CRAVEIRO COSTA, 1983; LIMA JUNIOR, 2001; VERÇOSA, 2006; TENÓRIO, 2009), uma opinião similar quanto ao caráter particularmente conturbado da Primeira República, justamente na terra do proclamador do novo regime e daquele que foi considerado seu consolidador, a saber, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, respectivamente.

Quando da proclamação da República, em Alagoas continuava predominando como principal atividade econômica a cana-de-açúcar²⁷, atividade que vinha vivendo, desde o século anterior, momentos de dificuldade pelos prejuízos

²⁷ Ainda que não negue a importância do algodão para a economia alagoana, mesmo depois da República Velha, tenho como certo que é impossível negar a primazia do açúcar para o Estado como um todo, sobretudo nesse período que estou a considerar, até porque se trata de uma época em que a produção açucareira vai começar a se revitalizar, via usinas e tecnologias menos atrasadas.

causados, principalmente, pela utilização de mecanismos rudimentares no processo de moendas e de cozimento da cana-de-açúcar, juntamente com a dificuldade dos canavieiros alagoanos, por conta de seu espírito autárquico, de se juntarem para fazer funcionar os engenhos centrais que foram, em outros Estados da região, os precursores da usina, e que deram um alívio, ainda que temporário, à crise açucareira que mais se aprofundava desde o final do Império (VERÇOSA, 2006).

Somente no período compreendido entre 1901 e 1911, foram instaladas em Alagoas as primeiras usinas de cana-de-açúcar, o que tornou essa atividade bastante lucrativa (CRAVEIRO COSTA, 1983, p. 159). Assim, para este pesquisador da história alagoana, mesmo com as dificuldades enfrentadas pela principal atividade produtiva na província, o novo regime político encontrou Alagoas com suas principais atividades econômicas em processo de expansão, sendo a usina o carro-chefe dessa recuperação. Enquanto isso, por conta do caráter monocultor da economia alagoana, a produção de cereais atendia apenas às necessidades de consumo interno (CRAVEIRO COSTA, 1983, p. 160).

Para se ter uma ideia da amplitude do aparato político-administrativo quando da proclamação da República, a Província das Alagoas contava àquela altura com, “29 municípios, 14 comarcas, 27 termos com 21 juizados municipais e 55 juizes de paz, 7 cidades, 22 villas. As rendas eram pequenas, as industrias parcas, vivendo penosamente” (CARVEIRO COSTA, 1983, p.167).

Para Tenório (2009), que, como afirmei, tem seu pensamento sobre a sociedade alagoana pós-imperial convergente com os principais estudiosos do período, em Alagoas "a República Velha é marcada pela hegemonia agrícola e, por via de consequência, pelo domínio das classes agrárias" (TENÓRIO, 2009, p. 10). Segundo este pesquisador da história e da política alagoanas, em confirmação ao que se diz sobre o Brasil como um todo,

A proclamação da República [...] pôs fim à centralização monárquica e assim alterou-se a estrutura de poder, pois as decisões políticas passaram a ter como ponto de partida as antigas províncias, agora denominadas Estados. De certo modo, o novo regime foi a concretização dos interesses das oligarquias ou dos grupos detentores do poder econômico nos Estados, a quem já não convinha mais um regime de governo que centralizasse na corte, o Rio de Janeiro, a prerrogativa de todas as decisões" (TENÓRIO, 2009, p. 10)

Para se ter uma ideia de como o movimento republicano era frágil e sem substância em Alagoas, tão logo se confirmou a notícia chegada da capital federal, foi crescente a adesão dos, até então, defensores do antigo regime. Diz-nos Tenório que

O frágil núcleo republicano local, que vegetava na maior indiferença por parte da maioria da classe dominante, viu abrir-se à sua frente uma torrente de novos adeptos que surgiam eufóricos ou reservados de todos os lados, como se fossem republicanos desde o nascimento, oferecendo apoio incondicional ao novo regime (TENÓRIO, 2009, p. 54-55).

A nomeação de Tibúrcio Valeriano de Araújo pela junta governativa como primeiro governador republicano em Alagoas frustrou o entusiasmo das comemorações da sua nomeação, haja vista que, por ato do Governo Central, fora nomeado no mesmo dia para o cargo Pedro Paulino da Fonseca, irmão do proclamador da República, Deodoro da Fonseca, tendo sido o irmão do marechal, de fato, o primeiro governador de Alagoas sob o regime republicano.

Pedro Paulino veio do Rio de Janeiro para Alagoas assumir o mandato, tendo aí ficado pouco mais de dez meses. Depois de eleito senador, Pedro Paulino entregaria o cargo de governador ao vice e retornaria ao Rio de Janeiro para tomar posse no Senado. O seu substituto, Roberto Calheiros de Mello, também passou o governo a Manuel de Araújo Góes. Com o novo regime esperava-se que a estabilidade que nunca se havia conseguido plenamente em Alagoas durante o período imperial fosse, então, assegurada. No entanto,

quem esperava um início venturoso do novo regime, um período de união e concórdia com a presença de um dos integrantes do lendário clã dos Fonseca à frente do governo alagoano, enganou-se redondamente. O que se verificou foi o começo de uma intensa disputa entre os chefes políticos locais, cada um "mais ardorosamente republicano" que o outro, procurando influir no controle da administração estadual (TENÓRIO, 2009, p. 56-57).

Assim, o clima de instabilidade política só aumentaria na gestão Araújo Góes, que reagiria com violência às manifestações contra o seu governo. Rechaçadas com tiros pela polícia, a situação e o clima de tensão levariam à deposição do governador, no mesmo dia em que Deodoro da Fonseca veio a renunciar ao cargo de Presidente da República. Novamente, o Estado seria governado por uma junta governativa até que o presidente do Senado, que era o Barão de Traipu, assumisse o governo e convocasse novas eleições (CRAVEIRO COSTA, 1983, p. 163).

Foi, então, realizada novamente eleição para governador e vice-governador, sendo eleitos Gabino Besouro como Governador e Manoel Gomes Ribeiro, Barão de Traipu, como Vice-Governador. E a esperança de tranquilidade seria frustrada mais uma vez, pois, com apoio político na capital federal, a oposição conseguiria a deposição deste governador por forças federais. Com a instabilidade política, a violência e a disputa entre os grupos políticos que se engalinhavam pelo poder, ninguém se propôs a assumir o cargo de Governador, que se encontrava vago.

Nova junta governativa seria, então, constituída por Manoel Sampaio Marques, coronel José Tavares da Costa e Miguel Soares Palmeira, permanecendo até 17 de outubro, já que em 16 de setembro de 1894 seria eleito governador do Estado o Barão de Traipu, que teria como seu vice o coronel José Vieira de Araújo Peixoto.

Com a eleição de Prudente de Moraes para Presidente da República (1894), a oposição ao Barão de Traipu liderada por Gabino Besouro voltaria a se articular de tal modo que, no dia 1º de maio de 1895, “forças policiais dissolveram com violência agrupamentos de partidários do Barão [...] Aconteceu uma verdadeira batalha entre os dois grupos, com vários mortos e feridos”. (TENÓRIO, 2009, p. 72).

Desta vez foi o Barão de Traipu quem foi deposto do cargo. A tensão eleitoral, o enfrentamento deste com o Poder Judiciário, do qual parte significativa era representante de setores das oligarquias agrárias e a falta de habilidade política do Barão e de aliança com setores produtores de açúcar contribuiriam, na avaliação de especialistas, para a sua queda. E, mais uma vez, o governo seria exercido por uma junta governativa. A deposição do Barão de Traipu foi produto de uma refrega tão acirrada que ocasionou dezenas de mortes, havendo a determinação do Governo Central para que o governador fosse reempossado. Mas, o Barão de Traipu não quis permanecer no poder, tendo passado o governo para seu substituto, o coronel José Vieira de Araújo Peixoto, no dia 14 de janeiro de 1896 (CRAVEIRO COSTA, 1983, p. 164-165).

Diante dos fatos acima referidos, percebe-se que as disputas políticas pelo comando político do Estado de Alagoas, desde a Proclamação da República até as vésperas do século XX, caracterizaram uma instabilidade verificada nas inúmeras

deposições e juntas que governaram o Estado que, num certo sentido, suplantaria a situação de muitos Estados da nova federação. Segundo Tenório, ao analisar esse período da vida alagoana,

vinte e dois governos se sucederam no espaço de apenas sete anos, sete meses e 13 dias, exatamente do dia 18 de novembro de 1889, quando do advento da primeira Junta Governativa, até o dia 12 de junho de 1897, quando tomou posse Manuel Duarte, governador eleito pelo sufrágio direto. Dias houve, como na deposição de Gabino Besouro, que subiram e caíram cinco governadores, recorde que nem a democracia boliviana alcançou. [...] Naqueles dias do começo do novo regime, o fragor encarniçado das disputas dos clãs gerou um período de terror onde nem liberdades individuais, nem imunidades congressuais, nem sentenças judiciais eram respeitadas pelo governo do coronel Besouro (TENÓRIO apud VERÇOSA, 2006, p. 98).

Finalmente, após tantos confrontos, assumiria, em 12 de junho de 1900, como governador, Euclides Vieira Malta, que venceu as eleições que disputou com Miguel Soares Palmeira. Genro do Barão de Traipu e primo do Presidente da República, Floriano Vieira Peixoto, Euclides era sertanejo de Mata Grande (antiga Paulo Afonso), que ficava vizinha ao município de Água Branca, onde seria montado o núcleo fabril da Pedra.

Figura 14 – Retrato de Euclides Vieira Malta – Governador de Alagoas.



Fonte: Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

No primeiro governo deste sertanejo, Alagoas iria finalmente vivenciar o primeiro período de estabilidade política após a proclamação da República, ainda que sob um forte poder autoritário. A chegada de Euclides Malta no comando do governo de Alagoas só foi possível em razão da subida de Prudente de Moraes ao Governo Central, pois foi, então, que se encerrou a fase militarista no governo republicano, ascendendo, em definitivo, as oligarquias. Sem contar que foi pelas mãos de Prudente que o Barão de Traipu, sogro de Euclides Malta, pôde se afirmar como potentado local, vez que foi aquele presidente que garantiu que ele voltasse ao executivo estadual após sua deposição. Euclides Malta representaria, assim, paradoxalmente, na república que se queria moderna, [...] o início do domínio político das classes agrárias ligadas à produção açucareira, que assumem as lideranças das demais frações senhoriais, mesmo sob a batuta de um astuto sertanejo como Euclides Malta (TENÓRIO, 2009, p. 73).

Conta-nos a história da Primeira República que o governo civil de Prudente de Moraes tinha, de fato, passado por momentos difíceis e só foi possível manter-se

graças à tentativa de assassinato sofrida por ele, que vitimou o Ministro Bittencourt, fato que possibilitou ao Presidente se recuperar politicamente e afastar os grupos que lhe ameaçavam a permanência no poder. Com a derrota dos últimos monarquistas e dos republicanos militaristas, era chegada a hora de as elites agrárias estaduais darem as cartas do jogo, passando a exercer com exclusividade o comando político nos Estados, sendo esse o caso de Alagoas, em que o poder oligárquico assumiria, segundo penso, um caráter paradigmático. Tanto foi assim que, conforme Tenório, em Alagoas

senadores e deputados federais, congressistas estaduais, conselheiros municipais, juizes, intendentes, governadores e vice, todos os nomes saíam dos ramos dos proprietários, das famílias tradicionais ou de seus prepostos (TENÓRIO, 2009, p. 74).

Em Alagoas, os que ocupariam essas funções seriam facilmente identificados pelos sobrenomes característicos das famílias tradicionalmente integrantes dos grupos senhoriais ou economicamente abonadas. Tenório cita alguns dentre os principais clãs que passariam a assumir os cargos de mando no Estado:

Gusmão, Malta, Vieira, Peixoto, Gracindo, Mello, Miranda, Tenório, Acioli, Vasconcelos, Cavalcanti, Araújo, Góes, Rego, Hollanda, Mendonça, Wanderley, Leite e Oiticica, Cunha Rego, Santos Pacheco, Sarmento, Lessa, Arroxelas, Fernandes, Palmeira, entre outros" (TENÓRIO, 2009, p. 74).

Euclides Malta, por conta da estabilidade conquistada por meio de manobras políticas e do pulso de ferro, exerceria, assim, o comando político em Alagoas por quase uma década e meia, sendo "a mais longa era de poder exercida por um homem e sua família na história de Alagoas" (TENÓRIO, 2009, p. 75).

Euclides categorizou-se politicamente, frente às principais esferas de poder em Alagoas, por meio de laços familiares, ao casar-se com a filha do Barão de Traipu. Tendo assumido o governo estadual em 1900, segundo Tenório,

uma vez eleito, Euclides monta uma azeitada máquina administrativa que o torna o líder máximo do Estado até 1912, em sucessivas reeleições. Seu modo de agir vai repetir-se com os demais grupos oligárquicos estaduais: controle partidário, controle dos órgãos municipais, prática clientelista, nepotista e patrimonialista, garroteando qualquer tentativa da oposição. Os protestos de grupos preteridos pela própria oligarquia são abafados e contornados pela habilidade do caudilho sertanejo. [...] Creio que não houve ainda quem polarizasse tanto ódio nem atraísse tanta dedicação como esse sertanejo de Mata Grande. (TENÓRIO, 2009, p. 76)

De fato, com o governo na mão e o controle sobre os coronéis, Euclides elegeria para seu sucessor no governo, o irmão Joaquim Paulo Vieira Malta, que iria exercer um mandato entre o seu primeiro e os dois seguintes. Enquanto isso, a oposição a Euclides, não satisfeita com a longa permanência deste à frente do poder e de suas manobras para mudar a Constituição Estadual para atender aos seus interesses, reagiria com agressividade, fato que contrariava o espírito republicano, além de impedir a renovação política.

Euclides, que passou a ser chamado de “corvo da República” (TENÓRIO, 2009, p. 85), iria ver, finalmente, seu poder enfraquecido com a volta dos militares ao centro do poder nacional. Com Hermes da Fonseca na presidência, este, para conseguir governabilidade, não escaparia de ter de buscar apoio também nos grupos regionais dissidentes e que faziam oposição aos grupos de comando nos Estados. Assim, ainda que o seu discurso das chamadas “Salvações” preconizasse a derrubada das oligarquias, isto iria significar efetivamente a substituição das oligarquias que representavam oposição ao poder central por aquelas que viessem a se alinhar ao novo governo federal. Frente a esse cenário político, o poder da oligarquia comandada por Malta tornar-se-ia vulnerável. Nesse sentido, em Alagoas,

Como nunca dantes imaginado, a oposição é fortalecida. Surgem, nos bairros populares da capital, os primeiros núcleos de oposição fora dos trilhos partidários, com características dos *sans-culotte* de 1789. O inusitado pulsar das ruas é um sintoma de uma vida urbana em gestação. Cresce a força dos jornalistas, dos estudantes, dos bacharéis, dos artistas, dos oradores de comícios que, unidos no vigor antigovernamental, cavalgam suas ambições junto com as promessas transformadoras. (TENÓRIO, 2009, p. 95).

Em meio a esse caldo político, o Partido Democrata apresentaria a candidatura de Clodoaldo da Fonseca para governador, tendo como candidato a vice-governador um dos principais líderes da oposição, José Fernandes de Barros Lima, que não dera tréguas a Euclides Malta, sobretudo nos seus últimos tempos de governo. Assim, “o povo exulta com as propostas inovadoras e manifesta sua condenação àqueles que considerava tiranos e exploradores” (TENÓRIO, 2009, p. 99), terminando por cair nos braços daqueles que eram apoiados pela “Liga dos Combatentes”, movimento paramilitar criado e apoiado por Fernandes Lima.

Num clima de luta política assentada em um discurso antioligárquico muito simpático ao povo e à minúscula classe média alagoana, Clodoaldo da Fonseca e

Fernandes Lima venceriam as eleições e assumiriam o governo estadual em 12 de junho de 1912, numa refrega que iria ocasionar a morte de correligionários do governador Euclides Malta e da oposição. Findo o mandato dos primeiros adversários de Malta no poder, o grupo que tinha o controle dos instrumentos de favores e castigos elegeu o seu sucessor, João Baptista Accioly Júnior que, tal qual Fernandes Lima, era ligado ao setor canavieiro. Este foi um período de menor pressão sobre os adversários, o que veio a provocar um racha com o grupo liderado por Fernandes Lima que, já tendo estado à frente da máquina governamental como vice-governador, passou a ver a situação como propícia para novos vãos.

Assim, apesar de questionar o poder de Euclides Malta e sua permanência no poder por tanto tempo, tendo feito do discurso antioligárquico sua bandeira e o trunfo que lhe daria notoriedade e prestígio, Fernandes Lima passaria de articulador a chefe de mais uma convergência da oligarquia, dentro da coligação oligárquica maior, a comandar a política estadual. Desse modo, finalmente eleito para a chefia suprema do Executivo Estadual no dia 12 de junho de 1918, prolongaria sua presença à frente do poder estadual por meio de uma reeleição, o que o fez ficar no governo até 1924.

Em junho de 1924, o mandato passaria de três para quatro anos, vindo o governo a ser exercido pelo jornalista Pedro da Costa Rego, o qual viria a ter um papel fundamental, enquanto líder do grupo no poder, na manutenção dos bens e da Fábrica nas mãos dos herdeiros de Delmiro.

Figura 15 – Comitiva do Governador Costa Rego em visita à Pedra, estando o governador sentado, no centro da foto.



Fonte: Acervo particular de Edvaldo Nascimento.

2.2 Aos Amigos, os Favores da Lei! Aos Inimigos, os Rigores da Lei!

O surgimento do vocábulo “Coronelismo” deve-se aos “coronéis” da Guarda Nacional criada em 18 de agosto de 1831. Esses poderosos tinham asseguradas prerrogativas, dadas pelo Poder Central, de organizar grupos armados e, diante de ameaças à ordem estabelecida, agir militarmente. Com o tempo e as relações de poder que foram se plasmando, além dos que realmente exerciam tal posto, o tratamento de “Coronel” passou a ser empregado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, e a todo e qualquer detentor de posses e assim passou a ser mesmo no período republicano, quando o cargo deixou oficialmente de existir. O fato é que o sistema ficou tão enraizado na mentalidade do sertanejo que o tratamento de coronéis é até hoje atribuído aos que têm o comando da política local. Segundo Basílio de Magalhães,

homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas ou ilícitas, - foram tais “coronéis” os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu designando demopsicologicamente “o indivíduo que paga as despesas”. E, assim, penetrou o vocábulo “coronelismo” na evolução político social do nosso país, particularmente na atividade partidária dos municípios brasileiros. (MAGALHÃES apud LEAL, 1997, p. 291).

Barbosa Lima Sobrinho, em prefácio ao clássico trabalho de Victor Nunes Leal (BARBOSA SOBRINHO apud LEAL, 1997, p. 16) sobre o tema, citando Marcos Vinícius Vilaça e Roberto de Albuquerque, revela que era prática comum que os coronéis delimitassem seus domínios de terra à custa de propriedades tomadas à força de adversários ou até mesmo de amigos e apaniguados seus. Sendo detentor de poder político, econômico e social, este sistema criou o “filhotismo”, como expressão de uma relação de favor aos amigos e perseguição aos inimigos.

Na essência, o coronelismo era um compromisso por meio de uma relação de trocas entre o poder público, em crescente fortalecimento, e a descendente influência social dos chefes políticos locais, principalmente os senhores de terra. Daí ser impossível compreender o fenômeno do coronelismo sem uma análise da estrutura agrária no Nordeste, pois é ela que fornece a base de sustentação das manifestações do poder privado ainda tão visível no interior do Brasil. (LEAL, 1997, p. 40).

O fortalecimento do fenômeno do coronelismo se deu para Lima Sobrinho porque “o desamparo em que vive o cidadão, privado de todos os direitos e de todas as garantias, concorre com a continuação do ‘coronel’, arvorado em protetor ou defensor natural de um homem sem direitos” (LIMA SOBRINHO apud LEAL, 1997, p. 18).

Assim, entre os favores dispensados pelo coronel aos seus “apadrinhados” estavam os de

arranjar emprego, emprestar dinheiro, avalizar títulos, obter créditos em casas comerciais, contratar advogado, influenciar jurados, estimular e “preparar” testemunhas, providenciar médico ou hospitalização nas situações mais urgentes, ceder animais para viagens, dar pousada e refeição, impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restituía, batizar filhos ou apadrinhar casamentos, compor desavenças, forçar casamentos em caso de descaminhos de menor (LEAL, 1997, p. 299).

Nesse jogo, era praxe o controle de grande quantidade de “votos de cabresto”, pelo coronel. O poder político dos coronéis era medido através da quantidade de votos de que dispõe um chefe local ou regional, no momento das eleições. O coronel, por meio da sua força eleitoral, tinha um prestígio político que representava o,

Natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de donos de terras. Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam (LEAL, 1997, p. 42).

Analisando a definição de Leal (1997) sobre o coronelismo na obra “Coronelismo, enxada e voto”, em que destaca o aspecto político como principal característica do coronelismo, Maria Isaura Pereira de Queiroz chama a atenção para outros aspectos que foram ignorados por Leal. Assim, segundo ela, é necessário para uma compreensão mais ampla sobre o coronelismo, considerar os aspectos socioeconômicos, sendo, então, preponderantes estes aspectos para a existência e fortalecimento do coronel. Neste aspecto, Queiroz (2004) diverge de Leal (1997) quanto à definição do coronelismo. No fundamento da estrutura coronelística no Brasil, sustenta Queiroz (2004, p. 172), estão a herança, o casamento e o comércio. Para ela, embora a herança fosse o meio natural de preservação de status e de poder, “o exemplo mais claro, porém, da ascensão mediante a aquisição de bens de fortuna no comércio, é o do coronel Delmiro Gouveia” (QUEIROZ, 2004, p. 174). Nesse particular modo de se tornar “coronel”, Queiroz afirma que:

A história do coronel Delmiro Gouveia evidencia a importância dos bens de fortuna na aquisição de posição sócio-histórica e de influência política, fator superior ainda à integração numa parentela. Sua fortuna lhe permitiu prescindir desta, tanto na ascensão social quanto na manutenção de sua posição econômico-política. (QUEIROZ, 2004, p. 175).

Delmiro Gouveia torna-se, assim, de acordo com esta autora, o exemplo clássico de indivíduos que chegaram ao coronelato devido ao poder econômico sem que a falta de uma parentela poderosa constituísse obstáculo.

Outra característica marcadamente do fenômeno coronelístico é o esforço do coronel pela melhoria do seu município, vila ou lugar. Sendo boa parte das conquistas como escolas, correios, estradas, posto de saúde, igreja, rede de esgoto, água encanada, luz elétrica, cinema, o clube, fruto do seu esforço e prestígio político e econômico, o que concorre para sua posição de liderança local ou regional, sendo ele a personificação do poder do Estado que, ausente, num certo sentido, por meio dos mandatários, como que terceiriza os serviços que, numa república de verdade,

cabe ao poder público executar como atendimento aos direitos da cidadania. Assim, dois aspectos inerentes ao fenômeno do coronelismo merecem destaque nesta nossa análise: uma é o fraco papel do Estado brasileiro, o que contribuiu para fortalecer a força e o papel dos coronéis; o outro é a ausência do Estado no cumprimento do seu papel, o que favoreceu a uma efetiva atuação do poder privado.

Assim, feitas essas considerações, é importante, ainda, assinalar, que, de qualquer modo, o entendimento entre os chefes políticos municipais e os coronéis foi importante para a manutenção da boa relação entre poder privado e poder público, mantendo, assim, o sistema da reciprocidade. Juntos, os chefes políticos e os coronéis podiam conduzir eleitores, enquanto a situação política dominante do Estado dispunha do erário, dos favores do Estado e do que Victor Nunes Leal chamou de *o cofre das graças e o poder da desgraça* (LEAL, 1997, p. 64). Ainda, segundo o mesmo autor,

o prestígio próprio dos “Coronéis” e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga – são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do “Coronel” – firmada na estrutura agrária do país -, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do “Coronel” ficaria sensivelmente diminuída

Nessa perspectiva, o apoio oficial tornava-se importante, não só no aspecto do favor individual, mas, também e, sobretudo, na realização de obras públicas, tendo em vista que sem essas a liderança local ficava ameaçada. Além disso, o custeio dos gastos com as eleições era dividido com o Governo Estadual que pagava ora através de dinheiro, ora através do pagamento em serviços e, às vezes, através de contratos de obras públicas, com grande margem de lucro.

Essa análise sobre o coronelismo, tanto quanto sobre a conjuntura política de Alagoas, sobretudo nos 25 primeiros anos do regime republicano, mais a situação particular de Delmiro tido como um coronel, feita até aqui com alguma pormenorização e uma certa dose de teorização, pareceu-me fundamental para a compreensão de aspectos sociais, políticos e econômicos inerentes à região sertaneja em que sempre atuou Delmiro – na Pedra, em particular, já que foi aí, além do Recife, o único espaço em que desenvolveu atividade sedentária, sendo o sertão de Alagoas o espaço social em que reconstruiu sua riqueza e instaurou seu projeto urbano-industrial.

2.3 A República dos Coronéis no Sertão do São Francisco

Quando Delmiro chegou ao sertão de Alagoas, embora a era Malta estivesse em seu início, o poder de Euclides já era demonstrado pelo incondicional apoio que este recebia da maioria dos coronéis sertanejos. Estes coronéis do sertão alagoano, segundo o estatuto do coronelato, agiam de acordo com seus interesses e se utilizavam de mecanismos de proteção do governo estadual para agir de todas as formas, a fim de obter seus intentos, nem que para isso, na maioria das vezes, tivessem que usar o expediente da violência. Considerando-se o Sertão do São Francisco, onde se encontrava o núcleo fabril da Pedra, eram as famílias Luna e Torres que mandavam em todo o município de Água Branca. Os grupos enquistados nessas duas famílias, por seu turno, ainda que tivessem certo grau de parentesco, como era de costume disputavam o comando político municipal e se alternavam no poder, saindo vitorioso aquele que estivesse aliado ao governador que viesse a ser eleito.

O coronel Ulysses Luna, um dos senhores de Água Branca, seguindo o princípio de que era fundamental estar no poder, depois de ter sido membro do Partido Libertador, passou para o Partido Conservador no período do Império, tendo exercido os cargos de Deputado Estadual e Senador Estadual, este último cargo já na República (VASCONCELLOS, 2005, p. 13).

Já em Piranhas, município vizinho de Água Branca, muito próximo da Pedra - que ficava entre os dois -, e que, diferentemente da sede do município ao qual estava administrativamente ligada ao núcleo, tinha relação direta com esta (que passaria a ser controlada inteiramente por Delmiro Gouveia), pontificava o coronel José Rodrigues de Lima, que era proprietário de grande curtume e comerciante. Chefe político em Piranhas, segundo Vasconcellos, sobre o Coronel Rodrigues pesava “o labéu de ambicioso, perverso e desonesto”, (VASCONCELLOS, 2005, p. 7). O coronel José Rodrigues mantinha divergências com o tenente José Lucena de Albuquerque Maranhão²⁸, chegando a ser acusado de organizar atentado contra o

²⁸ Integrante da polícia alagoana, Lucena Maranhão comandava o batalhão de Santana do Ipanema, que representava um posto avançado contra o cangaço na região sertaneja. Tendo sido autoridade forte por diversos governos da Velha República, passou a ser considerado como uma espécie de executor dos “serviços” violentos que os governantes tinham interesse que fossem feitos. Integrante

mesmo. Com Delmiro Gouveia ele teve, ao menos uma vez, uma forte discussão no escritório da Cia. Agro Fabril, na Pedra, a respeito da retirada de lenhas pelo “Senhor da Pedra” em terras que ambos diziam serem proprietários²⁹. Foi quando Delmiro estava construindo o prédio da Fábrica e as casas para os operários, e teve de alimentar as caieiras com lenhas retiradas destas propriedades para produção de tijolos para suas construções, sendo a quantidade retirada de lenha o estopim do entrevero.

Já Manoel Rodrigues da Rocha, natural de Águas Belas, teve que migrar com a família por desavenças políticas com o Coronel Constantino, do sertão de Pernambuco. Fixando-se inicialmente em Penedo, no baixo São Francisco, destacou-se como comerciante e curtidor de couro e comerciante de algodão. Depois de ver prosperar seus negócios na cidade sertaneja de Santana do Ipanema, transfere-se para lá em 1901. Este coronel, segundo seu neto, mantinha

[...] fraternal amizade com os coronéis sertanejos José Rodrigues de Lima (Piranhas), Ulysses Luna (Água Branca) e o coronel Delmiro, a quem, corroborando com o coronel Ulysses Luna, deu guarida, quando demandou aquelas pragas e passou a ser o maior fornecedor de matéria prima (algodão e couro) para a indústria que ali se implantava, comungando dos seus êxitos e desventuras (VASCONCELLOS, 2005, p. 22)

Seria este cenário político que Delmiro Augusto da Cruz Gouveia iria encontrar ao se estabelecer no sertão de Alagoas, em novembro de 1902. Euclides, governador, logo lhe garante proteção, vez que ele estava segundo sabemos, sob a ameaça de prisão e morte em Pernambuco. Recomenda-o, o governador, ao parente e aliado político de Água Branca, Ulysses Luna, determinando que lhe fosse dada proteção para que nada viesse a acontecer a seu protegido.

de grupos armados a serviço do Estado, ele constituiu-se no principal combatente do cangaço - sobretudo de lampião e seu bando -, o que lhe rendeu a fama de homem forte e destemido.

²⁹ Por conta dessa discussão chegou José Rodrigues a ser pronunciado como um dos autores intelectuais do assassinato de Delmiro Gouveia. Dez anos após a morte de Delmiro, José Rodrigues seria assassinado em Maceió, quando saía de uma sessão no Cinema Floriano, no centro desta capital, no dia 28 de agosto de 1927. Pela forma como agia, tendo muitos inimigos, chegou o Coronel José Rodrigues, em audiência com o Governador Costa Rêgo, a pedir garantias de vida.

Figura 16 – Coronel Ulysses Vieira de Araújo Luna.



Fonte: Acervo particular de Edvaldo Nascimento.

Os raios de ação de Delmiro Gouveia fizeram com que, em pouco tempo ele atingisse, além do Sertão Alagoano, municípios de Pernambuco, Sergipe, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte (que ele já frequentara quando comerciante de peles, ainda muito antes de se fixar em Alagoas), chegando a manter contato e amizade com coronéis que exerciam poder político e econômico nestes Estados.

Era esse, em breves linhas, o cenário político que prevaleceria em Alagoas até fins da Primeira República. Nesse contexto, as lideranças locais, antigas defensoras do Império, preocupavam-se em usufruir da nova reestruturação institucional, nas eleições e na ocupação de cargos-chaves da administração dos municípios e do Estado. A “Política dos Governadores” que, na sua essência, não seria desmantelada com a “derrubada” promovida pela chamada “*Política das Salvações*” instaurada por Hermes da Fonseca, para, segundo ele, extinguir de vez as oligarquias, continuaria determinando o controle que os governadores exerciam

sobre coronéis e chefes políticos locais até a morte de Delmiro, em 1917, os quais, por sua vez, permaneceriam trazendo o povo “em rédeas curtas”, ou dentro dos “currais eleitorais”, como se veio a dizer muito frequentemente sobre a falta de autonomia dos viventes das áreas rurais e até urbanas do país.

Dito isto, parece indispensável entender mais claramente como o empreendedor Delmiro Gouveia e os que assumiram os negócios após seu assassinato iriam navegar sob as bênçãos de Malta e seus adversários – inclusive em meio às dissensões entre as frações destes - com uma desenvoltura que a história comprova e que somente é possível a quem conhece e segue a cartografia política, cujos acidentes nem sempre são tão permanentes quando na geografia, mas que, uma vez desconsiderados ou desdenhados, podiam trazer desastres irreparáveis.

Se Delmiro foi protegido pelo manto inexpugnável de Euclides Malta no auge do poder deste e por suas mãos foi se instalar na Pedra, como fez ele para avançar nos seus intentos e deixar para seus descendentes um terreno propício para desfrutar de tranquilidade e condições propícias para levar à frente os empreendimentos econômicos e sociais sem serem importunados pelos governos estaduais – pelo contrário, contando com o beneplácito de todos?

2.4 A Educação Escolar na República: pensada para muitos, assegurada a poucos

Como tudo o que iria desenvolver Delmiro Gouveia na Pedra, também as ações educativas empreendidas para tornar seu empreendimento fabril exequível estariam inseridas no contexto político local, regional e sob o influxo da conjuntura nacional em que se daria o projeto, para o que se faz, ainda, indispensável, antes de analisá-las em sua concretude específica, proceder ao estudo das ações e condições de possibilidades da educação organizada e/ou posta em prática na I República, no país e em Alagoas.

Educar, no sentido não escolar, foi uma prática livremente desenvolvida na Pedra, por Delmiro, tendo em vista o poder de que livremente desfrutava do alto de sua condição de senhor todo poderoso, por conta da autonomia que lhe era

concedida pela conjuntura política, econômica e social vigente no perímetro do núcleo fabril, haja vista que, para além do letramento, a difusão de novos hábitos e normas de conduta, nas formas de comer, vestir, morar, conversar, amar e sentir eram indispensáveis ao projeto industrial que ele resolveu implantar. Afinal, se assim era em referência à vida social como um todo, o que não dizer de um projeto fabril a ser tocado na prática por trabalhadores rurais, na quase totalidade analfabetos, socializados num estilo de vida livre, cujo tempo era escandido pelo clima, pelos astros e até pelo comportamento dos animais?

Já quanto à educação entendida como escolarização, para entendê-la no âmbito do núcleo fabril da Pedra impõe-se um balanço da educação em Alagoas, numa perspectiva histórico-crítica, pois, se queremos ampliar a compreensão de aspectos da educação alagoana ainda não estudada, isso só é possível, segundo Verçosa, (2006, p. 17) quando se “contextualizam os aspectos socioeconômicos e culturais, permitindo a compreensão do fenômeno da baixa escolaridade e do analfabetismo como problemas intrínsecos à própria formação social alagoana.”

Pelo caráter monográfico deste trabalho, enfocarei minhas considerações nos aspectos educacionais que predominaram na I República, sendo dentro deste período destacado o que foi desenvolvido entre 1902 e 1926, por ter sido este o marco inicial de um processo educacional e “civilizatório” com características e finalidades bem específicas realizado no sertão de Alagoas - primeiro por iniciativa de Delmiro e, depois, por seus sócios e descendentes.

Mesmo tendo em conta o que diz Gondra (2008, p. 35), quando afirma que “o predomínio e a coexistência de múltiplas formas de educação (familiar, religiosa, artesanal, profissional, entre outras) foram características da formação social brasileira”, é possível se afirmar que prevaleceu a concepção de que educar era, sobretudo, instruir a população livre por meio das instituições escolares.

De fato, não se pode negar que a educação escolar proporciona à população

certas noções, certas práticas e sentimentos que deveriam ser gerais assim para as primeiras como para as classes superiores da sociedade. É essa instrução comum, essa identidade de hábitos intelectuais e morais [...] que constituem a unidade e a nacionalidade (MATTOS apud GONDRA, 2008, p. 36).

Mesmo assim, os regulamentos da Instrução no Império atribuíram, tanto ao governo provincial quanto à iniciativa particular, a responsabilidade pela organização, manutenção e fiscalização das escolas de instrução básica, somente ficando mais evidente a intervenção do Estado a partir da segunda metade do século XIX, quando

[...] o processo de escolarização não foi imposto a população do “sertão” [brasileiro] sem resistências. Ao contrário, contou com respostas sociais variadas, nem sempre de acordo com as propostas originalmente formuladas nas leis e nos regulamentos, o que demonstra os limites e os contornos possíveis de um projeto que se pretendia nacional em meio às diversidades regionais e ao heterogêneo, multifacetado e silenciado universo cultural (SIQUEIRA apud GONDRA, 2008, p. 37).

Assim, a construção do processo de escolarização levada a efeito no território nacional no século XIX, entrando pelo Século XX, deu-se de forma diferenciada, seja em consequência da desigualdade de condições financeiras entre as Províncias que, por conta do Ato Adicional à Constituição Imperial, efetivado em 1834, tinha transferido a responsabilidade do ensino básico para aquelas, seja pela profusão de reformas e a complexidade de normas produzidas pelas Províncias e depois, pelos Estados por toda a República Velha por conta dessa mesma descentralização, conforme é possível constatar pela pleora de reformas realizadas pelos governos de Alagoas apenas na República Velha – que abrange o período aqui estudado -, como se pode ver no anexo 4 a este texto.

Como não ficou unicamente a cargo do Estado o processo de escolarização,

A família configurou-se [...], no contexto de criação da rede de instrução Pública, como uma instância que, por um lado, mantinha-se firmemente ligada à tradição, preservando seu espaço privado das interferências do Estado, e por outro, constituía-se como instância avaliativa daquele mesmo processo. Suas interferências na educação escolar funcionaram como meios de redefinição das práticas docentes e até mesmo das determinações do governo. Colocavam às autoridades a necessidade de criação de escolas e de fiscalização da conduta dos professores e denunciavam a fragilidade de um Estado que se erguia a partir dos ideais das luzes, mas sobre uma estrutura marcada por uma tradição em que o público se inscrevia na esfera do privado. (VEIGA; VIANA apud GONDRA, 2008, p. 39).

Assim, conviveram mesmo que conflituosamente, ao longo do século XIX e começos do XX, uma multiplicidade de formas de educação e instrução, as quais estavam associadas, como já dito, à civilização e buscavam

[...] expressar os níveis de desenvolvimento artístico, tecnológico, econômico e científico da humanidade, numa perspectiva claramente etnocêntrica, que conferia superioridade à civilização europeia. (ABREU, 2002b; ELIAS, 1994a e 1994b; REVEL, 1991, apud GONDRA, 2008, p. 69).

De fato, a construção de um Estado Nacional por parte da elite dirigente desde o Império brasileiro foi o tempo todo norteadas por discursos e ideias fundamentadas na necessidade de proporcionar ao país a civilização. Analisando o uso dessa categoria “civilização” por setores dirigentes da sociedade no Império, Gondra (2008) defende que essa expressão virou uma panaceia para legitimar uma série de ações que objetivavam a superação dos problemas e males do país, de forma especial entre os que se preocupavam com a difusão de práticas educativas, como o ensino e a formação profissional. Diz-nos Gondra (2006, p. 69) que:

Aos olhos dos contemporâneos que compartilhavam os ideais de civilização, era urgente, para o Império do Brasil, educar e instruir a população. Assim, logo nas primeiras décadas do século XIX, sobretudo a partir do processo de independência política e em meio às disputas em torno de diversificados projetos de construção da nação, emergiram grupos e agremiações dispostos a promover a instrução e a educação, constituindo novos espaços de sociabilidade e novos mecanismos de contato entre as elites políticas, as camadas médias urbanas e o “povo miúdo”.

Mesmo em Alagoas, no plano do discurso relacionava-se a pobreza e a mendicância com a falta de educação e com a incivilidade, a que se contrapunha a necessidade de civilizar e disciplinar como meios indispensáveis à eliminação desses males tidos como verdadeiras chagas. Isso implicava a necessidade de intervir nos hábitos e comportamentos das classes populares tidas como classes perigosas ao sistema estabelecido. Neste sentido, propagava-se, por meio de campanhas educativas, a positividade do trabalho, do modelo familiar nuclear e da religião. Assim, o discurso legado pelo Século XIX como herança educacional ao século XX foi aquele que exaltava os aspectos positivos da institucionalização da escola, enquanto, no plano prático, o que se constatava era a desoneração das responsabilidades efetivas do Estado com a educação escolar.

De qualquer modo, como uma das preocupações que predominou nos primeiros anos da República se direcionou ao voto como instrumento formal de constituição da representação política, fazia-se necessária a instituição do voto secreto, o alistamento eleitoral honesto, a apuração rigorosa dos pleitos e um reconhecimento sem fraudes, para o que se impunha a alfabetização dos eleitores.

As condições econômicas e sociais, por seu turno, proporcionaram ao período da I República um campo fértil para o desenvolvimento e estruturação de ideias nacionalistas no Brasil, que se expressariam, no campo da escolarização, “com ampla divulgação de livros didáticos de conteúdo moral e cívico ou, melhor, de acentuada nota patriótica...” (NAGLE, 1976, p. 44). Sobre os propósitos desses instrumentos didáticos, Nagle ainda afirma que pretendiam fornecer à criança e ao adolescente, através da educação escolar, uma imagem do País adquirida por via sentimental, tendo esta doutrinação influenciado, mais que qualquer outra ideologia, o campo educacional do período.

Nesse contexto, um dos resultados, no campo educacional, foi o aparecimento do “entusiasmo pela educação” e do “otimismo pedagógico”³⁰, dois movimentos defensores da disseminação da educação escolar como o caminho que levaria a incorporação das camadas da população para o progresso nacional, levando o Brasil ao patamar das nações civilizadas do mundo, bem como a inclusão sistemática do tema educacional em programas de diferentes organizações. Os líderes desse grande movimento em prol da educação escolar continuavam a atribuir todos os males do Brasil ao analfabetismo, que trazia, como consequência, a ausência de cultura cívica e política, a ignorância dos preceitos higiênicos, a incapacidade para grande número de profissões, atraso nos processos agrícolas e industriais. Assim, segundo era cada vez mais defendido, sem se propagar por todos os recantos do país a instrução primária, tornar-se-ia inútil qualquer tentativa de que o Brasil viesse a ser uma nação civilizada.

O entusiasmo pela educação, se por um lado apresentava-se ingênuo quanto aos resultados da escolarização para as transformações políticas do Brasil, por outro lado pressionou inegavelmente os poderes políticos no sentido de ampliar as responsabilidades do Estado na oferta da educação escolar onde as forças sociais tinham capacidade de se impor, denunciando o descaso do poder público para com a escola no campo das ações concretas de escolarização. Este movimento foi resultado, na verdade, da desilusão dos republicanos com o descaso do novo regime com a educação popular, frente à dualidade existente entre as escolas para

³⁰ Enquanto o “entusiasmo pela educação” se manifestava pelo esforço de difundir e ampliar a escola, o “otimismo pedagógico” representava o remodelamento da educação, com foco na melhoria da qualidade e na forma como se ensinava.

a elite (secundária e superior) e a escola popular (primária e técnico-profissional), com os Estados sentindo-se, na sua maioria, impotentes para a ampliação dessas modalidades de ensino. Em seu lugar multiplicavam-se instituições como bibliotecas, museus, escolares, clubes de leitura, pelotões de saúde, escoteirismo, rádios educativas e cinema como auxiliares da função educativa.

Esse era o panorama político-ideológico reinante no Brasil nas primeiras décadas do Século XX, com políticas efetivas de escolarização conseguindo se efetivar em Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul com alguma largueza, enquanto nas unidades da Federação mais atrasadas econômica e politicamente, como Alagoas, não se viam efetivar medidas mais enérgicas voltadas à superação da restrição do acesso à escola, daí resultando a permanência dos altos índices de analfabetismo e subescolarização herdados do Império.

2.5 A Escolarização em Alagoas da Primeira República

Quando ocorreu a abolição da escravatura, Alagoas tinha vendido a maior parte de sua população escrava para a região cafeeira de São Paulo e buscava alternativas no trabalho livre para a lavoura de algodão e do açúcar ainda preponderantes na economia local. Para Verçosa, (2006, p. 89)

Embora Sérgio Buarque de Holanda afirme que a abolição tenha marcado o fim do predomínio agrário no Brasil, para Alagoas isso deixa de ser verdade, inclusive pelas próprias razões por ele invocadas: se em São Paulo, com o café, como ele mesmo afirma, a lavoura deixa progressivamente de ser o modo de vida do fazendeiro para constitui apenas seu meio de vida, eliminando-se, com sua mudança para a cidade, a autarquia da propriedade rural e configurando-se um tipo de atividade que exige menos capitais e não necessariamente o ativo representado pelas terras do latifúndio, em Alagoas, a dependência quase exclusiva do açúcar e do algodão - duas culturas que estruturam formas de vida social fortemente marcadas pelo tradicionalismo - irá empurrar, para um tempo a perder de vista, o desvencilhamento da sociedade alagoana da dependência em relação ao velho engenho e ao ruralismo que por ele é engendrado.

Entender essas questões da economia e da vida social alagoana é fundamental para uma compreensão ampliada da história deste Estado, principalmente em se tratando da história da educação. Se no período colonial as iniciativas educacionais efetivadas em Alagoas voltaram-se todas para o ensino dito secundário, a incumbência dada pela Constituição Imperial às Províncias de

promover a instrução primária³¹ não surtiu efeito entre nós, apressando-se o Governo provincial em ampliar apenas aquele nível de ensino. Segundo Verçosa, nesta época, além de a Província carecer de pessoal intelectualmente preparado para ocupar os cargos mais desejados no aparelho de Estado recém-criado, sendo estes preparados, em nível superior, na Faculdade de Direito de Olinda (VERÇOSA, 2006, p. 66), impunha-se, ainda, no ambiente reinante, atender aos filhos da população situada em Maceió, Penedo e Alagoas (atual Marechal Deodoro), que eram as cidades mais desenvolvidas onde se concentravam os principais aparelhos do governo imperial e provincial e as camadas da população capazes de fornecer trabalhadores para o aparelho de Estado que mais e mais ia se ampliando.

A educação pública em Alagoas começa, pois, direcionada aos rapazes ricos (VERÇOSA, 2006, p. 68), como aos não tão ricos – inclusive, às moças que procuravam, sobretudo, o magistério -, que, além de necessários às ocupações de caráter urbano que iam surgindo, buscavam se colocar nos empregos para os quais certo grau de instrução era indispensável. Percebe-se, pelos estudos empreendidos por Craveiro Costa (1931) e Verçosa (2006) que a educação em Alagoas, da Colônia ao Império, viveu uma situação de exclusão das camadas mais populares do acesso à educação escolar, sendo, até a educação primária destinada a uns poucos mais aquinhoados e em geral residentes na zona urbana. A situação vivenciada no Império e que chegaria como herança educacional à República, encontra-se expressa em relatório de Tomaz Espindola, diretor geral da Instrução Pública em 1872, que diz que a Instrução Pública era desenvolvida em

exíguos espaços tomados das casas alugadas, onde vivem o professor e toda sua família, pois, o que ele recebe, a título de ajuda, não lhe permite alugar outro prédio que se destine, exclusivamente, á escola. (ESPÍNDOLA apud VERÇOSA, 2006, p. 94)

³¹ Ora com a designação de **Instrução Primária**, ora com esse nome de **Ensino Primário**, os primeiros anos de escolarização – que terminavam sendo fixados em quatro – vêm sendo assim chamados desde a primeira Constituição do Império (1824), que, no Art. 179 do Título 8º - Das Disposições Geraes e Garantias dos Direitos Cívicos e Políticos dos Cidadãos Brasileiros refere-se a **Instrução Primária**, em oposição aos “collegios e universidades” (inciso XXXIII). A Constituição de 1934, ao tempo que designa título (V) e capítulo (II) para a educação e a cultura, estabelece, no plano constitucional, as designações de **ensino primário** e **secundário**, que foram mantidos na Constituição do Estado Novo, registrando-se, ali, além do **ensino primário**, o **normal** e o **secundário** (Art. 130), o **pré-vocacional** e o **profissional propriamente** dito. Na Constituição de 1946 mantém-se a designação de **primário** e **secundário**. Ainda na Constituição outorgada de 1967, no Art. 168, 3º, o nome de “**ensino primário**”, sendo a mudança feita somente a partir de 1971, quando se fundem as quatro primeiras séries daquele com o Ginásio – que representa a primeira etapa do secundário, para formarem o 1º Grau, com oito anos. (CRAVEIRO COSTA, 2011, p. 33)

Mesmo com a mudança do Império para a República, no novo regime

a ação educacional continuou como dantes: a criação da escola e a nomeação do professor de acordo com o desejo dos chefes políticos, no que pesem as inúmeras reformas nacionais e locais que todos, estarecidos, viam ser decretadas (VERÇOSA, 2006, p. 102).

Ao entrar na República, Alagoas foi descrita por vários historiadores como uma civilização rural, de base latifundiária, com perfil profundamente arcaico. Segundo Craveiro Costa, “a República encontrou analfabeta a grande massa proletária. Analfabeta e sem formação profissional” (CRAVEIRO COSTA, 2011, p. 46).

Nos relatórios dos Governadores enviados ao Congresso Estadual no período da I República, que foi quando se deu o empreendimento fabril levado a efeito por Delmiro e seus descendentes no núcleo fabril da Pedra, encontra-se uma reiterada preocupação dos governantes com a precariedade da Instrução Pública. Já no relatório enviado pelo primeiro Governador republicano de Alagoas, vê-se que, no plano do discurso, a educação era tida como “um dos mais importantes ramos do serviço público, de cujo desenvolvimento, depende a prosperidade dos povos [...]” (ALAGOAS. GOVERNO PEDRO PAULINO DA FONSECA, 1890, p. 13).

Percebe-se, ainda, segundo o relatório de Pedro Paulino, que se continuava a buscar atacar o problema da Instrução, sobretudo, com sucessivas e fracassadas reformas, como se os males da escola se encontrassem nas normas e não nas suas condições de funcionamento. Tanto é assim que no mesmo relatório o Governador afirma que

É incontestável que o número de cadeiras de instrução primária é insuficiente para atender às necessidades da população, havendo constantemente reclamações para criação de novas; ao que não tem sido possível satisfazer, por não poder presentemente o Estado o aumento de despesa nessa verba. (FONSECA, 1890, p. 13)

Nesta época – 1890 - contava o Estado com 184 escolas públicas primárias para atender 6.458 alunos, sendo 3.111 do sexo masculino e 3.347 do sexo feminino, segundo relatório do Governador aos legisladores estaduais (FONSECA, 1890, p. 13).

Passados dez anos da instauração do regime republicano, a situação da instrução pública ainda seria um problema de graves proporções, segundo relatório do Governador Euclides Vieira Malta, enviado à Assembleia Legislativa, no qual o chefe do executivo afirmava:

A instrução pública primária, sinto anunciar-vos, não corresponde as expectativas dos poderes públicos, pois o seu resultado não atinge ao gráo de aproveitamento que era de esperar e não compensa o dispendio que com ela tem o Estado (ALAGOAS. GOVERNO EUCLIDES VIEIRA MALTA, 1901, p. 9).

No início do primeiro Governo de Euclides Vieira Malta, contava Alagoas com 241 escolas primárias, sendo o ensino secundário oferecido no Liceu Alagoano de Maceió e em Penedo, estando o primeiro constituído de quatro cursos - Ciências e Letras, Agrimensura, Normal e Comercial (ALAGOAS. GOVERNO EUCLIDES VIEIRA MALTA, 1901, p. 8).

Para o mandatário estadual dos primeiros doze anos do século XX as razões para o quadro da educação que era por ele apresentada aos legisladores no relatório acima referido estavam na inaptidão e ausência de idoneidade por parte dos professores, ocasionadas pela má formação dada pelo curso Normal, que era pública estadual, a par da ausência de critérios na seleção de professores, a falta de fiscalização, a falta de regimento interno das escolas, a falta de material e de mobília nas escolas e os precários salários dos professores, que ele atribuía aos governos que o antecederam.

Desse modo, se a desorganização dos serviços públicos, inclusive no campo da escolarização, em todo o país vai reforçar o poder dos coronéis, em Alagoas, onde o Estado, enquanto prestador de serviços, vinha, há muito, sendo um grande ausente para a maioria da população, a presença do coronel vai se mostrar com grande vigor. É possível ver que, por exemplo, em 1901, sob o Governo de Euclides Vieira Malta, o quadro da educação que é apresentado na fala insuspeita do Governador ao Congresso Estadual, bem como em documentos de servidores do governo e ou matérias publicadas na imprensa do Estado. No Relatório do Diretor da Instrução Pública no primeiro ano do século XX é possível constatar a seguinte situação:

Causas antigas que remontam ao período colonial e se relacionam aos costumes inveterados e hábitos viciosos da nossa população, não determinaram o atraso relativo em que ainda está a Instrução Pública, o afrouxamento lamentável do ensino, não só na razão geral dessas causas históricas como também pelo mal preparo e falta de aptidão da grande maioria do pessoal que se emprega em administrá-la (CRAVEIRO COSTA, 2011).

Se no discurso oficial é atribuída, em boa parte, a situação em que se encontrava a educação ao desprezo da população pela instrução e a preferência por viver na ignorância, havendo uma predisposição à ignorância somente superável com a obrigatoriedade do ensino escolar primário, segundo o último relatório referido, no interior do Estado, em 1901, o índice de analfabetismo era de 80%, sendo o pequeno lavrador e o artífice na sua quase totalidade analfabetos. Esses viviam, segundo documento do Diretor da Instrução Pública – que corresponderia hoje ao Secretário da Educação - “unicamente para o trabalho brutal, de sol a sol, sem a menor noção de civismo, sem a mais rudimentar instrução”.

Como as reformas eram vistas pelos poderes públicos como uma panaceia para os graves problemas da instrução da população, a elas não eram poupadas as críticas – sobretudo às anteriores a cada novo governo que assumia o poder. Assim, frente à situação encontrada, diz a autoridade já no seu segundo ano de governo, em 1902:

Desde o início do regime Republicano tem a Instrução Pública em nossa terra passado por sucessivas reformas, a começar pela administração do ilustre conterrâneo Coronel Pedro Paulino da Fonseca, passando pela do Dr. Gabino Besouro, Governador que tomou muito interesse por esse ramo do público serviço, até a atual, do dr. Euclides Vieira Malta, cujos bons desejos deram logar a que s. exc. pedisse ao congresso do Estado a Reforma do Regulamento da Instrução Pública.” (CRAVEIRO COSTA, p. 1)

No Governo de Euclides Malta, de fato, foram aprovados vários regulamentos da Instrução Pública, criando escolas infantis, escolas primárias e escolas modelos, que não saíram do papel, a não ser pontualmente, deixando, assim, de se constituir numa política pública extensiva a todos os alagoanos. Nas escolas primárias, onde o ensino deveria ser gratuito, obrigatório e leigo, as atividades escolares continuariam sendo quase que inteiramente dadas nas salas das casas dos/as professores/as, em classes multisseriadas e frequentemente pagas pelos próprios pais dos estudantes. Nessas escolas, existentes no ano anterior ao da chegada de Delmiro ao sertão alagoano, tem-se o registro de frequência num montante de 4.020 do sexo

masculino e 3.264 do sexo feminino, o que para o autor do relatório significava a não eficácia da obrigatoriedade do ensino, e a quantidade de escolas públicas do Estado insuficientes para atender à demanda de um contingente populacional de 662.663 habitantes. Esses indicadores representam 0,90 da população frequentando a escola em Alagoas, já estando em curso o Século XX.

Importa aqui registrar que o termo escola utilizado nos relatórios referia-se, como já assinalado, quase que integralmente à casa-escola, ou seja, a classes multisseriadas que funcionavam na sala das casas dos/as professores/as, todas elas em nível elementar que ia da 1ª à 4ª série. Havia, segundo consta do relatório de 1901, em todas as cidades e vilas de Alagoas, e mesmo em alguns povoados, escolas primárias particulares para uma população que, na sua maioria mal conseguia ter recursos para sobreviver.

Foi já no século XX que começaram a surgir com alguma regularidade os grupos escolares no Estado para substituir, nos aglomerados urbanos de maior população infantil, as escolas isoladas. Segundo Araújo Rêgo, que foi Diretor da Instrução Pública por praticamente todo o governo dos Malta, a situação das “casas escolas” era precária, não oferecendo o mínimo de condições para aprendizagem. Craveiro Costa, com base em Araújo Rego, nos dá conta de que elas

eram ‘infectos casebres’, privadas de todo o conforto, onde se imobilizavam diante de um individuo arvorado em professor algumas dezenas de alunos a se imbecilizarem nas rotineiras tarefas do silabário, da tabuada e do catecismo. (CRAVEIRO COSTA, 2011, p. 49)

Avaliando a administração da Instrução Pública nos Governos que antecederam a sua administração na pasta da instrução, Araújo Rego enfatiza, em relatório apresentado em 1905, como se estivesse no início de uma gestão que já tinha cinco anos, que, no Estado, até então “não havia uma só escola instalada em prédio próprio; todas funcionavam em casas comuns, de aluguel”, sendo o mobiliário, “em muitas caixas vazias de querosene e havia escolas em que os alunos se sentavam no próprio solo, como se viu até o ano passado [1904] num dos grupos escolares da capital”. (VERÇOSA, 2006, p. 107)

Joaquim Paulo Vieira Malta, quando à frente do Governo do Estado em substituição a seu irmão Euclides Malta, destacou, em sua mensagem à Assembleia

Legislativa, datada de 17 de Abril de 1905, sua preocupação para com o pouco número de escolas primárias, inclusive na capital, como se não estivesse ele sucedendo seu irmão e correligionário no governo do Estado. Já no relatório apresentado por Antonio Máximo da Cunha Rego, que assumiu temporariamente a chefia do executivo estadual em razão da licença de quatro meses tirada por Joaquim Paulo, informava haver no Estado 278 cadeiras de instrução primária (ALAGOAS. GOVERNO ANTONIO MÁXIMO DA CUNHA REGO, 1906, p. 10).

Os recursos do Estado destinados neste período para a educação eram significativos se levarmos em conta o percentual da receita estadual aplicado à chamada “instrução pública”. Em relatório de 1907 – depois de sete anos no poder com seu grupo político -, diz o Governador Euclides Malta:

Despendendo quase a terça parte de sua receita com o serviço de instrução, o Estado, apesar dos contínuos esforços convergentes dos governos para incentivar o ensino, não tem conseguido os fins que visaram os constantes regulamentos baixados no intuito de se imprimir uma orientação adequada ao preparo dos alunos (ALAGOAS. GOVERNO EUCLIDES VIEIRA MALTA, 1907, p. 14).

Vê-se, assim, que mesmo com mais de 30% dos recursos investidos na educação e as constantes reformas da instrução pública, pouco ou quase nada se conseguia mudar no quadro educacional, de modo que o próprio governador confessa, nesse mesmo relatório ao legislativo, feito após 7 anos no poder, que

Tomando por base as leis orçamentárias dos tres ultimos annos, o governo despende em cada exercicio financeiro mais de rs. 580:000\$000 num orçamento de rs.2.200:000\$000, com o serviço de instrucção, sem, com tudo, alcançar vantagens de maior tomo na educação do povo (ALAGOAS. GOVERNO EUCLIDES VIEIRA MALTA, 1907, p. 16).

Como a conturbada I República alagoana já tratada aqui se caracterizou, num primeiro momento, pelo clima de instabilidade política, também a Instrução pública sofreu com as mudanças frequentes nos órgãos de sua direção, configurando-se uma situação que, nem nos 12 primeiros anos do século, nos quais Alagoas esteve sob o pulso forte de uma oligarquia que não sofreu qualquer solução de continuidade, foi capaz de ser revertida. Afinal, sob uma oligarquia, os interesses públicos somente se impõem se neles estiverem embutidos os interesses dos grupos que estão representados no poder, o que não era o caso da instrução numa

sociedade pouco urbanizada, porque de forte perfil agrário assentado no latifúndio e na monocultura.

Com a queda da Oligarquia Malta, em 1912, assume o comando político do Estado outra corrente oligárquica, capitaneada por Clodoaldo da Fonseca. Logo, no primeiro relatório de José Antonio Marques sobre a instrução escolar, apresentado ao Governador, em 1913, tem-se a informação de que

As escolas públicas, em Maceió, não possuem instalações especiais apropriadas aos fins a que se destinam, funcionando em casas particulares, no próprio domicílio dos professores, onde a população escolar vive em perfeita prisão, sem ar, sem luz. (MARQUES apud VERÇOSA, 2006, p. 107).

Se esta era a situação da Instrução Pública na capital do Estado, no interior, segundo o mesmo relatório,

a situação era ainda pior já que os professores das vilas e povoados seguiam recebendo dez cruzeiros para o aluguel de uma sala de aula e seis para o querosene consumido no chamado curso supletivo noturno para alfabetização de adultos (VILELA apud VERÇOSA, 2006, p. 108).

Enquanto o quadro apresentado demonstra um completo abandono da Instrução Pública, no que pesem as boas intenções propaladas pelos Malta, expressos nos discursos tornados públicos por todos os 12 anos em que estiveram no poder, a busca pela educação passa a ser um objetivo cada vez mais almejado, não somente pelos mais abonados economicamente, mas, também por aqueles que acreditavam que para ascenderem na pirâmide social era a educação um meio indispensável. Vimos que, no plano das intenções dos que estavam no topo da pirâmide com as mudanças que a ampliação do acesso à educação poderia provocar, massificar o ensino seria trabalhar para colocar a nação no rumo das nações civilizadas. (TENÓRIO, 2009, p. 29) De fato, setores ligados ao conflito entre a corrente agrário-comercial do século XIX e a urbano-industrial do século XX, percebiam a importância dos “formadores de hábitos e disseminadores de novos padrões culturais, para os quais a instrução é peça fundamental”. Em Alagoas, porém, se a própria elite alagoana logo percebeu que, para manutenção de seus interesses era necessário escolarizar seus herdeiros, mesmo tendo efetivamente realizado pouco para o atendimento escolar dos alagoanos, precisava aparentar empenho nesse campo. Daí

[...] o esforço do governo maltino, e de seus adversários que o afastaram em 1912, em manter uma retórica pró-instrução e garantir o mínimo de expansão da rede pública de ensino, exaltando-a nos documentos oficiais como uma das suas prioridades. (TENÓRIO, 2009, p. 30).

Assim, os indicadores educacionais da época, a julgar, segundo Tenório (2009) pelas informações de jornais, revistas e indicadores socioeconômicos do período, demonstram que a situação do ensino não sofreu substancial alteração para os mais pobres.

[...] não sofreu alterações. Com exceção dos lentes do Liceu e de outras escolas oficiais, cargo que era verdadeiro prêmio a eminentes figuras da sociedade, a situação do magistério era péssima. Entre as que sobressaíam e recebiam atenção estavam as seis escolas modelos com classificação em três graus diferentes, sendo duas para cada sexo. O ensino secundário era ministrado nas escolas normais de Maceió e Penedo, nos liceus destas duas cidades, nos cursos de agrimensura e comercial pelo Liceu de Artes e Ofícios, criado a instâncias de Montepio dos Artistas Alagoanos na gestão provisória do coronel Santo Pacheco, o qual atravessava altos e baixos em seu funcionamento. (TENÓRIO, 2009, p. 30)

Na segunda década dos anos de 1900, segundo estudos de Tenório (2009, p. 30-31), Farias (2007). Souza (2010) e Craveiro Costa (2011), as casas de educação de maior prestígio, na capital e nas cidades maiores do interior eram as particulares que funcionavam em regime de internado ou de semi-internato para atender principalmente aos alunos no interior, destacando-se, por exemplo, entre estes, o Instituto Alagoano, o Colégio Diocesano, o Santíssimo Sacramento, o 24 de Fevereiro, o 15 de Março e o Coração de Jesus, em Maceió; o externato Pilarense, em Pilar; o São João, em Penedo; o Hilário Ribeiro, em Pão de Açúcar; o Internato Alagoano, em Viçosa; e o Externato de D. Cantidiana de Bulhões, em Santana do Ipanema. Assim, mesmo com a dificuldade de transporte do interior para a capital, que se resumia a poucas linhas de trem e ao transporte fluvial, além de algumas poucas vias mais para carroças do que para automóveis, a capital alagoana passou a ser mais visitada e procurada pelos que desejavam educar os seus herdeiros.

Para a maioria da população, mesmo em Maceió, eram precárias as condições de higiene no período correspondente à I República, pois, praticamente inexisteriam esgotos, bem como o fornecimento de água potável. Assim, a população contraía, com frequência, moléstias infectocontagiosas, de modo que os hábitos de higiene passaram a ser uma preocupação dos que desejavam incluir Alagoas no mundo da civilidade, já que:

No Litoral e no Sertão era grande a incidência de reumatismo, hepatite, boubá, congestões, sífilis, pleurisia, pneumonia, e a popular opilação. Muitas delas poderiam ser evitadas se fossem observados certos cuidados com alimentação, habitação ou higiene. (TENÓRIO, 2009, p. 36)

Apresentando sua insatisfação pela forma como recebeu as finanças do Estado e também pela péssima prestação dos serviços públicos, Clodoaldo da Fonseca relata, já em 1913 que, ao assumir o Governo, a desorganização *"impoz-me a obrigação de não adiar as reformas, e, sim, executa-las, sem vacillação, no mais breve prazo"* (ALAGOAS. GOVERNO CLODOALDO DA FONSECA, 1913, p. 6).

Diz ele que, mesmo com a situação precária das finanças do Estado, *"dei início a execução do plano de Governo, começando pelas imediatas reformas do gabinete do Governador, Secretarias de Estado, Instrução Pública, Polícia, Hygiene e Força Pública"* (ALAGOAS. GOVERNO CLODOALDO DA FONSECA, 1913, p. 6).

E referindo-se especificamente à instrução pública dizia o Governador "o serviço da Instrução Pública, uma das maiores preocupações do meu Governo, apresentou-se-me num completo estado de abandono e de anarchia". (ALAGOAS. GOVERNO CLODOALDO DA FONSECA, 1913, p. 12).

Com tal posição sobre a instrução pública, o Governo que inaugura o período das "Salvações" em Alagoas solicitou ao presidente do Estado de São Paulo o envio de um professor que viesse ajudar no desenvolvimento do ensino, ao que foi atendido com a vinda do Sr. Luiz de Toledo Piza Sobrinho, reformador da educação paulista. Com a mesma crença nas reformas, Clodoaldo nomearia logo uma comissão para organizar os novos regulamentos da instrução pública, composta por este convidado, por Alfredo de Araújo Rego, que dirigira a Instrução Pública sob o poder dos Malta, mais Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior, intelectual e educador alagoano que desfrutava de grande prestígio desde o Império e que era filiado aos movimentos de cunho mais liberal.

No que pesem as diferenças entre o novo grupo no poder e a recém-desbancada oligarquia Malta, Clodoaldo, uma vez no poder, tal qual o grupo anterior, instituiria, por meio do Decreto nº. 601, de 11 de Novembro de 1912, um novo regulamento da instrução pública, arquitetado no governo Malta, ao qual se

opunha ferrenhamente no plano político. Este novo ordenamento do ensino traria, a considerar o Relatório de Clodoaldo ao legislativo logo após a sua posse,

[...] escolas bem installadas, de accôrdo com os preceitos da moderna hygiene, professorado completo e methodos e processos de ensino, consoantes a moderna pedagogia.

O aparelho escolar compor-se-a por essa organização – da Escola Normal, completamente remodelada e apta a preparar professores hábeis e conscientes de sua alta missão de educadores ; das escolas – Modelo, typo, que funcionarão annexas á Escola Normal, para que os alumnos desta acompanhem os seus trabalhos e alli façam exercícos práticos de ensino ; de Grupos Escolares, com classes graduadas em quatro annos de curso preliminar ; e de escolas isoladas, ambulantes e subvencionadas.

Os grupos escolares, assim como o Jardim da Infancia, que dependem de vastos predios, serão instalados á proporção que a situação do erário publico o permita.

O Ensino Secundário, ministrado oficialmente, no Estado pelo Lycêo Alagoano, também foi reorganizado de accôrdo com as exigências do nosso meio (ALAGOAS. GOVERNO CLODOALDO DA FONSECA, 1913, p. 14-15).

E para, segundo o Governador, dar celeridade às mudanças na educação, foi baixado decreto abrindo crédito especial de 150 contos de réis para o qual autorizou “desapropriações para a construcção de edifícios e compra de material escolar, inclusive de livros, mappas e outros, alguns dos quais já foram recebidos” (ALAGOAS. GOVERNO CLODOALDO DA FONSECA, 1913, p. 14-15).

Findo o governo de Clodoaldo da Fonseca, assume o Governo, em 12 de junho de 1915, João Baptista Accioly Junior, engenheiro civil ligado às oligarquias canavieiras do norte do Estado, o qual toma como prioridade de sua atuação a *Ordem e as Finanças Públicas*. Tendo enfrentado tumultuado processo eleitoral, Batista Accioly assumiu, segundo suas próprias palavras,

deante do emminente perigo de um choque partidário de tal vehemencia, que, aos dois partidos em luta, parecia não ser possível evitar-se o encontro funesto de suas hostes, provocando o justo sobressalto das famílias patricias e o pezado ambiente de afrontas e desafrontas que se respirava por todo o Estado (ALAGOAS. GOVERNO JOÃO BAPTISTA ACCIOLY JÚNIOR, 1915, p. 6).

Apoiado pelo antecessor e reconhecendo os esforços deste na organização da Instrução Pública no Estado, o Governo de Baptista Accioly no tocante à educação modificaria o regulamento da instrução pública através de Decreto visando dois fins “[...] a equiparação do Liceu Alagoano ao Colégio Pedro II – e a revogação de dispositivos regulamentares existentes que iam, em breve, agravar o Thesouro

publico de despesas que elle, de facto não supportaria” (ALAGOAS. GOVERNO CLODOALDO DA FONSECA, 1913, p. 18).

Sentindo necessidade de justificar a revogação de atos de um aliado seu, o Governador diz que:

O regulamento revogado encerrava dois grandes defeitos: - APPARATOS DESNECESSÁRIOS para um Estado bastante pequeno e- DESPEZAS EXCESSIVAS para um thesouro por demais exaustivo, em desacordo com o proveito obtido que continuava a ser o mesmo. [...] (grifos do autor) (ALAGOAS. GOVERNO CLODOALDO DA FONSECA, 1913, p. 18)

Exercia a direção da Instrução Pública de Alagoas, então, o intelectual e pedagogo Manoel Moreira e Silva, a quem tinha incumbido o Governador da responsabilidade de organizar a educação alagoana. E neste Governo, conforme relatório do próprio Governador, no ano de 1918, a Instrução Pública não teve “nada digno de registro a acrescentar ao que, sobre este assumpto, escrevi em minhas mensagens anteriores” (ALAGOAS. GOVERNO CLODOALDO DA FONSECA, 1913, p. 18).

Em 1919, segundo dados do Governo do Estado, cujo executivo era já dirigido por José Fernandes de Barros Lima, existiam em Alagoas 221 escolas isoladas para o ensino primário no interior do Estado, configurando uma situação desoladora que, em termos comparativos, assim se apresentava para todo o Século XX:

Tabela 1 – Número de Escolas Públicas em Alagoas no Período 1900 - 1919

ANO	1900	1906	1919
NÚMERO DE ESCOLAS	241	278	221

Fonte: Relatórios dos Governadores – período 1900–1919.

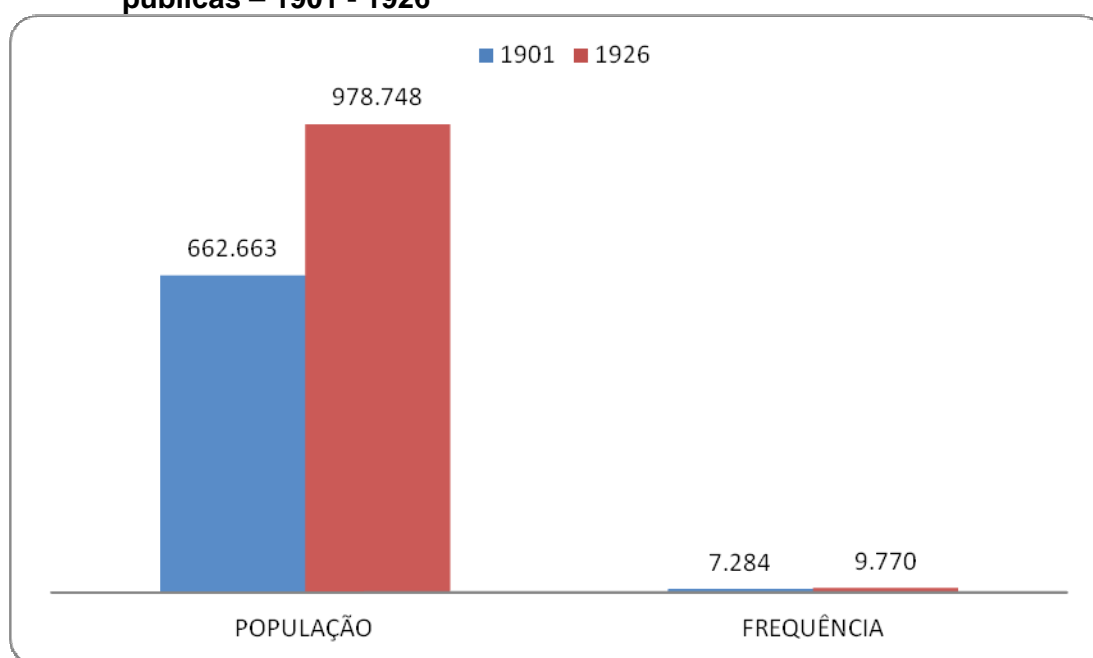
Segundo o próprio governador, que tinha sido antecedido por dois correligionários seus – Clodoaldo da Fonseca e Batista Accioly - as medidas adotadas pelos sucessivos governos na I República pareciam ineficientes para resolver o problema da Instrução Pública, já que

as estatísticas sobre o número de analfabetos em Alagôas são deprimentes e si não nos envergonham nos devem entristecer, custando acreditar-se que o analfabetismo tem augmentado neste Estado depois da Proclamação da República (ALAGOAS. GOVERNO JOSÉ FERNANDES DE BARROS LIMA, 1920, p. 26-27).

Os dados da tabela acima, retirados de fontes oficiais, mostram que, na verdade, o número de escolas públicas foi reduzido no período analisado, o que torna patente uma flagrante contradição entre o discurso calcado no “entusiasmo pela educação”, em contraposição às medidas efetivamente empreendidas, mesmo pelos governos do grupo que sucedera a oligarquia dos Malta.

Em 1924, a matrícula geral nas escolas públicas, nos dois grupos escolares da Capital e na escola Modelo, atingiu a 13.854 alunos com uma frequência média de 9.770, sendo a população do Estado, segundo o último recenseamento, de 978.748 habitantes, o que representava um desastre no atendimento à população em idade escolar, ao longo de duas décadas e meia do século XX e 35 anos da proclamação da República, e que visualmente pode ser assim representado:

Gráfico 1 – População de Alagoas e número de alagoanos frequentando as escolas públicas – 1901 - 1926



Fonte – Relatórios Governamentais

Se, do ponto de vista proporcional, tomando-se em consideração a população total, o índice de frequência, em 1926, é maior do que o observado em 1901, em termos absolutos ambos são números desprezíveis.

Frente aos índices apresentados pela educação alagoana e na crença inabalável de que somente as reformas do ensino o levariam à sua redenção, mais uma reforma foi proposta pelo Governo em 1925, por meio do Decreto 1.140, de 19

de Setembro de 1925, autorizado pela Lei 1.018, de 14 de Junho de 1924, compreendendo o ensino primário, o complementar, o profissional e o secundário.

Segundo Craveiro Costa, que faz uma análise da situação em 1931,

A reforma de 1925, ainda em vigor, chegou a dar ao público a ilusão de que o problema ia ser atacado seriamente. Mas, no final das contas, tudo ficou em bonitas festas escolares, com bailados e representações que ensinaram às mocinhas da Escola Normal e principalmente na dolorosa recordação das compressões burocráticas de que foi vítima o magistério. O professor, finda a encenação, continua o mesmo funcionário desprestigiado e miseravelmente pago de outrora, cujo número não aumentou, e a escola ainda não ensina aquelas coisas melhores e de maior proveito que o velho Montaigne exigia como fundamento da sua atividade (CRAVEIRO COSTA, 2011, p. 53)

Para o Governo Costa Rego, que seria o último presenciado pelos continuadores de Delmiro Gouveia à frente da gestão da fábrica da Pedra, o problema da Instrução Pública era a Precária formação dos professores, resultado do fraco desempenho da Escola Normal, juntamente com a falta de fiscalização das escolas e a localização das escolas, sem deixar de reconhecer que, para enfrentar as dificuldades experimentadas pelo ensino, era necessário mais investimento financeiro.

Entre os principais eixos da nova reforma constava a possibilidade de o Governo poder subvencionar estabelecimentos de ensino primário em qualquer ponto do Estado onde não existia escola pública, conforme nos dá conta Craveiro Costa (CRAVEIRO COSTA, 2011, p. 30-31)³² Segundo consta no próprio relatório enviado ao Congresso Estadual sobre esse novo regulamento de 1925, ele

nada criou de extraordinário: apenas corrigiu as falhas dos regulamentos anteriores e estabeleceu certa unidade no contexto; refundiu, ampliou, melhorou o arcabouço; procurou tornar eficientes as medidas de fiscalização, poz-se de acordo com a Constituição Estadual, que prescreve o ensino obrigatório; classificou as cadeiras isoladas em categorias, garantindo ao mesmo tempo seu provimento nas localidades longínquas; dividiu o professorado em entrâncias, regulando o acesso dos mais esforçados e dos mais assíduos, e instituiu o censo escolar, como medida preliminar à criação das cadeiras de ensino primário no interior. (CRAVEIRO COSTA, 2011, p. 35)

³² Importa considerar que essa obra de Craveiro Costa, aqui referida como de 2011 é, na verdade, o grande inquérito por ele procedido em 1931, por encomenda do Governo Federal.

De fato, quanto à subvenção das escolas privadas, esta já vinha sendo feita, por exemplo, nas escolas do núcleo fabril da Pedra, desde quando Delmiro estava à frente da fábrica, como veremos no próximo capítulo.

Nesse instrumento regulador de 1925 foram também estabelecidos critérios para a criação de novos grupos escolares, de modo que:

A instalação dos grupos escolares no interior faz-se sempre nas sédes dos municípios, subordinada à condição de que o recenseamento escolar accuse a existencia de, pelo menos, 320 menores, de ambos os sexos, de sete até doze annos, para os meninos e até quatorze para as meninas. A preferência para a criação de grupos escolares onde elles ainda não existam é dada aos municípios que concorrerem com a terça parte da despeza orçada e com o terreno para as installações ou predio facilmente adaptavel. (CRAVEIRO COSTA, 2011, p. 30)

Pelas sucessivas tentativas de reestruturação da Instrução Pública em Alagoas, que não evitaram o seu fracasso, buscavam os vários governadores espelharem-se nas experiências de outros Estados, tendo inclusive o Governador Álvaro Correa Paes, que foi o chefe do executivo até o Movimento de 1930, comissionado Adalberto Marroquim, prestigiado intelectual da época, para que ele fosse pesquisar a estruturação e o funcionamento da Instrução Pública nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, para desta forma poder implementá-los em Alagoas. A educação em Alagoas no período da I República, porém, foi toda perpassada “pela política dos partidos, cujos interesses colocavam acima do interesse coletivo”, pois os governos viam “na escola e no mestre simples elemento de êxito faccioso com que fortalecia a dedicação dos chefes locais”. (CRAVEIRO COSTA, 2011, p. 49) Afinal, ainda segundo Craveiro Costa (2009, p. 54-55),

No estado de semianalfabetos em que o deixa a escola, forma a turbamulta de eleitores de cabresto que os mandachugas regionais manejam despoticamente e gera a multidão de inconscientes, e propicia a infiltração das ideias corrosivas da ordem social que o comunismo está propagando por toda parte.

Para Craveiro Costa, frente às ideias de uma Instrução Pública alinhada ao desejo de progresso herdado dos iluministas e dos pensadores da Revolução Industrial,

O grande problema que a escola tem que resolver é educar as massas populares no sentido de sua fixação nos campos agrícolas e pastoris, do seu aparelhamento para o trabalho consciente, do seu valor como elemento de produção e riqueza. Esse problema, a escola atual não resolverá nunca.

E a prova da sua ineficácia só não a vê quem olha as coisas superficialmente. (CRAVEIRO COSTA, 2009, p. 54-55)

As análises até aqui empreendidas dizem respeito aos aspectos educacionais que predominaram no período que se situou entre 1902 e 1926, ainda que Delmiro tenha falecido em 1917, por ter ido sua ação educativa, num certo sentido, até 1926, quando seus descendentes definitivamente se afastaram da Pedra e ali se instalou um grupo que alterou o projeto iniciado por Gouveia. É que, assassinado Delmiro, seus sócios e seus descendentes agiriam na Pedra até o governo de Costa Rego, num clima de estabilidade somente possível por conta do domínio quase supremo dos chefes estaduais e seus prepostos no interior, os quais, no sertão, até por conta da distância e da dificuldade de comunicação, eram mais necessários ao poder regional e nacional do que qualquer outra coisa, valendo-se, Delmiro e os seus, dessa situação política muito favorável aos negócios no sertão.

Será, pois, de posse do quadro de referência até aqui esboçado que tentarei, no próximo e último capítulo, empreender uma leitura da ação pedagógica levada a efeito na Pedra por Delmiro e seus continuadores.

3 “CIVILIZAÇÃO” E EDUCAÇÃO NA PEDRA.

As representações produzidas por observadores da época e na literatura posterior costumam realçar contrastes em Pedra – vista como um centro de trabalho, civilização e progresso – e o sertão – representado como lugar desolado e inóspito, habitado por seres rudes, místicos e indolentes.

Telma de Barros Correia

(Pedra: plano e cotidiano operário no sertão)

É sabido, por meio da literatura especializada, que, nas últimas décadas do século XIX e nas três primeiras do século XX, medidas ditas “civilizadoras” passaram a ser difundidas em todo o Brasil por empresários, em razão da emergência cada vez mais intensa da indústria, com o propósito de reorganização de mão-de-obra para o trabalho.

No início do século XX, sobretudo, conforme já assinalei no capítulo anterior, esta verdadeira “cruzada civilizatória” que se expressava particularmente por meio de processos educativos formais e não formais – escolares ou não escolares, melhor dizendo – passou a ter o respaldo massivo de intelectuais liberais que foram parar na história de nossa educação com o nome de “pioneiros” ou “profissionais da educação”, por terem sido os primeiros a viverem exclusivamente desse mister, dentre os que eram detentores de títulos de bacharel e, por isso, podiam viver de outras ocupações. Foram eles aqueles que deram aos adeptos do progresso a legitimidade para o discurso e as práticas voltadas para a crença de que, sem educação, o país era inviável.

Entre as “medidas civilizadoras” estavam, antes de tudo, porém, a construção de moradias para os operários, articulada a uma série de outras providências voltadas para o controle dos trabalhadores. Segundo Correia (1998, p. 11), “a criação desses equipamentos inseriu-se em um esforço amplo das elites na organização da sociedade do trabalho e do preparo de trabalhadores para a indústria”.

No núcleo fabril da Pedra, medidas criadas e mantidas como meio para a “regeneração do pobre sertanejo”,³³ iriam colocar a Pedra como modelo de ordem e

³³ Esta concepção do sertanejo era predominante na classe dominante, o que não significa que concordamos com ela.

bem estar aos olhos de alguns intelectuais que a visitaram em pleno funcionamento sob o controle de seu criador. De fato, segundo Correia (1998, p. 17),

Entre as experiências nacionais, Pedra é uma das que têm despertado maior interesse ao longo deste século [século XX]. O lugar e seu criador – freqüentemente envolvidos em imagens míticas – foram tema de várias obras biográficas, romances, poemas, discursos parlamentares, inúmeras matérias de jornal e revistas, filmes, peça de teatro e, até, de desfile de escola de samba no Rio de Janeiro.

Analisando o fenômeno industrial criado por Delmiro Gouveia, na região do semiárido brasileiro localizada nos confins das Alagoas - no espaço hoje classificado como Microrregião do Sertão do São Francisco -, Telma Correia prossegue sua reflexão dizendo que:

A emergência de Pedra neste “mundo da barbárie” foi descrita por alguns com imagens de um embate, no qual a técnica suplanta os poderosos obstáculos colocados pelo meio sertanejo à penetração do progresso no seu território. Pedra foi alçada à condição de comunidade perfeita, conduzida pela utilidade e pelo bom senso; modelo de saída para a superação do “atraso” do Nordeste e do país. Tais leituras costumam elevar esta experiência a uma condição de excepcionalidade e caráter modelar, que tanto oculta alguns de seus aspectos não condizentes com tal imagem – como o uso de violência corporal contra seus operários -, como menospreza o fato de tratar-se de uma forma de gestão operária que em suas características gerais estava inserida em um padrão de relação social do trabalho muito comum na época. (CORREIA, 1998, p. 17)

É de conhecimento comum, efetivamente, como afirma a autora, um conjunto de iniciativas realizadas em vários lugares do Brasil similares às procedidas por Delmiro na Pedra, as quais eram congruentes com os

Princípios liberais, noções positivistas, teorias médicas, idéias do catolicismo social, técnicas de engenharia, noções de dever e lealdade, padrões de moral e civilidade [que] foram mobilizados pelos industriais na concepção da ordem urbana e social dos núcleos que criaram. (CORREIA, 1998, p. 11)

Se a realidade industrial dos fins do Século XIX e inícios do Século XX, no Brasil, era essa que acabo de apresentar sucintamente, afinal o que faz do núcleo fabril da Pedra uma experiência digna de observações entusiastas e os rasgados elogios feitos sobre ele por contemporâneos?

Antes de mais nada, a resposta à pergunta formulada acima parece assentar-se em razões por mim já levantadas no capítulo anterior, esboçada acima por Correia (1998) e feitas com base, sobretudo, em Bartelt (2009), que pode ser assim

resumida: tratava-se de uma experiência de organização do trabalho desenvolvida no que, depois de Canudos, dos beatos e do cangaço, passou a se conhecer como sertão brasileiro, região do *hinterland* onde até então o “progresso e a modernidade”, apregoados pela República, eram tomados como uma novidade impossível, segundo muitos, de ali ser viabilizada.

É verdade que o novo também observado na Pedra representava um esforço similar ao feito por todos os industriais da época, já que esse fenômeno coincidia com

[...] um momento em que a indústria necessitava retirar mão-de-obra de outras atividades, captar fluxos de pessoas já liberados e incorporá-los a seu regime de trabalho, buscando transformá-los em operários adaptados a seus métodos e submetidos à autoridade do industrial, e para isso encontrava dificuldades. A questão era vencer a resistência ao emprego industrial e superar a inadaptação dos trabalhadores aos ritmos e métodos de trabalho que a fábrica procurava impor. A pouca fixação nos empregos, o absenteísmo e o desrespeito a horários e regulamentos eram algumas das formas como se traduzia essa oposição do pobre ao trabalho fabril. Tratava-se, também, de manter um grupo operário isolado, imune às contaminações sanitárias e, sobretudo, morais e políticas, atribuídas às grandes aglomerações. Tratava-se, ainda, de gerir esse grupo operário com autonomia, sem a interferência dos poderes – políticos e religiosos – sediados nas cidades e longe da concorrência de outras empresas por mão-de-obra. Nesse sentido, o isolamento espacial – das vilas operárias em subúrbios e, mais ainda, dos núcleos fabris no campo – coloca-se como um componente básico desse padrão de gestão do trabalho. A estratégia consistia, num primeiro momento, em isolar a classe trabalhadora útil e produtiva dos pobres julgados irremediavelmente corrompidos. Em seguida, em submeter o grupo trabalhador a um programa disciplinar que acentuasse suas aptidões para o trabalho e desenvolvesse novos hábitos regrados. (CORREIA, 1998, p. 12)

Ora, se o que acaba de ser dito valia para as vilas operárias situadas nas grandes cidades, imagine-se no que diz respeito ao projeto industrial instituído no alto sertão de Alagoas. O que foi feito ali por Delmiro Gouveia provocou grande surpresa em visitantes, principalmente políticos e intelectuais, que expressaram admiração e entusiasmo por ver ali realizar-se uma verdadeira revolução de costumes por meio de processos educacionais e de trabalho.

Diante do que acabo de dizer, vale buscar uma explicação para o espanto provocado pelo fenômeno empreendido por Delmiro no núcleo fabril da Pedra.

3.1 O Núcleo Fabril da Pedra

O núcleo fabril da Pedra foi edificado nas proximidades da estrada de ferro Piranhas-Jatobá, em pleno sertão alagoano. Tendo Delmiro chegado naquelas paragens para ficar contra a sua vontade, uma vez diante do inevitável, seu primeiro movimento como capitalista foi prosseguir com as atividades que dominava e das quais havia tirado sua fortuna – refiro-me ao comércio e tratamento de peles. Continuará, pois, por um bom tempo como tal, para o que a proximidade das fontes fornecedoras e a facilidade de mão de obra e de transporte muito contribuiriam.

Estabelecido na Pedra em definitivo, após aquisição das terras marginais da cachoeira de Paulo Afonso dos lados alagoanos e baianos e, como sabemos, mesmo com a recusa de Dantas Barreto, Governador de Pernambuco, de apoiar a sua iniciativa de produção de energia elétrica para comercializar para todo o Nordeste, prosseguiu Delmiro com seus planos de produzir e comercializar o que sabia ser possível retirar da força hidroelétrica já cantada em verso por Castro Alves. Afinal, ele fora até ali um capitalista que acumulara fortuna com sucesso, exclusivamente como comerciante, tendo sido sua única experiência como industrial até aquela altura – refiro-me à Usina Beltrão – um estrondoso fracasso que abalara, inclusive, o que tinha conseguido fartamente acumular.

Assim, mesmo depois da desistência de empresários norte-americanos que financiariam parte dos investimentos indispensáveis à montagem de uma grande usina hidroelétrica que aproveitaria as quedas da Cachoeira de Paulo Afonso, resolveu Delmiro construir a hidroelétrica que cabia no seu orçamento, projetando, para o aproveitamento da força produzida, a construção de uma fábrica de linhas. Segundo uma categorizada testemunha, porque, num certo sentido, foi co-partícipe do desenvolvimento desse novo projeto, derrotada a pretensão de produzir energia elétrica em abundância para ser vendida em profusão para toda a região, vez que somente com a entrada em Pernambuco, segundo cálculos feitos, a empreitada daria o retorno econômico esperado,

Foi, então, organizada a Companhia Agro-Fabril Mercantil, sociedade anônima [...]. A nova empresa incorporou com os seus sócios a firma Iona & Cia. e também auxiliares que nela se destacavam pelo esforço no cumprimento dos deveres. (MENEZES, 1991, p. 67).

Constituída a firma, Delmiro viajaria para Londres a fim de adquirir as máquinas e o material necessário para a usina hidrelétrica de Angiquinho e para a fábrica de linhas que iria beneficiar o algodão abundante na região. Desse modo, após seu regresso da Europa, logo “começam a chegar as máquinas componentes do conjunto da turbina hidráulica que seria montada na cachoeira, material elétrico, bomba e tubos condutores para o serviço de abastecimento de água”. (MENEZES, 1991, p. 67)

Para Menezes, acostumado a conviver com as dificuldades do semi-árido, aquilo tudo “era o despertar de uma nova civilização para a zona sertaneja alagoana, com reflexos notáveis em zonas idênticas dos Estados vizinhos” (MENEZES, 1991, p. 67)

Junto com o maquinário também vieram técnicos de vários lugares (Itália, Inglaterra, Alemanha), para escolha do local e acompanharem a montagem dos equipamentos. Tendo as obras da usina de Angiquinho sido iniciadas em 1911, já em 1912 começa Delmiro a construção do prédio da fábrica e as residências dos operários: Assim,

[...] eram preparados na Pedra os terrenos em que se deviam erguer o edifício da fábrica de linhas e a vila operária. O trecho escolhido, pontilhado de cactos e coberto de catingueiras, pereiros e outras plantas baixas da região, era crivado, no entanto, em pontos diversos, de vistosas baraúnas. Foi atacado por algumas centenas de homens, para efeito de limpeza, de abertura de alicerce e de fabricação de tijolos. (MENEZES, 1991, p. 70-71)

Tanto em Angiquinho como na Pedra, era grande o contingente de trabalhadores envolvidos em todos os tipos de serviço. Seja no preparo do terreno, confecção de tijolos, preparação de alicerces, etc. Delmiro, sempre muito senhor de tudo o que empreendia,

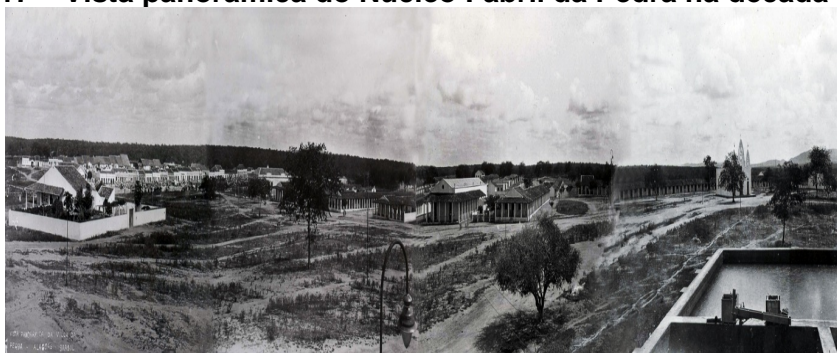
Assistia a todos os serviços, orientava-os e, por fanfarronice e pretensão de superioridade, repetia sempre que não queria mestres a orientarem a execução das suas obras. Preferia homens que cumprissem bem as suas ordens e executassem os seus planos. (MENEZES, 1991, p. 70-71)

De qualquer modo, de imediato, Delmiro sente a necessidade de qualificar a mão-de-obra oriunda da região sertaneja para o núcleo fabril, numa região até então agrária, de modo a transformar o sertanejo em operário eficiente e dócil.

Composta de 258 residências, escolas e espaços de lazer, a fábrica em torno da qual se edificaram esses equipamentos destinava-se à produção de linhas de coser “Estrela”, funcionando a partir da energia hidrelétrica produzida pela usina Angiquinho. De acordo com Gonçalves (2010, p. 267):

A Pedra não era um aglomerado urbano político-administrativo independente. Estava ligada ao município de Água Branca, de quem tudo dependia. Porém, como distanciava 20 quilômetros, possibilitou que Delmiro organizasse a comunidade segundo o seu interesse, para favorecer o trabalho, controlar o tempo, o descanso, o lazer, os estudos, as compras e, principalmente, a convivência entre moradores, sem contaminá-la com os enormes vícios e defeitos tradicionais da região.

Figura 17 – Vista panorâmica do Núcleo Fabril da Pedra na década de 1920.



Fonte: Acervo particular de Edvaldo Nascimento.

Com a fábrica em atividade, em junho de 1914 o número de funcionários ia crescendo e sertanejos oriundos dos municípios e Estados vizinhos vinham a Pedra em busca de trabalho. Só a fábrica de linhas tinha, em 1916, cerca de “1.500 operários, dos quais aproximadamente 700 eram mulheres, 400 eram homens e 400 eram crianças”. (MELO apud COSTA, 1916, p. 2).

Figura 18 – Fábrica de Linhas da Pedra, da Cia. Agro Fabril Mercantil.



Fonte – Acervo Particular de Edvaldo Nascimento.

Para tocar seu empreendimento fabril, Delmiro Gouveia teve de absorver a maior parte da mão de obra oriunda do próprio sertão. Assim, “o corpo de operários chegou a atingir, na quadra do movimento máximo, dois mil indivíduos de ambos os sexos que trabalhavam dia e noite, da segunda ao sábado.” (SANTOS, 1947, p. 34). Diante de uma população rarefeita, com sedes de municípios e até circunscrições municipais inteiras que contavam com população menor do que esta, tal contingente de operários representava, naqueles tempos, uma multidão difícil de ser imaginada, ainda mais sob o domínio de uma única pessoa.

De acordo com Santos (1947, p. 34),

Para a incessante faina da construção se misturavam operários vindos de toda parte onde chegava a notícia da grande obra. Chegavam engenheiros especializados de Londres, da Alemanha, da Itália, para as montagens dos complicados aparelhos e variados maquinismos que despertavam a curiosidade e o pasmo das gentes nativa, ignorantes e ingênuos, que pensavam, talvez, estar assistindo a um sortilégio.

Para Correia, por sua vez,

Pedra foi estruturada como um meio onde todas as circunstâncias se atrelavam à produção, onde tudo conspirava para converter o morador em indivíduo providente, ordeiro, metódico, trabalhador e obediente. Tal esforço comportou ações voltadas para o controle do movimento das pessoas e dos contatos entre elas, para a supervisão do consumo, para a introdução de novas formas de perceber e gerir o tempo, para a promoção do lazer regrado e da educação, para a alteração de hábitos e cuidado com o corpo e com as casas. A fixação de normas determinando horários para as

diversas atividades, prescrições morais, regras de higiene, proibição do consumo de bebidas e interdição de hábitos considerados impróprios e maneiras julgadas indecentes ou insolentes foram algumas das medidas adotadas. (CORREIA, 1998, p. 206-207).

Figura 19 – Fábrica de Linhas da Pedra, com seus operários à frente.



Fonte: Acervo Museu Regional Delmiro Gouveia.

Conforme diz Dona Virginia Bezerra de Lima, que trabalhou como governanta na residência de Delmiro Gouveia depois de construída a fábrica, em entrevista ao Cineasta Geraldo Sarno, concedida na residência da entrevistada, na cidade de Paulo Afonso, Bahia, em janeiro de 1967, referindo-se ao processo de formação do primeiro pelotão de trabalhadores para uma nova ocupação até então desconhecida na região,

não tinha operário. Não tinha quem soubesse trabalhar em negócio de fábrica. Ele chamou gente de longe, Penedo, Propriá, esses lugares que tinha fábrica”, “chamou os operários pra vir ensinar o pessoal daqui a trabalhar [...]. (SARNO, 2006, p. 75)

Imbuído de uma forma bem própria de encarar o trabalho, mesmo aos que se incorporavam nos trabalhos de Pedra já com alguma experiência no ramo, não hesitava Delmiro em os substituir, desde que não demonstrassem capacidade ou conduta compatível com o que ele entendia como adequada. Assim, “também os operários que se mostravam indolentes, vagarosos, ou indisciplinados eram prontamente afastados. Todos teriam que produzir o máximo e atender às suas exigências” (MENEZES, 1991, p. 74).

Nesses empreendimentos de maior monta – usina hidrelétrica e fábrica de linhas – Delmiro, ao contrário do que é propagado por alguns de seus biógrafos e admiradores, contou com o apoio decisivo do Estado, sobretudo mediante concessões e incentivos públicos, como mostrei, inclusive por meio de documentos, no capítulo anterior. Assim, foi com apoio público que Delmiro conseguiu isenção de impostos para compra dos equipamentos da fábrica, permissão para captar energia da cachoeira de Paulo Afonso, incentivo fiscal para aquisição de matérias primas e ressarcimento por parte dos governos de Alagoas e Pernambuco, de parte das despesas realizadas para construção de 520 km de estradas e até a concessão do rio e de suas margens, ao arripio da lei. Não somente as autoridades alagoanas, mas até o Governador de Pernambuco, Manoel Borba, esteve, na Pedra, em 1916 para inaugurar o trecho de estrada de Garanhuns a Pedra, construídas por Delmiro Gouveia, que teve parte das despesas ressarcidas pelo erário pernambucano, tal como aconteceu, também, com o governo de Alagoas.

Para Adolpho Santos (1947, p. 36), que foi, inclusive o primeiro gerente da fábrica, o sertanejo que iria ser o grande motor humano do empreendimento industrial da Pedra era “ignorante e ingênuo”. Segundo este auxiliar muito próximo de Delmiro, postado na linha de frente da fábrica recém-implantada,

A maioria do operariado era brasileiro, recrutado na população bronca do sertão bravio, o qual recebendo os ensinamentos do chefe e dos profissionais contratados para amestrá-lo, tornara-se dentro de pouco tempo hábil no manejo de todos os aparelhos e de toda maquinaria e, ainda hoje, são esses nativos que Delmiro instruiu e mandou instruir, os mesmos que executam as mais difíceis tarefas concernentes ao serviço elétrico e fabril que se desenvolvem na Pedra nesta sua segunda fase. (SANTOS, 1947, p. 36)

Pela fala deste que foi um dos principais prepostos de Delmiro na linha de frente do empreendimento fabril, dá para se aquilatar a importância que iria ter o cuidado com a educação da quase totalidade dos trabalhadores que até então, segundo seus novos patrões, eram simples sobreviventes do mundo rural áspero e ingrato. Menezes identificava na maior parte dos que procuravam trabalho no núcleo fabril da Pedra, seres que eram

Tangidos pela seca de seus pobres lares, chegavam à Pedra, às dezenas, diariamente, infelizes vítimas do flagelo, procedentes do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, de todos os Estados Nordesteiros enfim, à procura de

alimento. Eram, sem exagero, frangalhos humanos, tão esgotados e maltrapilhos chegavam. (SANTOS, 1947, p. 78)

Para Santos, na “vila da Pedra”, já nos começos da fábrica, “ali se constituía [...] uma escola técnica de trabalho onde os operários, cada qual em suas secções, se preparavam eletricitistas, mecânicos, fiadeiros, tintureiros, chauffeurs e tantas outras atividades”. (SANTOS, 1947, p. 36)

Figura 20 – Operários /as da Fábrica de Linhas da Pedra.



Fonte: Acervo Museu Regional Delmiro Gouveia.

Conforme Menezes, a seleção para contratação do pessoal para trabalhar na fábrica era feita pelo próprio Delmiro, que também acompanhava pessoalmente a entrada e saída dos operários diariamente no começo e no final dos turnos de trabalho, como se pode ver pelo testemunho a seguir:

Delmiro sentava-se à porta, aguardando a entrada do operariado. Feição severa, olhar perscrutador, recebia o “bom dia” de todos quantos chegavam e reclamava, às vezes até com dureza, daqueles que não o davam. Os retardatários não eram admitidos. Não falava com nenhum, a não ser para dar ordem; para nenhum tinha um sorriso ou uma palavra de estímulo. E não admitia, sequer, que um operário entrasse na fábrica trajando roupa suja. (MENEZES, 1991, p. 79)

No entanto, Delmiro Gouveia, conforme relato de visitantes da Pedra, procurava colocar cada funcionário da fábrica para fazer o serviço que tivesse mais gosto e mais capacidade de realizá-lo. (MENEZES, 1991) E em uma das paredes do prédio da fábrica fez fixar a seguinte frase; “Por mais minuciosa e bem cuidada, nunca a fiscalização é suficiente e completa”. (MENEZES, 1991, p. 80)

Podemos perceber como o sertanejo envolvido neste processo de industrialização era visto por um dos principais líderes do projeto da Pedra. Em se tratando de Adolpho Santos, podemos imaginar que esta concepção de sertanejo e a necessidade de moldar valores e comportamentos nos trabalhadores oriundos deste lugar, cujas características culturais e sociais devido a ter sido esta região deixada em segundo plano pelo Estado brasileiro, tenha sido também a concepção que predominou entre os demais chefes da Pedra.

A localização do núcleo fabril de Pedra, bastante afastado da sede do município, proporcionou condições ideais para um forte controle social de Delmiro sobre seus moradores.

Figura 21 – Vista da Rua 13 de Maio, no Núcleo Fabril da Pedra, na década de 20.



Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Muito afastado da sede da cidade, o referido núcleo estava nas proximidades da estação da linha férrea, tendo passado, a partir de 1913, a receber energia elétrica e água encanada produzida com a força da cachoeira de Paulo Afonso.

Figura 22 – Cachoeira de Paulo Afonso.



Fonte: Acervo Particular de Edvaldo Nascimento.

Foi das forças das águas do São Francisco, que se precipitavam em múltiplas quedas, aproveitando o desnível do leito do rio, na margem alagoana, que Delmiro montou a usina de Angiquinho, cujas instalações civis podem ser vistas no fundo, à esquerda da foto a seguir, encravadas nas rochas:

Figura 23 – Delmiro com acompanhante em visita ao Angiquinho.



Fonte: Acervo Particular do Autor.

Segundo Menezes (1991), o núcleo fabril da Pedra transformou-se em ambiente repleto de homens esclarecidos que se reuniam para debater assuntos os mais variados. Para ele,

Pedra era alagoana apenas pela situação geográfica. Intelectualmente, era pernambucana. Os jornais lidos eram os de Pernambuco, os acontecimentos políticos ou sociais ocorridos no Recife faziam a população vibrar com interesse maior do que os verificados em Maceió. (MENEZES, 1991, p. 89-90).

Figura 24 – Comitiva do Governador de Pernambuco Manoel Borba em visita à Pedra em 1916.



Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

De fato, o chefe do núcleo fabril da Pedra passou a receber em sua residência governadores, deputados, ministros, jornalistas, industriais e líderes religiosos que vinham admirar a beleza da cachoeira e o funcionamento da fábrica de linhas. Conforme depoimento de Adolpho Santos (1947, p. 25),

para receber numerosas comitivas mantinha uma despensa abastecida de conservas, doces, vinhos Bordeaux e caixas de Chambertin, sal refinado Morton e espumantes Veuve Cliquot e Cordon Rouge, vindos da França. Suas compras eram sempre em grande quantidade, haja vista que Pedra ficava distante dos mercados fornecedores.

Ao descrever a residência de Delmiro Gouveia na Pedra, Adolpho Santos diz que a sua residência de dentro do arame era uma casa clara, arejada, alpendrada por todos os lados, como aquela que o abrigou em Apipucos. Ao lado esquerdo, formando um ângulo reto com o corpo da casa os espaçosos quartos de banhos com uma grande banheira esmaltada, lavatório e serviço sanitário de acordo com os preceitos higiênicos, - o que era coisa de espanto para os habitantes da localidade que só conheciam para satisfazer suas necessidades fisiológicas o recatado refúgio das moitas de mato. (SANTOS, 1947, p. 22). Assim, Delmiro mantinha na Pedra,

ainda segundo Santos, “seus antigos e refinados hábitos, de bem estar, de fartura, de conforto”, adquiridos ainda nos tempos do Recife. (SANTOS, 1947, p. 25)

A partir da implantação da fábrica de linhas, o núcleo fabril da Pedra passa, assim, a ser utilizado por muitos visitantes para propaganda deste espaço de sertão como modelo de civilização e trabalho, graças, segundo eles, ao processo “educacional e civilizatório” que Delmiro tinha implantado. Foram estes que contribuíram para a construção da imagem da Pedra como paradigma de civilização dos tempos modernos. Parece evidente que esse espanto em encontrar palacete, vida de moldes urbanos e trabalho desenvolvidos nos moldes dos núcleos fabris dos lugares mais progressistas do Brasil e do exterior somente se explica porque esta experiência estava localizada no sertão, não sendo despropositado assinalar que ficava, justamente, entre Canudos e Juazeiro.

Foi Assis Chateaubriand um dos principais responsáveis pela construção da imagem do núcleo fabril da Pedra como exemplo de sociedade ordenada e civilizada em um ambiente em que, segundo ele, prevaleciam a “indisciplina, o nomadismo e o misticismo da vida sertaneja.” (CHATEAUBRIAND, 1990, p. 62). A visita realizada pelo jornalista à Pedra, ao lado do historiador e embaixador Oliveira Lima, “proporcionou a ele uma admiração incomum” a Delmiro e sua obra. (CHATEAUBRIAND, 1990, p. 26)

Por meio de artigo escrito em setembro de 1917³⁴, Chateaubriand diz que viu na Pedra um processo de integração social verdadeiramente difícil de ser concebido numa região como o Nordeste. Era surpreendente para ele o fato de que na Pedra, vergados a uma disciplina tão rígida quanto a dos quartéis, tivesse o pioneiro cearense de um passado já povoado de tantos desafios, logrado reunir os emigrados fanáticos de Canudos. Segundo ele diz textualmente, ali estavam

³⁴ Este artigo reportagem teve como título “Uma Resposta a Canudos” e foi escrito em setembro de 1917, sendo publicado no Diário de Pernambuco de 10 de setembro de 1917, trinta dias antes de Delmiro Gouveia ser assassinado. Em 1990, foi editada uma coletânea de reportagens e ensaios que recebeu o título de “Resposta a Canudos”, todos de autoria de Assis Chateaubriand e publicado pela fundação homônima.

vagos operários urbanos com as tendências impulsivas dos habitantes das grandes cidades, meia dúzia de alemães, ingleses, suíços, todos os tipos, uma multiplicidade de elementos heterogêneos, assimilados, amalgamados, unificados graças a processos que modificam consideravelmente as condições de existência individual. (CHATEAUBRIAND, 1990, p. 26)

O espanto de Chateaubriand devia-se à forma como Delmiro dirigia sua indústria e o controle que exercia sobre seus operários. Pedra apareceu aos olhos dele como uma “experiência absolutamente inédita no país”. (CHATEAUBRIAND, 1990, p. 26) A ele impressionava aquele contingente de indivíduos socialmente heterogêneos, quer pela “limpeza, a ordem, a preocupação assistencial, quer quanto às necessidades vitais dos seus habitantes, quer quanto à observância de medidas, inclusive punitivas para aqueles desobedientes recalcitrantes, como modelos de degradação pública.” (CHATEAUBRIAND, 1990, p. 27)

Fascinou-se Chateaubriand, sobretudo, com uns tantos ensinamentos e práticas de que se utilizou Delmiro para domar o homem naquelas paragens tão distantes da civilização. Segundo ele, “as criaturas, por rudes que fossem, sob as regras instituídas em Pedra se curvavam estranhamente dóceis – ao menos na sua grande maioria”. (CHATEAUBRIAND, 1990, p. 29) Assim, foi justamente Chateaubriand, no texto “Uma Resposta a Canudos”, quem primeiro lançou análise sobre os aspectos educacionais e civilizatórios da Pedra, aspecto que também foi abordado por praticamente todos os pesquisadores que se detiveram a estudar a experiência desenvolvida no sertão de Alagoas, ainda que não tenham dedicado estudo específico a esse tema. De todo modo, essa abordagem de Chateaubriand vem ao abono do que busco afirmar desde o início: a relevância dada à experiência industrial da Pedra, a ponto de suscitar assombro aos visitantes vindos das principais capitais do Brasil, deveu-se, não ao desconhecimento do universo fabril da época, mas ao fato de que aquilo que era ali testemunhado ocorria justamente no sertão brasileiro.

Se as ações de Delmiro Gouveia foram, por Chateaubriand e por viajantes, enaltecidas como uma ação “civilizadora”, isso deveu-se principalmente, segundo pude perceber, à forma como Delmiro desenvolveu seu processo educacional no sertão. No entanto, a leitura sobre o sertanejo e o sertão trazida pelos delmirólogos da primeira e mesmo da segunda hora, foi uma leitura eurocêntrica, que desconsiderou os aspectos históricos, econômicos e culturais predominantes no

sertão. É necessário considerar que por trás desses processos houve uma sequência de violências cometidas contra os sertanejos em nome de um conceito de progresso e da civilidade.

Efetivamente, o processo de transformação social por meio de novos hábitos de vida e de trabalho e pela frequência a escolas promovida por Delmiro no sertão alagoano era de causar espanto aos visitantes da Pedra, haja vista que esta experiência de desenvolvimento industrial ocorreu no mesmo ambiente dos fanáticos do Padre Cícero e dos emigrados do arraial de Canudos. Pedra foi para Chateaubriand não só uma resposta a Canudos, mas ao país, pois

Há menos de 20 anos, o Brasil assaltava Canudos, e passava-o pelas armas, brutalmente, ensangüentando o sertão de fragmentos humanos. O Sr. Delmiro Gouveia para combater a ignorância, o fanatismo religioso, o fetichismo bárbaro, serve-se também de máquinas, engenho da indústria humana, que em vez da morte e da destruição, ensinam ao sertanejo e ao jagunço o trabalho fecundo que educa, civiliza e aperfeiçoa. (CHATEAUBRIAND, 1990, p. 64)

Era a crença no progresso e na ciência que empolgava, principalmente, setores republicanos e intelectuais, influenciados por ideias e modelos de desenvolvimento americano e europeu, sendo essa a referência que informava as notícias e as análises feitas pelos visitantes da Pedra e até por participantes do empreendimento, como Adolfo Santos.

Para Arnoldo Jambo, jornalista alagoano que fez a apresentação da coletânea “Uma Resposta a Canudos”, Chateaubriand ficou entusiasmado com Delmiro como educador dos mais cuidadosos do seu tempo por ser este

[...] antes de tudo a figura de um severo moralista cujas lições haviam de ser seguidas sem risco nenhum de obliqüidades. Em Pedra educava-se em todas as direções, animando-se desde o gosto e apreço pela cidadania, até à conduta moral e cívica que se ditava nas escolas, aplicando-se inclusive fórmulas intuitivas e práticas até certo ponto exigidas e comuns nos grandes estabelecimentos de ensino das grandes capitais, como a das frases a serem repetidamente copiadas, destinadas a cavar no espírito das crianças normas de conduta que se devia seguir por toda vida. Quarenta ou cinquenta vezes o aluno teria de escrever em casa, coisas como “não deveis desobedecer vosso pai”, “não se cospe no chão”, “não se desrespeitam as pessoas idosas”, “sede bons com os animais”, “a imundice é um vício”, “não se conversa na igreja”, “não se deve andar armado”. E no uso desse método tão ingenuamente admitido, a verdade é que aos olhos do repórter Chateaubriand em Pedra se realizou a primeira experiência de reformulação educacional numa sociedade dir-se-ia primitiva face a fatores sociológicos ainda não de todo estudados e em virtude de um isolamento

social imposto pela distância dos grandes centros urbanos. (JAMBO, 1990, p. 30)

Esse discurso de Chateaubriand, transcrito por meio do texto de Jambo e que exalta as práticas educativas desenvolvidas por Delmiro junto aos seus subordinados, mostra a presença, na Pedra, de uma pedagogia corrente na época e defendida, entre outros, por Olavo Bilac, como referi no capítulo 2, que se assentava na formação moral e cívica como condição de garantir ao Brasil sua passagem para o “mundo civilizado” que, segundo ele, era prática corrente nos países europeus e nos Estados Unidos da América.

É possível perceber, pelo olhar de Chateaubriand, a percepção de que o sertão era uma região abandonada pelo poder público, distante dos grandes centros e habitada por pessoas incivilizadas, por uma sub-raça, mas possível de ser regenerada para o mundo da civilidade tida pelos ideais republicanos como desejável e indispensável, mesmo, ao progresso dos novos tempos de urbanidade e industrialismo.

Foi também Chateaubriand quem fez o primeiro registro das escolas existentes na Pedra. Por isso, é a partir dos seus registros que começo a rastrear o denominado pelo observador do núcleo fabril da Pedra como “processo civilizatório” por meio das escolas ali implantadas. Um registro em forma de artigo foi central para o início desse rastreamento, não somente porque é um testemunho, ainda que apaixonado, do processo educacional e civilizatório liderado por Gouveia, como também porque influenciou e foi também determinante na construção da imagem de Delmiro como educador e “civilizador de terras, águas e gente” no sertão alagoano e nordestino.

A admiração de Chateaubriand pelo que viu na Pedra, principalmente na instituição das escolas, ocorria pelo fato de que a maioria da população brasileira e alagoana não tinha, nas primeiras décadas do Século XX, acesso à instrução escolar. É de considerar o espanto deste viajante, vez que, mesmo com o discurso da República sobre a necessidade de ampliar o acesso à instrução pública, a esmagadora maioria da população brasileira e alagoana continuava sem acesso à escola, sendo a educação das massas propagada pelo então novo regime apenas um desejo dos republicanos históricos. Isso, aliás, já foi possível constatar quando,

no capítulo anterior, levantei a situação educacional de Alagoas. Ali foi possível constatar, a par das lamentações de quem tinha a responsabilidade de implantar e desenvolver o ensino, números que mostram até a diminuição do número de escolas ao longo do período aqui estudado.

Outro visitante da Pedra que, assim como Chateaubriand, muito contribuiu para a mitificação da obra “civilizadora” de Gouveia, tendo, igualmente, influenciado um contingente considerável de biógrafos, jornalistas e pesquisadores sobre Delmiro e sua obra, foi o embaixador Manuel de Oliveira Lima, que depois de visita ao núcleo industrial, assim se pronunciou:

O exemplo de Pedra acode sempre aos que pretendem que não é possível civilizar o sertão. A obra do Coronel Delmiro Gouveia constitui um exemplo precioso. Pouco importa neste sentido que elle aja succumbido na tarefa na qual o officialismo o não ajudou. Morreu victima porventura da sua superioridade em relação ao meio, mas sua iniciativa não poderá deixar de ser fecunda, uma vez que seus resultados se manifestaram possíveis. E não provasse ser fecunda, o interior do Brazil estaria condenado a cahir na barbárie. (LIMA, apud CORREIA, 1998, p. 227).

Ainda que Lima (1971) provavelmente desconhecesse o fato de que as escolas da Pedra foram, quase na sua integralidade, conduzidas por professoras subvencionadas pelo erário estadual, quando diz que “o officialismo o não ajudou”, no caso da educação escolar alagoana não se pode deixar de reconhecer que onde o governo tinha a obrigação de abrir e manter escolas havia uma matrícula bastante limitada, enquanto na Pedra o atendimento escolar no nível elementar era efetivamente universalizado.

Pelo conhecimento, porém, da universalização do atendimento escolar à população infantil e adulta analfabeta núcleo fabril da pedra, também por meio de um artigo, intitulado “Um passeio a Paulo Afonso”, Oliveira Lima, a quem era familiar a realidade social e econômica europeia, o autor chegou a comparar a Fábrica da Pedra e o núcleo operário com os principais centros operários da Inglaterra, que era o berço da industrialização.

Plínio Cavalcanti, médico e jornalista, em visita a Pedra, deslumbrou-se com “o que Delmiro Gouveia conseguiu fazer no sertão de Alagoas, sem a cruz, o hábito do missionário e os dinheiros públicos”. Para Cavalcanti (1917, p. 8), “foi a obra mais notável de que se tem notícia em nossa história [...]. Mariano Procópio, Mauá, Luiz

Tarquínio e Assis Brasil se fizeram aparentemente mais do que elle é porque agiram num ambiente muito mais próprio”.

A respeito do que acabamos de ler, não é possível deixar de perceber, mais uma vez, o desconhecimento da presença forte do Poder Público enquanto financiador ou apoiador, por meio de incentivos fiscais, aos empreendimentos de Delmiro na Pedra, como também é impossível deixar de notar o espanto pela presença no sertão do que, segundo Cavalcanti, pode ser considerada “a obra mais notável de que se tem notícia em nossa história”, a ponto de levar o autor a comparar Delmiro aos maiores expoentes da indústria brasileira em seus primórdios. No comentário, Mauá, por exemplo, somente foi maior de que ele porque estava “num ambiente muito mais propício”.

No Regime Republicano, que ainda era relativamente recente no Brasil de quando Delmiro montou a Fábrica de Linhas “Estrela”, e que, frente às grandes resistências do mundo das oligarquias e da política dos Governadores, tinha dificuldade de tornar efetivos seus ideais, a educação escolar era vista, como já referi, por setores da sociedade brasileira, não só como democratização da leitura e da escrita, mas, revestida de profundo significado político, social e cultural. A escola era considerada como um instrumento indispensável para a criação de uma nova mentalidade regeneradora do atraso e dos maus hábitos em que viviam as massas nacionais, daí, a luta pela ampliação da educação durante o novo regime, já que a escola comprometida com os ideais republicanos e com a perspectiva de modernização da sociedade brasileira iria possibilitar a chegada ou ampliação dos novos ventos necessários à implantação ou consolidação da indústria. Revestido, quase sempre de uma forte cobertura conservadora, esse ideário republicano era conhecido de Delmiro, ávido leitor dos jornais da época, para quem o ideário “civilizador” vinha bem a calhar frente à necessidade que tinha de redefinir forma de usos do tempo frente a novas configurações do trabalho, fazendo aquilo que E. P. Thompson, no seu artigo “*Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial*” analisa frente à compreensão e ao uso do tempo em uma “economia familiar do pequeno agricultor [que] pode ser orientada pelas tarefas”, em confronto com outra maneira de organização do trabalho em que o tempo começa a se transformar em dinheiro. Nesse caso que, segundo o historiador inglês, é aquele mesmo tempo em

que se encontrava Delmiro e a grande leva de sertanejos empregados em sua fábrica, e no qual

aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu "próprio" tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzem a dinheiro. O tempo agora é moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta. (THOMPSON, 2005, p. 272).

Se Delmiro não foi, no seu discurso, um cruzado da República nos moldes em que ela se implantou no Brasil, tendo-o sido por inteiro nos modos de lidar com o dia a dia de sua indústria, a Pedra, sobretudo com seus sucessores, transformou-se em símbolo do ideário da república brasileira e seus dirigentes não mediam esforços para que a população cultuasse os símbolos que identificavam o novo regime e a nação brasileira, nos moldes por mim assinalados no capítulo anterior. Se Delmiro Gouveia não propagava aos quatro ventos a instrução ou a escolarização, juntamente com os novos modos de se postar diante da vida e do trabalho como instrumentos regeneradores, de contribuição para a reconstrução nacional, a qual somente seria possível com a eliminação do analfabetismo e da falta de cultura e de modos “civilizados” do povo, sendo a ignorância, a indolência e os maus modos a verdadeira vergonha nacional, o mesmo não se pode dizer de seus principais auxiliares e descendentes. Para estes, o discurso de que o Brasil somente alcançaria o grau de nação civilizada mediante a chegada da educação escolar à grande massa de analfabetos existentes, sendo isso a garantia da ordem e do progresso nacional, tornar-se-ia uma constante que iria se expressar, sobretudo por meio do jornal “Correio da Pedra”, que circularia regularmente por anos no núcleo fabril homônimo. Neste jornal, como mostrarei mais adiante em pormenores, sem o povo alfabetizado as consequências para o país seriam, a ausência de cultura cívica e política, a ignorância dos preceitos higiênicos, a incapacidade para grande número de profissões, atraso nos processos agrícolas e nos da indústria. Na verdade, a própria existência e circulação do semanário referido, que se manteve ativo por doze anos, é a prova do valor da leitura já que, em meio a uma população iletrada, o jornal teria perecido nos seus primeiros números.

Assim, a instituição escolar no núcleo fabril da Pedra foi, desde os tempos de Delmiro, um importante instrumento de “civilização”, seja para realização de

processo de moldagem e controle social, seja para propagação de ideias republicanas. No Jornal “Correio da Pedra”, semanário que circulou de 1918 a 1930, sob a responsabilidade da Cia. Agro Fabril Mercantil eram divulgados, por exemplo, os festejos realizados no núcleo fabril para comemorar o dia 15 de novembro. O próprio Delmiro, que gozava de amizade do republicano Pinheiro Machado, denominou uma rua do seu núcleo fabril de 15 de novembro, enquanto deu a outra o nome de Floriano Peixoto. Essas são, certamente, evidências de sua crença na República e nos valores desta, os quais eram, inclusive, constantemente reiterados pelo jornal, não havendo um único número em que os valores da moral, da higiene, do patriotismo e do valor da escolarização, por exemplo, não estivessem presentes.

O “Correio da Pedra” trazia, com frequência, matérias apologéticas à República e seus líderes Benjamim Constant, Aristides Lobo, Silva Jardim e o Marechal Deodoro. Nas escolas da Pedra a proclamação da República era festejada com desfile dos alunos. Até a decretação de feriado nacional no 15 de novembro era festejado pelo Correio da Pedra, em publicação da qual extraí o seguinte fragmento:

Data memorável da Proclamação da República para suceder o governo monarchico, que vinha sendo exercido, com saber e patriotismo, pelo saudoso d. Pedro II, o 15 de novembro é uma gloriosa página da nossa história política e por isso mereceu figurar entre os dias feriados do Brasil.
(CORREIO DA PEDRA, 1924)

Importa assinalar aqui que o “Correio da Pedra”, como uma publicação oficial da firma mantenedora da Fábrica de Linhas “Estrela”, tinha a linha editorial emanada e as matérias aprovadas pela sua direção. Assim, crentes na função da instrução pública como um instrumento de regeneração do país, os editores davam publicidade, nas notícias e nos artigos do “Correio da Pedra”, aos altos índices de analfabetismo no Estado de Alagoas e do Brasil, enquanto matéria tratando da instrução pública no Brasil e em Alagoas era semanalmente veiculada, o que também contribuiu para divulgar os feitos de um Delmiro “educador” no sertão de analfabetos.

Conforme a linha editorial acima assinalada, reproduziu o “Correio da Pedra” a seguinte matéria sobre a instrução pública e o analfabetismo:

Estatística impressionante <<A Manhã>>, o bem feito matutino carioca publicou interessante estatística da população de cada Estado brasileiro e do numero de analphabetos em cada um existente. Por Ella se verifica que a porcentagem de analphabetos neste decantado Brasil – terra miraculosa, productora de super-homens, quer nos domínios das artes e da litteratura, quer principalmente nos domínios da política, onde os estadistas de visão clara, de grandes realizações, de intelligencia brilhante, de honestidade inatacavel e de quantos predicados extraordinarios a lingua portugueza, rica em synonymia possua, surgem a cada momento, para Gaudio de nosso orgulho e inveja de outros paizes, - é de noventa por cento. Escrevamos em typos graudos: **De noventa por cento de analphabetos, compõe-se a população brasileira.**, para que os algarismos nos autorisam a fazer, grite por toda parte a benemerência patriótica dos governos que hemos tido e o cuidado que lhes mereceu a alphabetisação popular, como peanha indestructivel de nossa grandeza vindoura. (CORREIO DA PEDRA,1926, p. 1).

O espanto causado aos editores do “Correio da Pedra” sobre o grande número de analfabetos no Brasil é ainda maior quando tratam dos dados referentes à educação em Alagoas, pois, segundo a mesma matéria,

Para Alagôas, a estatística a que estamos nos referindo dá para uma população de.... 978.784 habitantes, 831.000 analphabetos. E' espantoso isso; apenas 147.784 pessoas sabem ler neste Estado, dê-se a população de Maceió o numero de 50.000 habitantes, como o faz o <<Almanach de Laemmert>>, 1921-1922, que dá tambem para o Estado a população de 1.500.000, ou de 34.000 como fazem outros perquiridores de resenciamentos, sendo a mais culta, considerando-se que a metade sabia ler, resta para os outros 34 municipios o numero de 130.748 pessoas que conhecem o A. B. C. ou seja, dividido por todos em números iguaes, 3.745 para cada um. Este o motivo sem duvida do nosso lastimavel atraso; esta a razão unica dos jornaes não terem ingresso no sertão; poucos lêem, porque poucos sabem ler. Sabemos que o problema da instrucção popular entre nós, em virtude da disseminação da população por um territorio vasto como o nosso, vivendo, no sertão principalmente, a maior parte, em fazendas pouco povoadas e distantes das sédes dos municipios, não é de facil solução; basta porem, que esta seja possível, para não haver desculpas para a displicencia com quem o têm encarado os nossos governos. Ha presentemente em Alagôas o desejo de trabalhar por dar a instrucção maior desenvolvimento e um carater de maior eficiencia: principiou tarde o esforço official, mas, emfim, o ter começado, já é motivo para satisfação. A obrigatoriedade do ensino no sertão. conforme ja o temos dito, não é bem a medida capaz de propagar a instrucção entre os seus habitantes; ella é apenas um vehiculo de propaganda do possível interesse que o governo, que a põe em pratica, está tomando pelo ensino popular. A medida essencial é a fundação de escolas, ambulantes algumas para funcționarem durante o anno em determinadas fazendas, sem preocupação de apresentar alumnos a exames e sim de lhes transmitirem rudimentares conhecimentos do nosso alphabeto. Não ha hoje no sertão quem seja infenso ao ensino; ha apenas os que vivendo de trabalhos ruraes, residem, distantes dos logares onde ha escolas e devido ás suas condições de pobreza, não podem fazer os filhos frequental-as. Para os dessa categoria, a obrigatoriedade do ensino, como é de facil comprehensão, não tem o minimo valor. A dificuldade mesmo para os que legislam em nosso Paiz sobre a materia, é o teor de fazel-o para uma população, que vivendo embora dentro do mesmo territorio, muito se diferencia em condições sociaes, em costumes e no modo como organisa o proprio *habitat*. Fundar pois, escolas em todos os pontos habitados do Estado onde ellas não

existam, collocando embora, para Regelas, em alguns, professores não diplomados mas que tenham gosto de ensinar o pouco que souberem, é o melhor a fazer para diminuir o numero de analfabetos maior renome e prosperidade, dando a esta Alagôas, que todos nós desejamos cada dia mais engrandecida e mais apta ao aproveitamento dos recursos immensos, com que a natureza prodigamente a presenteou. (CORREIO DA PEDRA, 1926, p. 1).

O problema da instrução pública aqui apresentado, demonstra o desprezo com que o Governo Republicano tratava a instrução popular, chegando o Brasil, segundo esta matéria, ao índice de 90% da população analfabeta. Esses números eram ainda maiores no Estado de Alagoas. Há um antagonismo entre esta matéria e os relatórios governamentais aqui já apresentados, pois, no jogo de empurra-empurra dos governadores que sempre responsabilizavam os antecessores pelo fracasso da educação e atribuíam aos seus governos “grande esforço” e “prioridade” para a instrução pública, o número de escolas existentes era insuficiente para atender à demanda. Chegava a matéria a propor a contratação de professores leigos; a instalação de escolas itinerantes em fazendas onde não houvesse escola nas proximidades; e acusava o governo de utilizar a obrigatoriedade de matrícula das crianças na escola como propaganda.

O grande número de analfabetos no sertão foi veiculado em matéria do “Correio da Pedra” já em fins da década de 1920, para mostrar a dificuldade em localizar pessoas alfabetizadas numa povoação próxima da Pedra, demonstrando que a prioridade dada pela Cia. Agro Fabril à instrução escolar ainda não era a mesma dada pelo poder público municipal. Na matéria, informava o jornalista que

Na distribuição que estamos fazendo de um questionario entre os nossos agricultores para sabermos qual foi a nossa producção agricola nos annos de 1927 e 1928, estamos observando algo de interessante: em primeiro logar, a desconfiança do sertanejo na acção de nossos governos, que elle considera como causa unica de suas infelicidades, pelo constante augmento de tributos com que sobre-carregam o producto de sue labor, sem que á sua terra sejam prestados os beneficios de que ella tanto necessita, [...] **a falta da alfabetisação de nossa população rural**, que floresce em meio a ignorância mais completa. [...] Chegámos também a evidencia de quanto o ensino popular é descurado em nosso município, pelo facto de em alguns logares onde temos distribuído os questionarios em apreço, logares de algumas centenas de habitantes, **encontrarmos apenas uma ou duas pessoas que sabem assignar o nome com acerto e ler gaguejando as palavras mais comuns de nossa lingua e em outros ninguem que ao menos isso saiba**. Campinhos de Cima é um tristissimo exemplo. Nesse povoado, um dos mais prosperos do município de Agua Branca, pela agricultura relativamente vultoso e população bastante densa, **entre esta existindo varios homens arremediados não se encontra uma única pessoa que saiba ler. E tanto assim é que lá não encontrâmos a**

quem distribuir o nosso questionario, tendo as respostas que serem escriptas por pessoa de fora (grifos meus). (CORREIO DA PEDRA, 1929, p. 1).

Para ilustrar o grande índice de analfabetismo no município de Água Branca, o Correio da Pedra chega a fazer referência a outro caso curioso ocorrido na comunidade rural de Campinhos³⁵:

Em 1924 realizou-se em Campinhos um leilão em beneficio da capella local, que nos informaram ser uma das maiores e mais e bem construidas do municipio. Procurou-se depois em Campinhos **uma pessoa capaz de sommar o resultado do leilão, que rendeu cerca de duzentos mil reis e não foi encontrada uma unica capaz de fazer essa difficilima operação.** Isso que se dá em Campinhos e em diversos outros logares deste municipio, é a causa primordial de nosso atrazo economico. E' esse facto quem faz com que nossa producção agricola esteja sempre aquem de nossas necessidades proprias e com que na lavoura da terra, jamais saiamos do regime retrogado da enxada, manejado pelos braços cansados de nossos trabalhadores do campo. E' esse atrazo quem concorre para os nossos criadores appellarem exclusivamente para Deus nos momentos tristes em que as epizootias devastam os seus rebanhos e com que estes desapareçam quasi totalmente nas ephocas de secca por que os seus proprietarios preferem perdel-os, criando-os sem nenhum trabalho soltos em nossos campos, a criarem-nos em menor quantidade, tendo cercados com recursos sufficientes para alimental-os, quando toda a pastagem de nossos campos desaparece crestada pelo sól.

E é realmente **essa mentalidade incolôr, producto da falta de escolas, a causa genatrix de tantos desastres á normalidade da vida do sertanejo.** [...] Informaram-nos que a população em idade escolar, de Campinhos, é avultadissima e toda ella está se criando como paes, sem o conhecimento do A. B. C.

Não será este um caso digno da atenção de nosso municipio e Estado?

Não seria este de excellentes resultados, que ambos conjugassem os seus esforços no sentido de solucionar o momentoso problema da instrucção popular em nosso meio?

Não sabemos que maior titulo de benemerência poderia caberão nosso prefeito e governo, do que o conquistado pelo seu esforço, instruindo o nosso povo, fornecendo-lhe assim o elemento principal para fazer a grandeza da terra comum.(grifos meus) (CORREIO DA PEDRA, 1929, p. 1)

Enquanto os índices educacionais apresentados demonstram que a escola era uma realidade ainda distante para o povo sertanejo no próprio município em que ficava a Fábrica da Pedra, no povoado em que estava localizado o Núcleo Fabril, mais de uma década antes das notícias transcritas acima, Chateaubriand tinha observado que, sob os olhos de Delmiro,

³⁵ Povoamento na zona rural de Água Branca e atualmente pertencente ao município de Pariconha, mas, que demonstra que, enquanto na Pedra, também pertencente a Água Branca, existia uma orientação para a instrução escolar da população e praticamente todas as crianças do núcleo frequentavam as escolas da Pedra, não existia a mesma preocupação, “pelo menos na mesma dimensão,” com a instrução pública da população deste município para quem morava fora do núcleo fabril.

As crianças de cinco e seis anos para cima, **todas** freqüentavam as escolas que são oito e sabem cantar o hino brasileiro (grifo meu). À noite, fomos às aulas. Diariamente, ao terminarem a lição, os meninos cantam-no. É um espetáculo cívico enternecedor ouvir-se, em pleno sertão, **o Hino Nacional, entoado por sertanejos que há três anos foram incorporados à comunidade brasileira.** (grifo meu) Terminada esta cerimônia, as crianças começam a levantar-se para sair. Levantam-se por filas, uma atrás da outra e assim vão se retirando numa ordem incomparável. Se saem das aulas noturnas, muitos seguem para o “rink” patinar. Às nove horas a corneta toca o recolher dos meninos. O que for encontrado na vila operária, depois do toque, é preso pelos vigias. Assim, disse-me o sr. Delmiro: “Vou pondo cobro à vagabundagem infantil. Meninos devem dormir cedo”. Mas os meninos ali são criaturas sagradas. O que bater numa criança será punido. Só quem pode castigar são os pais, ou se a criança não os tem, o senhor Delmiro. Há um carrossel. **Os alunos que tiraram boas notas durante a semana têm cinco entradas grátis. Aos vadios o divertimento é inacessível.** (grifo meu) Aqui no Recife, o sr. Delmiro mostrou-me, e na Pedra vi, vivamente visto: **a primeira nota que o chefe do escritório coloca na sua secretária, pela manhã, é a lista dos meninos que não foram à escola na véspera, e as razões alegadas.**(grifo meu) Ele manda abrir sindicância. Se a falta não é justificada com um motivo sério, o pai ou mãe sofrem uma multa, que reverte, como todas as multas, para o fundo de reserva dos operários (CHATEAUBRIAND, 1990, p. 67)

Pelo que se pode concluir, a condição de brasilidade era restrita aos que detinham o conhecimento da leitura, da escrita e que eram capazes de entoar o hino nacional, o que era conseguido por meio de uma pedagogia de recompensas, sendo louvável sob todos os aspectos o cuidado com a escolarização por parte dos empresários aos quais elas, de alguma maneira, estavam ligadas, a ponto de imprimir limites aos “vadios” cujo rendimento escolar se mostrasse aquém do esperado.

No caso da Pedra, como já assinaliei, documentos dão conta de que o apoio governamental foi de grande monta, não só para a efetivação do seu projeto comercial e industrial, mas, também, na manutenção das escolas, haja vista que o pagamento da maioria das professoras, depois de criadas as escolas, foi de responsabilidade do Estado. Mesmo quando os governos eram sucedidos por opositores e diante de todo o clima de violência que assolou o Estado em disputas que, por vezes, vitimaram partidários dos grupos políticos rivais, no período de 1902 a 1926 o núcleo fabril da Pedra sempre recebeu apoio governamental, seja quando Delmiro estava à frente dos negócios ou mesmo depois, quando seus sócios e herdeiros deram continuidade ao empreendimento.

3.2 A Educação e Escolarização na Pedra

Delmiro agia para controlar seus operários e os moradores do núcleo fabril, como já referido, em duas frentes: por um lado, abria escolas - chegando na Pedra a funcionar oito, sendo seis em casas-escolas, uma no externato São João e uma no salão do cassino/cinema -, enquanto, por outro lado, no propósito de manter forte controle social sobre os operários da Pedra, punha em ação um conjunto de normas estabelecidas para regradar as condutas e os hábitos. Na verdade, estas funcionam, num primeiro momento, como processos educativos dominantes, enquanto, segundo dizia Delmiro para justificar a violência com que muitas vezes impunha as regras de conduta, a educação escolar não fazia efeito na definição de modos condizentes com a disciplina que ele esperava dos que trabalhavam na sua fábrica ou viviam dentro do perímetro cercado que constituía o núcleo fabril.

Ao analisar a instituição, o funcionamento e o papel das escolas no projeto industrial de Delmiro, sua relação com os ideários republicanos e em seguida a instituição de novos valores ditos “civilizados” impostos por Gouveia ao povo do sertão, como o modo de portar-se em suas casas e na vila, a proibição ao uso de chapéu dentro das residências, o controle rígido do horário de funcionamento do comércio, a imposição de hábitos de higiene, a regulamentação da venda e do consumo de bebidas alcoólicas na vila e nas suas proximidades, a proibição dos namoros não autorizados, dos jogos de azar, de fumar cachimbo em público, do uso de xale pelas mulheres, percebe-se um verdadeiro programa pedagógico para cuja desobediência existiam severas punições, existindo, por outro lado, premiações para o cumprimento. Sendo bastante controversas as leituras que são feitas sobre o programa e as práticas educativas desenvolvidas por Delmiro na Pedra, sobretudo nos dois últimos anos de sua vida, que coincidiram com o funcionamento da fábrica, a obra realizada por Delmiro Gouveia no sertão alagoano demonstrava, segundo Menezes, que ele “[...] confiava na capacidade do sertanejo nordestino e, portanto, nos seus empreendimentos” (MENEZES, 1963, p. 153). Assis Chateaubriand, Oliveira Lima e Plínio Cavalcanti construíram um argumento sobre o sertanejo da Pedra, segundo o qual o morador da Pedra “não era o fanático de Canudos ou de Juazeiro. Nem o do Padre Cícero, nem o de Antonio Conselheiro.” (MENEZES, 1963, p. 153). É que, na visão pragmática de Delmiro, este sertanejo até então

relegado à “ignorância” e à “própria sorte” pode ser “capaz de ser transformado, envolvido pela civilização e tornado elemento útil.” (MENEZES, 1963, P. 153)

Na verdade, a imagem construída pelo próprio Delmiro e por seus admiradores acima referidos influenciou, como já disse, uma gama de outros pesquisadores e visitantes da obra sertaneja, dentre os quais, Olympio de Menezes. No último capítulo do seu livro “Itinerário de Delmiro Gouveia (1963), denominado de “o industrial e o educador”, Delmiro teria demonstrado para Menezes (1963, P. 154) que “o sertanejo que ele conhecia como ninguém e que hoje nos chega meio deturpado quase lendário, não é mais o de Euclides, nem este outro deformado pela literatura de ficção, pelos cantadores sofisticados”. Por isso, Delmiro “acreditava na viabilidade de transformar a vida daqueles elementos aproveitabilíssimos, úteis em quaisquer misteres para que sejam criteriosamente aproveitados” (Menezes, 1963, p. 154). Destaca Menezes o processo educacional e civilizatório desenvolvido por Gouveia, dizendo que

A obra civilizadora começou por exigências mínimas, para atingir a um grau de civilização compatível com as necessidades humanas. A brutalidade daqueles sertanejos brancos não resistiria ao uso da calçada, da decência, do arranjo pessoal e doméstico, dos quatro elementos básicos atribuídos por ele: água, sabão, escova de dentes e pente.” (MENEZES, 1963, p. 155).

Para Correia, aqueles modos de definir e impor regras de conduta,

as restrições da liberdade e as violências extremas a que eram submetidos os trabalhadores em Pedra [...], longe de ser uma contingência do meio sertanejo, como querem alguns autores, ou de meros resquícios de um passado escravagista, eram amplamente solidários com a ordem burguesa e com o ideário liberal. (CORREIA, 1998, p. 261)

Concordando com essa leitura de Telma Correia, ao tempo em que busco rastrear os modos de “civilizar” de Delmiro, em tudo condizentes com o autoritarismo que caracterizava uma busca de liberdade nos moldes já apregoados por Locke nos primórdios da modernidade – que significava liberdade para a propriedade, a produção e o comércio -, chama-me, porém, a atenção a preocupação de Delmiro com a manutenção de escolas, cujos resultados deveriam ser esperados, ao menos, para o médio prazo. Segundo Menezes (1991, p. 82),

Ao tempo em que Delmiro tomava essas providências [de submeter os operários às regras de conduta estabelecidas], escolas eram fundadas em diversos pontos da vila, não só para os filhos dos operários, mas também

para os filhos dos estranhos ali residentes. Escolas mantidas pela empresa, se bem que regidas por professoras leigas, sem preparo suficiente para o desempenho da alta missão de que eram incumbidas, mas capazes de ensinar aos meninos os primeiros rudimentos do alfabeto, ou de habilitá-los a escrever o próprio nome, a soletrar as palavras mais conhecidas, a resolver as quatro operações fundamentais da aritmética. Era pouco, mas representava muito para meninos analfabetos e sem possibilidades de aprender, por falta absoluta de escolas.

Sendo a frequência às aulas diurnas obrigatórias aos filhos dos operários, e as noturnas aos adultos, havia escolas para o ensino de disciplinas superiores ao curso primário, bem como o ensino de habilidades domésticas e trabalhos manuais para as moças (SANTOS, 1947, p. 37). Para Olympio de Menezes, Delmiro

Acreditava no poder da educação, na influência da escola. Por isso tornou obrigatória a frequência escolar diurna para os menores e noturna para os adultos. Tinha se antecipado assim ao ensino supletivo, que tantos anos depois o governo veio a criar. Instalou a escola doméstica para as moças e contratou professores paulistas para melhorar o nível de aprendizagem de suas classes. Contava que a educação acabaria com o cangaço. (MENEZES, 1963, p. 153)

A atenção dada por Delmiro, (de 1911 a 1917) depois pelos seus sócios e auxiliares (de 1917 a 1925)³⁶ bem como pelos seus herdeiros (de 1925 a 1926)³⁷, indicam que a ampliação do acesso à instrução escolar no núcleo fabril da Pedra fazia parte da estratégia dos proprietários em dar ênfase à educação como forma de reformar o povo pobre do sertão, enquanto essa ação de escolarizar assumia uma “função profilática” do ponto de vista social. Até porque no final do século XIX e primeiras décadas do século XX propagou-se, principalmente “entre patrões, homens letrados, a idéia de que o vício, a depravação, e a falta de religião estavam se expandindo entre os pobres.” (CORREIA, 1998, p. 13)

Em levantamento realizado no “Correio da Pedra”, percebe-se o destaque dado, por meio de artigos, matérias e notas, à instrução pública no núcleo fabril da Pedra. Neste semanário, foi possível comprovar até em seus anúncios e editoriais que, desde a presença de Delmiro à frente da Cia. Agro Fabril Mercantil, tornou-se obrigatória a matrícula das crianças nas escolas, sendo condicionado o emprego

³⁶ Com a morte de Delmiro Gouveia, assumiu o comando da Cia. Agro Fabril Mercantil, por força do testamento de Delmiro, o seu sócio Lionelo Iona.

³⁷ Após ação judicial dos herdeiros de Delmiro Gouveia, Lionelo Iona é afastado do comando dos negócios, indo então ficar à frente dos empreendimentos econômicos e da gestão do núcleo, o jovem Noé Gouveia, que assume a gestão da Cia. Agro Fabril Mercantil. Não tendo êxito no comando das empresas, estas passam para as mãos de um grupo pernambucano, em 1926.

dos pais, tanto à matrícula, quanto à frequência dos filhos e das filhas, como se pode ver na matéria transcrita a seguir:

ESCOLAS PÚBLICAS – Amanhã, segunda-feira, 5 de janeiro corrente, conforme determinação do sr. Adolpho Santos, Fiscal do Ensino, serão abertas as seis escolas desta Villa. A gerencia da Fabrica de linhas, tendo em muita conta o desenvolvimento da instrução, renova, como nos annos anteriores, as suas recomendações sobre a obrigatoriedade da matricula de todas as crianças, fazendo ver aos srs. paes de família que tomará enérgicas providencias a respeito daquelles que não levarem os seus filhos ás aulas. (CORREIO DA PEDRA, 1925, p. 2)

Para Mário Melo, que também excursionou pela Pedra de Delmiro, quando ainda no início de funcionamento da Fábrica de linhas,

O senhor Delmiro Gouveia tem particular desvelo pelas crianças. Há na vila quatro escolas, diurnas e noturnas, duas para o sexo masculino e duas para o feminino. Todo material é fornecido gratuitamente pelo grande industrial. Há semanalmente um espetáculo cinematográfico, aos domingos, para distração dos operários. Como incentivo aos pequenos, só é permitida a entrada de crianças no cinema com o atestado de frequência às aulas. O menor que não vai à escola durante a semana ou não está matriculado, não assiste as funções cinematográficas. (MÁRIO MELO apud MELLO, 1998, p. 97)

No intuito de acompanhar de perto esse atendimento escolar às crianças, Delmiro delegou ao então gerente da Fábrica, Adolpho Santos, a tarefa de acompanhar o cumprimento da sua determinação, sendo Santos uma espécie de inspetor do ensino escolar no núcleo fabril. A este cabia acompanhar a frequência dos estudantes, de repreender os pais dos faltosos, de punir os que descumprissem as determinações de Delmiro, de contratar professores e professoras, de comprar o material escolar (cadernos, lápis, borracha, cartilhas, etc.), e de acompanhar os exames finais realizados pelas professoras, ao final de cada ano letivo. Muitas vezes, a Companhia fornecia roupas e calçados para as crianças cujos pais não tinham condições de comprá-las.

Figura 25 – Adolpho Santos, gerente da Fábrica da Pedra e inspetor de ensino no núcleo fabril.



Fonte: Acervo particular do Autor.

Na vila operária da Pedra funcionavam, até o afastamento dos herdeiros de Delmiro da condução dos negócios da Cia. Agro Fabril Mercantil, as seguintes escolas: o *Externato Mixto S. João*, a *Escola Ruy Barbosa*, a *Escola 13 de Maio*, a *Escola 15 de Novembro*, a *Escola 7 de Setembro*, a *Escola Rio Branco* e a *Escola José de Alencar*; além do cine Pedra³⁸, onde eram realizadas as sessões cinematográficas aos domingos, servindo durante a semana também de escola. “As aulas diurnas eram obrigatoriamente freqüentadas pelos filhos dos operários, e as noturnas pelos adultos de cuja alfabetização se cuidava” (SANTOS, 1947, p. 37).

³⁸ Nome dado ao cinema do núcleo e que também era chamado de Cassino.

Figura 26 – Cine Pedra inaugurado em 1915 e que também funcionava como escola.



Fonte: Acervo particular do Autor.

Se observarmos os nomes da maioria das escolas, tal qual fizemos com os das ruas do núcleo fabril, veremos que a simpatia de Delmiro e seus sucessores para com a República, ali, também não era mera coincidência.

Uma moradora do núcleo fabril e que trabalhava na “Casa Grande” de Delmiro, em depoimento a Geraldo Sarno, disse que, ao iniciar a construção do núcleo fabril, “ele chegou [...] e botou escola pro pessoal aprender a ler, botou professor pro pessoal aprender a ler. [...]”. (SARNO, 2006, p. 77).

A obrigatoriedade da frequência e a quantidade de escolas existentes na Pedra demonstram que a escola, além de instrumento para prevenir a ociosidade, moldar as condutas para rotinas escandidas pelo relógio e pelo currículo e ressaltar o amor á Pátria e ao trabalho como instrumento de regeneração, teve função no preparo também das crianças para a indústria têxtil, pois, os estudantes “nela, recebiam os conhecimentos e as instruções básicas para se converterem nos futuros operários eficientes, sóbrios, obedientes e disciplinados desejados pela fábrica.” (CORREIA, 1998, p. 247) Se esses saberes não eram especificamente técnicos, os modos de serem conduzidos, somados ao desenvolvimento intelectual, pelo domínio da leitura, da escrita e do cálculo, já eram de grande valia para uma mão de obra oriunda do mundo agrário que se engajava muito cedo na força de trabalho.

À fiscalização que era exercida sobre o ensino, Delmiro procurou oferecer incentivos às crianças para estimular a sua frequência e aprendizado, como “ingressos para o carrossel e o rinque” (CHATEAUBRIAND, 1990, p. 67), prática que foi seguida por seus sucessores. Outro incentivo era o ingresso para as sessões de cinema que só eram dados a quem comprovava frequência à escola e desempenho considerado satisfatório. O controle da frequência e do rendimento exercido mediante boletins individuais chegou a ser feito pelo próprio Delmiro, pois, segundo João Santos, industrial que quando garoto serviu de menino de recado de Delmiro e que se transformou em grande empresário pernambucano, de vez em quando era ele quem levava os cadernos dos alunos e os colocava sobre o birô de Delmiro no escritório da Fábrica, para que se desse o controle.(CHATEAUBRIAND apud MELLO, 1998, p. 50)

Conforme depoimento de Pedro Mendes Cardoso a Geraldo Sarno (2006, p. 60), “tinha escola todo dia, um professor do governo, pelo Estado, e tinha professoras também á noite, tinha escola noturna. O menino que trabalhava pelo dia ia pra escola á noite, pago pela Companhia do Delmiro [...]”.

O núcleo fabril da Pedra estava dentro de um perímetro que foi cercado pelo proprietário para que, no raio da cerca, suas ordens e seu comando fossem absolutamente cumpridos. Fora do cercado estavam as ruas do Progresso, ABC e algumas ruas do lugar denominado de Pedra Velha. Dentro do arame, Delmiro construiu a sua “Casa Grande” e adquiriu um “Chalé” fora do cercado, tendo sido ali o atentado que o levou à morte. Os moradores do núcleo, nesta época, distinguiam os dois lugares com as expressões “dentro do arame” – alusão à cerca que contornava o núcleo fabril – e “fora do arame”.

Figura: 27 – Residência de Delmiro Gouveia “dentro do arame”.



Fonte: Acervo particular do Autor.

O processo de incorporação do sertanejo aos processos educacionais e civilizatórios praticados na Pedra, como não podia deixar de ser e, como, aliás, já assinalamos, envolvia atividades cívicas e comemorativas. Assim, datas como a Independência do Brasil e a Proclamação da República eram comemoradas pela Cia. Agro Fabril, tendo uma efetiva participação dos professores e alunos das escolas do núcleo fabril. Tematizavam os professores a exaltação à República, à independência do Brasil, cantavam-se os hinos da bandeira e nacional, e desfilava-se pelas ruas do núcleo nos dias cívicos, conforme se pode comprovar pelo “Correio da Pedra”, de 7 de Setembro de 1922.

No dia 09 de dezembro de 1923, trouxe o “Correio da Pedra” a seguinte nota:

Escolas Publicas – O Sr. Adolpho Santos, fiscal do ensino nesta Villa, determinou que as aulas em todas as cadeiras daqui serão abertas à freqüência dos alunos no dia 7, do próximo mês de janeiro, cumprindo aos paes e interessados cuidarem logo da matricula de seus filhos, tudo em obediência ao que a administração da Fábrica de Linhas tem a respeito determinado.

O Correio da Pedra divulgava os exames finais realizados nas escolas da Pedra, ao tempo que se utilizava dos editores que eram remunerados pela Cia. Agro Fabril para propagarem os resultados. Segue, para mostrar o valor que ali se dava à escola, o quadro publicado no jornal com lista nominal e resultado de avaliação:

Tabela 2 – Dados referentes às escolas, professores e alunos, classes, conceitos nas escolas no Núcleo Fabril da Pedra em 1924

(Continua)

Escola	Professora	Classe	Alunos (as)	Nota / Conceito
Externato mixto S. João	Regido pela professora titulada d. Arminda Braga	2 -Classe de adiantamento	Jack Boardman;	Distincção
		3 Classe de adiantamento	José Alves de Oliveira;	Distincção
			José Aloysio Campos;	Distincção
			José Corrêa Filho;	Distincção
		3 Gráo	Hamilton Coelho;	Louvor
Escola <i>Ruy Barbosa</i>	Regida pela professora senhorita Maria da Conceição Lima:	2- Gráo.	Helena vieira , Isabel Santos;	Plenamente
		1- Gráo,	Maria José Correia, Maria de Lourdes Coelho Maria Rachel Missano Maria Anunciada Marques, Virgina Santos, Luiza Soares de Oliveira, distincção; Maria Emilia Telles, Alayde Malta, Etelevina Gomes;	Plenamente
			Lydia Borella, Dalva Malta, Afra Telles,	Distincção
		2- Classe de adiantamento,	Eulalia Silva, Maria José Ribeiro, Laura B. Nunes, Maria Corrêa, Coralía Telles, Beatriz Carvalho e Maria José Gomes;	Plenamente,
		1- Classe de Adeantamento	Maria José Lima Santos e Narciza Marques;	Distincção
<i>Escola 13 de Maio</i>	Regida pela professora Leopoldina Luz	2- Gráo	Celina Fortes, Maria Araujo Santos, Marcionilla Silva;	Distincção
		1- Gráo	Alice Alves e Maria das Dores Costa;	Plenamente
			Maria Soares	Distincção
		Classe de adiantamento	Maria Souza	Plenamente
			Maria dos Prazeres	Distincção
<i>Escola 15 de Novembro</i>	Regida pela professora Francisca Costa	3- Gráo,	Elisa Gonçalves, Elisa Firmino, Jocelina Feitosa, Benones Costa e Ritta Gomes,	Distincção;

Tabela 2 – Dados referentes às escolas, professores e alunos, classes, conceitos nas escolas no Núcleo Fabril da Pedra em 1924

(Continuação)

Escola	Professora	Classe	Alunos (as)	Nota / Conceito
<i>Escola 15 de Novembro</i>	Regida pela professora Francisca Costa	2- Gráo	Isaura Thereza da Silva, Maria Sant' Anna, Maria do patrocínio, raymunda Rosa e Maria José Nascimento, distincção;	Plenamente.
		1- Gráo	Maria das Dores, Josepha Freire, Constança Oliveira, Noemia Gonçalves, Maria S. Pedro e Maria Gomes, distincção; Erundina Souza	Distincção;
		Classe de adeantamento,	Aracy da graça, Erothildes Conceição, Maria de Lourdes Torres, Amelia Torres, Isabel Conceição e Geraldina Lima,	Distincção; Plenamente
<i>Escola 7 de Setembro</i>	Regida pela professora M. Adelia Brandão de Carvalho	3- Gráo,	Maria Aurelina Brandão de Carvalho. Maria José Brandão de Carvalho, Maria Emilia Pereira, Maria Cavalcante de Souza, Maria de Lourdes Bandeira;	Distincção
		2 Gráo	Luiza Miranda, Maria das Dores Oliveira, Maria Leonor da Silva;	Distincção
		1 Gráo,	Maria Rosa Correia; Eulalia Correia Lima;	Distincção Plenamente
		Classe de adeantamento,	Anathalia Marques de Oliveira;	Plenamente.
<i>Escola Branco</i>	Regida pelo professor Theodoro Coelho	3 Gráo	Elisio Souza e Aureliano Vieira	Plenamente
		2 Gráo,	José Antonio e Casemiro Pereira Souza, Mario Pereira e José Ferreira Lima,	Distincção Plenamente

Tabela 2 – Dados referentes às escolas, professores e alunos, classes, conceitos nas escolas no Núcleo Fabril da Pedra em 1924

				(Conclusão)	
Escola		Professora	Classe	Alunos (as)	Nota / Conceito
<i>Escola Branco</i>	Rio	Regida pelo professor Theodoro Coelho	1 Gráo,	Ambrosio Francisco e Antonio Barbosa Gomes,	Distincção
				João Dantas, Lino Correia Lima, Diogenes Silva	Plenamente
				Enoch Vieira,	Distincção
			Classe de adeantamento,	José Cyriaco, Odon Gonçalves, José Araujo, Cicero Vieira e Acacio Silva,	Plenamente
<i>Escola José de Alencar</i>		Regida pela professora Julia Bandeira	3 Gráo	Alice Almeida e Silva	Distincção
				Maria Ricalina da Encarnação,	Plenamente
			2 Gráo	Viloeta Lisboa, Victalina Souza e Lenir Sá Pereira,	Distincção
			1 Gráo	Maria Malta Lima, Olivia Ferreira Pontes, Edith Bandeira, Laura Vasconcellos e Maria Magdalena Pereira,	Distincção
				Rita Gomes Barbosa,	Plenamente
			Classe de adeantamento,	Maria José lima e Laurinda Alves da Silva, Maria Anunciada da Silva, Maria Anunciada Lisboa, Alzira Gomes da Silva, Guilhermina Gomes Barbosa,	Plenamente.

Fonte: CORREIO DA PEDRA, 1924.

Outros quadros do mesmo tipo deste podem ser vistos nos anexos 5 e 6 a esse texto, correspondentes, respectivamente, aos anos de 1925 e 1928.

Diziam os editores, referindo-se a tais exames que

por isso a Pedra será sempre o exemplo de pertinência, de devotamentos e de fecunda coragem. [...] a Pedra ha de merecer, pelo seu eficiente desdobramento, o carinho dos governos honestos, o apreço e a admiração dos homens de bem. (CORREIO DA PEDRA, 1924, p.1)

A matéria alusiva aos exames, ao se referir ao analfabetismo, assim era concluída: “este o motivo sem dúvida do nosso lastimável atraso; esta a razão única dos jornaes não terem ingresso no sertão; poucos os lêem, porque poucos sabem ler.” (CORREIO DA PEDRA, 1924, p. 1)

É que, na maioria dos municípios sertanejos as altas taxas de analfabetismo predominavam. Enquanto isso, na Pedra, que era apenas um distrito de Água Branca, além de estarem todas as crianças na escola, a Cia., para incentivar a prática e o gosto pela leitura e pelas artes literárias, patrocinou até a criação de um “Grêmio Literário”, cujo patrono foi o gerente da fábrica e fiscal do ensino no núcleo, Adolpho Santos. A solenidade de posse da diretoria do “Grêmio Literário Adolpho Santos”, segundo o “Correio da Pedra”, ocorreu no auditório do Cassino, sob clima de entusiasmo das famílias presentes. Na oportunidade, foram recitados versos pelos senhores Frederico Codeceira, Carmo Coelho, Antonio Missano, José Marques, Pedro Fortes, José Vieira e José Roberto. Referindo-se ao discurso do patrono, o “Correio da Pedra” diz que ele se pronunciou

[...] com os torneios da palavra, rodeando a phrase com o gesto preciso, enunciando-a com a dicção perfeita dos que a sabem burilar com artístico carinho. Entre ovações ruidosas o sr. Adolpho Santos, perorou com vibrantes palavras. (CORREIO DA PEDRA, 1924, p. 1)

Prosseguindo, registra o semanário que “assim vae a Pedra tomando o lugar que, entre as mais localidades do Estado, lhe asseguram os seguidores dos idéaes do saudoso Delmiro Gouveia.” (CORREIO DA PEDRA, 1924, p. 1)

Quanto ao discurso de Adolpho Santos, assim se dirige ele às crianças e aos jovens da Pedra na abertura da primeira sessão do referido grêmio:

Que as bençams protectoras de Minerva, - a deusa mythologica da Sabedoria e das Artes, - adejem como um talismam de Victoria sobre as vossas intelligencias, estimulando-as, atentando-as, encorajando-as, no tentamen espiritual contra o obscurantismo. Estou convencido, Mocidade da Pedra, que, de alma aberta aos grandes idéaes, nesse torneio attico em que acabastes de alistar-vos, sabereis empregar o melhor de vossas energias moças pela realização do vosso bello sonho de cultivo intellectual, e, como que vejo esbater-se na tela azul do Futuro visinho, o quadro maravilhoso e sublime, onde se dileneiam os lances do vosso triumpho nas pugnas das lettras. [...] “Nem só de pão vive o homem,” o que implica dizer que para fins mais nobres foi o homem criado. Com outros intuitos mais dignos foi amassada na argilla a sua organização physica e entretecida de fluidos divinos a tela cambiante do seu espirito.

Assim, pois, de par com a lucta diuturna, - e bem vezes exhaustiva! – em que andamos todos nós e por toda parte empenhados no mundo, pela manutenção da existencia e do amparo do lar – esse trabalho ingente e moralizador de que a nossa colmeia da Pedra, ó Mocidade, é um exemplo moldado ao jeito nosso evangelizador – Delmiro Gouveia, aquelle que a mais cobarde e rude fatalidade nos arrebatou do cyclo da nossa admiração, deixando-nos amal-o com saudade; de par ainda com os devaneios do Amor que os encantos tentadores das graças femeninas acordam e embalam nas nossas almas e nos encandeiam para a perpetuação da especie e para os desvelos da familia ; - de par com esses desígnios, ha a necessidade estreme de vivermos pelo espirito, cultivando-o como seára fertil – para a exaltação dos nossos feitos heroicos nas paginas da Historia da nossa Nacionalidade, - para o descante dos nossos arroubas e das nossas alegrias nas sonoras estrophes dos poetas, - para a demonstração dos nossos progredimentos nas sciencias, - como um magnifico legado de glorias para os nossos porvindouros.

Andais, portanto. Moços, muito bem avisados cuidando de instruir as vossas inteligencias, e eu bato palmas aos vossos intuitos como penhor da minha coadjuvação e do meu apoio. (CORREIO DA PEDRA, 1924, p. 1).

Essa fala era a exaltação à ciência e ao progresso, conclamando todos à continuidade do projeto pensado e executado, inicialmente, por Delmiro Gouveia.

Como se pode constatar, a obra “educacional” difundida por Gouveia no sertão teve continuidade na gestão dos sócios e dos herdeiros e continuou contando com o apoio dos governos do Estado de Alagoas.

Com o aumento significativo de habitantes e alunos no núcleo fabril, a Cia. Agro Fabril passou a exigir a instalação de um grupo escolar, cujo nome deveria ser o de Delmiro Gouveia, em sua homenagem e, segundo eles, em reconhecimento ao dedicado trabalho de educador por ele desenvolvido. Era o trabalho dos dirigentes para dotar o núcleo fabril de uma forma superior de escolarização, em que as classes eram seriadas, sendo, assim, as professoras responsáveis por ministrar aulas únicas para uma classe inteira. Em editorial do “Correio da Pedra”, esse projeto era assim sintetizado:

Depara-se-me oportuna a hora de ser dado á Pedra o <<Grupo Escolar Delmiro Gouveia,>> homenagem merecida pela actuação do inesquecido morto, collaborador audacioso da solução do problema maximo da alphabetisação do incola.

E, para tanto, mais não precisará do que as mãos dadas entre o governo e a administração da Fabrica da Pedra: esta adaptando um edificio para a localisação do grupo, aquelle dando as providencias regulamentares exigidas pelo instituto.

Com esse preito á memoria do brasileiro que tanto exaltou o renome de Alagôas, o governo, objectivando uma das faces da sua administração, terá concorrido para o destaque de um ponto sertanejo, dando á Pedra o realce a que tem direito pela sua indiscutivel accentuação no progresso do Estado. (CORREIO DA PEDRA, 1926, p. I)

Para concretizar esse desejo, a Fábrica, na gestão dos herdeiros de Delmiro, realizou entendimento com o Governador Costa Rego e com o Diretor da Instrução Pública para criação de um “grupo escolar”³⁹ no núcleo. Para tanto, a Fábrica reformou um galpão utilizado para guarda de grandes estoques de feijão, farinha, etc., tendo esta reforma sido iniciada em 1926 e concluída na gestão dos Menezes, Irmãos e Cia. O Grupo Escolar passou a funcionar em 1929, como o nome de Delmiro Gouveia, sendo, segundo Craveiro Costa (2011, p. 208)⁴⁰, o primeiro a funcionar no sertão de Alagoas.

Figura 28 – Alunos do Grupo Escolar Delmiro Gouveia.



Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

³⁹ Pelo que foi possível levantar, mas, ainda não suficiente para afirmar, tudo indica que o “Grupo Escolar Delmiro Gouveia”, começou a funcionar em 1929, sendo o primeiro grupo escolar do sertão alagoano. Para a instalação de um grupo escolar era, segundo regulamento da Instrução Pública, necessária a existência de, pelo menos 320 crianças de ambos os sexos em idade escolar, devendo esses serem sediados na sede dos municípios. Ver lista dos grupos escolares em funcionamento em 1930.

⁴⁰ Esse trabalho foi publicado, pela primeira vez, em 1931, dando conta de que os grupos escolares estavam majoritariamente concentrados na capital do Estado.

3.3 Prêmios, Castigos e Multas para “Educar e Civilizar”

Como foi possível perceber, no que diz respeito à Pedra de Delmiro, ao “meio formador presidia um conjunto de temas mobilizados nesta obra de regeneração social dos pobres que as classes dominantes se dispuseram a empreender” (CORREIA, 1998, p. 10), tendo Delmiro adotado ali medidas “educacionais”, o que fez com que o núcleo gerido por ele logo passasse a ser mostrado como símbolo de civilidade, em contraposição a Canudos e Juazeiro, que eram para a elite brasileira a expressão do atraso, vendo-se aí um contraponto entre ignorância, barbárie, arcaísmo e modernidade.

No final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, “as vilas eram tidas como um ambiente ideal para uma pobreza honesta, sadia, pacífica e obreira” (CORREIA, 1998, p. 10), de modo que, no nosso caso, dá para perceber que

Pedra foi concebida como um lugar de trabalho; como um espaço pensado para favorecer a produção de mercadorias e a produção de uma força de trabalho capacitada para o trabalho industrial e conduzida para respeitar o patrão e suas propriedades. (CORREIA, 1998, p. 206):

No núcleo fabril da Pedra, segundo Telma Correia, o esforço do Coronel Delmiro era para as ações de controle do movimento de pessoas,

[...] onde tudo conspirava para converter o morador em indivíduo previdente, ordeiro, metódico, trabalhador e obediente. Tal esforço comportou ações voltadas para o controle do movimento das pessoas e dos contatos entre elas, para a supervisão do consumo, para a introdução de novas formas de perceber e gerir o tempo, para a promoção do lazer regado e da educação, para a alteração dos hábitos e dos cuidados com o corpo e com as casas. A fixação de normas determinando horários para as atividades, prescrições morais, regras de higiene, proibição do consumo de bebidas e interdição de hábitos considerados impróprios e maneiras julgadas indecentes ou insolentes foram algumas medidas adotadas. Neste projeto de construção de um novo trabalhador, estratégias de convencimento foram acompanhadas por medidas puramente repressivas. (CORREIA, 1998, p. 206-207)

Pedra, um núcleo fabril no alto sertão alagoano em razão da presença de técnicos brasileiros e estrangeiros e facilidades de locomoção para a época, mantinha contato com as grandes cidades e as notícias dos acontecimentos chegavam, tanto pelos visitantes, como pelos escritos, haja vista que o grande interesse pelas notícias dos grandes centros fazia com que existisse no núcleo um profissional especificamente encarregado de encomendas de livros, jornais e

qualquer outra publicação, conforme propaganda no “Correio da Pedra”, a seguir transcrita:

Livros, Jornaes, figurinos, etc.
Antonio Lopes encarrega-se de aviar nas mais conceituadas livrarias do paiz encomendas de qualquer obra científica, literária, didactica, etc., e de tomar assinaturas de jornaes, figurinos modernos, revistas, etc. Pedra. (CORREIO DA PEDRA, 1924)

Na verdade, já desde as constantes viagens aos Estados Unidos e à Europa, realizadas por Delmiro e seus sócios, e os técnicos estrangeiros que trabalhavam na Pedra, mantinham os dirigentes e moradores informados sobre as notícias e acontecimentos no resto do mundo.

Da Pedra também saíram alguns filhos de auxiliares de Delmiro para realizarem estudos na Europa e nos Estados Unidos. Desejava Delmiro formar um corpo técnico e administrativo para dar continuidade a seu projeto industrial.

Um dos filhos do gerente Adolpho Santos foi presenteado por Delmiro Gouveia com uma bolsa de estudos nos Estados Unidos. Adolpho Santos Filho foi realizar seus estudos preparatórios na Anglo Brazilian School, no Rio de Janeiro, seguindo depois para o Technology Institute, de Massachussets, nos Estados Unidos, para fazer o curso de engenharia civil. (CORREIO DA PEDRA, 1923).

Para controlar os moradores da Pedra com resultados imediatos, já que a necessidade de tocar a usina elétrica e a fábrica se fizeram com relativa urgência, Delmiro estabeleceu medidas “educativas” e “disciplinares” que podiam ser de multas, castigos físicos e repreensões severas até punições mais rigorosas como a expulsão do núcleo, obrigando, assim, os operários a realizarem suas funções com zelo e atenção. Para estimular os moradores no cumprimento das suas ordens, também oferecia incentivos, utilizando, num certo sentido, a mesma pedagogia empregada com as crianças. Tais medidas eram fiscalizadas por um corpo de vigias instituídos por Delmiro para acompanhar o cumprimento de suas ordens. Em muitos casos, exerciam os vigias, com a anuência do Governo do Estado, papel de polícia.

Para que suas ordens fossem cumpridas, Delmiro pessoalmente fiscalizava os moradores:

Todos os dias, pela manhã, invariavelmente, Delmiro fazia demorado passeio de fiscalização pela vila operária, aconselhando uns, repreendendo os faltosos, impondo costumes de educação doméstica, verdadeira romaria de evangelizador exercendo a catequese de civilização naquele centro semi-bárbaro. (SANTOS, 1947, p. 37)

O corpo de vigilantes o informavam sobre tudo o que ocorria dentro e fora do núcleo. Conforme Pedro Mendes Cardoso, na entrevista a Sarno, “ele [Delmiro] tinha muita gente, fiscais, ele tinha muitos vigias, que ele pedia que tudo o que visse mal feito comunicasse a ele.” (SARNO, 2006, p. 63).

Visitante da Pedra e hóspede de Delmiro, o Coronel José Abílio também afirmou que

[...] os empregados dele tudo era armado, tudo vigia. Vigia com relógio no pescoço, pendurado, vigia da fábrica, de tudo, cinco ou seis. Ali havia ordem. Mais do que hoje. Só se dormia com vigia na porta. Só se ouvia vigia apitando, era a noite toda. Agora ele era grosseiro no chamar a atenção [...] (SARNO, 2006, p. 55)

Nesse ritual de controle, “o relógio transformou-se em uma cultuada instituição” (GONÇALVES, 2010, p. 267), confirmando aquilo que Thompson pontua quando se refere à necessidade de se imprimir aos camponeses, no mundo fabril, outra noção de tempo.

Lauro Góes, funcionário da fábrica de 1914 a 1917, confirmando o que disse o Coronel Abílio, conta que “Delmiro mantinha um número regular de “vigias”, para garantia das suas propriedades e manter a ordem “dentro do arame”, e mesmo “fora do arame”, nunca houve qualquer alteração que viesse ou pudesse alterar a vida normal da Pedra.” (GÓES, 1962, p. 7). Mas, segundo o próprio Góes (1962, p. 24)

Uma noite, eram mais ou menos 11 horas, estávamos de serviço, quando passava ele pela seção das “penteadeiras”, dois operários divertiam-se jogando “petecas de algodão” um no outro. Por má sorte deles não viram Delmiro que passava no corredor das máquinas e uma das petecas bateu no seu rosto. Delmiro vira-se, mas apenas viu um deles. Imediatamente agarrou-o violentamente e o levou aos empurrões de escada abaixo da entrada da fábrica, e coisa incrível, quando operário chegou embaixo foi logo levado para o “tronco”, já conduzido por dois vigias.

Delmiro, segundo Pedro Mendes Cardoso:

Não gostava de homem cachaceiro, que bebesse, que fosse conquistador, não gostava. Procurou educar o povo desta terra. Numa vila desta, o senhor entrava: “Bom dia”, O dono da casa “Bom dia”. E tinha que ir receber o Senhor, e pedia o chapéu ao senhor pra botar no cabide. Se assim o Senhor, como dono da casa, não procedesse, e ele soubesse, ele multava o dono da casa naquela época em 500 réis (SARNO, 2006, p. 63)

Além dos vigias e dele próprio, instituiu Delmiro multas para quem desobedecesse as suas ordens. Sendo estas aplicadas a qualquer um e na presença de visitantes quando necessário. Em certa ocasião Góes (1962, p. 20) ficou responsável pelo toque da sirene, tendo-a atrasado em dois minutos: “Delmiro não admitia que o toque da sirene para entrada do operário, fosse dado com atraso de um minuto. E no primeiro encontro, Delmiro sentenciou ‘Sr. Góes, porque não ligou a sirene na hora certa?’ O senhor está multado!”. (GÓES, 1962, p. 20)

Delmiro não admitia que ninguém chegasse atrasado ao trabalho, sendo os retardatários, em muitas ocasiões, multados, como na ocasião em que o Coronel José Abílio estava na Pedra e desejava conhecer a cachoeira de Paulo Afonso. Delmiro chamou João de Deus, que era o chofer de confiança, e disse: “Amanhã, às sete horas, esteja aqui para levar o Coronel José Abílio”. [...]

No dia seguinte ele toma o carro – veja o que era o Delmiro Gouveia – toma o carro comigo e mais dois companheiros; mas João de Deus, antes de chegar faltou 10 minutos. Quando João chegou, disse: “Ô João de Deus, você está multado em 10 mil réis”. “Eu multado, coronel?” “O senhor chegou...” sem olhar para o relógio. “Mas eu cheguei na hora!” “Não senhor. O Senhor passou 10 minutos sem chegar”, Eu aqui puxei o relógio pra ver se de fato... Ele não olhou o relógio, como sabia que tinha passado 10 minutos? Olhei, ele estava de frente só fez dizer: “O relógio que dá hora aqui é o meu!” (SARNO, 2006, p. 52)

As multas, as repreensões, e até as punições como exposição à humilhação e violência física praticadas por Delmiro faziam os funcionários trabalharem com o máximo de zelo para não cometerem falta, procurando realizar suas funções com agilidade e perfeição.

Até mesmo as casas foram concebidas de forma a favorecer o controle e acompanhamento da ordem, pois:

As casas localizadas nas esquinas dos quarteirões eram maiores e melhores. Tinham por volta de 230 m de área construída, cinco quartos, três salas, despensa, cozinha e sanitário com água encanada, além de um amplo quintal, com saída independente. Destinavam-se aos encarregados, os professores, o médico, o farmacêutico, o engenheiro e outros funcionários gabaritados, os quais se responsabilizavam, pessoalmente,

pela ordem e o asseio das demais moradias do quarteirão. Esses habitantes privilegiados foram transformados em uma espécie de “fiscais de quarteirão”, eram os olhos de Delmiro e respondiam por tudo o que ocorria na vizinhança. E, mesmo nessas casas melhores, os moradores eram obrigados a manter as portas e janelas abertas, não escapando da inspeção diária do intransigente e austero chefe. (GONÇALVES, 2010, p. 271)

Nessa busca da construção da ordem, nem mesmo o filho e o sobrinho foram poupados das punições por Delmiro. Seu filho Noé, apesar de criado e educado sob rigorosa disciplina, era travesso e endiabrado. Quase sempre que ia ao escritório “pintava o sete”. Desarrumava papéis, derramava tinteiros e depois mandava que os funcionários arrumassem tudo “para papai não ver”. (GÓES, 1962, p. 21-22) Em uma dessas ocasiões, Lauro Góes mostrou a sujeira provocada por Noé a Delmiro. E, no dia seguinte, ouviu a seguinte queixa de Noé: “Você foi dizer ao papai e ele deu em mim! (GÓES, 1962, p. 23)

Em outra ocasião e tendo como testemunha o Coronel Aureliano Gomes de Menezes, Delmiro agrediu seu sobrinho Oswaldo por ter ele descumprido uma ordem sua, chegando o Coronel Aureliano ao tentar conter Delmiro e, questionado sua atitude, desentendeu-se com o amigo, dele tendo se afastado por um tempo.

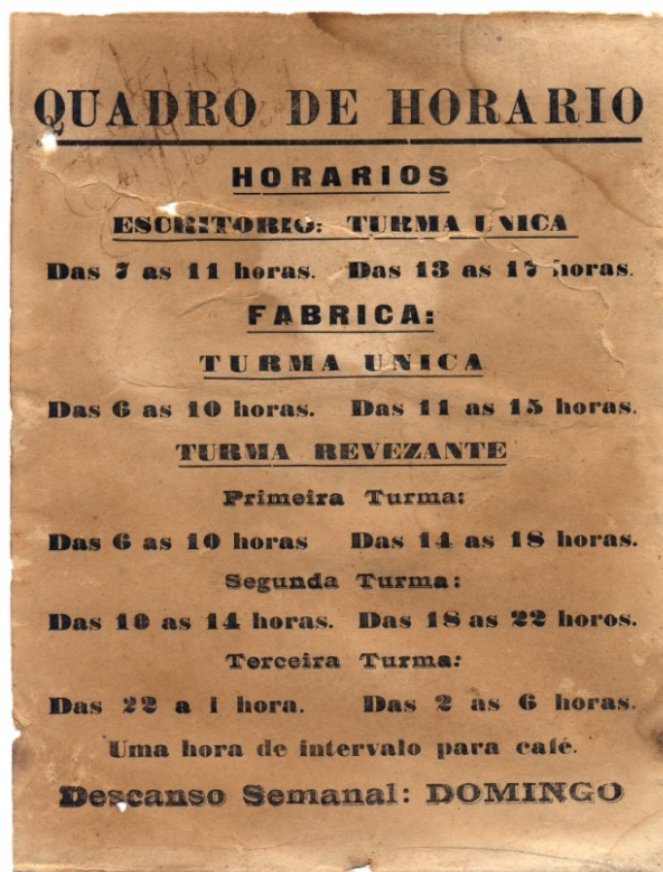
A higiene era uma preocupação que se unia à obstinação de Delmiro pela ordem:

O banho era obrigatório para todos como era obrigatório o traje limpo. Muitas vezes vimos como ele – Delmiro –, fazia voltar da porta de entrada para o trabalho todo aquele que se apresentava sujo, dizendo: “volte e vá tomar banho seu imundo”. Ninguém andava descalço ou cabeludo. Dizia sempre: “mando pelar sua cabeça se de outra vez aparecer assim.” Estas medidas serviam para apresentar um operariado limpo, calçado, disciplinado e mais ou menos alegre. (GÓES, 1962, p. 34)

Filho de um amigo e comprador de peles de Delmiro, Góes, conhecia bem o comportamento do patrão, pois conforme ele próprio afirmou, “antes de entrarmos como funcionário da Cia. Agro Fabril Mercantil fomos seus hóspedes algumas vezes e vimos como Delmiro aplicava seu espírito disciplinador e organizador até na sua mesa de refeições. (GÓES, 1962, p. 18). Góes, já na iminência de ser contratado por Delmiro, foi por este advertido: “Aqui o empregado tem que fazer tudo que eu mandar, seja qual for o serviço, serve?” (GÓES, 1962, p. 3)

A jornada de trabalho era de oito horas de trabalho diárias e para a troca de turno, tocava uma sirene e ia pessoalmente receber os operários na porta da empresa. Assim fiscalizava o vestuário, os cabelos, os calçados dos funcionários. A fábrica funcionava de segunda a sábado, sendo o domingo a folga e o dia em que a Cia. realizava o pagamento e em que acontecia a feira da Pedra.

Figura 29 – Quadro de Horário da Fábrica de Linhas da Pedra.



Fonte: Acervo Museu Regional Delmiro Gouveia.

Delmiro exigia que todos os operários fossem trabalhar bem vestidos, porém, “os salários eram insuficientes para manutenção desse estilo de vida. Mas, Delmiro mandava fornecer tecidos e calçados ao operariado mediante descontos módicos nas folhas de pagamento.” (MENEZES, 1991, p. 83) Mesmo os que admiravam a obra de Delmiro, como Hidelbrando Menezes, reconheciam que “havia exagero [...] em suas exigências”, (MENEZES, 1991, p. 84.

O regime disciplinar imposto a todos os moradores do núcleo fabril, com fiscalização rigorosa, não deixava isentos nem mesmo os casais encontrados em paquera e namoro. Conforme Menezes,

Os casais encontrados isolados, em namôro, quer em qualquer ponto da vila, quer nas calçadas das residências, mesmo dos pais das môças, eram obrigados a casar. Foram muitos os casamentos na Pedra, feitos por esses motivos, estribando-se Delmiro em fundamentos morais. Alegava êle que muitos operários eram membros de famílias de sua amizade, e sabia que estas negariam permissão aos filhos para casarem com operárias. Chamava, pois, a atenção de todos, com a veemência que lhe era própria, quando se dirigia aos empregados, recomendando-lhes não se meterem em namoros com nenhuma das suas operárias, porque ficariam no dilema de deixar os seus serviços e retirar-se da vila, ou casar-se. Sob hipótese nenhuma, afirmava, recuaría do seu propósito de zelar pela moralidade em seus domínios. (MENEZES, 1991, p. 84)

Tendo presenciado um namoro que chegou ao conhecimento de Delmiro, Lauro Góes assistiu à sentença de Delmiro que, após marcar a data do casamento, disse ao operário: “As despesas mandarei lançar na sua conta. E o casamento foi realizado na “Casa Grande”, tendo os funcionários da Cia. como convidados.” (GÓES, 1962, p. 12). Segundo Góes, Delmiro tomava tais atitudes,

Como medida de “contenção”..., Delmiro não consentia que os seus funcionários, do escritório, da fiscalização, interna e externa da fábrica, como também da pagadoria e apontadores, freqüentassem as residências das famílias operárias por ocasião de danças em suas festas íntimas ou em dias outros. Eles podiam ou tinham que freqüentar apenas os festejos e danças nas residências de particulares “fora do arame”. Residências essas de pessoas amigas ou conhecidas de funcionários. (GÓES, 1963, p. 17)

Na Pedra não era permitido o uso de chapéu, enquanto o homem estivesse no interior da casa, nem tão pouco Delmiro tolerava que ficassem sem camisa dentro de casa. Mesmo os visitantes que se hospedavam na Casa Grande e não sabiam comportar-se ao modo de Delmiro, infringindo as normas por ele estabelecidas, eram imediatamente advertidos, como um cidadão que foi seu hóspede e na hora do jantar Delmiro lhe ofereceu um aperitivo, e tendo o hóspede solicitado uma dose de aguardente, este foi prontamente retrucado com um áspero: “Cachaça?!... É bebida que em nossa casa não se oferece a ninguém”. (MENEZES, 1991, p. 89)

Para a modificação de certos hábitos, que davam a falsa impressão de ser a localidade habitada exclusivamente por pessoas de nível intelectual inferior, sem noção de princípios de civilização, Delmiro proibiu na feira o uso do xale e do cachimbo. É que nos municípios sertanejos nenhuma mulher, principalmente as menos jovens, entrava em qualquer núcleo populacional sem um xale a cobrir-lhe parte da cabeça e do colo. (MENEZES, 1991, p. 95)

Todas as punições eram aplicadas por Delmiro e sua guarda, pois que tinham poderes dados pelo governo do Estado para atuarem como polícia. Segundo Góes,

“somente após seu assassinato, foi que passou a existir um destacamento policial, na vila – coisa que em vida [Delmiro] nunca admitiu”. (GÓES, 1962, p. 7)

Quanto às multas aplicadas por infração às regras estabelecidas,

eram aplicadas, seja por Delmiro, qualquer chefe encarregado ou fiscal, para quem infligisse alguma das regras, tais como: cuspir ou atirar detritos ou cascas de frutas no chão (detalhe importantíssimo, a penalidade era para o “dono” da casa”; manter a casa escura ou trancada; usar chapéu dentro das residências; usar camisa fora da calça, se apresentar sujo, sem estar barbeado ou mal vestido; andar descalço; responder ou desobedecer aos fiscais, chefes e encarregados; fazer barulho fora do horário ou brigar. Também tinha multa para o pai, mãe ou responsável que deixasse de justificar a falta da criança na escola ou não cobrasse a realização das tarefas diárias; para quem desrespeitasse os velhos, pais ou mães; maltratasse os animais; andasse armado; praticasse jogos de azar; fizesse uso de bebidas alcoólicas; usasse o tradicional xale das sertanejas (ofensa considerada gravíssima) que escondia a cabeça e parte do colo, normalmente desleixados e sujos; enfim, para qualquer prática considerada inadequada ou imprópria à comunidade. A tolerância era zero e os valores simbólicos variavam de um mínimo humilhante de 200 reis, podendo chegar a 2\$000 reis – [...]. O dinheiro arrecadado ia para uma espécie de caixa beneficente, administrada por funcionários de confiança dos operários e posteriormente revertido em proveito da comunidade. (GONÇALVES, 2010, p. 275)

3.4 O Lazer Regrado como Expressão de uma Vida Honesta

No início do funcionamento da fábrica não havia espaços ou equipamentos de serviços e de lazer para a grande quantidade de operários e moradores do núcleo fabril. Ainda em 1915, Delmiro Gouveia entraria em entendimento com a prefeitura de Água Branca, celebrando um contrato pelo prazo de dez anos para implantação de uma feira livre na vila, pagando antecipadamente os impostos. Ficava também autorizada a instalação de outros estabelecimentos comerciais na Pedra, tendo sido instaladas lojas de fazendas, armazéns, padaria, açougue e duas casas comerciais que vendiam produtos variados. Tinha também uma farmácia, um dentista e um posto médico. A feira funcionava aos domingos, às 10 horas, após ser hasteada uma bandeira autorizando o comércio dos produtos. Neste ano, começaram a surgir, também, os equipamentos de lazer, com a inauguração de um cinema, utilizado como instrumento educativo, pois, além de separar os espaços ocupados por homens e mulheres que não ficavam juntos, só as crianças que tiravam boas notas e que frequentavam as aulas tinham direito a ingresso.

Conforme programação de exibição cinematográfica divulgada pelo “Correio da Pedra, em 02 de maio de 1920, percebe-se ainda que, junto com a promoção do lazer, a dimensão educativa estava presente, pois, um dos filmes exibidos era intitulado “O Papel da Educadora”. Entre as sessões também promovia a Cia. bailes musicais.

Ainda mudo, como todos os existentes na época, o cinema era a máxima expressão da modernidade. Era gratuito e com espaço separado para as crianças, para que se sentissem “à vontade para gritar, bater palmas, rir” (MENEZES, 1991, p. 85), mas, que só eram admitidas se tivessem tirado boas notas na escola. Delmiro recebia os cadernos dos alunos em seu escritório para acompanhar e repreender os que não assistiam às aulas e não faziam as tarefas.

O cinema era a diversão da população e os filmes davam lugar a comentários do operariado, que passava a tomar conhecimento de mundos diferentes e de hábitos de outros povos que não conheciam; além disso, era um derivativo do trabalho constante e das conversas de rotina.” (MENEZES, 1991, p. 85)

Quando estava na Pedra, Delmiro frequentava o cinema para fiscalizar a ordem.

Na ocasião da visita do Governador de Pernambuco, Manoel Borba, foi organizada, pelo chefe da Pedra, uma exibição cinematográfica para a comitiva governamental com a presença da população.

Outro equipamento de lazer existente em Pedra foi um rинque para danças, principalmente para os festejos de final de ano que ocorriam na Pedra sob o comando de Delmiro. Neste espaço, moças e rapazes podiam dançar sob os olhares fiscalizadores do “Senhor da Pedra”. O núcleo fabril passou a ser visitado cada vez mais por gente procedente de todos os lugares e “a admiração pela obra que ele vinha realizando crescia e se estendia por todo o país. (MENEZES, 1991, p. 86)

Na Pedra, Delmiro cuidou de providenciar os instrumentos musicais como saxofone, flautim e clarinete e organizou uma banda de música, cuja participação dos operários adicionava uma gratificação de 10% sobre os salários, bem como eram dispensadas duas horas antes do trabalho para participarem, todos os dias úteis, às 19 horas, dos ensaios que eram acompanhados por Delmiro: “às 19 horas,

mandava verificar se alguém havia deixado de comparecer; em caso afirmativo, o faltoso sem justificativa era repreendido e multado.” (MENEZES, 1991, p. 96)

Em pouco tempo,

A filarmônica estava sempre a postos, preparada para tocar retretas e animar as tardes e noites de domingos, feriados, ocasiões especiais, recepção de autoridades, carnavais, festas de casamento e animados e concorridos bailes comunitários. (GONÇALVES, 2010, p. 277)

Figura 30 – Banda de música da fábrica de linhas da Pedra.



Fonte: Acervo Museu Regional Delmiro Gouveia.

Delmiro, como estímulo aos operários e seus familiares, oferecia diversão, elogios, distribuição de rosas, premiações e até participação nos lucros, no entanto, “[...] sob um regime de plena obediência [...] todos trabalhavam nos serviços de Delmiro. Extremamente absorvente, somente ele mandava.” (MENEZES, 1991, p. 97)

A interferência de Delmiro e da Cia. no lazer dos operários dava-se até nos festejos do carnaval, que tinham seus dias alterados para não parar a produção na fábrica de linhas, conforme noticiou o Correio da Pedra, em 1923:

Carnaval na Pedra – Conforme é praxe os festejos de momo nesta Villa, em lugar de preencher os três dias regulares, de domingo à terça-feira, se realizam em trez domingos seguidos, isto para não estorvar os serviços da fábrica, nem os cursos das aulas, nem a tranqüillidade do operariado. É um dos acertos previdentes implantados pelo genio ordeiro do saudoso Delmiro. (CORREIO DA PEDRA, 1923).

3.5 Pedra no Cenário Educacional do Sertão Alagoano

Água Branca, que tinha em 1920 a segunda menor população entre os municípios sertanejos - apenas Piranhas possuía uma população significativamente menor do que aquele município - mantinha o maior número de escolas do sertão. A explicação para isso é que, de um total de 12 escolas existentes no município, metade delas estava localizada no núcleo fabril da Pedra, ficando apenas seis para todo o restante do município.

Conforme tabela abaixo, podemos considerar que em cada rua da vila operária existia uma escola, enquanto outros municípios sertanejos não tinham, sequer, o mesmo número de escolas que o núcleo fabril:

Tabela 3 – Escolas existentes no sertão de Alagoas em 1921

(Continua)			
MUNICÍPIO	TOTAL DE ESCOLAS	DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS	POPULAÇÃO EM 1920
Água Branca	12 Escolas públicas de instrução primária	04 na sede – 03 isoladas	20.361
		01 subvencionada	
		06 na Pedra – subvencionadas (grifo meu)	
		01 na Várzea do Pico - subvencionada	
		01 em Pariconha - subvencionada	
Pão de Açúcar	09 escolas públicas de instrução primária	04 na sede	21.812
		01 em Limoeiro	
		01 em Campo Grande	
		01 em Jacarandá	
Paulo Afonso ⁴¹	09 escolas públicas de instrução primária	03 na sede	21.516
		01 em Almeida - subvencionada	
		01 em Bangüê - subvencionada	
		01 em Inhapi - subvencionada	
		01 em Sabonete - subvencionada	
		01 em Caraíbas - subvencionada	
		01 em Morada – subvencionada	

⁴¹ Este município tem hoje o nome de Mata Grande.

Tabela 3 – Escolas existentes no sertão de Alagoas em 1921

MUNICÍPIO	TOTAL DE ESCOLAS	DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS	(Conclusão)
			POPULAÇÃO EM 1920
Piranhas ⁴²	04 escolas públicas de instrução primária	02 na vila	3.476
		01 em Entremontes	
		01 em Olho D'Água	
Santana do Ipanema	05 escolas públicas de instrução primária	02 na sede	40.324
		01 em Poço das Trincheira	
		01 em Sertãozinho	
		01 em Olho d'Água do Cajueiro - subvencionada	

Fonte: MARROQUIM, 1922, p. 69-163

Se as constantes reformas educacionais republicanas nacionais e estaduais não conseguiam alcançar os seus objetivos de alfabetizar o povo brasileiro com vistas a alçar o Brasil ao nível de nação “civilizada”, esta situação era ainda mais precária nos sertões do Nordeste, pois conforme o “Correio da Pedra”:

[...] os municípios do alto sertão nordestino, têm quase todos de quinze a trinta léguas de extensão territorial e em nenhum dos Estados concede mais do que três escolas, duas na séde e uma no povoado mais importante. Leis existentes em todos os Estados, estabelecem a obrigação dos municípios manterem as demais escolas que precisam, mas raros são os que cumprem a mínima parte ao menos, esse bello despositivo. (CORREIO DA PEDRA, 1925, p. 1)

Ainda, segundo matéria, para se promover o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil era necessário criar escolas, sendo afirmado que:

Os nossos sertões precisam de escolas primárias; é nellas que se elaboram pelo despertar de faculdades embryonarias, os nossos futuros industriaes, os nossos engenheiros, os nossos chimicos, todos os que têm de compellirmos á brilhante destino. (CORREIO DA PEDRA, 1925, p. 1)

Em matéria intitulada “Pelo Ensino no Sertão”, o editor⁴³ do “Correio da Pedra” faz referência a artigo escrito por Monteiro Lobato sobre instrução pública no Brasil, intitulado: “O Grande Problema”. Diz Monteiro Lobato no seu artigo:

⁴² Das quatro escolas de Piranhas, três eram de entrância e uma subvencionada, entendendo-se que o professor de entrância era do quadro permanente do Estado, enquanto os subvencionados recebiam dos cofres estaduais sem que tivessem estabilidade no cargo, podendo estes serem comparados com os professores monitores.

⁴³ Neste período era diretor e redator-chefe do Jornal Correio da Pedra Hidelbrando Menezes, que chegou ao Núcleo Fabril, quando os herdeiros de Delmiro Gouveia administravam a Cia. Agro Fabril Mercantil, ali permanecendo até o fechamento deste semanário em 1930, quando a mesma Cia. já estava sob a gestão dos Menezes Irmãos & Cia.

O nosso problema capital magno por excellencia, é crear a cultura. Escolas profissionaes para o povo, não cinco, ou dez, mas cem, uma em cada cidade. A escola primaria ensina a ler. A escola profissional ensina a tirar partido. Uma sem outra é cartucho sem espingarda. (CORREIO DA PEDRA, 1925, p.1)

Fazia Lobato referência à realidade da educação brasileira, mais especificamente ao Estado de São Paulo. E para o editor do “Correio da Pedra”, se a queixa de Lobato pelo estado de abandono da educação se referia àquele Estado, imagine o que ele diria da situação educacional do Nordeste.

[...] Monteiro Lobato refere-se ao Estado de São Paulo que elle considera inculto e nós nos acostumamos a considerar o Estado Leader da Federação, em todas as manifestações da actividade humana. Que diria o notável escriptor se visesse nos sertões nortistas e visse o nenhum esforço que os seus governantes fazem por educal-os? (CORREIO DA PEDRA, 1925, p.1.)

Se, em seus aspectos gerais, não conseguiu a República proporcionar a instrução pública mesmo nas grandes cidades para a grande maioria do povo, e se nem mesmo cidades e Estados “desenvolvidos” como São Paulo não tinham um sistema de ensino público que atendesse a toda a população é de se imaginar o estado em que se encontrava a educação no interland nacional e alagoano que estava submetido aos interesses dos coronéis e chefes políticos municipais e estaduais. Segundo o “Correio da Pedra”,

Nossos patrícios sertanejos vivem como parias, completamente analphabetos em maioria absoluta, ignorantes de tudo, não por incapacidade intellectual, mas porque nossos governos não lhes dão escolas em que aprenderem.

Em nossos sertões, as escolas existentes em número insignificante, apesar de serem frequentadas apenas pela população das sedes dos municípios, que são quasi os únicos logares em que ellas existem, contêm em seu bôjo, sem o menor deslumbre de conforto e de hygiene, cincoenta, sessenta e mais creanças, dirigidas por um só professor, quase sempre sem gosto pela profissão, devido ao pingues ordenado que recebem. (CORREIO DA PEDRA, 1925, p. 1.)

O quadro apresentado nos relatórios governamentais e ainda nos dados sobre população e frequência às escolas no sertão é consequência da estrutura política e econômica ainda hoje predominante em muitos municípios sertanejos. No entanto, no núcleo fabril da Pedra, a falta de escolas não prevaleceu e a instrução escolar foi uma ferramenta fundamental a sua existência, no período de sua fundação até meados da década de vinte. Ao estabelecer a obrigatoriedade da instrução pública e assegurar-lá, estava Delmiro Gouveia preparando a mão de obra

que necessitava para o sucesso do seu projeto industrial, ao tempo que nem mesmo o Estado Nacional Republicano dava cabo desta necessidade brasileira de instruir para civilizar com vistas ao progresso do país. Por isso, o “Correio da Pedra” não amenizava os apelos aos governos para a missão educacional tão desejada por setores da sociedade brasileira. Clamava, assim, dizendo:

Deem portanto, os nossos governantes escolas aos sertanejos, seguindo o bello exemplo da Agro Fabril, facilitem-lhes conhecer o valor dessas vinte e cinco constelações com que o homem exteriorisa o seu pensamento>> e terão cumprido o seu mais alto dever de patriotismo e de estadistas conscientes, fazendo o sertão sahir da situação de bonzo em que se encontra, quasi nada cooperando para a riqueza nacional e com muitos dos seus filhos gastando suas energias na criminosa e indigna profissão de bandidos, para uma vida de trabalho productivo e digno. (CORREIO DA PEDRA, 1925, p. 1)

O processo educacional posto no sertão, especificamente no núcleo fabril da Pedra, ao menos enquanto durou a ação de Delmiro e seus seguidores, trouxe ao sertão e ao sertanejo o acesso à educação escolar ainda distante da maioria dos demais habitantes do sertão alagoano, pelas mãos de um empresário que, prevalecendo-se da ausência do Estado, tomou a iniciativa de criar e desenvolver, a seu modo, um projeto educacional e “civilizatório”, ainda que tenha sido para atender a seus interesses empresariais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é por acaso que a ação de Delmiro Gouveia como “civilizador de gentes”, somente surge quando ele, já na Pedra, resolve implantar uma indústria de feições modernas, como a de beneficiamento de algodão, que, na época, demandava um grande e disciplinado contingente de mão de obra. Para o comércio ou mesmo para curtir as peles que beneficiava na Pedra, desde que ali se assentou, não havia necessidade de letramento da mão de obra, nem mesmo de modos “civilizados”, segundo os ditames da convivência urbana e regrada pelo funcionamento da indústria já regida por um certo grau de automação. Nem mesmo para tocar a usina hidrelétrica isso se fazia tão necessário, já que esta era pouco intensiva em mão de obra.

Busquei mostrar, ao longo deste estudo, que a história do desenvolvimento econômico e social do sertão alagoano na I República – ao menos na região em que estava situada a Pedra - tomou novos contornos com a chegada de Delmiro Augusto da Cruz Gouveia na região, em 1902, fugindo de Recife.

Em Alagoas, nos sertões do São Francisco, retoma primeiro o comércio de peles, refaz sua fortuna que ficara em frangalhos nos seus últimos tempos em Recife e constrói a primeira Usina hidrelétrica do Nordeste, à qual segue uma Fábrica de Linhas que iria constituir um núcleo fabril transformado, muito rapidamente, num lugar que atrairia sempre mais gente de todos os lugares do sertão, desde a primeira década do Século XX.

O núcleo fabril da Pedra transformou-se em centro industrial e de urbanização descrito como modelo de capitalismo progressista e civilizado por visitantes que para lá acorreram, sendo esta experiência tomada por intelectuais, jornalistas, políticos e escritores de várias vertentes ideológicas da Velha República e mesmo dos anos progressistas de 1950 e inícios da década de 1960, como exemplo de experiência a ser admirada e seguida em todo o Brasil.

Interessados pela história do Nordeste, buscando compreender o pioneirismo de Delmiro Gouveia, ao construir no alto sertão alagoano uma usina hidrelétrica e

uma fábrica de linhas, com habitações operárias dotadas dos mais atualizados equipamentos urbanos de saneamento básico e outros serviços, inclusive, para a escolarização, para o entretenimento e o lazer ainda nos primeiros anos de 1900, terminaram por fazer do industrial cearense um mito, cantado em verso e prosa, sobretudo por adeptos dos mais variados espectros ideológicos, conforme nos mostra Dilton Candido Santos Maynard, em tese doutoral defendida em 2008. O balanço dessa questão, pela academia, revelou-me um conjunto de produções que abordam várias dimensões da vida social verificada na Pedra, tais como: a urbanística, a arquitetônica, a econômica e a histórica no seu sentido mais amplo, destacando-se, nessa perspectiva, o trabalho de marcado enfoque antropológico de Telma de Barros Correia, também em tese doutoral, depois publicada pela Papyrus, em 1998.

Esses escritos, como todos os demais que tiveram a ação de Delmiro Gouveia na Pedra, sem exceção, mencionam sob diversas perspectivas - às vezes até antagônicas, mas sempre tidas como importantes -, o processo de socialização de trabalhadores rurais para a vida urbana e fabril liderado por Delmiro e seus continuadores – denominado frequentemente por muitos como “processo civilizatório”, ao qual eu passei a chamar como “educacional” – que fez funcionar na Pedra uma indústria avançada para o seu tempo.

Como, desde as primeiras notícias sobre a atuação do industrial Delmiro Gouveia no sertão alagoano, mereceu menção especial a educação dos modos da gente sertaneja que vivia e trabalhava “dentro do arame”, e considerou-se, como especial, a ação voltada para a escolarização de crianças, jovens e adultos do núcleo fabril, procurei analisar esta experiência com um olhar especificamente focado, já que esse tema, embora tendo ocupado até capítulo inteiro de trabalho sobre Delmiro, jamais foi matéria específica de um único trabalho ou pesquisa.

Assim, centrei-me no processo educacional, por entender que uma pesquisa desta natureza poderia contribuir, não somente para uma certa sistematização, mas, sobretudo, como uma releitura mais pormenorizada de um importante aspecto da atuação de Delmiro Gouveia na Pedra e de seus possíveis efeitos sobre o próprio sertão e seus habitantes, no contexto da República Velha e mesmo depois. Além do que, em assim procedendo, acreditei que poderia atrair para a atuação de Delmiro

na Pedra o olhar dos educadores, já que o trabalho, desde seu título, tem uma marca fortemente educacional.

Segundo pude entender nesse estudo que, longe de ser conclusivo, aponta pistas para novas investigações, os admiradores e construtores do mito Delmiro Gouveia, consideram os trabalhadores do núcleo fabril da Pedra como se fossem operários europeus, em vista de serem asseados, ordeiros e, ainda por cima, letrados.

E foi a partir dessa preocupação que desenvolvi a pesquisa que resultou nessa dissertação, tomando como elemento-guia do estudo essa estreita relação entre o que se convencionou chamar de “*moldes civilizados*” e “*processo educacional*”, introduzidos no sertão alagoano, frente ao lugar do sertão no contexto da vida política regional e nacional da I República.

Neste estudo, a minha contribuição, segundo penso, encontra-se na abordagem mais focada nos aspectos da educação na Pedra, que foi utilizada por Delmiro Gouveia como condição de possibilidade das suas ações industriais no sertão alagoano e enfatizada por seus observadores e visitantes como algo novo a ser exibido para todo um Brasil que ainda se debatia no dilema de se manter atrasado ou tornar-se moderno, como requeriam os ideais da República recém-implantada no país. Desta forma, a educação desenvolvida na Pedra em processo de industrialização, em confronto com o que se tinha como educação naqueles tempos, representou algo novo até para os centros urbanos mais adiantados do litoral. Neste sentido, o núcleo fabril da Pedra vivenciou uma experiência que, para o sertão ainda fortemente marcado pelo genocídio cometido pela República contra os sertanejos de Canudos, e/ou pelo olhar voltado para o Juazeiro do Padre Cícero, como lugar de fanáticos e incivilizados, ou mesmo como facínoras engajados no cangaço, o núcleo fabril da Pedra, por meio de processos educacionais, causava espanto, enquanto apontava para o ideal de civilização que viria a ser pregado e perseguido até pelos intelectuais que passaram para a nossa história como “os Pioneiros da Escola Nova” e para os quais a educação – o letramento, em especial – representava o instrumento de redenção do Brasil.

De fato, frente ao analfabetismo e à sub-escolarização que grassavam no país, era de chamar a atenção de todos a universalização da instrução na Pedra, que chegou a ter cerca de 5.000 habitantes, ainda que o fato de ser essa educação realizada às expensas do erário estadual costume ser esquecido ou apenas fortuitamente registrado na quase totalidade dos discursos sobre a saga educativa de Delmiro, na sua permanência na Pedra.

Delmiro objetivava, com suas ações educacionais, evidentemente, preparar mão de obra rural sertaneja para a indústria, o que resultou em a Pedra ser transformada em referência de “ordem e progresso” que se traduziria em “civilização”, ainda que para isso grande violência moral e física tivesse que ser empregada, mediante o uso de uma pedagogia behaviorista que premiava o desejável e punia exemplarmente o que era preciso, segundo Delmiro, se evitar para o bem da obra em curso.

Importa ressaltar que, se nos tratados e escritos sobre a pedagogia – aqui e em outras sociedades – a educação tende a ser considerada sob a perspectiva de acesso à escolarização, nesse estudo ela foi ressignificada, assim como o próprio conceito de sertão e de sertanejo, e até de República, de modo a se perceber a chamada “*ação civilizatória*” empreendida por Delmiro Gouveia nos seus devidos termos, o que, segundo penso, representa outra contribuição frente à maioria dos escritos divulgados até hoje sobre a temática educacional.

Conduzindo meu estudo pelos caminhos acima assinalados, consegui perceber, com maior clareza, como os sertanejos e as sertanejas se converteram de trabalhadores rurais e artesãos, em operários fabris e o que Delmiro almejava com suas ações “civilizatórias e educacionais”, para o que foi necessário, rastrear, dentro da moldura construída para enquadrar o homem, o industrial e seu projeto, a presença de outras referências. Assim, do olhar mitificado que insistia em informar minha leitura sobre a presença do “Senhor da Pedra” no sertão alagoano, pude enxergar que ele, para tocar sua indústria, necessitou transformar trabalhadores rurais em operários adaptados a seus métodos e submetidos à autoridade do industrial muitas vezes discricionária. Foi-me impossível, por outro lado, não ver que, sobretudo as autoridades oficiais, que assumiam os negócios públicos – a res publica - como coisas suas, fatos muito comuns no Brasil das oligarquias de então,

poderiam aprender alguma coisa de Delmiro, sobretudo na universalização do ensino e no cuidado com o desempenho escolar das crianças.

Para a educação sem erro dos que estava a ele submetidos, valeu em muito a construção da “cerca” por Delmiro, pois esta, enquanto afastava as perturbações que eram deixadas “fora da cerca”, permitia a recriação da convivência “dentro da cerca” como “fato social total” que, inclusive, segundo o que nos ensina Marcel Mauss (2009), facilitava a ele, como facilita a nós pesquisadores, um olhar globalizante sobre a vida e a cultura desenvolvida dentro do núcleo fabril da Pedra.

Com efeito, Delmiro, como os demais industriais da época, buscou gerir esse grupo operário sem a interferência direta dos poderes – políticos e religiosos – contando, paradoxalmente, com o beneplácito dos poderosos - que embora se encarniçassem nas lutas pelo poder em facções antagônicas -, no entanto lhe proporcionaram facilidades que iam desde a gestão autárquica do núcleo fabril, até à renúncia fiscal e mesmo o ressarcimento de despesas feitas com a criação de meios comuns como estradas, ainda que os destinos e os trajetos fossem ditados pelos seus próprios interesses. Se desses saiu aquele que deu fim a Delmiro, sem eles o projeto teria sido impossível.

Se Delmiro submeteu os sertanejos a um programa disciplinar que acentuava as aptidões para o trabalho e desenvolvia hábitos regrados, tinha, na instituição escolar um importante instrumento de “civilização”, seja para submissão ao controle social, seja para propagação de ideias liberais republicanas, indispensáveis ao desenvolvimento da indústria nascente. Sua ação educativa, sobretudo na implantação e consolidação da Fábrica da Pedra, serviu como modelo de desenvolvimento social e econômico até depois de sua morte, ao menos enquanto estiveram à frente da fábrica aqueles ligados a ele pelo trabalho ou pelo sangue, tendo a dinâmica social em torno da Fábrica de Linhas “Estrela” sido motivo de espanto a tantos “viajantes” que tiveram oportunidade de conhecer a experiência, avaliá-la e fazer sua divulgação.

Deste modo, a localização do núcleo fabril da Pedra, afastado da sede do município, posto no meio das caatingas do São Francisco, mais a instituição do arame, proporcionaram condições ideais para um forte e absoluto controle social de

Delmiro sobre seus moradores, para o que muito contribuiu a cultura coronelista do meio, que lhe valeu, inclusive, o cognome de “coronel”. Assim, como se disse com propriedade, na Pedra, inclusive “fora do arame”, Delmiro era a igreja, o Estado, a polícia e o patrão, ao que acrescento, também, a consciência, a cultura, a escola e a civilização.

Aos que tiveram a coragem de questionar os modos ásperos com que tratava seus operários, Delmiro justificava dizendo que aquilo era indispensável enquanto as novas gerações que estavam nas escolas não chegavam aos teares. Subterfúgio ou não de um senhor todo-poderoso, o certo é que ele sabia do potencial da escola como modelador de mentes e comportamentos, conforme nos ensina Émile Durkheim (1983, p. 34 a 48), ao que se juntavam as outras formas extraescolares como eram tratadas as crianças e os adolescentes, segundo também desse mesmo pensador, estando, muitos daqueles jovens, já engajados no trabalho fabril.

Conforme concluí, a ação de Delmiro representava um conjunto de atos ditados, em boa parte, pelo seu modo de perceber o sertão, o sertanejo, a República e mesmo a Nação brasileira frente a seus projetos de industrial, ali naquele lugar e no tempo em que se deu. Afinal, foi sob a aurora do Regime Republicano no Brasil, que Delmiro montou a Fábrica de Linhas “Estrela”, frente às grandes resistências do mundo das oligarquias e da política dos Governadores, que traziam dificuldades de tornar efetivos seus ideais. Mas, a educação escolar era vista, como já referi, por setores da sociedade brasileira, não só como democratização da leitura e da escrita, mas revestida de profundo significado político-eleitoral, frente à universalização do voto do letrado, tendo sido a escolaridade, pois, um trunfo utilizado por Delmiro para navegar em meio a uma cartografia política faccionária, sobretudo no plano local, que era ainda mais agravada por conta da situação geopolítica da Pedra.

Se Delmiro não foi, no seu discurso, um cruzado da República nos moldes nacionais, ele o foi por inteiro nos modos de lidar com o dia a dia de sua indústria na Pedra, até porque República e Indústria formavam um binômio desde os primórdios da modernidade. Sobretudo os sucessores de Delmiro, como se pode ver nos muitos exemplares do “Correio da Pedra”, transformaram-se em arautos do ideário da república brasileira e seus dirigentes não mediam esforços para que a população cultuasse os símbolos que identificavam o novo regime.

Se Delmiro Gouveia não propagava aos quatro ventos a instrução ou a escolarização, juntamente com os novos modos de se postar diante da vida e do trabalho como instrumentos regeneradores, de contribuição para a reconstrução nacional, ele praticou aplicadamente aqueles ideais, colocando em prática o liberalismo autoritário que costuma caracterizar os regimes modernizadores. O fato é que o “self-made” Delmiro Gouveia, ainda que não fosse bacharel – na verdade era, do ponto de vista da trajetória escolar, sub-escolarizado -, sabia o valor da instrução primária que recebera do Doutor Meira, seu padrao, e que a vida acrescentara generosamente no mundo do trabalho de que participara, e nas inúmeras viagens à Europa e aos Estados Unidos da América.

O desenvolvimento de uma mentalidade calcada em “moldes civilizados” na materialização e no êxito do seu projeto pessoal, por conta da primazia do perfil de homem pragmático que teria orientado sua ação enquanto industrial e, bem antes, como negociante experiente e obstinado pelo sucesso, foi um desafio que Delmiro primeiro impôs a si mesmo, para depois impor aos que se envolveram em sua empreitada industrial. Desse modo, ele contribuiu decisivamente no plano do imaginário para que o sertão brasileiro deixasse de representar apenas o *hinterland* da Nação Brasileira, visto como espaço de barbárie, resistente ao moderno, afastado do poder público, em contraponto ao litoral, lugar do moderno e da civilização, para avançar no processo de integração na paisagem nacional como espaço viável ao novo.

Se, por meio dessa leitura, é possível afirmar que a decisão de Delmiro em empreender um negócio moderno e de natureza urbana nos confins das Alagoas não teria representado um ato heroico de um visionário, como muitos dos que tratam do tema parecem entender, até porque ele foi parar ali contra sua vontade, dá, contudo, para dizer que, mesmo tendo representado a ação calculada de quem, sendo, simultaneamente, sertanejo e “civilizado”, sabia exatamente o que estava fazendo, nem por isso deixou de representar uma lição a ser inscrita na mentalidade nacional de que o sertão e o sertanejo não são produto da degeneração étnica ou mesológica, mas, espaço e povo aptos a todos os misteres da vida, podendo, inclusive, os sertanejos serem letrados e capazes de atuar numa indústria de beneficiamento de algodão de caráter moderno.

Por fim, no que diz respeito à educação escolar, é indispensável ressaltar que, se Água Branca, onde se localizava o núcleo da Pedra, em 1920, com a segunda menor população entre os municípios sertanejos, contava com o maior número de escolas do sertão de Alagoas; isso so toma sentido de considerarmos que, de um total das 12 escolas existentes no município, metade estava localizada na Pedra, com uma em cada rua do núcleo fabril, enquanto outros municípios sertanejos não tinham, sequer, o mesmo número de escolas desse núcleo.

No trajeto da atuação de Delmiro em Alagoas – nos anos que vão da construção de Angiquinho até o assassinato do “Senhor da Pedra” -, foi possível perceber que, no cenário alagoano e mesmo nacional, a Pedra transformou-se, numa “ilha em pleno sertão”. Por meio de um processo educacional escolar e não escolar, chegou a efetivar a alfabetização de uma população que, em quase cem por cento, encontrava-se nas escolas, realidade que não se viu ou se vê ainda hoje em nenhum outro município sertanejo.

Aqui, tomando tudo isso e buscando, mais do que uma conclusão, abrir a possibilidade de novas questões focadas na educação escolar e não escolar para a compreensão desse fenômeno tão estudado e ainda com tanto a descobrir e, esperando haver contribuído para avançar em um aspecto da trajetória de Delmiro Gouveia na vila da Pedra - o educacional -, ponho um ponto provisoriamente final neste trabalho, enquanto aguardo novos estudos que venham a se somar aos tantos e tão alentados trabalhos já escritos sobre esse empreendedor nordestino que fez, ainda que sem escolher, do sertão sanfranciscano de Alagoas um lugar que continua objeto de interesse intelectual, político e social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José Marcio de. **Coletânea da legislação federal do ensino**: da reforma Benjamin Constant á reforma Darcy Ribeiro, 1891-1996. Belo Horizonte: Lâncer, 1997. v. 1.

ALAGOAS. Decreto nº 499 de 20 de setembro de 1910. Isenta de impostos a Cia. Agro Fabril Mercantil. 1901/1910. **Coleção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas**, Maceió, v. 1, p. 1901-1910. (Coletânea Diária Oficial do Estado de Alagoas).

_____. Decreto nº 503 de 30 de novembro de 1910. Concede o direito de usar por 90 anos a força hidráulica do rio São Francisco, 1901/1910. **Coleção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas**, Maceió, v. 1, p. 1901-1910. (Coletânea Diária Oficial do Estado de Alagoas).

_____. Governo Pedro Paulino da Fonseca (1889-1890). **Relatório**. Maceió, 1890.

_____. Governo Euclides Vieira Malta (1890-1903). **Relatório**. Maceió, 1901.

_____. Governo Antonio Máximo da Silva Rego (1905-1906). **Relatório**. Maceió, 1906.

_____. Governo Euclides Vieira Malta (1906-1909). **Relatório**. Maceió, 1907.

_____. Governo Clodoaldo da Fonseca (1912-1915). **Relatório**. Maceió, 1913.

_____. Governo João Baptista Accioly Júnior (1915-1918). **Relatório**. Maceió, 1915.

_____. Governo José Fernando de Barros Lima (1918-1920). **Relatório**. Maceió, 1920.

ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. **Um sertanejo e o sertão**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, INL, 1976.

ALTAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas**. 8. ed. rev. e atual. Anotações de Moacir Medeiros de Sant'Ana. Maceió: EDUFAL, 1988.

ALMEIDA, Luis Sávio de; SILVA, Amaro Hélio Leite da. (Org.). **Índios no nordeste**: etnia, política e história. Maceió: EDUFAL. 2008. (Índios no Nordeste: temas e problema, v. 10)

ALVES, Luiz Nunes. **A vida de Delmiro Gouveia em verso**. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1979.

ANDRADE, Fernando Antonio Gomes de. (Org.) **Memórias das Alagoas**. Maceió: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, 2009.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, Mário de. **Os filhos da Candinha**. Rio de Janeiro.: Agir: 2008.

ANTUNES, Ricardo. Da pragmática da especialização fragmentada à pragmática da liofilização flexibilizada: as formas da educação no modo de produção capitalista. **Germinar: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n.1, p. 25-33, jun. 2009.

ARARIPE, J. C. Alencar. **A glória de um pioneiro**: a vida de Delmiro Gouveia. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

ASSIS Chateaubriand. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/assis_chateaubriand>. Acesso em: 11 fev. 2012.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília, DF: Editora do Senado Federal, 2005. 2. v. (Edições do Senado Federal, v. 62-A; v. 62B).

BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, república e nação**. Tradução de Johnannes Krestschmer; Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: EDUSP, 2009.

BARREIRA, Cesar. **Trilhos e atalhos do poder**: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARTOLOMEU, Floro. **Juazeiro e o padre Cícero**: depoimento para a história. Fortaleza: Editora da UFC, 2010.

BLOC, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Tradução de André Telles; prefácio de Jacques Le Goff; apresentação a edição brasileira de Lilia Moritz Schwarcz, Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BONFIM, Luiz Ruben Ferreira de Alcântara. **Estrada de ferro Paulo Afonso**: 1882-1964. Paulo Afonso: Graf Tech, 2001.

BRANDÃO, Francisco Henrique Moreno (Org.). **O centenário da emancipação de Alagoas**. Maceió: Catavento, 2004.

BRANDÃO, Octávio. Delmiro Gouveia na indústria nacional: leitura. **Revistas de Arte e Literatura**, n. 52, p. 25, mar. 1962.

BURKE, Peter. **A escola dos annales**: 1929-1989? A revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. O processo político-partidário na primeira república. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1976.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. 3, v. 1. (História geral da civilização brasileira).

_____. et al. **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. t. 3, v. 2. (História Geral da civilização brasileira).

CORREIO DA PEDRA: Jornal. Vila da Pedra, coleção completa, 1918-1930.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Viajando o sertão**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Org.). **História da educação comparada: discursos, ritos, e símbolos da educação popular, cívica e religiosa**. Fortaleza: Editora da UFC, 2001.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **Polícia Militar de Pernambuco: origem, evolução e história**. Recife: Ed. do Autor, 2008.

CAVALCANTI, Plínio. **A chanan sertaneja da pedra: scriptos sobre a obra realizada por Delmíro Gouveia no nordeste do Brasil**: Rio de Janeiro, 1917.

CHATEAUBRIAND, Assis. **Resposta a Canudos: reportagens e ensaios**. Recife: COMUNICARTE; Brasília, DF: Fundação Assis Chateaubriand, 1990.

CIRANO, Marcos; ALMEIDA, Ricardo; MAURICIO, Ivan. **Cadernos do Nordeste**, Recife, ano 1, n. 1. abr. 1977.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papyrus, 1998. (Ofício de arte e forma).

COSTA, Ana Rita Firmino. **Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos**. 8. ed. rev. e ampl. Maceió: EDUFAL. 2010.

COSTA. Bartolomeu. **Juazeiro e o Padre Cícero: depoimento para a história**. Fortaleza: Editora da UFC, 2010.

CRAVEIRO COSTA, João. **Instrução pública e instituições culturais de Alagoas & outros ensaios**. Coordenação editorial, apresentação, notas biobibliográficas de Elcio Gusmão Verçosa; Maria Loiola das Graças Madeira. Maceió : EDUFAL, 2011.

_____. **História das Alagoas: resumo didático**. Maceió: SERGASA, 1983.

COSTA, Maria Cledilma. **A educação no médio sertão alagoano**: a escolarização em Santana do Ipanema e as implicações da formação docente na educação escolar local. 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. 39. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1997.

DANTAS, Paulo. **Delmiro Gouveia e outros sertões**. São Paulo: Populares, 1978.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil, 1880 a 1930. São Paulo: Atual, 1991. (História em documentos).

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS, Maceió, n. 43, 1 mar. 1984.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução da versão inglesa: Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas de Renato Jeanine Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. 2. v.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 2. ed. rev. e auma. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Editora da USP, 1975.

FARIAS, Maria Aparecida. **O romper do silêncio**: a trajetória da educação escolar em Arapiraca (AL), de seu povoamento até a década de 1950. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

FAUSTO, Boris. Pequenos de história ensaios da república. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo, n. 10, 1973.

FÁVARO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

FERREIRA, Vera. Antonio Amaury. **De Virgolino a Lampião**. 2. ed. Revisão de Cristine Arndt de Santana; Adilson Oliveira Almeida. Aracaju: Sociedade Gangaço, 2009.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O conceito de coronelismo e a imagem do coronel**: de símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande : EDUFCG, 2008.

FREYRE, Gylberto. **O velho Félix e suas memórias de um Cavalcanti**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.

_____. **Oliveira Lima. Don Quixote gordo**: imprensa universitária. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968.

FUNDAÇÃO ABRAS. **Cinquenta anos de supermercados no Brasil**. São Paulo: Informe Comunicação, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo : Editora da UNESP, 1991. (Biblioteca básica).

GÓES, Lauro. **Recomendações de um passado relativamente bem vivido, mas que jamais desejaríamos fazê-lo reviver: 1914-1917**. Recife, 1962. manuscritos

GONÇALVES, Alberto Cosme. **Delmiro Gouveia: era uma vez no sertão...** Ribeirão Preto: Fábrica dos Sonhos, 2010.

GONDRA, Jose Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

_____; SCHELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

GONDRA, Jose Gonçalves; SCHNEIDER, Omar. (Org.). **Educação e Instrução nas províncias e na corte imperial: Brasil, 1822-1889**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2010. (Horizontes da pesquisa em história da educação).

Gouveia, Delmiro. **Livro: Atas da Cia. Agro Fabril Mercantil**. [S.l., 19--]. manuscritos.

_____. **Livro de registros de despesas de Noé, Noêmia e Maria Augusta: (1918-1923)**. [S.l., 19--]. manuscritos.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. 8. ed. Porto Alegre: L&PM, 1987.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS: dados históricos. Maceió, 2008.

_____: de 1872 a 1931. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, Maceió, IHGAL, v. 47, 2005-2009. CD-ROOM.

_____. **Viagens do Exmo. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior**. 2. ed. Maceió: Grafmarques, 2010.

JAMBO, Arnaldo. Apresentação. In: CHATEAUBRIAND, Assis. **Resposta a Canudos: reportagens e ensaios**. Recife: COMUNICARTE; Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1990.

LAGE, Nilson. **Delmiro Gouveia**: seu crime foi plantar a fartura no sertão. Rio de Janeiro: O. Pierre, 1981.

LE GOFF, Jacques, **Uma vida para a história**: conversações com Marc Heurgon. Tradução de Jose Aluysio Reis de Andrade. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA JÚNIOR, Felix **Delmiro Gouveia**: o mauá do sertão alagoano. 2. ed. Maceió: Departamento Estadual de Cultura; Federação do Comércio do Estado de Alagoas, 1983. (Vidas e Memórias).

_____. **Maceió de outrora**: obra póstuma. Organização de Rachel Rocha. Maceió: EDUFAL, 2001.

LIMA, Laudirege Fernandes. **Merenda Escolar**: direito á alimentação e fruição dos direitos á educação. Maceió : EDUFAL, 2009.

LIMA, Manuel de Oliveira. Um passeio a Paulo Afonso: obra seleta. Organização de Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971. (Xomentário, 3)

LIMA, Pedro Motta. **Fábrica da pedra**. Rio de Janeiro: Itambé Sociedade Anônima 1962.

LINS, Adalberto Cavalcanti. **O ninho da águia**: saga de Delmiro Gouveia. Maceió: SERGASA, 1988.

MANUEL de Oliveira Lima. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/manuel_de_oliveira_lima>. Acesso em 11 fev. 2012.

MARCOVITCH, Jacques. **Pioneiros e empreendedores**: a saga do desenvolvimento do Brasil. São Paulo. Editora da USP; Saraiva, 2009.

MARROQUIM, Adalberto. **Terra das Alagoas**. Roma: Maglione & Strini, 1922. (edição fac-similar Brasil, 2000).

MARTINS, F. Magalhães. **Delmiro Gouveia**: pioneiro e nacionalista. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, DF: INL, 1979. (Retratos do Brasil, v. 17).

MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia**. Tradução de Luis João Gaio; J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2009. (Estudos, 47)

_____. **Antropologia**. Organização da coletânea: Roberto Cardoso de Oliveira. São Paulo: Ática, 19

_____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU; EDUSP, 1974.

MAYNARD, Dilton Candido Santos. **O senhor da pedra**: os usos da memória de Delmiro Gouveia (1940-1980). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História, 2008.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no nordeste do Brasil. Prefacio de Gilberto Freyre. São Paulo: A Girafa, 2004.

_____. **Delmiro Gouveia**: desenvolvimento com impulso de preservação ambiental. Prefacio de Fernando de Mello Freyre. 2. ed. ampl. Recife: CHESF; FUNDAJ; Massangana, 1998.

_____. **Quem foi Lampião**. Recife: Zürich Stähli, 1993.

_____. **Que foi a guerra total de Canudos**. Recife: Zürich Stähli, 1997.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Delmiro Gouveia**: pioneiro da energia elétrica. Recife: CEPE, 2003.

MELO, Josemir Camilo de. **Ferrovias inglesas e mobilidade social no Brasil**. Campina Grande: EDUFCG, 2007.

MELO NETO, João Cabral de. **A educação pela pedra e outros poemas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

MENEZES, Hidelbrando. **Delmiro Gouveia**: vida e morte. Apresentação de Paulo Cavalcanti. Recife: CEPE, 1991.

MENEZES, Olympio de. **Itinerário de Delmiro Gouveia**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1963.

MOTA, Mauro. **Quem foi Delmiro Gouveia?** São Paulo: Arquimedes, 1967. (Para todos, 2)

_____. A “estrela” de pedra: Delmiro Gouveia, civilizador de terras, águas e gentes. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Recife, n. 9, 1961.

NABUCO, Joaquim. **A abolição e a república**. Apresentação de Manuel Correia de Andrade. Recife: Editora da UFPE, 1999.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976

NASCIMENTO, Edvaldo Francisco. **Delmiro Gouveia**: o empreendedor. Recife: Gráfica Nordeste, 2001.

_____. **Delmiro Gouveia**: vida e obra. Recife: Gráfica Nordeste, 1998.

NINA Rodrigues. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/nina_rodrigues>. Acesso em: 19 fev. 2012.

NOGUEIRA, Luiz (Org.) **Coletânea de falas, relatórios e mensagens provinciais de Alagoas**: 1855-1930. Maceió, [19--]. 2. v.

NUNES, Luis Alves. **A vida de Delmiro Gouveia em verso**. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1979.

OLIVEIRA, Jorge. **Eu não matei Delmiro Gouveia**: o maior erro judiciário do Brasil. Maceió : Sergasa, 1984.

PEDRO II, Imperador do Brasil, 1825-1891. **Viagens pelo Brasil**: Bahia, Sergipe, Alagoas, 1859-1860. Prefácio e notas de Lourenço Luis Lacombe. 2. ed. Rio de Janeiro: Bom Texto; Letras & Expressões, 2003.

PEIXOTO, Adão José (Org.). **Filosofia, educação e cidadania**. Campinas: Alínea, 2001.

PEREIRA, Luis; FORACCHI, Marialice M. (Org.). **Educação e sociedade**: leituras de sociologia da educação. 11. ed. São Paulo: Nacional, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005. (História &...Reflexões, 5).

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003. (Educação).

PINTO, Estevão. **A Associação Comercial de Pernambuco**. Recife: Editora e Grafica Jornal do Comércio, 1987. Edição fac-similar do livro comemorativo do seu primeiro centenário (1839-1939).

PORTO, José da Costa. **Os tempos de Rosa e Silva**. Recife: UFPE. 1970.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, Fernando Henrique. et al. **O Brasil republicano**: estrutura de poder e economia (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RAMOS, Graciliano. **Relatórios do prefeito de Palmeira dos Índios**. Maceió: Imprensa Oficial, 19--.

_____. **São Bernardo**. Posfácio de Goldofredo de Oliveira Neto. 88. ed. rev. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. **Vidas Secas**. 79. ed. Rio de Janeiro ; São Paulo: Record, 2000.

_____. **Viventes das Alagoas**: quadros e costumes do Nordeste. Pós-fácio de Tristão de Athayde, ilustrações de Emanuel Araújo, 15. ed. Rio, São Paulo: Record, 1992.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 17. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2001. (Memória da educação).

ROCHA, Geraldo. **O rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia: o pioneiro de paulo afonso**. Maceió. 2. ed. 1963.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ROSADO, Vingt-Un. **Delmiro Gouveia e Mossoró**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-un Rosado, 2001. (Coleção Mossoroense, Série C, 1179).

SÁ, Antonio Fernando de Araújo. **Combates entre história e memória**. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

SÁ, Antonio Fernando de Araújo; BRASIL, Maria Vanessa (Org.). **Rio sem História?: leituras sobre o Rio São Francisco**. Aracaju: FAPES, 2005.

SALDANHA, Alberto et al. (Org.). **A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas** – Maceió: EDUFAL, 2011.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Bibliografia anotada de Delmiro Gouveia, 1917-1994**. Precedido do Ensaio biográfico "Delmiro Gouveia, o precursor da CHESF". Recife: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 1996.

SANTOS, Adolpho. **Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo biográfico**. Recife, 1947. mimeo.

SAPUCAIA, Antonio. **O legendário Costa Rego**. Maceió: EDUFAL, 2000.

SARNO, Geraldo. **Cadernos do sertão**. Salvador: Núcleo de Cinema e Audiovisual, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. (Memória da educação).

_____. et al. **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2006. (Educação Contemporânea).

_____. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas : Autores Associados, 2006. (Educação Contemporânea).

SENNA, Orlando. **Coronel Delmiro Gouveia**. Roteiro do filme: _____; Geraldo Sarno. Rio de Janeiro: Codecri, 1979. (Pasquim, v. 53).

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do *habitus*. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 41 maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a08.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

SILVA, Amaro Hélio da. **Serra dos perigosos: guerrilha e índio no sertão alagoano**. Maceio : EDUFAL, 2007.

SILVA, Davi Roberto Bandeira da. **Ousadia no nordeste: a saga empreendedora de Delmiro Gouveia**. Maceió: FIEA; GIJS. 2007.

SILVEIRA, Wagner Meirelles. **Gonzaga e o violão: do cangaço a universidade**. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Josefa Adriana C. Ferro. **A trajetória da educação escolar em Palmeira dos Índios (AL), ontem e hoje: o caso do colégio Humberto Mendes**. 2010. 145 f. Dissertação. (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3. ed. Petropolis: Vozes, 2009. v. 3.

TENÓRIO, Douglas Apratto, **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. 2. ed. Curitiba: HD Livros, 1996.

_____. **Metamorfose das oligarquias**. Maceió: EDUFAL., 2009.

_____. **A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. 2. ed. Maceió: 2007.

TEIXEIRA, Gilmar. **Quem matou Delmiro Gouveia?** Paulo Afonso: Graf Tech, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Centro de Educação. **Decretos estaduais sobre educação: 1925-1930**. Maceió, [19--]

THOMPSON, Edward Palmer. **Tempo de trabalho e capitalismo industrial: costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VASCONCELOS, Caio Mário Meira de. **O habeas corpus de Delmiro Gouveia**. Rio de Janeiro, 1974.

VASCONCELLOS, Hélio Rocha Cabral de. **Coronéis do sertão e sertão do São Francisco alagoano**. Maceió, 2005.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. Prefácio de Cícero Péricles de Carvalho; apresentação de Maria Lucia Montes. 4. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

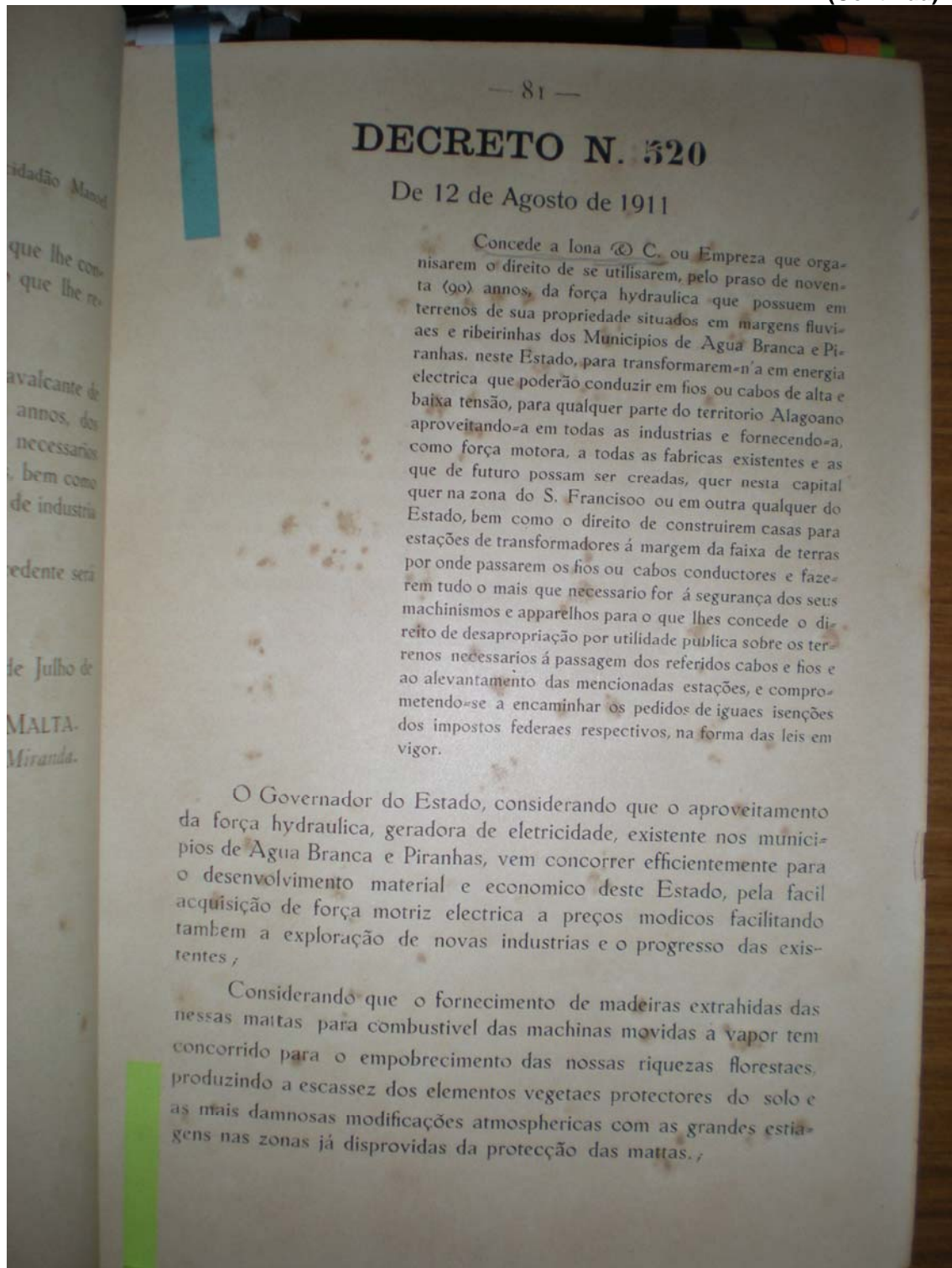
VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Existe uma cultura alagoana?** Maceió: Catavento, 2002.

_____; CORREIA, Mailza da Silva (Org.). **Escritos sobre a educação alagoana:** compêndios, periódicos, manuscritos e práticas educativas (século XIX, XX e XXI). – Maceió: EDUFAL, 2011.

ANEXOS

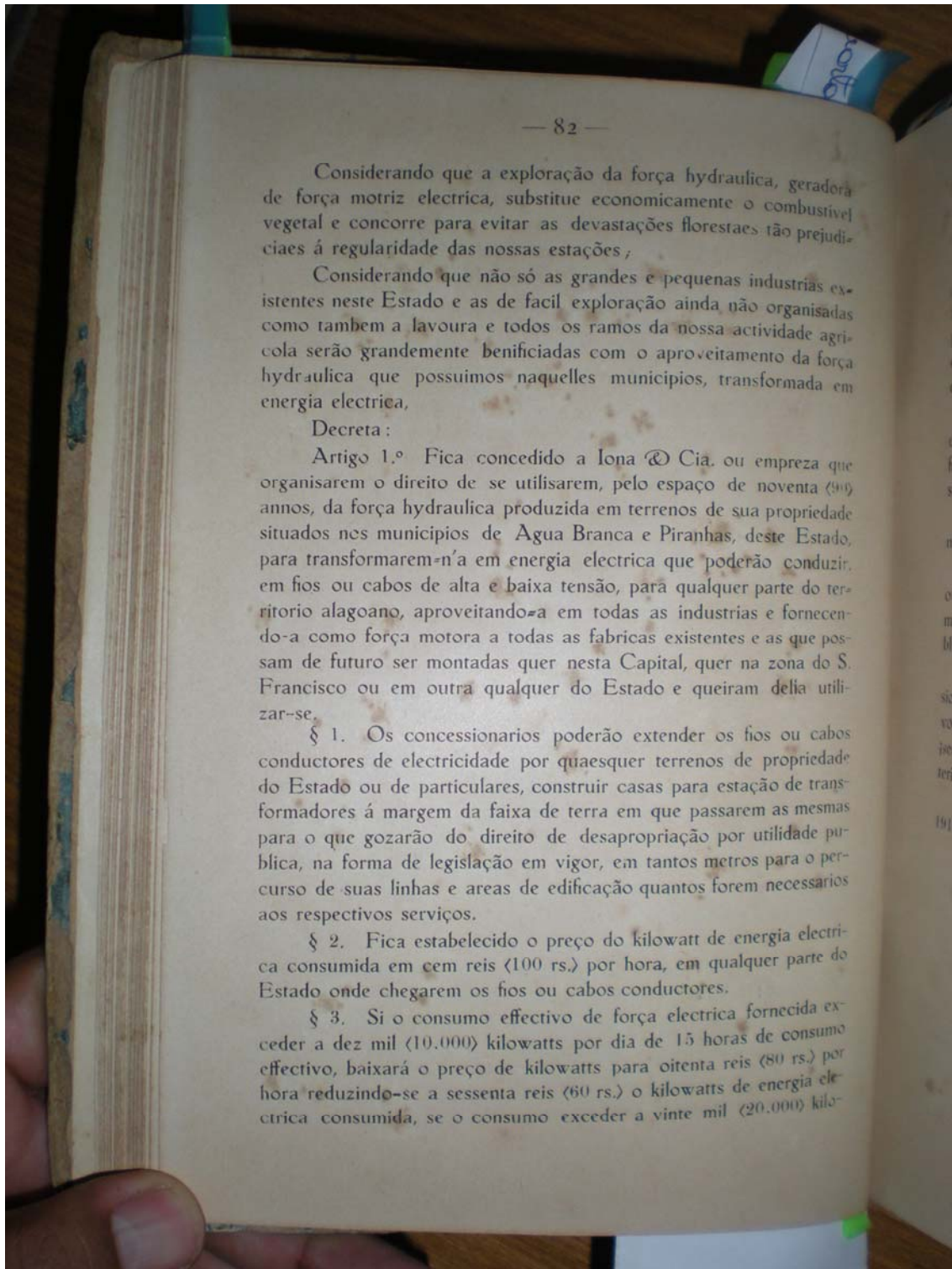
ANEXO A – Decreto nº 520 (12 agosto de 1911, p. 81).

(Continua)



ANEXO A – Decreto nº 520 (12 agosto de 1911, p. 82).

(Continuação)



— 82 —

Considerando que a exploração da força hydraulica, geradora de força motriz electrica, substitue economicamente o combustivel vegetal e concorre para evitar as devastações florestaes tão prejudiciaes á regularidade das nossas estações ;

Considerando que não só as grandes e pequenas industrias existentes neste Estado e as de facil exploração ainda não organisadas como tambem a lavoura e todos os ramos da nossa actividade agricola serão grandemente beneficiadas com o aproveitamento da força hydraulica que possuimos naquelles municipios, transformada em energia electrica,

Decreta :

Artigo 1.º Fica concedido a Iona & Cia. ou empresa que organisarem o direito de se utilisarem, pelo espaço de noventa (90) annos, da força hydraulica produzida em terrenos de sua propriedade situados nes municipios de Agua Branca e Piranhas, deste Estado, para transformarem-n'a em energia electrica que poderão conduzir, em fios ou cabos de alta e baixa tensão, para qualquer parte do territorio alagoano, aproveitando-a em todas as industrias e fornecendo-a como força motora a todas as fabricas existentes e as que possam de futuro ser montadas quer nesta Capital, quer na zona do S. Francisco ou em outra qualquer do Estado e queiram della utilizar-se.

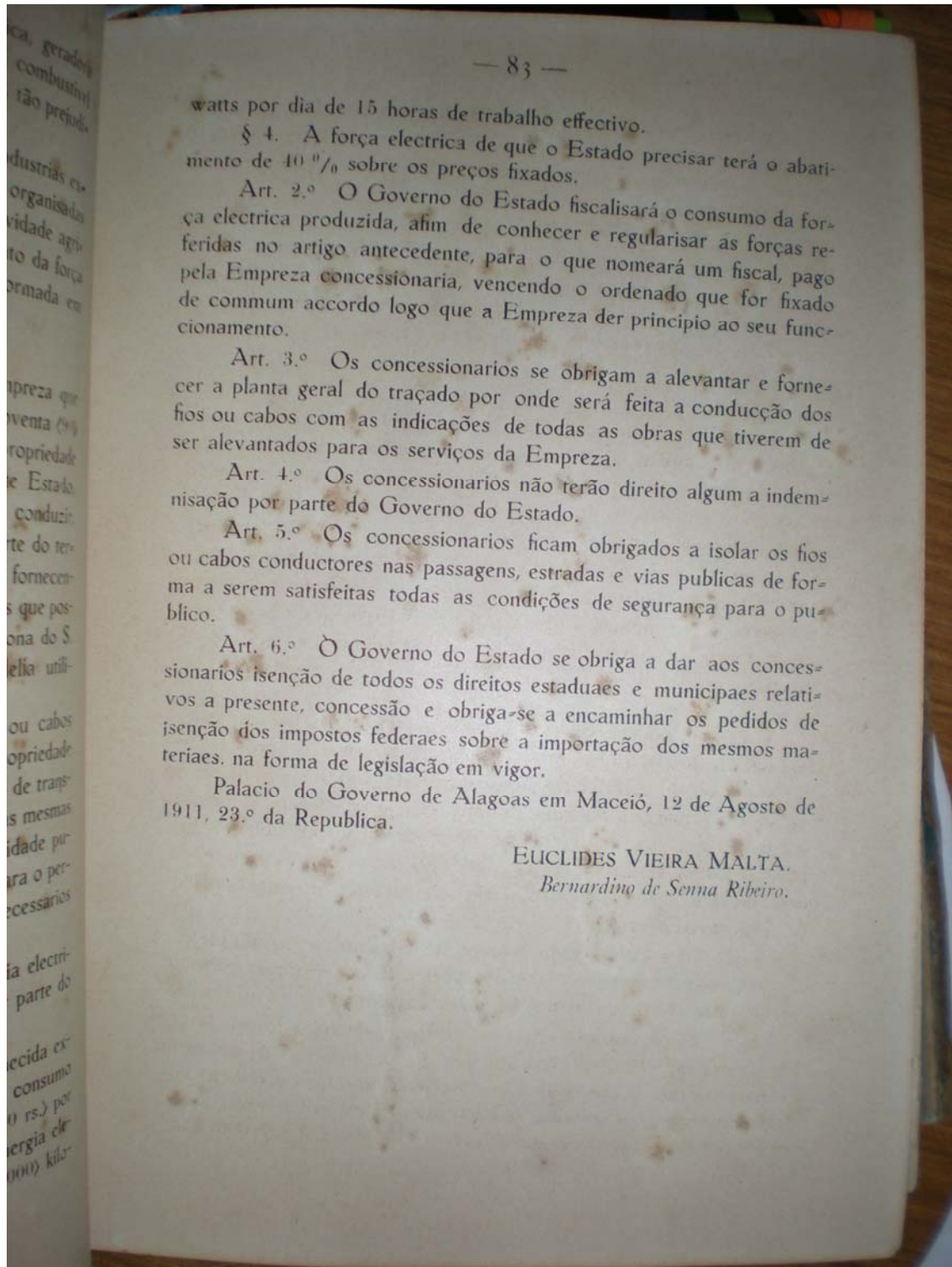
§ 1. Os concessionarios poderão extender os fios ou cabos conductores de electricidade por quaesquer terrenos de propriedade do Estado ou de particulares, construir casas para estação de transformadores á margem da faixa de terra em que passarem as mesmas para o que gozarão do direito de desapropriação por utilidade publica, na forma de legislação em vigor, em tantos metros para o percurso de suas linhas e areas de edificação quantos forem necessarios aos respectivos serviços.

§ 2. Fica estabelecido o preço do kilowatt de energia electrica consumida em cem reis (100 rs.) por hora, em qualquer parte do Estado onde chegarem os fios ou cabos conductores.

§ 3. Si o consumo effectivo de força electrica fornecida exceder a dez mil (10.000) kilowatts por dia de 15 horas de consumo effectivo, baixará o preço de kilowatts para oitenta reis (80 rs.) por hora reduzindo-se a sessenta reis (60 rs.) o kilowatts de energia electrica consumida, se o consumo exceder a vinte mil (20.000) kila-

ANEXO A – Decreto nº 520 (12 agosto de 1911, p. 83).

(Conclusão)



ANEXO B – Decreto nº 499 (29 de setembro de 1910, p. 97).

(Continua)

—97—

DECRETO N. 499

De 29 de Setembro de 1910

Concede a Iona & Cia. ou empresa que organisarem, as terras devolutas situadas entre os logares denominados «Vai e Vem», «Fazenda do Burnil», «Riacho do Talhado» e «Buraco», municipio de Agua Branca, afim de serem aproveitadas no cultivo de algodão, cereaes e forragens por meio de serviços de irrigação montados pelos systemas mais aperfeçoados, e isenta dos impostos municipaes e estadoaes os machinismos e materiaes importados, e concede uma bonificação aos productos agricolas obtidos nas mesmas terras.

O Governador do Estado, considerando o estado precario das zonas estereis do sertão do Estado e a necessidade de proteger as populações ahí existentes dos effeitos das seccas, não só promovendo os meios para abastecimento de agua potavel necessaria ás condições da vida nos periodos das grandes estiagens, como tambem para a irrigação conveniente do solo esterilizado pela falta de chuvas, de forma a facilitar o desenvolvimento agricola das referidas terras,

Decreta :

Art. 1.º Ficam concedidas a Iona & Cia. ou empresa que organisarem, as terras devolutas comprehendidas entre os lugares denominados «Vai e Vem», «Fazenda do Burnil», «Riacho do Talhado» e «Buraco», no municipio de Agua Branca, começando ditas terras da fóz do riacho «Vai e Vem» em rumo certo ás da Fazenda Burnil» e dahí com direcção ao Riacho do «Talhado», confrontando com terras da «Fazenda Riacho Secco», seguindo riacho abaixo até a embocadura deste no Rio S. Francisco, contornando pela margem do mesmo Rio acima até encontrar a fóz do alludido riacho «Vai e Vem», para o fim de serem aproveitadas com machinismos para irrigação de terras na cultura de algodão, cereaes e forragens, por meio dos mais aperfeçoados systemas de irrigação, que os concessionarios ou empresa que organizarem, se obrigam a estabelecer.

§ 1. Os concessionarios ou empresa que organisarem, obrigam-se a estabelecer, de 18 em 18 kilometros nos terrenos beneficia-

ANEXO B – Decreto nº 499 (29 de setembro de 1910, p. 98).

(Conclusão)

—98—

dos, chafarizes para o abastecimento gratuito de agua potavel ás populações circumvisinhas, para o uso domestico.

Art. 2.º Os concessionarios ou empreza que organisarem, gozarão dos direitos de desapropriação por utilidade publica dos terrenos comprehendidos na zona descripta neste Decreto, de isenção de direitos municipaes e estaduaes sobre os materiaes importados para montagem dos serviços de irrigação, como sejam bombas de ar comprimido, centrifugas e de outros systemas, turbinas e apparatus hydraulicos, cabos e dynamos para o fornecimento de energia electrica applicada ao funcionamento das referidas bombas, encanamentos e todos os demais machinismos necessarios á installação da referida empreza, assim como da bonificação de 40 % (quarenta por cento) nos direitos estadoaes de exportação de todos os productos agricolas obtidos na cultura das terras referidas no art. 1.º

§ 1. O Governo do Estado solicitará do Governo Federal isenção de direitos para o material importado, de conformidade com a legislação vigente.

Art. 3.º A Secretaria da Fazenda baixará instrucções necessarias para conhecer da producção da zona beneficiada, acautelando os interesses do Fisco.

Art. 4.º Não poderão ser criados durante a vigencia desse contracto outros onus a Iona & Cia., ou empreza que organisarem, além dos estabelecidos nesse Decreto.

Art. 5.º As obrigações desse contracto vigorarão por quarenta annos, a contar da data da assignatura.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

O presente Decreto será submettido á approvação do Congresso Estadual em a sua primeira reunião.

Palacio do Governo de Alagoas em Maceió, 29 de Setembro de 1910, 22.º da Republica.

EUCLIDES VIEIRA MALTA.
Dr. Francisco Pontes de Miranda.

ANEXO C- Decreto nº 503 (30 de novembro de 1910, p. 503).

—127—

DECRETO N. 503

De 30 de Novembro de 1910

Concede aos srs. Iona & Cia., ou empresa que organisarem, isenção, por dez annos, de impostos estaduais para a importação dos machinismos necessarios á fundação de uma fabrica destinada á confecção de rês, linhas simples ou em carritel ou novellos que pretendem montar neste Estado, bem como os de exportação dos productos da mesma fabrica a contar da data de sua installação.

O Governador do Estado, usando da autorisação que lhe confere o n. 3 do art. 4.º Capitulo III da Lei n. 429 de 10 de Junho de 1904, combinado com o art. 4.º Capitulo III da Lei n. 627 de 10 de Junho de 1910,

Decreta :

Artigo 1.º E' concedido aos srs. Iona & Cia., ou empresa que organisarem, isenção por 10 annos, de impostos estaduais para a importação dos machinismos necessarios á fundação de uma fabrica destinada á confecção de rês, linhas simples ou em carritel, ou novellos que pretendem montar neste Estado, bem como os de exportação dos productos da mesma fabrica a contar da data de sua installação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo de Alagoas em Maceió, 30 de Novembro de 1910, 23.º da Republica.

EUCLIDES VIEIRA MALTA.
Dr. Francisco Pontes de Miranda.

ANEXO D – INDICE EMENTARIO DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL SOBRE O ENSINO PUBLICO – 1890 A 1930

(Continua)

Natureza dos atos	Numeração	Data			Sumula dos assuntos
		Dia	Mês	Ano	
Decreto	5	28	Fevereiro	1890	Reforma da instrução primaria e secundaria do Estado, provisoriamente.
Decreto	26	21	Junho	1890	Reforma da instrução publica, por não corresponder às exigências do serviço a reforma de 26 de Fevereiro.
Decreto	89	12	Março	1891	Institue o Pedagogico e dispõe sobre o ensino primário.
Lei	26	25	Maio	1892	Autoriza o Governador e reorganizar a instrução publica e dá outras providencias relativas ao assunto.
Decreto	12	9	Dezembro	1892	Reorganiza a Instrução Publica, conforme autorização contida na Lei n. 26, de 25 de Maio.
Lei	40	6	Junho	1893	Dispõe a cerca do diretor, professores e empregados do Liceu Alagoano.
Decreto	37	20	Novembro	1893	Harmoniza o Regulamento do Liceu Alagoano com o do Ginasio Nacional, na parte relativa á organização das comissões julgadoras dos exames finais.
Decreto	69	4	Outubro	1894	Dá nova organização á Instrução Publica. Este decreto, porem, foi anulado pelo do n. 83, de 31 de Dezembro do mesmo ano, que declarou como insubsistente todos os atos originados dos mesmos.
Decreto	86	21	Março	1895	Aprova o Regimento Interno das Escolas Modelos.
Lei	98	31	Julho	1895	Dá nova organização á Instrução Primaria.
Decreto	103	20	Dezembro	1895	Dá novo regulamento á Instrução Publica, nos termos da Lei n. 98, de 31 de Julho.
Decreto	110	25	Janeiro	1896	Providencia sobre o custeio de cadeiras do ensino primário creadas pelos Municipios.
Lei	138	15	Julho	1896	Autoriza a organização do curso secundário de Penedo.
Lei	187	8	Junho	1897	Institue o ensino livre das matérias do Curso Normal, torna dependente do concurso o provimento das cadeiras de instrução primaria e dá outras providencias.
Lei	191	14	Junho	1897	Crêa uma escola de agrimensura anexa ao Liceu Alagoano.
Lei	192	14	Junho	1897	Crêa os lugares de Diretor e Amenuense no Liceu Alagoano.
Decreto	144	3	Agosto	1897	Dá novo regulamento do Curso de Ciências e Letras do Liceu Alagoano.
Decreto	151	24	Novembro	1898	Dá regulamento ao Curso de Agrimensura anexa ao Liceu Alagoano.
Lei	202	2	Junho	1898	Autoriza o Governador a reorganizar a Instrução Primaria, dividindo o ensino em oficial e subvencionado.
Lei	211	3	Junho	1898	Autoriza o Governador a adaptar o Curso de Ciências e Letras do Liceu Alagoano á ultima reforma do Ginásio Nacional.
Decreto	157	12	Julho	1898	Dá nova reorganização ao Curso de Ciências e Letras do Liceu Alagoano.
Lei	239	20	Maio	1899	Restaura o Liceu de Artes e Ofícios.
Lei	240	22	Maio	1899	Suprime o ensino de Ginastica, esgrima, natação e exercicios calistenicos do Curso Normal do Liceu Alagoano.
Lei	241	22	Maio	1899	Institue um Curso Normal no Liceu de Penedo.
Lei	257	31	Maio	1899	Autoriza o Governador a harmonizar os estudos do Curso de Agrimensura do Liceu Alagoano, com o curso de Agrimensura da Escola Politecnica e promove a equiparação daquele a este Curso.
Lei	283	18	Junho	1900	Autoriza a reforma da Instrução Publica primaria e secundaria.
Decreto	1741 ^o	6	Fevereiro	1900	Suprime o ensino de Historia da Filosofia e crêa a cadeira de Lógica no Liceu Alagoano.
Decreto	1777 ^o	9	Fevereiro	1900	Reorganiza o Liceu de Artes e Ofícios.
Decreto	186	8	Junho	1900	Aprova o Regimento Interno do Liceu de Artes e Ofícios.
Resolução	315	12	Junho	1901	Autoriza o Governador a dar nova organização á Instrução Publica.
Decreto	240	29	Outubro	1901	Dá novo regulamento á Instrução Publica.
Decreto	254	15	Setembro	1902	Faz aditamentos ao Decreto n. 240, de 29 de Outubro do mesmo ano.
Lei	382	24	Maio	1904	Autoriza a reforma do Regulamento da Instrução Publica.
Decreto	312	1	Setembro	1904	Dá novo regulamento a Instrução Publica.
Resolução	476	20	Junho	1906	Autoriza a reforma da Instrução Publica.
Decreto	401	23	Novembro	1906	Dá novo regulamento á Instrução Publica.
Decreto	404	28	Fevereiro	1907	Fixas as entrâncias dos professores de instrução primaria.
Decreto	411	19	Março	1907	Aprova o regulamento do Caixa Escolar.
Decreto	413	29	Abril	1907	Aprova o regulamento interno das Escolas Publicas Primarias.
Resolução	528	13	Junho	1908	Suprime as cadeiras de Latim e Historia Natural do Liceu de Penedo e dispõe sobre o aproveitamento dos respectivos lentes.
Decreto	444	12	Novembro	1908	Suprime o Liceu de Penedo.
Decreto	517	4	Junho	1911	Dá novo regulamento ao ensino secundário do Liceu Alagoano.
Decreto	522	21	Agosto	1911	Altera o novo regulamento do ensino secundário.
Decreto	532	4	Dezembro	1911	Desanexa a cadeira de Pedagogia e de Educação Civica, da Escola Normal.
Decreto	533	14	Dezembro	1911	Crêa as cadeiras de Francês e Geografia na cidade de Penedo.
Decreto	545	19	Fevereiro	1912	Determina o numero de cadeiras de instrução primaria para os municipios dos Estado.
Decreto	557	2	Abril	1912	Restabelece no Liceu Alagoano o curso de Ciências e Letras.
Decreto	601	11	Novembro	1912	Aprova o novo regulamento da Instrução Publica Primaria, Secundaria e Normal.
Decreto	744	5	Janeiro	1915	Crêa institutos e escolas profissionais para ambos os sexos.
Decreto	749	13	Janeiro	1915	Extingue o lugar de Inspetor Escolar.
Decreto	787	8	Setembro	1915	Dá novo regulamento á Instrução Publica.
Decreto	815	28	Junho	1917	Dá novo regulamento á Instrução Publica.
Decreto	8.188	20	Agosto	1917	Restaura o lugar do Inspetor Escolar.
Decreto	884	7	Fevereiro	1919	Crêa no Grupo Escolar "Diegues Junior" uma cadeira de trabalhos manuais.
Decreto	895	31	Maio	1921	Autoriza ao Governador a crear uma Escola de Agronomia.
Decreto	997	28	Junho	1923	Manda observar o regulamento interno e o programa de ensino dos Grupos Escolares.
Decreto	1.009	12	Julho	1923	Considera efetivos nos grupos escolares todos os professores de entrância que neles servem em comissão.
Decreto	1.015	10	Junho	1924	Autoriza o Governador a despender até a quantia de 150 contos com a construção de um edificio para um grupo escolar que se denominará Barão de Penedo, na cidade de Penedo.
Lei	1.020	23	Junho	1924	Autoriza a construção de um edificio para um grupo escolar na cidade de Leopoldina.
Lei	1.023	23	Junho	1924	Autoriza a construção de um edificio para um grupo escolar na cidade de S. José da Lage.
Decreto	1.028	15	Janeiro	1924	Crêa um grupo escolar em cada uma das cidades – Passo de Camaragibe, S. Luis e Paraio.
Lei	1.043	22	Maio	1925	Crêa no Liceu Alagoano as cadeiras de Instrução de Moral e Civica, Literatura Brasileira e das Linguas Latinas, Semologia e uma 2 ^a de Português.

ANEXO D – INDICE EMENTARIO DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL SOBRE O ENSINO PUBLICO – 1890 A 1930

(Conclusão)

Decreto	1.099	6	Fevereiro	1925	Dá providencias sobre o provimento da cadeira de Musica e do cargo de inspetor de Alunos da Escola Normal.
Decreto	1.138	18	Setembro	1925	Suprime as cadeiras vagas de Italiano e Francês Pratico do Curso Comercial do Liceu Alagoano e extingue o referido curso.
Decreto	1.140	19	Setembro	1925	Dá novo regulamento á Instrução Publica.
Decreto	1.164	10	Fevereiro	1926	Crea o Grupo Escolar "Cincinato Pinto", na capital.
Decreto	1.165	10	Fevereiro	1926	Crea a cadeira de italiano no curso ginasial do Liceu Alagoano.
Decreto	1.259	3	Novembro	1928	Altera o Regulamento da Instrução Publica que baixou um Decreto n. 1.140, de 19 de Setembro de 1925.
Decreto	1.279	9	Janeiro	1929	Crea o Departamento Geral de Instrução Publica e de outras providencias.
Decreto	1.293	21	Fevereiro	1929	Desanexa as cadeiras de Geografia e Historia do Brasil do Liceu Alagoano, as de Cosmografia e Corografia do Brasil anexa a ultima á primeira a crea a cadeira de Cosmografia do mesmo Liceu.
Decreto	1.403	25	Outubro	1930	Suprime a cadeira de Português Historia e Literatura Portuguesa e Brasileira da Escola Normal.
Decreto	1.409	5	Novembro	1930	Crea a Inspetoria Tecnica do Ensino.
Decreto	1.411	5	Novembro	1930	Suprime as Juntas Escolares.
Decreto	1.412	5	Novembro	1930	Crea em municipio do Estado o cargo de Fisica e Ensino.

ANEXO E

Dados referentes às escolas, professores, alunos (as), classes, conceitos nas escolas do núcleo fabril da Pedra em 1925. Essas foram as duas primeiras escolas a realizarem os exames finais no núcleo fabril de Pedra, sendo que as escolas que os realizaram posteriormente não tiveram seus resultados divulgados no “Correio da Pedra”..

Professora	Escola	Classe	Alunos (as)	Nota Conceito
Professora subvencionada D. Leopoldina Auta da Luz	Escolas 13 de Maio	2 ^o . Grau	Maria do Socorro Maria das Dores Maria dos Prazeres	Distincção Distincção Distincção
		1 ^o Grau	Maria Soares Rosa Maria Felisdora Araujo	Plenamente Plenamente Plenamente
		Classe de Adiantamento	Francisca Conceição Analia Celestino Maria Alves Maria das Mercês	Distincção Distincção Distincção
			Nair de Assis Antonia Barauna	Plenamente Plenamente
Professora subvencionada D. Julia Bandeira Rodrigues	Escola José de Alencar	2 ^o . Grau-	Virginia Santos Olivia Ferreira Pontes Laura Maria Vasconcelos	Distincção Distincção Distincção
		1 ^o . Grau	Maria José Ribeiro Laura Bandeira Nunes Ritta Gomes Barbosa	Distincção Distincção Distincção
		2 ^a . Classe de Adiantamento:	Maria da Conceição Barros	Plenamente
		1 ^a Classe de Adiantamento	Flora Lisbôa Ferraz Alexandrina Bandeira Maria José Ferreira Alexandrina Gomes Barbosa	Distincção Distincção Distincção Distincção
			Alzira Gomes da Silva Lydia Maria Carlos Emilia Ribeiro Maria José de Souza	Plenamente

ANEXO F – Dados referentes às escolas, professores, alunos (as), classes, conceitos nas escolas do núcleo fabril da Pedra em 1928.

(Continua)

Escola	Professora	Classe	Alunos (as)	Nota / Conceito
Escola Delmiro Gouveia		2ª classe	Alice Corrêa Iracly Luna Dias Lydia Sandes Maria Lourdes Coelho Maria Loureiro Figueirêdo Antonia Pereira	Dist. 10 Dist. 10 Dist. 10 Dist. 10 Dist. 10 Dist. 10
		1ª Classe	Iracema Braga Rosalva Vieira Antonia Dias Ivonny de Sá Enedina Malta Maria José de Lima Maria do Carmo Lima Doralice Malta Renê Figueirêdo Helena Lima Maria José de Souza Maria Daniel Alzira Bandeira Aracy Corrêa Maria José Braga Iracema Lima Maria J. de Souza Britto	Dist. Dist. Dist. Dist. Dist. Dist. Dist. Dist. Dist. Dist. Dist. Dist. Dist. Dist. Dist. Dist.
Escola 15 de Novembro		2ª Classe	Alice Gomes Olga Feitosa Virgilia Pereira Antonia Silveira Joanna Pereira Maria do Socorro Maria Oliveira Audenisia Moreira	Dist. 11 Dist. 11 Dist. 11 Dist. 10 Dist. 10 Dist. 10 Dist. 10 Dist. 10
		1ª Classe	Luiza Pereira Maria Lisboa Maria Lourdes Costa Maria José Conceição Maria José Vieira	Dist. 10 Dist. 11 Dist. 11 Dist. 10 Dist. 10
		Aproveitamento para a 1ª Classe	Nahylde Costa Aldenora Figueiredo	Optimo Optimo
Escola Deodoro da Fonseca		2º Anno	Affonsina Menezes Emilia Ribeiro Abilio Coutinho Joaquim Bandeira José Lessa Abelardo de Carvalho Maria Bandeira Maria Cavalcante Albino Coutinho Virginia dos Santos	Dist. 12 Dist. 11 Dist. 12 Dist. 11 Dist. 10 Dist. 10 Dist. 11 Dist. 10 Plen. 9 Dist. 10
		1º Anno	Izabel Souza Alzira Gomes Cecilia Nunes Alexandrina Nunes Laura Nunes Alexandrina Barbosa Nestor Gomes Miguel Missano Francisco Missana Analia Celestina Joel Coelho Maria Vieira Maria Delphina José V. Figueiredo	Simpl. 5 Dist. 10 Dest. 12 Dist. 11 Dist. 11 Dist. 11 Dist. 10 Plen. 9 Dist. 10 Plen. 8 Faltou Dest. 10 Plen. 8 Plen. 9

ANEXO F – Dados referentes às escolas, professores, alunos (as), classes, conceitos nas escolas do núcleo fabril da Pedra em 1928.

(Conclusão)

Escola	Professora	Classe	Alunos (as)	Nota / Conceito
<i>Escola 7 de Setembro</i>		3ª Classe	Alayde Lisbôa Maria Carmo Lisbôa Maria José Santos Alice Cavalcante Josepha Belo	Dist. 11 Dist. 10 Plenam. 10 Plenam. 10 Dist. 10
		2ª Classe	Elsa Brandão Lisbôa Maria Emilia Dias Menezes, Maria Francisca Santos Jandyra Brandão Lisbôa	Dist. 10 Dist. 10 Dist. 10 Dist. 12
		1ª Classe	Maria Isabel, plenam Francisca Conceição, Eunice Cavalcante Julia Gomes Jovelina Silva Maria Lima	Plenam. 9 Plenam. 9 Dist. 10 Dist. 10 Plenam. 9 Dist. 10
<i>Escola 13 de Maio</i>			Quiteria Feitosa Maria Ferreira Lima Odília Silva Josepha Vieira Barbosa	Dist. 10 Plen. 8 Plen. Simp.

Fonte: CORREIO DA PEDRA, 1928. p. 2)